

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PAULO RENATO FOLETTO

MATO GROSSO:
UM ESTADO EM CRESCIMENTO OU DESENVOLVIMENTO?

Porto Alegre
2018

PAULO RENATO FOLETTO

**MATO GROSSO:
UM ESTADO EM CRESCIMENTO OU DESENVOLVIMENTO?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

**Porto Alegre
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Foletto, Paulo Renato

Mato Grosso: um estado em crescimento ou desenvolvimento? / Paulo Renato Foletto. -- 2018.
210 f.

Orientador: Ivan Colangelo Salomão.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Crescimento Econômico. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS). 4. Agenda 21. 5. Sustentabilidade. I. Salomão, Ivan Colangelo, orient. II. Título.

PAULO RENATO FOLETTTO

MATO GROSSO:

UM ESTADO EM CRESCIMENTO OU DESENVOLVIMENTO?

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão – (orientador)
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior
UFRGS

Prof. Dr. Nelso Antonio Bordignon
Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde

Dedico esta Dissertação de Mestrado Acadêmico,
a minha esposa Ideiva e aos meus filhos Murilo e Maria Alice
que são o principal motivo desta busca pelo crescimento
intelectual e profissional.
A meus pais Bertinho e Alice
que me conceberam e sempre me conduziram no caminho reto
na vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, sobre todas as coisas, pois é meu Guia, meu Pai Maior.

ELE que em sua misericórdia e Providência Divina, me permite todas as possibilidades humanas, profissionais, intelectuais e espirituais.

A todos os professores que me transmitiram durante toda a minha vida, aquilo que foi fundamental para que aqui eu chegasse.

Um especial agradecimento a todos os Professores do Programa de Mestrado em Economia do Desenvolvimento desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De maneira especial, ao Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho, que Coordenou o curso durante esta caminhada de 24 meses. Agradeço imensamente aos Professores Dr. Sabino Porto Junior e Dr. Eduardo Filippi, que compuseram recomendações no Projeto de Dissertação, desta forma, dando diretrizes objetivas para o desenvolvimento desta Pesquisa. Mérito exclusivo, dedico ao Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão, que não poupou esforços para me conduzir nas orientações pedagógicas e metodológicas.

À Rede La Salle, em especial à Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde – MT, em nome do Prof. Dr. Nelso Antônio Bordignon (Diretor Geral) que proporcionou através de Convênio assinado com a UFRGS que este programa de Mestrado Interinstitucional fosse realidade.

Aos amigos e colegas pelo companheirismo e auxílio nos estudos.

A todos aqueles que, em algum momento, lembraram de me incentivar, animar e fomentar para que meu trabalho fosse concluído com êxito.

A todos, meu muito obrigado.

“Onde há grande propriedade, há grande desigualdade.
A riqueza de uma nação, se mede pela riqueza do povo e não pela
riqueza dos príncipes”.

Adam Smith

Filósofo e Economista (1723-1790)

RESUMO

O Estado de Mato Grosso tem apresentado nas duas últimas décadas altos índices de crescimento em sua economia. Assim, demonstra dados significativos, comparados à indicadores de crescimento chinês. Contextualiza-se o trabalho frente a um discurso empírico que se observa nos canais governamentais, políticos, empresariais e de mídias em geral. O discurso de que o Mato Grosso é um estado em pleno desenvolvimento. Isto por consequência acaba atraindo cada vez mais uma população de trabalhadores em busca de participar com seus sonhos deste “fecundo desenvolvimento”. Neste sentido, esta pesquisa busca situar o leitor que para haver desenvolvimento econômico faz-se necessário o monitoramento do desenvolvimento em todas as áreas que indicam qualidade de vida. Só desta forma, o crescimento leva ao desenvolvimento, que por sua vez deve acontecer com sustentabilidade. Logo, ao decorrer da leitura desta dissertação, será respondido à questão problema que é: Mato Grosso, um Estado em Crescimento ou Desenvolvimento? A pergunta central do trabalho se deu, pois, houveram o levantamento de hipóteses como: no mesmo período em que o Estado festeja grande crescimento do PIB, empiricamente percebe-se o aumento da desigualdade social, que é acompanhada pela redução no desempenho dos indicadores que medem o desenvolvimento sustentável. Outra hipótese abordada é que sabendo que o Estado do Mato Grosso tem obtido altos índices de crescimento em seu PIB, e que este é promovido em grande parte pelo Agronegócio, até que ponto não seria este último um fator concentrador de renda e que produz queda no desempenho de indicadores sociais. Para atender a questão problema, levantado através de hipóteses, a pesquisa tem como objetivo geral investigar se o Estado do Mato Grosso se encontra em desenvolvimento segundo a teoria econômica. Assim, primeiramente estudou-se a teoria econômica para diferenciar o crescimento de desenvolvimento. Após, analisou-se a melhor forma de dimensionar critérios que pudessem avaliar se há desenvolvimento. Diante disto, adotou-se os critérios sugeridos pela Organização das Nações Unidas, levantadas na Agenda 21, que impôs uma série de indicadores denominados como IDS (Indicadores de Desenvolvimento Sustentável), onde a pesquisa buscou situar o Estado de Mato Grosso frente a estes indicadores. Por fim, analisou-se o período em que o Estado vem apresentando altas taxas de crescimento econômico, com os dados obtidos em resultados dos IDS no mesmo período. Para atender metodologicamente tal pesquisa, classificou-se a mesma como uma Pesquisa Básica Pura, que quanto aos objetivos classifica-se como descritiva e de abordagem quantitativa. Possui método indutivo e de procedimentos bibliográficos.

Palavras-chave: Crescimento econômico. Desenvolvimento econômico. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Agenda 21. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The state of Mato Grosso has had high rates of economic growth over the last two decades. Its growth data is therefore significant when compared to Chinese growth rates. The context for this dissertation is an empirical discourse that can be observed in government, political, business and general media channels. The discourse is that Mato Grosso is a state undergoing full-blown development. This, consequently, ends up attracting ever more workers seeking to follow their dreams of participating in this “fecund development.” In this regard, this research seeks to orient the reader to the idea that, in order to have economic development, it is necessary to monitor the development of every area that is an indicator of quality of life. Only in this way can growth lead to development, which, in turn, should happen with sustainability. Therefore, over the course of reading this dissertation, an answer will be presented to the problem question: Is Mato Grosso Growing or Developing? The central question of the dissertation is therefore analyzed through the examination of hypotheses such as: during the same period in which the state is celebrating high GDP growth, there is empirical evidence of increasing social inequality, which is accompanied by a reduction in the performance of the indicators that measure sustainable development. Another hypothesis examined is that, knowing that the state of Mato Grosso has achieved high GDP growth rates and that this is driven in large part by agribusiness, to what degree is agribusiness a driver in the concentration of income and a factor producing a decrease in the performance of social indicators. To address this problem question, raised through hypotheses, the general goal of the research is to investigate whether the state of Mato Grosso is undergoing development according to economic theory. Economic theory is therefore studied first to differentiate growth from development. Next, the best manner of correctly dimensioning criteria that could evaluate whether there is development are analyzed. To this end, the criteria suggested by the United Nations, put forward in Agenda 21, which provides a series of indicators called ISD (Indicators of Sustainable Development), are adopted. The research seeks to situate the state of Mato Grosso in relation to these indicators. Finally, the period during which the state of Mato Grosso has shown high economic growth rates is analyzed, using the data obtained in results from the ISDs during the same period. For methodological purposes, this survey is classified as pure basic research, while regarding its objectives it is classified as descriptive and regarding its approach it is classified as quantitative. It uses the inductive method and follows bibliographic procedures.

Key words: Economic Growth. Economic Development. Indicators of Sustainable Development (ISD). Agenda 21. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estimativa de emissões líquidas de origem antrópica de gás carbônico por setor no Brasil - 1990 a 2010.....	49
Figura 2 - Estimativa das emissões de origem antrópica de monóxido de carbono (CO) por setor no Brasil - 1990 a 2010.....	50
Figura 3 - Estimativa das emissões de origem antrópica de gás metano (CH ₄) por setor no Brasil - 1990 a 2010.....	51
Figura 4 - Estimativas anuais de emissões de gás carbônico (CO ₂), por setores de emissão no Brasil - 2000 a 2014.....	52
Figura 5 - Estimativas anuais de emissões de óxido nitroso (N ₂ O) por setores de emissão no Brasil - 1990 a 2010.....	53
Figura 6 - Utilização de fertilizantes por unidade de área no Brasil em 2012	55
Figura 7 - Comercialização anual de agrotóxicos no Brasil - 2000 a 2012.....	57
Figura 8 - Proporção de agrotóxicos comercializados no Brasil por classes de periculosidade ambiental - 2009 a 2014	58
Figura 9 - Proporção das terras em uso com lavouras em relação ao total da superfície territorial, segundo as grandes regiões e as Unidades da Federação em 2012	60
Figura 10 - Proporção de focos de calor na Amazônia Legal em relação ao total de focos no Brasil - 2014 a 2016.....	62
Figura 11 - Desflorestamento bruto anual em relação à área total das Unidades da Federação que formam a Amazônia Legal - 2001 a 2015	64
Figura 12 - A motosserra a todo vapor	65
Figura 13 - Pressão nas fronteiras	66
Figura 14 - População em domicílios particulares urbanos permanentes com abastecimento de água – 2004 a 2015	67
Figura 15 - Proporção de moradores em domicílios particulares permanentes com sistema de esgotamento sanitário adequado – 2012	69
Figura 16 - População residente em domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a coleta de lixo em 2012	71
Figura 17 - Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes com sistema de esgotamento sanitário através de rede coletora de esgotos do ano 2004 a 2015 ...	73
Figura 18 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população – Brasil - 1940 a 2010	79

Figura 19 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população – 2000 a 2010	80
Figura 20 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população – 2000/2010.....	81
Figura 21 - Taxa de fecundidade total – Brasil ano 2000 a 2016.....	83
Figura 22 - Razão de dependência de jovens e idosos - Brasil - 1992 a 2012	84
Figura 23 - Razão de dependência total, segundo as Grande Regiões e as Unidades da Federação - ano 2012.....	85
Figura 24 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento Brasil do ano 2005 a 2015	87
Figura 25 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação no ano de 2013, 2014 e 2015.....	88
Figura 26 - Taxa de desocupação Brasil - 1º semestre de 2018	90
Figura 27 - Evolução da taxa de desocupação Brasil de 2012 a 2018.....	90
Figura 28 - Proporção de domicílios permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar per capita de até meio salário mínimo entre 1993 a 2015	91
Figura 29 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar per capita de até meio salário mínimo no ano de 2012.....	92
Figura 30 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar per capita de até meio salário mínimo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação no ano de 2012.....	93
Figura 31 - Rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo no Brasil de 2004 a 2012	95
Figura 32 - Rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento, por cor ou raça no Brasil de 2004 a 2012.....	95
Figura 33 - Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento total no Brasil em 2012.....	96
Figura 34 - Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos formais no Brasil em 1992 a 2012.....	97
Figura 35 - Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos formais no Brasil, segundo as Regiões e Unidades da Federação em 2012.....	98
Figura 36 - Esperança de vida ao nascer, por sexo, no Brasil entre 2000 a 2012	99
Figura 37 - Gráfico 42: Esperança de vida ao nascer, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação no ano de 2012	100
Figura 38 - Esperança de vida ao nascer, total e por sexo, no Brasil no ano de 2012.....	102

Figura 39 - Taxa de mortalidade infantil no Brasil – Ano 2000 a 2012.....	103
Figura 40 - Taxa de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação no ano de 2012	104
Figura 41 - Prevalência de desnutrição total em crianças menores de 5 anos de idade entre 1974 à 2009 no Brasil.....	106
Figura 42 - Número de estabelecimentos de saúde, por 1000 habitantes, segundo as grandes regiões e as Unidades da Federação no ano de 2009.....	108
Figura 43 - Leitos para internação por 1000 habitantes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2009	110
Figura 44 - Postos de Trabalho médico no Brasil para cada 1000 habitantes em 2009	111
Figura 45 - Postos de trabalho médico por 1000 habitantes, segundo as grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2009	113
Figura 46 - Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, por categorias de doenças no Brasil entre 2000 a 2013	115
Figura 47 - Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, por categorias de doenças no Brasil entre 2000 a 2013	115
Figura 48 - Número total de internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, segundo as grandes regiões e as Unidades da Federação no ano de 2013.....	117
Figura 49 - Taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012.....	119
Figura 50 - Taxa de frequência escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012	120
Figura 51 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo no Brasil de.....	122
Figura 52 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012.....	123
Figura 53 - Proporção de pessoas de 25 a 64 anos de idade, por grupos de anos de estudo, em relação à população total de 25 a 64 anos de idade – Brasil – 1992/2012	124
Figura 54 - Proporção de pessoas de 25 a 64 anos de idade, com 11 anos de estudo, em relação à população total de 25 a 64 anos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação no ano de 2012	125
Figura 55 - Número de títulos de Mestrado concedido no Brasil em 2014 por Unidades da Federação.....	127

Figura 56 - Número de títulos de Doutorado concedido no Brasil em 2014 por Unidades da Federação.....	127
Figura 57 - Domicílios particulares permanentes adequados para moradia, segundo as Grandes Regiões e as unidades da Federação - 2012	129
Figura 58 - Coeficiente de mortalidade por homicídios, por sexo no Brasil - entre 1992 a 2011	131
Figura 59 - Coeficiente de mortalidade por homicídios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2011	132
Figura 60 - Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte terrestre (por sexo) no Brasil entre 1992 a 2011	134
Figura 61 - Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2011	135
Figura 62 - Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte terrestre em 2011	137
Figura 63 - Atos multilaterais relativos ao meio ambiente vigentes no Brasil em 2014.....	145
Figura 64 - Temas tratados nos Atos Multilaterais relativos ao meio ambiente – Brasil – ano de 2014.....	146
Figura 65 - Proporção de municípios com legislação específica, segundo as Grandes Regiões e a Unidades da Federação em 2009.....	148
Figura 66 - Proporção de municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo, segundo as grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012	150
Figura 67 - Proporção dos municípios que participam de comitês de bacias hidrográficas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012	152
Figura 68 - Número de Fundações privadas e associações sem fins lucrativos (FASFIL) por 100.000 habitantes em 2010	154
Figura 69 - Investimentos nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como	156
Figura 70 - Proporção de municípios com Fundo Municipal de Meio Ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012.....	158
Figura 71 - Densidade de serviços telefônicos, fixo e móvel celular no Brasil no período de 1994 a 2012.....	159
Figura 72 - Densidade de telefonia móvel celular, segundo as grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012	160
Figura 73 - Número de usuários de internet, segundo as.....	162
Figura 74 - Proporção da População residente em municípios com Agenda 21 Local, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012	164

Figura 75 - Proporção de articulações interinstitucionais existentes em relação ao total de articulações possíveis, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2011	166
Figura 76 - Produto interno bruto per capita Brasil - ano de 2006 a 2013	171
Figura 77 - Produto Interno Bruto per capita por	172
Figura 78 - Produto Interno Bruto per capita Brasil (a preços) período de 1996 a 2015	173
Figura 79 - Taxa de investimentos Brasil - 1995 – 2014	174
Figura 80 - Valor do saldo comercial, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (2015)	176
Figura 81 - Saldo da Balança Comercial do Brasil - ano de 1992 à 2016.....	177
Figura 82 - Valor do Saldo Comercial da Balança Comercial em 2013	178
Figura 83 - Dívida externa líquida do Brasil em milhões de dólares - 1992 a 2015	179
Figura 84 - Dívida consolidada líquida dos Estados Brasileiros - 2015-2016	180
Figura 85 - Despesas com Pessoal dos Estados Brasileiros – ano de 2016.....	181
Figura 84 - Consumo final de energia per capita no Brasil – 2000 a 2015	182
Figura 85 - Consumo final de energia e PIB no Brasil de 1996 a 2012	183
Figura 86 - Produção total de grãos do Mato Grosso	193

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desempenho do Estado de Mato Grosso em IDS na Dimensão Ambiental	76
Gráfico 2 - Desempenho do Estado de Mato Grosso em IDS de Desenvolvimento na Dimensão Social	142
Gráfico 3 - Desempenho do Estado de Mato Grosso em	169
Gráfico 4 - Desempenho do Estado de Mato Grosso em IDS de Desenvolvimento na	186
Gráfico 5 - Crescimento do PIB do Estado de Mato Grosso de 2000 a 2015	190
Gráfico 6 - Pib Preços Corrente do Mato Grosso x PIB preços corrente do Brasil.....	191
Gráfico 7 - Produtividade do algodão no Estado de Mato Grosso	194
Gráfico 8 - Produção de Milho no Mato Grosso	195
Gráfico 9 - Produção do milho "safrinha" - variação de 2017 para 2018	196
Gráfico 10 - Comparabilidade de produção de milho safrinha nos três estados com maior produção	197
Gráfico 11 - Produção de milho safrinha no Estado de Mato Grosso	197
Gráfico 12 - Produção total de grãos nos Estados com maior produção agrícola no Brasil ..	198
Gráfico 13 - Desempenho do Estado de Mato Grosso em IDS de Desenvolvimento –.....	202

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	23
2.1	CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO	23
2.2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OS ESPAÇOS ECONÔMICOS	29
2.3	A “REVOLUÇÃO VERDE” E A IMPORTÂNCIA À UM “PAÍS AGRÍCOLA”	30
2.3.1	A EMBRAPA neste contexto	31
2.3.2	O papel de empresas multinacionais no setor agrícola	34
2.4	INDICADORES UNIVERSAIS e os ORGANISMOS INTERNACIONAIS	36
2.4.1	A importância ao mundo da ECO 92 como um marco para o conceito de desenvolvimento sustentável	39
2.5	A AGENDA 21.....	40
2.6	A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	42
2.7	OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	43
2.8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
3	O MATO GROSSO NA DIMENSÃO AMBIENTAL.....	46
3.1	OS IMPACTOS NA ATMOSFERA	47
3.1.1	Emissões de origem antrópica dos gases associados ao efeito estufa	47
3.2	OS IMPACTOS NA TERRA	53
3.2.1	O uso de fertilizantes	54
3.2.2	O uso de agrotóxicos	56
3.2.3	Terras em uso agrossilvipastoril.....	58
3.2.4	Queimadas e incêndios florestais.....	61
3.2.5	Desflorestamento na Amazônia Legal	62
3.3	SANEAMENTO.....	67
3.3.1	Acesso a abastecimento de água	67
3.3.2	Acesso a esgotamento sanitário	68
3.3.3	Acesso a serviço de coleta e lixo doméstico.....	69
3.3.4	Tratamento de esgoto	72
3.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74

4	O MATO GROSSO NA DIMENSÃO SOCIAL	77
4.1	POPULAÇÃO	78
4.1.1	Taxa de crescimento da população	78
4.1.2	Taxa de fecundidade total	82
4.1.3	Razão de dependência	83
4.2	TRABALHO E RENDIMENTO	86
4.2.1	Índice de Gini da distribuição do Rendimento	86
4.2.2	Taxa de Desocupação	89
4.2.3	Rendimento domiciliar per capita.....	90
4.2.4	Rendimento médio mensal	94
4.2.5	Mulheres em trabalhos formais.....	96
4.3	SAÚDE	99
4.3.1	Esperança de Vida ao nascer	99
4.3.2	Taxa de mortalidade infantil	102
4.3.3	Oferta de serviços básicos de saúde	106
4.3.4	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	113
4.4	EDUCAÇÃO	117
4.4.1	Taxa de frequência escolar	118
4.4.2	Taxa de alfabetização	121
4.4.3	Taxa de escolaridade da população adulta.....	124
4.5	HABITAÇÃO.....	128
4.5.1	Adequação de moradia.....	128
4.6	SEGURANÇA	130
4.6.1	Coefficiente de mortalidade por homicídios.....	130
4.6.2	Coefficiente de mortalidade por acidentes de transporte.....	133
4.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
5	O MATO GROSSO NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL	143
5.1	RATIFICAÇÃO DE ACORDOS GLOBAIS.....	143
5.2	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....	146
5.3	CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE	149
5.4	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	151
5.5	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	153

5.6	CAPACIDADE INSTITUCIONAL	155
5.6.1	Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).....	155
5.6.2	Fundo Municipal do Meio Ambiente	156
5.6.3	Acesso aos serviços de telefonia	159
5.6.4	Acesso à Internet.....	161
5.6.5	Agenda 21 local	163
5.6.6	Articulações interinstitucionais dos municípios.....	165
5.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
6	O MATO GROSSO NA DIMENSÃO ECONÔMICA.....	170
6.1	PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB PER CAPITA).....	170
6.2	TAXA DE INVESTIMENTO	174
6.3	BALANÇA COMERCIAL	175
6.4	GRAU DE ENDIVIDAMENTO	179
6.5	CONSUMO DE ENERGIA PER CAPITA.....	181
6.6	INTENSIDADE ENERGÉTICA.....	183
6.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
7	MATO GROSSO, UM ESTADO EM CRESCIMENTO ECONÔMICO	188
7.1	O ESTADO DE MATO GROSSO E SEU POTENCIAL PRODUTIVO	188
7.2	CULTURAS IMPACTANTES NO PIB DE MATO GROSSO	192
7.2.1	O impacto da produção de algodão, milho e soja no processo de crescimento econômico de Mato Grosso	193
7.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
8	CONCLUSÃO.....	200
	REFERÊNCIAS.....	205

1 INTRODUÇÃO

Muito tem se comentado e afirmado no meio político, nas repercussões da imprensa falada e escrita, bem como nos meios acadêmicos, que o Estado de Mato Grosso está em amplo desenvolvimento. Através da literatura econômica, percebe-se que não se pode confundir desenvolvimento com crescimento econômico. Desta forma, este trabalho busca contextualizar um estudo através de pesquisa e análise de indicadores que possam dimensionar o Estado frente aos vários âmbitos que, quando possuem desempenho satisfatórios podem levar a uma constatação de factual desenvolvimento. Sendo assim o trabalho busca efetivamente entender se o fenômeno que este Estado apresenta pode ser contextualizado como um processo de desenvolvimento econômico, gerando desta forma a questão problema que é: Mato Grosso, um Estado em Crescimento ou Desenvolvimento?

Para buscar resolver a questão problema, a pesquisa tem como objetivo geral investigar se o Estado de Mato Grosso se encontra em desenvolvimento segundo a teoria econômica. Para tal, busca-se atender objetivos secundários, sendo:

- a) estudar conceitualmente as teorias do crescimento e desenvolvimento econômic
- b) pesquisar os principais indicadores de Desenvolvimento, utilizando-se dos IDS¹ que o Estado de Mato Grosso apresenta comparando-os com os demais estados da Federação e
- c) analisar os indicadores obtidos através da pesquisa que se referem a Desenvolvimento Sustentável (com os IDS), comparando-os com os dados do mesmo período que indicam o crescimento do Estado.

A questão problema teve origem nas seguintes hipóteses levantadas:

- a) no mesmo período em que o Estado de Mato Grosso comemora grandes taxas de crescimento no PIB, há empiricamente o crescimento da desigualdade social.
- b) há uma redução no desempenho dos indicadores que medem o desenvolvimento sustentável.
- c) o principal responsável pela expansão do PIB no Estado é o Agronegócio. Até que ponto, ele não é um dos responsáveis por esta diferença entre um período de

¹ IDS: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (são indicadores disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de acompanhar a sustentabilidade do país. Estes indicadores seguem o marco ordenado a partir de 2001 com revisão em 2007 pelas Organização das Nações Unidas (ONU) e que são organizados em 4 dimensões: Ambiental, Social, Econômica e Institucional).

crescimento econômico com queda de desempenho nos indicadores de desenvolvimento?

A pesquisa justifica-se, visto que vive-se em um mundo capitalista e globalizado, onde se observam sucessivas crises, práticas de comercializações locais, nacionais ou internacionais com efeitos imediatos na economia cíclica, seja em sua análise micro ou macroeconômica. Para Ram Charan (2005), o mundo econômico globalizado de hoje, obriga que as organizações tenham gestão e gestores que ampliem as respectivas perspectivas desta realidade, e desta forma, naturalmente precisam emergir nesta situação com capacidade de reflexão sobre os negócios disponíveis em qualquer lugar. Tais efeitos contribuem com uma conjuntura que provoca mudanças nos ciclos econômicos, por conseguinte, processos de expansão, recessão e estagnação econômica. Empiricamente, percebe-se que todas estas variáveis acabam afetando muitas vezes a confiança de investidores, seja de forma positiva ou negativa. Quando este impacto for negativo, caminha-se para efeitos recessivos. No entanto, mesmo em meio a crises, localidades ou regiões são capazes de transportar o empreendedor ao sucesso, garantindo-o um ciclo de expansão e prosperidade. No entanto, a palavra “ciclo” torna-se essencial, visto que ele jamais é um processo consolidado.

Com uma economia em expansão, mesmo o país atravessando uma das piores crises de sua economia, o PIB mato-grossense vem apresentando sucessivos crescimentos, fechando o ano de 2015 com o segundo maior crescimento do indicador no país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2002 a 2014, a elevação do indicador foi de 105%, o que representa um crescimento médio de 6% ao ano.

É neste ciclo econômico que o Mato Grosso tem se destacado em sua vocação e capacidade produtora no setor primário, obtendo índices de extrema notoriedade no cultivo de soja, milho e algodão, bem como na produção de carnes. O estado contribui com estes produtos que respondem por uma fatia considerável no mercado nacional. Segundo a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), das exportações do Estado, 48% tem impacto direto da soja, que quando somado aos seus derivados e ao milho chega a 77%.

Todavia longa é a caminhada para um desenvolvimento sustentável ou sustentado de um estado jovem. Logo, o presente trabalho justifica-se para a sociedade, no sentido que aponta indicadores e necessidades que as políticas públicas devem ser capazes de verticalizar esta potencialidade, gerando mais capacidade de renda e de valor agregado aos seus cidadãos. Para a academia, o trabalho traz a contextualização de um estudo que busca comprovar se

realmente este desenvolvimento propagado não passa de um crescimento que acaba, em suas vias, concentrando renda e ocasionando um retrocesso nos indicadores que apontam ao desenvolvimento propagado, distribuindo ainda mais pobreza. São as percepções de ciclos, crescimento e desenvolvimento com sustentabilidade.

Para Kelm (2002), pesquisa é uma forma de investigar problemas teóricos ou práticos sobre um determinado problema através de uma metodologia, ou seja, através de um processo científico.

Assim, metodologicamente, buscou-se classificar a presente pesquisa, em cinco categorias essenciais.

A primeira, diz respeito à Finalidade da Pesquisa, que neste caso, classifica-se como básica pura, visto que tem como principal objetivo a ampliação do conhecimento do autor. Segundo Gil (1999), este tipo de metodologia busca a obtenção de conhecimento sem preocupar-se com a aplicabilidade e suas consequências práticas. Logo, é necessário para classificar uma pesquisa como Básica Pura, o entendimento ou descobertas sobre novos fenômenos, além de gerar conhecimentos estruturados sobre determinado tema. Requer ainda que o autor tenha conhecimentos obtidos para produzir artigos, a partir desta pesquisa. E tem como característica fundamental a curiosidade sobre determinado tema através de uma motivação pessoal. Todos estes pontos estão classificados na presente pesquisa, sendo impossível sua classificação como Pesquisa Aplicada ou ainda como Pesquisa Básica Estratégica.

Em segundo lugar, quanto aos objetivos da pesquisa, está classificada como uma pesquisa Descritiva. Para Martins (1994) pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos. Portanto, ela estabelece relações entre as variáveis no objeto do estudo analisado, fator que foi preponderante em toda a presente pesquisa. Por outro lado, seu método é descritivo, pois os dados foram analisados por meio de observação e registro de análise. A partir de um panorama da realidade de crescimento do Estado de Mato Grosso (objeto analisado), se buscou determinados indicadores sociais, econômicos, ambientais e institucionais que identificam a aparência ou não de sinais de desenvolvimento. Ambos os conceitos, ou seja, de crescimento e desenvolvimento são apresentados na revisão da literatura.

Já, no que diz respeito à abordagem (terceiro ponto) reúne característica de pesquisa quantitativa, pois apresenta parâmetros de estudos estatísticos realizados em pesquisas.

Também leva em consideração a objetividade, ou seja, seus resultados podem ser quantificados por meio da análise de dados e a utilização de ferramentas estatísticas. Como Kelm (2002) explica, uma pesquisa quantitativa se dá quando busca-se responder a uma questão problema. Sendo assim, a quantificação pode ser buscada de duas formas, sendo através de coleta de informações ou trabalhando dados ou estatísticas já coletadas para posterior análise e apresentação. No caso desta pesquisa, a segunda forma justifica a pesquisa ser quantitativa. Outro ponto que o qualifica como quantitativa está em uma definição de Silva e Menezes (2001), que define as pesquisas quantitativas como aquelas que buscam em situações ou temas específicos validar uma hipótese de forma estatística, sem que obrigatoriamente entenda-se as motivações das respostas. Toda esta pesquisa trabalhou em fontes estatísticas buscando a confirmação ou não das hipóteses levantadas e respondendo os objetivos.

No quarto quesito analisado, ou seja, quanto ao método, classifica-se como indutivo, pois é o método que na lógica, após considerar uma amostra suficiente de casos particulares conclui uma verdade geral. Diante dos fatos, buscou-se através de amostras de Indicadores que medem o Desenvolvimento Sustentável, caracterizar o Estado de Mato Grosso como um estado que esteja apresentado um crescimento ou desenvolvimento econômico.

Por fim, analisando a quinta categoria, a pesquisa classifica-se quanto aos Procedimentos como pesquisa bibliográfica. Segundo Kelm (2002), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se como aquela realizada a partir de livros, artigos, publicações periódicas, páginas de web, relatórios de seminários ou ainda anais de congressos científicos. Desta forma, o pesquisador não vai à campo realizar uma pesquisa própria, mas utiliza-se de documentos bibliográficos já levantados para a partir deles analisar frente aos seus objetivos, buscando resoluções que atendam os mesmos, bem como, satisfaçam as suas hipóteses levantadas.

Uma das etapas importantes de uma pesquisa é seu planejamento. Se bem estruturado, o planejamento facilita a realização do estudo, orienta seu desenvolvimento e previne o pesquisador contra possíveis desvios dos objetivos propostos. De acordo com Gil (1999), o delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas.

Dessa forma, o delineamento não deve ser engessado, seguindo uma única metodologia preestabelecida, e sim, representar o plano da pesquisa, observando as limitações e necessidades impostas pelo estudo a ser realizado.

A presente pesquisa é constituída inicialmente por uma revisão literária sobre conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, que serve para direcionar a identificação de prováveis variáveis e atributos de estudo que podem ser chamadas de proposições. Após, buscou-se fundamentar a importância do uso dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), a fim de que a pesquisa tivesse um parâmetro para analisar os objetivos propostos. De posse dos IDS, buscou-se analisá-los em duas dimensões: a comparabilidade com o Brasil e a realidade do Estado de Mato Grosso. Foi necessário ainda, estudar a real composição de dados econômicos do Estado, que deu condições de responder ao problema da pesquisa, ou seja, identificar se o fenômeno que ocorre no Estado de Mato Grosso é desenvolvimento ou simplesmente crescimento econômico.

Discutindo a construção de uma pesquisa, Bauer e Gaskell (2015) afirmam que toda pesquisa social empírica seleciona evidência para argumentar e necessita justificar a seleção que é a base de investigação, descrição, demonstração, prova ou refutação de uma afirmativa específica. A partir dessa compreensão, passou-se a ordenar o caminho, organizando elementos para a coleta de dados no intuito de atingir o propósito dessa dissertação. Desse modo, iniciou-se pelo universo, que se caracterizava em identificar quais os dados e informações já existentes seriam capazes de ajudar na solução da questão problema. A pesquisa foi organizada para identificar ou reconhecer, se o processo na economia do Estado de Mato Grosso pode ser caracterizado realmente como desenvolvimento. Logo, o objeto de estudo, é o Estado de Mato Grosso. A partir de dados e indicadores que comprovam o crescimento econômico do Estado de Mato Grosso, buscou-se pesquisar e analisar os principais indicadores que comprovam se este crescimento está levando a um desenvolvimento, capaz de gerar renda agregada com sustentabilidade, refletindo-se em melhores dados de distribuição de renda, menor desemprego, melhoria nos índices educacionais, melhoria nos índices de saúde, de habitação e de segurança; ou seja, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida de todos os mato-grossenses. Assim, o trabalho tem como área estudada geograficamente o estado de Mato Grosso. Mas para que esta identificação fosse possível, usou-se sempre a comparabilidade com os demais estados ou regiões do Brasil e em alguns casos com dados internacionais. Em critérios de indicadores a serem estudados, delimitou-se indicadores que possam constatar uma comparação frente a

teoria econômica de desenvolvimento e do crescimento, trabalhando-se assim com os IDS mais diretamente ligados ao Estado de Mato Grosso. Por fim, na questão cronológica, buscou-se um estudo evolutivo a partir do ano 2000 (no caso destes indicadores já serem controlados), consolidando assim quase duas décadas de pesquisa, estudo e análise.

2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A Economia e o desenvolvimento regional buscam retratar as realidades de uma dinâmica que apresenta em suas abordagens as questões regionais e de espaços econômico. Para contextualizar esta dinamicidade econômica com que o estado de Mato Grosso vem se impondo no contexto nacional, é de suma importância ter alguns fundamentos teóricos bem definidos, a fim do entendimento amplo e de suas premissas.

2.1 CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO

O crescimento econômico tem sido um dos campos mais ativos da teoria econômica. Segundo Jones e Vollarth (2015), ele é gerado pelo acréscimo ou aumento de mercadorias ou serviços produzidos que se dá em determinada economia em um determinado período. Na prática mais tradicional, a forma de se medir este crescimento é através do Produto Interno Bruto (PIB).

- a) crescimento sustentado: é o resultado da ampliação da capacidade produtiva potencializada de uma economia com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social. Portanto, sustentado refere-se a um ciclo de crescimento econômico constante e duradouro porque é assentado em bases consideradas estáveis e seguras;
- b) crescimento sustentável: difere-se do crescimento sustentado, pois significa apenas estar apto ou passível de sustentação, todavia o "crescimento sustentado" é aquele que já possui fatores que indicam uma sustentação e aptidão a ser duradouro, visto estar assentado em bases consideradas estáveis e seguras.

Por outro lado, não existe apenas um conceito específico para o desenvolvimento. Para alguns autores como Veloso e Ferreira (2013), desenvolvimento é sinônimo de crescimento. Estes consideram que um país é subdesenvolvido quando cresce menos que os desenvolvidos, possuindo recursos ociosos como terra e mão-de-obra. Como estes elementos são ociosos, a economia cresce abaixo de suas possibilidades. Para outra corrente de pensadores como Giambiagi, Castro e Villela (2016), entende-se que o crescimento é indispensável ao desenvolvimento, porém, não suficiente. Eles emergem de modelos que enfatizam apenas o acúmulo de capital, ou seja, sustentam que o crescimento econômico que distribui a renda

entre os proprietários e os fatores de produção desenvolvem de forma normais os padrões de vida e o desenvolvimento econômico como um todo.

Todavia, a realidade ou a experiência demonstram que o crescimento não pode ser confundido com desenvolvimento, visto que os benefícios do primeiro nem sempre beneficiam o todo da economia e com ela a sua população.

Com o crescimento econômico, pode haver uma série de efeitos contrários, que podem impactar na afirmação anterior, tais como:

- a) A transferência do excedente de renda para outros países, reduzindo a capacidade de importar e de realizar investimentos;
- b) Apropriação de parcelas crescentes desse excedente por poucas pessoas no próprio país, aumentando assim a concentração da renda e da riqueza;
- c) Salários básicos extremamente baixos que limitam o crescimento dos setores que produzem alimentos e outros bens de consumo mais populares;
- d) Empresas tradicionais não conseguem desenvolver-se pelo pouco dinamismo do setor de mercado interno;
- e) Dificuldades para implantação de atividades interligadas às empresas que mais crescem, exportadoras ou do mercado interno. (SOUZA, 1999, p. 21).

Desta forma, há uma divergência entre o mero crescimento com o efetivo desenvolvimento. O crescimento tem uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento é muito mais profundo, ou seja, acompanhado do crescimento, ele provoca mudanças qualitativas no modo de vida da população, das organizações e instituições e de toda a estrutura produtiva. Para Souza (1999) o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população. Já Veloso, Ferreira e Pessoa (2013), chamam atenção para uma questão fundamental. Segundo eles, há um questionamento que é o por que alguns países são mais ricos que outros. Citam que em 2009, a renda per capita dos Estados Unidos equivalia a 36 vezes a de Uganda, 13 vezes a da Índia, seis vezes a da China e o dobro de Portugal. No entanto, existe grande heterogeneidade de crescimento destes países. Porém, um reflexo simples que se concentra na disparidade enorme da produtividade do trabalhador reflete na desigualdade de renda entre os países. Neste ano, por exemplo, estudos mostram que para cada trabalhador americano precisava-se 10 indianos, 7 chineses e 2 portugueses. Essas experiências comparadas, podem estar correlacionadas por exemplo com indicadores de qualidade de vida (como educação, habitação, renda per capita), pertencentes ao conceito de desenvolvimento.

Esta última corrente, segundo os economistas do desenvolvimento, implica significativamente em mudanças de estruturas econômicas, sociais, institucionais e políticas.

Os chamados agentes produtivos envolvidos no processo devem ter melhoria da produtividade e da renda média.

Sendo assim, pode-se definir desenvolvimento econômico como:

Um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem a composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como da estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno. (CHENERY, 1981 *apud* SOUZA, 2007, p.6).

Quanto ao termo de economia “tradicional”, a mesma é empregada como uma economia de subsistência ou informal. Poderia se afirmar que o setor tradicional é aquele que produz os bens de consumo corrente sem emprego de tecnologia e com baixos investimentos, sendo eles, geralmente agrícolas e de consumo interno, destinados ou não ao mercado. Já o setor de subsistência geralmente são unidades consumidoras familiares e que sua produção é destinada ao próprio consumo. Como este último vende casualmente ao mercado, os termos tradicional e de subsistência tendem a se confundir. Fato é que eles se diferem do setor moderno, capaz de uma produção com alta intensidade de capital, de intelectualidade e de tecnologia.

A abordagem do tema, revela algumas diferenças substanciais entre a teoria econômica defendida na história no que define desenvolvimento econômico. Sendo assim, busca-se contemplar neste estudo de forma clara e resumida a concepção sobre o desenvolvimento por alguns pensadores econômicos.

Para a abordagem clássica de modelo de crescimento de Adam Smith, David Ricardo Stuart Mill e outros,

A mudança econômica depende do crescimento demográfico, dos rendimentos decrescentes da agricultura e do conflito distributivo entre salários, lucros e rendas. Muitas vezes, questões de eficiência conflitam com questões de equidade. Por exemplo, inovações técnicas que recuam a margem extensiva podem representar desemprego de trabalhadores, embora os salários reais cresçam e a renda da terra diminua. (SOUZA, 1999, p. 123).

Já Alfred Marshall em sua visão neoclássica defende que

A harmonia individual produz a harmonia social. A eficiência da firma se reproduz no agregado; há um círculo virtuoso entre poupança, acumulação, inovações tecnológicas, crescimento, distribuição e desenvolvimento. Ao estado caberia a função de preservar esta harmonia e a estabilidade social, assegurando a liberdade individual e o direito da propriedade. Isto seria feito atuando

basicamente em áreas sociais básicas, como segurança pública, saúde e educação. (SOUZA, 1999, p. 124).

Na visão Marxista do desenvolvimento se atribui de uma forma cíclica e com conflito distributivo.

Para Karl Marx, o progresso técnico produz períodos de prosperidade, enquanto as contradições internas do modo de produção provocam crises periódicas cada vez mais prolongadas, exacerbando os conflitos sociais. Enquanto para os clássicos o problema de distribuição se centra entre os capitalistas arrendatários e os proprietários de terras, para Marx o conflito distributivo ocorre entre os capitalistas e os trabalhadores, detentores da força de trabalho. (SOUZA, 1999, p. 143).

Entretanto, a teoria Keynesiana indica que o estabelecimento do princípio da demanda efetiva, como fator determinante do nível da oferta agregada, representou um progresso na evolução do pensamento econômico.

John Keynes afirma que a ideia reitora da economia clássica de que a oferta gera sua própria demanda só se apresenta integralmente válida em condições especiais. Assim, o aumento do investimento leva, efetivamente, à contratação de trabalhadores e à realização de gastos pelas firmas na compra de produtos intermediários. Contudo, a expansão da demanda não se mostra suficiente para igualar-se à oferta pelo princípio da utilidade marginal decrescente do consumo e pela tendência à redução da massa salarial na renda. Logo, ele aponta também o problema da rigidez de salários que leva ao desemprego involuntário que acaba afetando o nível da demanda agregada. Da mesma forma, uma redução na propensão marginal a consumir ou na propensão a investir conduz a uma situação em que os investimentos realizados não se mostram suficientes para elevar a demanda agregada ao nível desejado. Portanto, o menor volume resultante da renda ajustada a poupança em um nível de equilíbrio com desemprego. A hipótese de investimento não ser compatível com o pleno emprego exige que outros elementos exógenos estejam em crescimento, para elevar desta forma a demanda efetiva. Assim, a expansão dos gastos do governo e o aumento das exportações, em situações de ociosidade, aparecem na economia keynesiana como elementos essenciais para elevar a economia ao desenvolvimento com situações próximas ao pleno emprego que gerará um ciclo de desenvolvimento. (SOUZA, 1999, p. 171).

Contrapondo a abordagem Keynesiana, Michal Kalecki contribui para o entendimento do funcionamento com desenvolvimento em uma economia capitalista com seu aprofundamento do princípio da demanda efetiva².

Para ele, o investimento, o consumo dos capitalistas, os gastos do governo e as exportações constituem variáveis fundamentais na determinação do nível da atividade econômica. Com o consumo dos capitalistas e, de certo modo, os gastos do governo e as exportações, dependem do nível do investimento anterior. A variável investimento também assume importância fundamental em sua análise. No entanto, o nível de investimento depende do montante de recursos próprios das empresas, do nível dos lucros e da variação do estoque de capital fixo. Todavia o

² Princípio da Demanda Efetiva: quando o nível do produto agregado e da renda é determinado pela demanda.

investimento efetuado em um ano base pode ser superior ao volume de recursos disponíveis, se os empresários utilizarem crédito de fontes internas e externas. Logo, o problema do financiamento do investimento mostra-se crucial em uma economia em desenvolvimento. Desta forma, tendo em vista que o investimento possui dupla função, aumentando tanto o gasto como a capacidade produtiva, a poupança não se apresenta como elemento limitante. Havendo capacidade ociosa na economia, o financiamento externo e o aumento das exportações são fundamentais para a expansão do nível do investimento e do nível de emprego. (SOUZA, 1999, p.165-171).

O desenvolvimento econômico segundo a abordagem Shumpeteriana se traduz em mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas do fluxo circular, alterando sua estrutura e as condições do equilíbrio original.

Para Joseph Schumpeter, o aumento das condições à disponibilidade de bens per capita, em razão da maior taxa de crescimento da produção em relação à população. Melhora a qualidade dos produtos e serviços, assim como da renda média dos indivíduos. Isso ocorre pela expansão do volume de negócios, pelas inovações e pela disputa por fatores de produção por parte dos empresários. Desta forma, o dinamismo da economia deriva da ação do empresário inovador, que põe em prática novos processos de produção, gera novos produtos e abre novos mercados. Saindo da rotina do fluxo circular, onde adotava antigos processos, esse empresário lança mão do crédito bancário, que lhe possibilita investir em pesquisa ou adotar pacotes tecnológicos disponíveis, construir novas fábricas, lançar novos produtos, bancar campanhas publicitárias e assim sucessivamente. Desta forma, para a teoria schumpeteriana a função da produção é uma interpretação das inovações, visto que, o deslocamento da função da produção e a oferta de novos produtos, por constituir-se novidade sempre encontra demanda. (SOUZA, 1999, p. 195).

Enfim, na abordagem segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), há a defesa pelo processo de industrialização:

A CEPAL defende no início dos anos 1950, a industrialização por substituição de exportações como o caminho para alcançar o desenvolvimento econômico com a participação ativa dos Estados nacionais. No entanto, a partir dos anos 1990, a CEPAL assume uma postura neoestruturalista, com a agenda de transformação produtiva com equidade, na qual o Estado passa a atuar como mero coadjuvante das forças de mercado. Assim, o pensamento neoestruturalista se aproxima ao pensamento único dominante. (BOCCHI; GARGIULO, 2014, p. 2).

Desta forma, após a teoria de vários pensadores, observa-se que este entendimento é de fundamental importância para vislumbrar a prática do que está ocorrendo no processo produtivo e de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso atualmente.

Entretanto, há uma forma que a economia tem para dimensionar este crescimento, bem como o desenvolvimento econômico. Um dos principais fatores que identificam o

crescimento de um país, estado ou região, é o Produto Interno Bruto (PIB). Assim, é de fundamental importância entender o que a teoria relata sobre o assunto.

Logo, em se tratando da avaliação do desempenho das atividades econômicas de uma certa região, é importante que possa ser mensurada a contabilidade regional da mesma, onde variáveis indispensáveis podem ser destacadas, entre elas, o investimento, exportações e importações, consumo, gastos governamentais e outros. Para Clemente (2000), a contabilidade regional desencadeia-se em uma contabilidade social, visto que envolve variáveis ou agregados econômicos que exprimem um balanço destas variáveis que vão demonstrar a capacidade de crescimento com desenvolvimento ou não de determinado local.

Então:

Sendo o objetivo principal da contabilidade regional o de medir a atividade econômica de certa região, maior importância deverá ser atribuída aos fluxos. Entre esses fluxos, o PIB é o que merece maior destaque, pois representa o valor total dos bens e serviços produzidos em certo período. (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 24).

Assim, o PIB para a macroeconomia, é um dos principais indicadores utilizados, pois busca mensurar a atividade econômica de uma região.

Já, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é um mensurador do desenvolvimento econômico, visto que foi desenvolvido pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq em 1990, vem sendo utilizado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) desde 1993. Tem como principal objetivo, focar no desenvolvimento das pessoas em um processo de desenvolvimento econômico. Desta forma, tem o caráter de ser uma medida que compara o desenvolvimento humano entre os países, classificando-os em desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvimento. Compõem as estatísticas do indicador em nível nacional, dados como a expectativa de vida do nascer do cidadão, seu grau de educação, sua renda per capita através do PIB. Todos estes dados, vão contribuindo para a formação de um determinado padrão de vida ou padrão social.

Para Souza (2008), o IDH compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OS ESPAÇOS ECONÔMICOS

Segundo Clemente (2000), o autor François Perroux conceitua como espaços econômicos aqueles que são de possibilidade útil e definem as relações quando os seres econômicos ocupam determinados espaços geográficos para a exploração de uma atividade econômica.

Ele dividiu estes espaços de 3 formas. São eles:

- a) espaço de planejamento: os planos de desenvolvimento regional constituem-se um clássico exemplo para limitar uma região de planejamento, visto que este espaço provém do ato de planejar com o estudo de atividades que vão provisionar uma tomada de decisão. Assim sendo, caracteriza-se para uma organização empresarial (por exemplo), no espaço que ela vai envolver as suas ações negociais, como compra e venda, planos logísticos de plantas industriais, etc.;
- b) espaço polarizado: tem origem na concentração de população e de produção, visto ser um campo de forças, ou seja, que contem forças de atração e repulsão. Por exemplo, uma grande empresa exerce poderosa força na atração de fornecimento de insumos e na captação da mão de obra, enquanto por outro lado, possui uma força repulsiva na concorrência. Para Clemente (2000), as áreas metropolitanas constituem-se num exemplo muito claro, onde por serem um grande polo urbano, concentram atividades industriais, comerciais e de serviços e fazem com que os centros menores sejam dominados com extrema frequência. Resume-se então a um espaço diferenciado e funcionalmente integrado;
- c) espaço homogêneo: é definido como constante no aspecto de interesse econômico, visto que as variáveis como renda, preço, produção e tantas outras do domínio econômico podem ser de utilidades delimitativas para tal espaço. Logo, considera-se um espaço uniforme.

É fato que estes espaços estão inseridos em regiões políticas, administrativas e por fim em um mundo globalizado.

A globalização e a formação de mercados comuns representam um desafio para o analista regional, à medida que enormes regiões de grande complexidade estão se formando. Pode parecer pretensioso e arriscado entender o conceito de região a esses novos espaços porque as regiões tradicionalmente foram vistas como espaços subnacionais. Entretanto observa-se que nesse novo cenário, as relações econômicas entre países assumem a forma que antes eram de exclusividade das

relações econômicas internas aos países e torna-se evidente a necessidade de se admitirem regiões supranacionais. (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 20).

Além da economia aberta como todo em um processo de importações e exportações com qualquer espaço do mundo, os mercados internacionais podem se dividir em duas formas:

- a) comunidades econômicas: é o nível mais elevado de uma integração, pois requer princípios básicos de um “espaço” entre os países, tais como: entre os membros pertencentes a venda de mercadorias e serviços é livre, os fatores de produção possuem livre acesso de circulação entre o espaço da comunidade e a moeda é única, assim sendo, a política monetária e fiscal também são únicas;
- b) mercados comuns: representam um nível mais baixo de integração quando comparados às comunidades econômicas, visto não possuem uma moeda única, não exigindo desta forma que haja uma única política fiscal e monetária. Assim sendo, sofrem maior impacto com as variações cambiais.

2.3 A “REVOLUÇÃO VERDE” E A IMPORTÂNCIA À UM “PAÍS AGRÍCOLA”

A política de industrialização começou nos anos 30, comandando a política econômica de 1950 a 1985. Desta forma, o Brasil passou a se industrializar e acabou no processo de urbanização. Nas décadas de 50 a 60, o Brasil adotou uma política de preferência da expansão do setor agrícola através do aumento da produtividade pela inserção da terra à produção com tecnologia tradicional. Para Alves, Souza e Marra (2013), com a urbanização, a liderança rural perdeu muito do seu poder para o complexo industrial. Assim, o complexo urbano industrial assumiu a liderança da agricultura moderna e o agronegócio passou a ser o seu “filho” mais ilustre. No entanto, eram precisos e necessários a modernização e o aumento da produtividade no campo, fazendo com que o país pudesse fortalecer o seu mercado interno e exportar em grandes escalas.

Todavia, esta necessidade de aumento capacitado de produção agrícola era uma demanda do mercado internacional. Neste sentido, a expressão Revolução Verde surgiu em Washington (Estados Unidos) na década de 60 percebida por uma série de razões que modernizava o setor agrícola. Segundo os Editores Técnicos da Embrapa Buianin, Alves, Silveira e Navarro (2014) o programa que buscava o desenvolvimento completo da agricultura com o objetivo de aumentar consideravelmente a produção através do

desenvolvimento de pesquisas em sementes, tecnologias de fertilização, bem como, um processo de modernização de maquinário agrícola. Modificar a genética de sementes em laboratórios seria capaz de desenvolver a resistência contra pragas e doenças das culturas, que somados com a aplicabilidade de agrotóxicos e fertilizantes aumentaria a produtividade. O programa realmente atingiu o seu objetivo, todavia não foi o fim da fome no mundo, visto que a produção dos países subdesenvolvidos acaba sendo destinada a países mais ricos ou desenvolvidos.

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, o programa realmente fez aumentar e muito os níveis de produção. O processo no Brasil se deu durante o regime militar (principalmente nas décadas de 1960 e 1970) desencadeando o fenômeno do então chamado “milagre brasileiro”. Houve desenvolvimento de pesquisas em universidades, destacando-se principalmente a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1973. Esta empresa seria a grande responsável por impulsionar a “revolução verde” no Brasil. Os efeitos mais notórios começaram a ser colhidos na década de 90, transformando o país num verdadeiro celeiro mundial e recordista na produção agrícola.

No entanto, para Albuquerque e Nicol (1987), tal processo de modernização desencadeou em uma mudança na estrutura agrária, onde pequenos produtores acabaram endividando-se frente ao sistema financeiro para buscar acompanhar as mudanças, sem sucesso.

2.3.1 A EMBRAPA neste contexto

O Brasil, a partir de 1970, aumentou consideravelmente os investimentos em educação nos níveis federais, estaduais e municipais. Embora empiricamente falte gestão a estes investimentos, faz-se necessário afirmar que está política se deu a fim de que o país pudesse cumprir com exigências de organismos internacionais e políticas de financiamento externo ao país. Todavia, neste processo nacional, as Regiões Sul e Sudeste saltaram na frente e despontaram-se as demais regiões. Buscando o fortalecimento desta política e com uma necessidade imensa de corrigir distorções de indicadores nas necessidades agrícolas e ao encontro do fenômeno internacional da “Revolução Verde”, o Brasil instituiu em 07 de dezembro de 1972 a Embrapa. Para os autores Alves, Souza e Marra (2013), ela é parte de um grande complexo de ciência e tecnologia que inclui os governos federal, estaduais e municipais, além da iniciativa particular, órgãos financiadores brasileiros e externos,

instituições de pesquisa do mundo desenvolvido e em desenvolvimento. A Embrapa teve origem em 2 antigas instituições: o Instituto Agrônomo de Campinas (que foi criado em 1887 e já era referência em nível nacional e internacional) e o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA). Sendo assim, sob o ponto de vista de ciência e tecnologia, A Embrapa é um poderoso complexo que abastece o agronegócio com tecnologia e é abastecido por ele com problemas a estudar e por questionamentos. Assim,

Embrapa é uma das responsáveis por uma expansão extraordinária do agronegócio brasileiro, que tem abastecido a sua população à preços estáveis, e por um longo período a preços declinantes, pagou grande parte de sua dívida externa e ajudou a acumular montante respeitável de reservas externas. Ainda emprega, no seu conjunto urbano-rural, expressiva parcela da população ativa brasileira. (ALVES; SOUZA; MARRA, 2013, p. 127).

As políticas públicas que obtêm sucesso, são capazes de produzir efeitos importantíssimos ao desenvolvimento (ou na construção deste desenvolvimento) de um país. A Embrapa é um destes casos. A empresa conta hoje com quase dez mil funcionários distribuídos pelo país, além de quase três mil estagiários em todos os níveis (de médio à pós-doutorado). E é uma das responsáveis pela expansão da produtividade do agronegócio brasileiro, capaz inclusive de sustentar um processo de controle inflacionário, principalmente no que diz respeito a parte de alimentos, que tem grande impacto no indicador, bem como no humor dos consumidores por todo o país. Esta responsabilidade, provém principalmente de um fator: a tecnologia. Todavia, esta tecnologia não é possível desenvolver sem robustos investimentos em pesquisa, em formação e em qualificação de todos os agentes envolvidos no processo. Isto também é educação. Prova disto, é que há uma evolução enorme na produtividade agrícola do país, e o que explica grande parte deste crescimento é a tecnologia. Sem a aplicabilidade da tecnologia e em estudos desenvolvidos, muito provável que para atingirmos os números da produção agrícola brasileiro, seriam necessários milhões de hectares de florestas serem desmatadas. Desta forma, a tecnologia contribuiu para que estes recursos naturais fossem poupados e ainda colaborou para que o setor pudesse, além de abastecer o mercado interno, segurar os preços que contribuem na formação de indicadores inflacionários contribuindo com a economia como um todo, gerando mercado externo de exportação e financiando políticas de transferência de renda para o desenvolvimento econômico.

O parágrafo a seguir, relata ainda mais o quanto a tecnologia é importante e responsável pela expansão da produção agrícola brasileira e pela concentração da produção em áreas que aplicam esta tecnologia.

Pelo censo agropecuário de 2006, os insumos que carregam tecnologia explicaram 68,1% do crescimento da produção; trabalho 22,3% e terra 9,6%. Para o valor bruto de produção mediu-se o indicador de Gini³ para o grupo de estabelecimento de área igual ou menor que cem hectares e para os de área maior que cem. Os índices resultaram respectivamente iguais a 0,85 e 0,87. Ou seja, a desigualdade de renda bruta é praticamente a mesma nas duas classes e muito elevada. Observando o valor da produção, calcularam-se os índices de Gini para os municípios que tinham dados suficientes a este propósito. A tecnologia, à exceção do Norte e Centro Oeste explicou a maior parte da variação do índice de Gini. Observando as duas classes acima mencionadas, e em cada um dos 5.036 municípios estudados, foi calculado o índice para cada um deles. Denominou-se de Gini 1 para área menor ou igual a 100 hectares e de Gini 2 para a outra classe. Em 3.035 municípios, ou seja, 60,3% obteve-se Gini 2 menor ou igual ao Gini 1. Mediana respectiva igual a 0,72 e 0,70 e média de 0,73 e 0,70. Sendo assim, o índice de Gini é um pouco maior na classe de menor área. Logo, terra não explica a desigualdade da renda bruta. O estudo mostrou a dominância da tecnologia. Dentro de cada uma das duas classes, é a tecnologia que produziu a desigualdade. (ALVES; SOUZA; MARRA, 2013, p.145).

Neste sentido, insta salientar que os investimentos (embora ainda poucos), são responsáveis por este avanço desenvolvido em Tecnologia pela Embrapa e em grande parte, chancelando o processo que políticas públicas quando bem-sucedidas geram resultados. Segundo Martha, Contini e Alves (2012), os investimentos atuais do governo federal destinados à pesquisa tecnológica pela Embrapa, cresceram em relação ao PIB de 1972 para cá, de forma grandiosa: 11 vezes; pois os investimentos em 1974, por exemplo, foram o equivalente a 0,09% do PIB da agricultura. Em 2012 este percentual chegou à 1%. Mesmo com este aumento extraordinário, faz-se relevante destacar matéria que circulou no Jornal Estadão. Ela relata que após o desencadeamento da crise econômica de 2014, a Embrapa vem apresentando sérios problemas de perda de espaço no mercado de inovações influenciado pela insuficiência de recursos empreendidos à altura destes novos desafios, gerando principalmente dificuldades para competir com as grandes multinacionais do setor de biotecnologia.

Faz-se necessário ainda, destacar o importantíssimo papel que as Universidades e os programas de pós-graduação detêm sobre este sucesso, visto que caso não houvessem, seria impossível prover a Embrapa de profissionais qualificados para o desempenho de suas funções.

³ Gini: é um indicador que mede através de seus instrumentos a desigualdade de valores entre 2 grupos. Foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini.

2.3.2 O papel de empresas multinacionais no setor agrícola

Um ponto de suma importância no setor agrícola, cuja influência pode ser determinante na comercialização e determinação do preço de qualquer produto, está nas mãos das empresas multinacionais. Elas têm mostrado sua interferência que vai do plantio à comercialização.

Com o considerável aumento da produção agrícola do Brasil, voltou-se os olhares das grandes empresas multinacionais para este mercado. Neste sentido, o país obteve uma verdadeira invasão delas, buscando no agronegócio brasileiro uma fatia importante da garantia de suas expansões corporativas. No entanto, este acontecimento não ocorre somente no Brasil, e sim no mundo todo.

Recentemente, uma pesquisa divulgada nos Estados Unidos pelo pesquisador Kathy Jo Wetter, relatou um estudo sobre o poder corporativo de concentração de corporações e da privatização de pesquisas com interesse em quem efetivamente terá a responsabilidade de alimentar o planeta. Ele coordena o ETC Group que é uma referência no estudo de corporações do agronegócio durante aproximadamente três décadas. O grupo tem o objetivo de levantar pesquisas e emitir artigos com periodicidade sobre os 5 continentes através de cruzamento de informações oficiais de governos e empresas. Desta forma, demonstrar um resumo das coisas que envolvem as multinacionais do agronegócio.

Segundo esta pesquisa relata, há indicadores preocupantes na concentração deste poderio, que ameaça políticas de acordos mundiais de combate à fome. Revela ainda maior preocupação, pois este controle está cada vez mais tornando-se concentrado e acaba decretando um dos grandes problemas que impacta na dificuldade de manutenção ou sobrevivência do agronegócio atual e com forte impacto quando se projeta o futuro deste segmento de suma importância. O relato mostra que em 2014, três empresas controlavam 53% do mercado mundial de sementes, onde a Monsanto detinha um domínio de 26% a DuPont Pioneer em 18,2% e a Syngenta em 9,2%. Somente as três tem um faturamento médio anual de 18 bilhões de dólares. Já no mercado de agrotóxicos, a concentração é pior. São seis empresas que dominam 76% do setor. No entanto, quando somadas as 10 maiores, elas controlam 95% do setor. Assim, a Syngenta tem 23% de participação neste mercado onde fatura mais de 10 bilhões de dólares por ano. Já a Bayer CropScience possui 17% do controle e a Basf domina outros 12%. Ainda é significativa as participações da Dow AgroSciences em 9,6% e da Monsanto em 7,4%. Quanto aos fertilizantes, que comercializam em torno de 65

bilhões de dólares por ano, dez corporações controlam 41% do mercado. As três maiores concentrações estão no Grupo Yara com 6,4%, Agrium Inc com 6,3% e a Mosaic com 6,2%.

O pesquisador aponta para a necessidade de acabar com os oligopólios e fortalecer outro modelo, visto acreditar que é uma grande mentira este modelo agroindustrial poder lutar contra a fome no mundo. Além disso, alerta ser muito comum as fusões ou acordos internos em alguns mercados continentais, o que pode elevar ainda mais a concentração deste domínio no setor.

Além das multinacionais que controlam o mercado produtivo da agricultura, há outra preocupação que surge na outra ponta, ou seja, no mercado comprador dos produtos agrícolas (ou que produzem alimentos). Segundo a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), hoje pode-se afirmar, que apenas dez empresas multinacionais passaram a controlar o mercado mundial de alimentos, frente ao processo de várias fusões e incorporações que ocorreram neste segmento cada vez mais vulnerável à economia globalizada. A SNA relata que em 2017, a Nestlé, PepsiCo, Unilever, Mondelez, Coca Cola, Mars, Danone, Associated British Foods (ABF), General Mills e Kellogg's, todas elas americanas ou europeias, dominam os setores lácteos, refrigerantes, doces e cereais, além de outros. Estudos mostram por exemplo, que Coca Cola e Pepsi juntas no setor de refrigerantes, são responsáveis como maiores compradores do mundo de açúcar. Já no setor de cacau, o estudo aponta que 3 empresas (Mars, Mondelez e Nestlé) controlam 40% do setor, dominando completamente o produto e fazendo com que somente de 3,5% a 5% do valor de uma barra de chocolate por exemplo, chegue ao bolso do produtor de cacau. Para a Oxfam International (uma ONG do Reino Unido que reúne 17 organizações com mais de 3.000 parceiros e atua em mais de 100 países) essas empresas faturam juntos em torno de 1,1 bilhão de dólares por dia. Ela ainda chama a atenção, que ao irmos em um supermercado, na escolha de um produto, temos uma falsa impressão, visto que as marcas são diversas, mas muitas delas pertencem a uma destas 10 organizações. Sem sombra de dúvida, elas acabam ditando as regras, normas e preços das "*commodities*"⁴ e acabam interferindo de maneira decisiva na comercialização dos produtos de origem agrícola.

⁴ Commodities: referem-se aos produtos de origem primária, de qualidade e características uniformes determinados pela oferta e procura internacional e que são comercializados através de transações comerciais operados pela bolsa de valores.

2.4 INDICADORES UNIVERSAIS E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Para que esta pesquisa possa atender o segundo objetivo específico proposto, ou seja, de pesquisar os principais indicadores de desenvolvimento inerentes ao Estado de Mato Grosso, utilizou-se os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, faz-se necessário responder algumas questões como:

- a) o que são estes Indicadores de Desenvolvimento Sustentável?
- b) por que eles foram selecionados como princípios para se apontar um território em desenvolvimento?
- c) de onde e por que surgiu esta necessidade de identifica-los?
- d) qual o papel de organizações nacionais e internacionais nestes dados?

Assim, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional que reúne 35 países com sede em Paris na França. Ela teve origem em 1948 como Organização para a Cooperação Econômica (OECE) e tinha como principal objetivo, após a segunda Grande Guerra, reconstruir os países da Europa. Este plano de reconstrução, tinha como principal cartilha o *Plano Marshall*⁵. Já no ano de 1961, após a Convenção sobre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OECE transformou-se na OCDE, tendo esta como principal função a de estudar e comparar as políticas econômicas dos países, ir em busca de soluções para os principais problemas em comum e coordenar políticas a nível interno e externo. Em sua grande maioria, os países que fazem parte da OCDE são de economia desenvolvida.

Neste sentido, a organização exerce grande influência no contexto internacional, sendo uma das organizações que impactam com suas opiniões e considerações à cerca dos indicadores de qualquer economia.

Assim, para a OCDE *Insights* (COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE, 2008), a partir de um relatório chamado *Our Common Future* publicado no final da década de 80, o termo Desenvolvimento Sustentável começa a ter grande aceitação em nível internacional. O relatório, surgiu após uma reunião da ONU que buscava uma agenda global de conceitos e práticas que levassem um processo de

⁵ Plano Marshall: ou também conhecido como Plano de Recuperação Europeia, foi um programa de ajuda econômica dos Estados Unidos aos países da Europa Ocidental após a II Guerra Mundial

desenvolvimento ser duradouro e criando desta forma a necessidade de práticas constantes a serem observadas não só pelas políticas públicas, mas por qualquer organização do planeta.

Desta forma,

Há dois pontos essenciais para o desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar o reconhecimento de que a economia cresce por si só não é suficiente para resolver os problemas do mundo: os aspectos econômicos, sociais e ambientais de qualquer ação se encontram interligados. Considerar um destes aspectos de cada vez leva a erros de julgamento e a resultados insustentáveis. O fato de nos centramos apenas nas margens de lucro, por exemplo, levou no passado a danos sociais e ambientais pelos quais a sociedade acabou pagando ou continua a pagar. No entanto, cuidar do meio ambiente e fornecer serviços que as pessoas necessitem depende, pelo menos parcialmente, de recursos econômicos. Em segundo lugar, a natureza interligada ao desenvolvimento sustentável, pede que se ultrapasse os limites, geográficos ou institucionais, para se coordenarem estratégias e elaborarem boas decisões. Os problemas raramente se circunscrevem a jurisdições predefinidas, como é o caso de uma agência governamental ou uma única vizinhança, e as soluções inteligentes requerem que a cooperação faça parte do processo de elaboração de decisões. (OCDE, 2008, p. 02).

Assim, de forma intrínseca, o desenvolvimento sustentável para a OCDE sempre estará com a sociedade, a economia e o ambiente em profundo relacionamento. Logo, as pessoas, o sistema econômico e o *habitat*, seja qual for o contexto, estarão relacionados. A organização alerta que ignorar tal realidade pode levar anos ou décadas, mas que em algum momento a história cobrará através de desequilíbrios econômicos ou ambientais atitudes ou ações reparadoras. Neste caso, sempre o custo econômico ou social terá muito mais impacto ou sacrifício de todos.

Por fim, é preciso observar que o desenvolvimento precisa ter sustentabilidade, ou como a expressão escreve, ser sustentável, caso contrário, ele não passa de um crescimento. Logo, o desenvolvimento nos leva a um conceito amplo de universalidade em busca de qualidade de vida e redução da pobreza constante.

O contexto histórico, econômico, social e político de cada país é único, mas os princípios do desenvolvimento sustentável aplicam-se a todos. O desenvolvimento econômico é essencial, mas o crescimento por si só, sem a compreensão de todos os fatores que contribuem para o bem-estar, não reduz a sustentabilidade da pobreza. O crescimento econômico está geralmente interligado com todas as melhorias na qualidade de vida, níveis mais altos de educação e esperança de vida do país, mas tal não nos indica como é alcançado este crescimento; se é ou não duradouro e quem dele se beneficia ou é deixado para trás. (OCDE, 2008, p. 02).

Também a ONU teve papel primordial na caminhada para a contextualização do desenvolvimento sustentável. Esta importância proveio desde o entendimento do termo até a

solidificação e acompanhamento dos indicadores que são capazes de dimensionar tal desenvolvimento.

Segundo Zarpelon (2016), foi em 1919, com o Tratado de Versalhes, que encerrou de forma oficial a primeira guerra mundial, o grande acontecimento que deu início às Organizações Internacionais (OIs). Sendo assim, o Tratado de Versalhes criou duas organizações de caráter universal: a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as quais passaram a poder assinar acordos ou tratados com estados independentes por possuírem autonomia internacional.

Nos anos 1970, com o aumento da globalização e a incapacidade dos Estados em conseguirem dar soluções adequadas aos problemas que atravessam as fronteiras nacionais, passa a ser considerado relevante no ambiente internacional as Organizações Internacionais. As mesmas contribuem no ordenamento do sistema internacional; promovem foros de debates; prestam serviços; possibilitam discussão periódica; aumentam a transparência entre os atores; reduzem custos; e principalmente, promovem maior cooperação e criam mecanismos comuns para resolver problemas comuns. (ZARPELON, 2016).

Desta forma, a ONU foi criada após a Segunda Guerra Mundial no ano de 1945. Foram inicialmente 50 países que se reuniram em São Francisco e assinaram conjuntamente a Carta das Nações Unidas, ou como também é denominada, Carta de São Francisco. A ONU busca atender aos objetivos que as organizações internacionais se propuseram e é na atualidade a principal organização com soberania nas tratativas com todas as nações. Com o principal papel de ser pacificadora entre os países e continentes, a ONU foi criada e passou a destacar que a paz não é somente produzida por tratados e ações militares. Antes de mais nada, os padrões de qualidade de vida elevado, o pleno emprego e as condições de progresso econômico e social e de desenvolvimento são fatores que promovem por si só está paz tão sonhada. O capítulo IX da Carta de São Francisco trata da Cooperação Internacional Econômica e Social; e em seu artigo 55 traz a seguinte redação:

Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) Níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; b) A solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; c) O respeito universal e efetivo raça, sexo, língua ou religião. (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR, 1945)

Assim, a ONU tem buscado cumprir com o seu papel. Para Zarpelon (2016), ela vem exercendo um papel fundamental na promoção de consensos internacionais através de

assinaturas de Declarações, Convenções ou Protocolos, além de auxiliar a constituição de novos Organismos Internacionais que busquem somar forças nestes objetivos do desenvolvimento. Isto tomou força maior a partir dos anos 90.

Tais conferências passaram a ter papéis fundamentais ao chamar a atenção do mundo para as questões de sustentabilidade no desenvolvimento.

2.4.1 A importância ao mundo da ECO 92 como um marco para o conceito de desenvolvimento sustentável

A Eco 92, teve como evento antecedente e similar a Conferência de Estocolmo em 1972. Tal evento de vinte anos atrás, foi o primeiro grande encontro a debater o tema do meio ambiente. No entanto seus resultados foram de certa forma frustrantes ao mundo. Em 1987, a ONU publica o Relatório de Brundtland⁶, que dá mesma forma não trouxe os resultados satisfatórios esperados. De qualquer forma, ambos foram primordiais, visto estruturarem as bases da Eco 92.

A Eco 92, recebeu diversos nomes pelo mundo afora. Assim, denominações como Cimeira de Verão, Cúpula da Terra, Conferência do Rio de Janeiro também foram dadas a ela. No entanto, independente do nome, é fato que a Eco 92 marcou a história e foi a precursora para um debate consciente do tema sobre os ambientes mundiais e a sua influência para o desenvolvimento com segurança e continuidade. Ela recebeu em sua delegação, uma presença histórica de 178 países que passaram a discutir a viabilidade da existência da vida às futuras gerações. O principal objetivo da Conferência, era a discussão de um modelo de crescimento econômico com menor consumo e mais adequado ao equilíbrio do meio ambiente, transpondo assim o tema de desenvolvimento sustentável. A diferença das Conferências do Rio de Janeiro e de Estocolmo podia se dar na necessidade da discussão do tema, frente a experiência mundial de que se o mundo continuasse a caminhar da mesma forma, seu futuro ou progresso estava com os dias contados. Prova disso, foi a presença maciça dos estados ao evento.

Além dos Estados presentes, o evento foi marcado por outro acontecimento que gerou maior impacto na importância do tema discutido. Na realidade, foi um evento concomitante à Eco 92, chamado de Fórum Global. O referido Fórum nada mais era do que um encontro paralelo frequentado por mais de 2.000 organizações não governamentais (ONGs) do mundo

⁶ Relatório de Brundtland: é um documento intitulado de *Our Common Future*, ou seja, Nosso Futuro Comum, que trata do desenvolvimento sustentável.

inteiro. Neste evento, também um documento importante para a vida do planeta foi promulgado: a Carta da Terra. Em síntese, tal carta ia ao encontro dos objetivos apresentados na Eco 92, que a própria ONU o reconheceu como um dos documentos oficiais promulgados pela Conferência.

Para Zarpelon (2016), um dos aspectos importantes do evento foi a adoção do termo Desenvolvimento Sustentável, criado em 1987 pelo Relatório Brundtland, destacando que o Desenvolvimento atual não pode comprometer a capacidade de atender as necessidades de futuras gerações.

É fato, que a Conferência trouxe a percepção das elites políticas mundiais para o tema, juntamente com a sensibilização da sociedade como um todo.

Além disto, pode-se destacar como resultados apresentados pela ECO 92:

- a) a carta da terra aprovada pelas ONGs no Fórum Global;
- b) a Convenção da Biodiversidade que tinha como principal objetivo a conservação da biodiversidade através do uso sustentável de seus componentes e a divisão justa de benefícios gerados pela utilização de recursos genéticos pelo planeta;
- c) a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação;
- d) a Convenção das Nações Unidas sobre a mudança do clima;
- e) a Declaração de princípios sobre as florestas;
- f) a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- g) a AGENDA 21.

Elencado por último, mas certamente a mais importante, a AGENDA 21 é um dos pontos primordiais produzidos pela ECO 92.

2.5 A AGENDA 21

A Agenda 21 foi o principal documento produzido pela Eco 92. Ela consiste em um programa com o objetivo de viabilizar um novo padrão e conceitos de Desenvolvimento Sustentável. Em síntese, deve buscar a eficiência econômica, com equidade nas esferas sociais e ambientais. Possui 40 capítulos que estão divididos em 4 seções: Econômica, Social, Ambiental e Institucional. É um grande plano estratégico para as nações buscarem a equidade no desenvolvimento, e que por sua vez, tem como ser dimensionado através de indicador para acompanhamento deste desempenho pelas nações.

Foi também com a aprovação da Agenda 21, que se institui a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS). Ela tem como objetivo o acompanhamento e a cooperação na elaboração e implementação das agendas nacionais de vários países em prol de ações que buscam cumprir com a Agenda 21.

Especificamente no caso do Brasil, segundo Faria (2015), a Agenda 21 começou a ser criada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e da Agenda 21 Nacional, onde cerca de 40.000 pessoas contribuíram para a criação da Agenda 21 brasileira que começou a ser instituída em 2003. Ela precisava levar em consideração o lema da ECO 92: “pensar globalmente, agir localmente” e se baseava no princípio de que as mudanças não devem ser impostas e sim absorvidas de forma consciente.

Tão importante foi a Conferência ocorrida no Rio de Janeiro e denominada de Eco 92, que após os seus encaminhamentos, vários eventos se deram com relação a ela. Foi o caso por exemplo de evento ocorrido no ano de 1997 em Nova Iorque denominado de Rio + 5. O evento tinha o objetivo de fiscalizar ou acompanhar as decisões encaminhadas em 1992, além de avaliar os cinco primeiros anos da Agenda 21 e seus pontos críticos na implantação.

Cinco anos após Nova Iorque, foi a vez de Joanesburgo na África do Sul sediar a Rio +10, que também foi denominada de Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. O ano era de 2002 e novamente a Agenda 21 era a principal pauta que buscava rever suas metas e voltar-se ainda mais ao cunho social. Um destaque desta conferência foi os Estados Unidos que liderou um bloco de países que passaram a defender exclusivamente os seus interesses.

Em 2012, o Rio de Janeiro voltou a acolher a Conferência, denominada de Rio +20. Novamente o centro do evento foi o Desenvolvimento Sustentável. Para Zarpelon (2016) a Rio +20 avaliou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), constatando que os mesmos contribuíram de forma significativa para reduzir os problemas sociais e aumentar a cooperação entre os países em desenvolvimento. Desta forma, houve a decisão de reformular as metas, sem perder a essência de seus objetivos. Além disto, a Rio +20 debateu ainda sobre a importância da Economia Verde e a Governança Internacional no campo do desenvolvimento sustentável.

No entanto, como resultado, a Rio +20 não foi um sucesso, visto que houve fortes impasses entre os países desenvolvidos com os países em desenvolvimento. O documento final acabou em meras intenções e jogou para anos seguintes as definições de medidas práticas. Analistas levaram em consideração, de que o mundo atravessava os resquícios de

uma grande crise econômica (de 2008), e que países como os Estados Unidos além de Europeus acabaram prejudicando as negociações e tomadas de decisões mais profundas.

2.6 A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No ano de 2015, após 3 anos da Rio +20 e com intensas discussões entre as Nações e a Sociedade Civil, um novo marco importante teve origem: a Agenda 2030.

Foi assinado na Assembleia Geral da ONU, por consenso entre os 193 Estados membros da Organização, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS, que são representados por 17 objetivos e 169 metas, tem como previsão de serem alcançadas até o ano de 2030. Estes objetivos aplicam-se a todos os países, diferente dos ODM que visam apenas os países em desenvolvimento, com caráter muito mais abrangente também. A fim de atingir tais metas, a ONU tem buscado envolver não só os Estados, mas também atores da sociedade civil. Assim, a organização tem promovido o aumento de parcerias com os governos locais, o setor privado, a sociedade civil, entre outros atores, descentralizando as ações. Essa ideia visa atender a ODS 17, que é revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. (ZARPELON, 2016).

Com representação fixa no Brasil desde 1947, a ONU Brasil relata que a Agenda 2030, também denominada de Agenda Universal, é uma nova ambição para que suas 169 metas distribuídas nos 17 objetivos possam trazer maior desenvolvimento sustentável acompanhados da equidade que busca concretizar direitos humanos de todos, passando desde a igualdade de gêneros até o empoderamento de mulheres e meninas. Segundo a ONU, os objetivos são integrados e indivisíveis nas dimensões econômicas, sociais e ambientais. Os 17 objetivos globais são:

- 1- Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
- 2- Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3- Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 4- Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e preço acessível para todos.
- 5- Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 6- Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- 7- Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
- 8- Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho para todos.
- 9- Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- 10- Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

- 11- Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12- Assegurar padrões de produção e de consumos sustentáveis.
- 13- Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
- 14- Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- 15- Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- 16- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis e
- 17- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. (ONU BR, 2018)

2.7 OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os capítulos três, quatro, cinco e seis desta pesquisa, trabalham os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisando o Mato Grosso com os demais estados da Federação e buscando a identificação de desenvolvimento em seus resultados.

Porém, insta salientar que a importância destes indicadores trabalhados está embasada na Agenda 21, em orientação da ONU e que tiveram origem na Eco 92. Desta forma,

Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) disponibilizado pelo IBGE e atualizados pelo Sistema SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), objetivam acompanhar a sustentabilidade do padrão de desenvolvimento do país. A apresentação dos indicadores segue o marco ordenador proposto em 2001 e revisto em 2007 pela Organização das Nações Unidas (ONU) que os organiza nas dimensões Ambiental, Social, Econômica e Institucional. Sendo assim, a construção de indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil integra-se ao conjunto de esforços internacionais para concretização das ideias e princípios formulados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, no que diz respeito à relação entre meio ambiente, sociedade, desenvolvimento e informações para a tomada de decisões. (IBGE, 2015).

Segundo o IBGE (2015), um dos grandes desafios para dimensionar o desenvolvimento é criar instrumentos desta mensuração. Logo, criaram-se os indicadores, que nada mais são do que ferramentas construídas ou derivadas de uma ou mais variáveis que, associadas de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos aos quais se referem.

Desenvolvimento Sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras...é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as

gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Desta forma, no conjunto, o IDS é uma das mais importantes fontes de informações sistematizadas sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais do desenvolvimento brasileiro. (IBGE, 2015).

Assim, o IBGE iniciou em 2002 a divulgação de Publicações intituladas de “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável”. O IBGE considera que este ano de 2002 foi um ponto de partida e lançou um amplo debate de um trabalho pioneiro, provocando intercâmbio de ideias. As edições seguintes aconteceram nos anos de 2004, 2008, 2010, 2012 e a última publicação até a presente data em 2015. Com base nestes históricos, é que buscou-se trabalhar a evolução para situar o Estado de Mato Grosso frente ao desempenho nestes indicadores, tanto individualmente como comparados aos demais estados.

2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que os conceitos da teoria econômica não podem confundir crescimento e desenvolvimento, embora o desenvolvimento não ocorra sem a decorrência do crescimento. Neste sentido, este capítulo colaborou em atender o primeiro objetivo específico que é: estudar conceitualmente as teorias do crescimento e desenvolvimento econômico, que se conclui foi alcançado de forma satisfatória.

Demonstrou de forma clara e objetiva que há diferença entre o crescimento e o desenvolvimento econômico, principalmente na teoria estudada com os autores Jones e Vollarth (2015) e complementada com o estudo da corrente de pensadores como Giambiagi, Castro e Villela (2016). Estes demonstram notoriedade na diferença entre crescimento e desenvolvimento. Mais importante que isto, enfatizam que o crescimento insere o conceito de quantitativo nos indicadores econômicos, já o desenvolvimento necessita os aspectos qualitativos, que permeiam em mudanças de qualidade de vida com sustentabilidade.

No posicionamento dos pensadores clássicos, conclui-se que a abordagem de Adam Smith, David Ricardo Stuart e outros, servem para uma reflexão às políticas públicas que buscam dar sustentabilidade ao crescimento para transformar-se em processo de desenvolvimento. Por fim, os conceitos Schumpeterianos levam à uma reflexão sobre a dinamização da economia através da inovação para que este processo possa ser traduzido em mudanças significativamente quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas.

O capítulo foi fundamental ainda para reconhecer os Indicadores Universais de monitoramento para o Desenvolvimento Sustentável. Foram respondidas perguntas como: o

que são estes indicadores de desenvolvimento sustentável e por que eles foram selecionados como primícias para reconhecer se determinado espaço geográfico encontra-se em desenvolvimento, de onde e porque surge a necessidade em identificá-los e qual o papel das organizações nacionais e internacionais. A partir destes dados foi capaz de estruturar os capítulos seguintes, principalmente os capítulos de 3 a 6 que situaram o estado de Mato Grosso nas dimensões ambiental, social, institucional e econômica, dando desta forma êxito ao responder ao segundo objetivo específico. Concluiu-se que a expressão de Desenvolvimento Sustentável vem de 1961, quando a OCDE lança o plano de reconstrução para a Europa, adotando como pano de fundo a cartilha do Plano *Marshall*. Ainda, a ONU, em sucessivas iniciativas, buscava conscientizar as nações de que nada adiantaria os países crescerem economicamente, se este crescimento não fosse de forma sustentável, e que provocasse impactos qualitativos na qualidade de vida de suas populações. Algumas destas iniciativas foram frustrantes ou sem sucesso. No entanto, para este pesquisador, parece ficar claro que a ECO 92 foi um grande divisor da história para a adoção de políticas sustentáveis. O lançamento e a adoção pelos países membros das Nações Unidas da chamada Agenda 21, foi o princípio impactante dos IDS e também de seu monitoramento efetivo. Foi através da Agenda 21 que as dimensões dos IDS foram estabelecidas e que o Brasil começa a monitorar seus indicadores através de sucessivas pesquisas realizadas principalmente pelo IBGE.

3 O MATO GROSSO NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Levando-se em consideração a área extensiva do estado, bem como, o impacto da sua produtividade agrícola que representa a maior fatia de contribuição para a formação do PIB estadual, não há dúvidas que as questões ambientais têm extrema importância na colaboração para a sustentabilidade desta economia. Não há como haver produção agrícola em grande escala, sem que assuntos como desmatamento, preservação de rios, poluição por agrotóxicos estejam na pauta.

Desta forma, o objetivo deste capítulo é comparar o Estado de Mato Grosso frente ao Brasil em indicadores primordiais que apontam a tendência de um caminho sustentável e capaz para a qualidade de vida de sua população. Insta salientar que a literatura já relatada, afirma que não há desenvolvimento econômico sem que haja qualidade de vida e de garantias desta para a população de um determinado espaço geográfico.

A Dimensão Ambiental:

Trata dos fatores de pressão e impacto, e está relacionada aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais para a qualidade de vida das gerações atuais e em benefício das gerações futuras. Essas questões aparecem organizadas nos temas atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento. A maioria desses temas reúne indicadores que expressam pressões sobre o ambiente e envolvem questões pertinentes à política ambiental, além de terem forte influência na saúde e na qualidade de vida da população. (IBGE, 2015, p.13)

Diante do exposto, este autor elegeu indicadores extraídos do último caderno de Estudos & Pesquisas do IBGE (nº 10): Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2015 que julga ser essenciais na contribuição desta qualidade de vida impactante em desenvolvimento sustentável. Aqueles indicadores que já tiveram atualização pelo sistema Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE até o presente momento, também foram atualizados com base nos últimos dados coletados e levantados no país.

Destaca-se, que segundo o IBGE, os temas ambientais são mais recentes. Foram levantados principalmente após demandas de vários organismos internacionais. Há então, alguns indicadores-mestres sugeridos pela ONU ou ainda acordados na AGENDA 21, como já mencionados no capítulo 3 sobre o seu surgimento. No entanto, eles não possuem ainda uma larga tradição de produção estatística.

3.1 OS IMPACTOS NA ATMOSFERA

O estudo até aqui ressaltou a agricultura como a principal atividade do Estado. Neste sentido e levando em consideração que a produção agrícola ocorre em grande escala, um dos fatores que preocupam a sustentabilidade é a agressão à terra e seus impactos à atmosfera, capaz de provocar grandes alterações nas condições climáticas e feitos nocivos à saúde, bem como a continuidade de espécies sobre o planeta. Com efeito circular, condições climáticas alteradas provocam alterações nas condições de plantios ou colheitas, que por sua vez atingem a atividade econômica provocando efeitos em seu crescimento e comprometendo o desenvolvimento econômico do estado como um todo.

3.1.1 Emissões de origem antrópica dos gases associados ao efeito estufa

Sabe-se que naturalmente há a presença de determinados gases na atmosfera que por diversas razões físicas e químicas são produzidos de forma espontânea. Eles acabam formando um “efeito estufa” que nada mais é do que um efeito que retém o calor produzido pelo planeta na superfície do mesmo. Fisicamente se este efeito não existisse, a temperatura média do planeta seria em torno de 30 graus mais frio comprometendo as condições de vida de algumas regiões e não dando condições de produzir plantas e delas serem extraídas sua produção. Se este efeito estufa for comprometido por agressões do ser humano (entre elas a poluição à natureza), há também o comprometimento da vida no Planeta, pois o mesmo teria uma migração de temperatura de 15 graus positivos (média de temperatura do Planeta) para 15 graus negativos.

No entanto, para o IBGE há evidências que a produção de gases antrópicos está aumentando rapidamente e inclusive acrescentando outros gases à atmosfera que acabam provocando uma alteração muito forte no desequilíbrio do efeito estufa. Tais fatores estão contribuindo para que a temperatura média do planeta venha aumentando rapidamente. Prova disso é que, segundo estudos, as últimas duas décadas tiveram temperaturas mais altas que do último milênio, onde a queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás natural, ou ainda o desmatamento de florestas e a destruição da vegetação natural sejam os principais responsáveis por esta agressão à atmosfera. Evidencia-se que todas elas estão envolvidas fortemente na produção agrícola, atividade fim que concentra no estado de Mato Grosso como fator responsável pela expansão do PIB na participação nacional. Ainda, segundo cientistas,

tais agressões são fatores primordiais para vários eventos climáticos como furacões, inundações e secas produzirem verdadeiras catástrofes climáticas, muitas vezes, devastando por completo todo um processo de desenvolvimento que estava consolidando-se em determinado ciclo histórico.

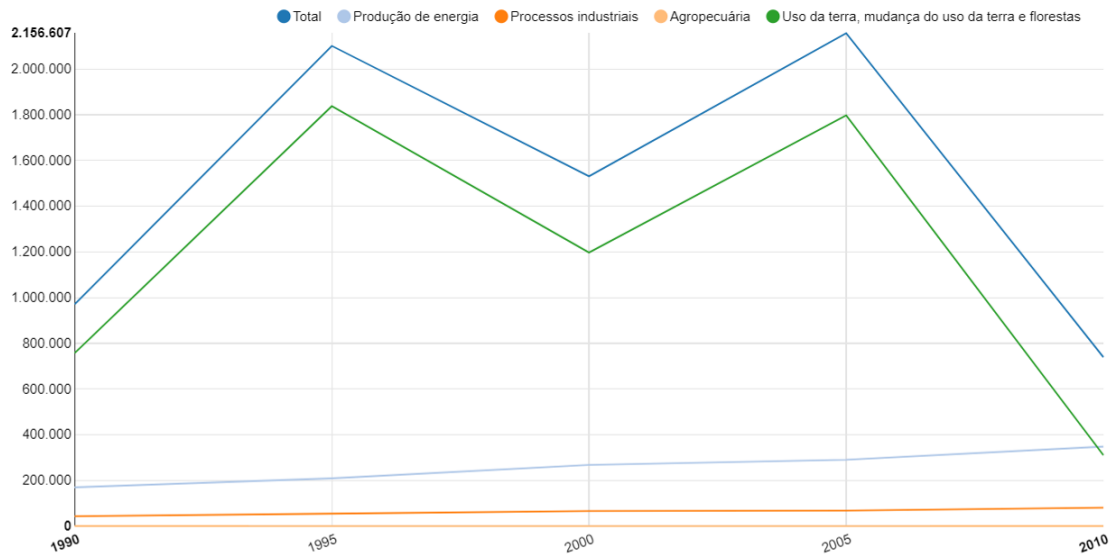
Para o IBGE estes fenômenos climáticos:

Causarão extinção de espécies (perda de biodiversidade), perdas agrícolas (aumento da fome), subida do nível do mar (alagamento de áreas costeiras), difusão de doenças (entre as quais cólera, malária, febre amarela e dengue) entre outros. Essas mudanças trarão sérios prejuízos materiais (econômicos) e humanos, com o deslocamento forçado de milhões de pessoas, a expansão da fome e o aumento da mortalidade. (IBGE, 2015, p.18)

Hoje temos exemplos disto, entre eles a devastação do Haiti por um forte terremoto forçando uma imigração em condições desumanas.

Desta forma, é elencado a seguir vários indicadores que buscam relações que envolvem o Estado de Mato Grosso. Segundo o Ministério da Agricultura do Brasil, Mato Grosso é no ranking da produção nacional o campeão em produtividade de grãos. Possui grande destaque também como o maior produtor pecuário. O capítulo 8 desta pesquisa, traz detalhes destas informações. Muito disto, deve-se as condições que o Estado possui para tal, entre eles o clima e o tamanho do território geográfico que ocupa: 10,61% do território nacional (3º maior estado, perdendo apenas para Amazonas com 18,31% e Pará com 14,65%). Ainda, deste território 47% é ocupado pela Floresta Amazônica. Com todas estas características, o Estado contribui e muito com os indicadores que serão trabalhados a seguir. Alguns indicadores o IBGE traz as informações somente em nível nacional. Mesmo assim, eles são de extrema importância, pois empiricamente os resultados ao Estado de Mato Grosso podem ser observados com base na produtividade do estado, bem como, em sua dimensão geográfica.

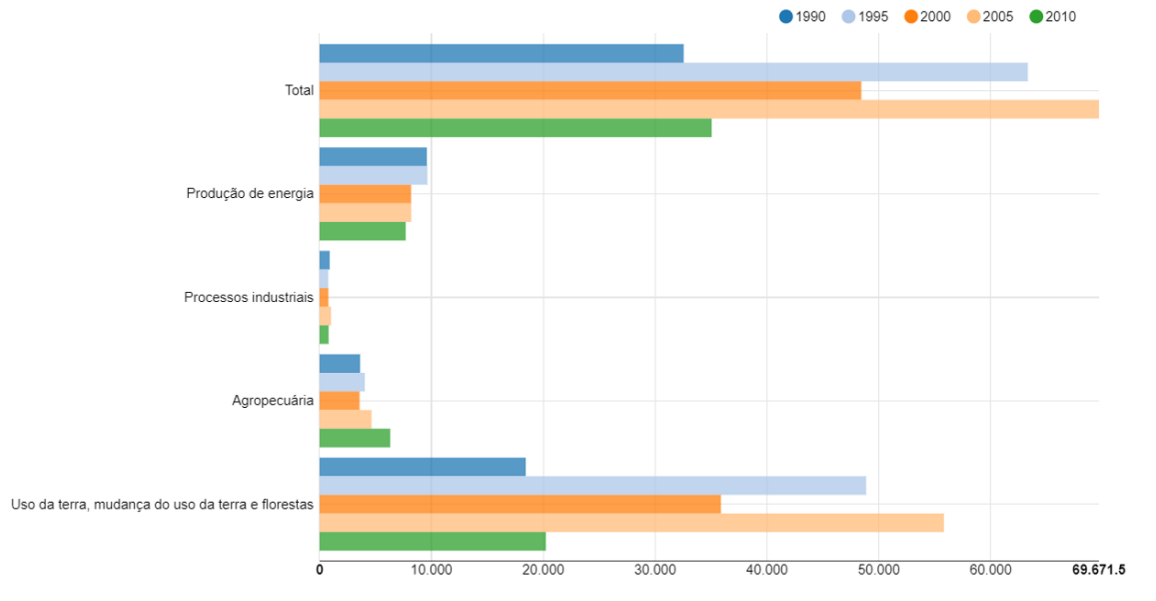
Figura 1 - Estimativa de emissões líquidas de origem antrópica de gás carbônico por setor no Brasil - 1990 a 2010



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Percebe-se que as mudanças no uso da terra e florestas até o ano de 2005, apresentava-se com grande impacto na produção e emissão líquida do gás carbônico no Brasil sendo superior em quase 200% a energia e em mais de 500% os processos industriais. Neste panorama, é evidente que o impacto do Estado de Mato Grosso frente a sua área territorial de florestas, seu tamanho geográfico no país e sua grande produção agrícola contribuiu em larga escala para tais números. No entanto, observa-se que após a Agenda 21 da ONU, houve uma redução drástica de poluição deste segmento. Em 2010, o uso da terra, já caía em índices abaixo do setor de produção de energia, mesmo com a elevação da produtividade agrícola que o Estado de Mato Grosso apresentou, conforme o capítulo 8 desta pesquisa apresenta. Mesmo assim, a atividade impacta em torno de 50% do total das emissões líquidas de origem antrópica de gás carbônico produzido no Brasil.

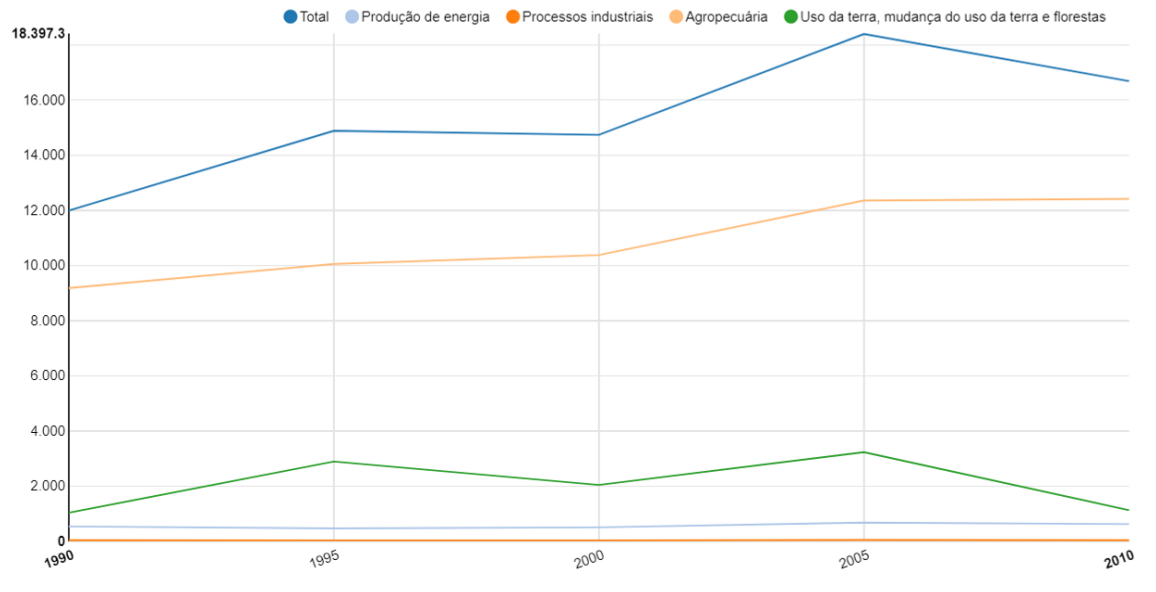
Figura 2 - Estimativa das emissões de origem antrópica de monóxido de carbono (CO) por setor no Brasil - 1990 a 2010



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Observa-se que o setor de mudanças no uso da terra e florestas lidera a emissão produzida pelo homem de um gás poluente (sendo neste gráfico o monóxido de carbono), que quando somado ao setor da agropecuária são responsáveis por mais de 90% do total da emissão. Ambas as atividades estão muito presentes no dia a dia do processo produtivo do Estado de Mato Grosso. Todavia, é perceptível que nas últimas informações estatísticas (que são do ano de 2010) do IBGE, há uma drástica redução nesta poluição. Do ano 2000 para 2005, o Brasil aumentava este indicador em torno de 50%. Já de 2005 para 2010 a redução foi superior a 60%, havendo mais um impacto extremamente positivo da Agenda 21. Os resultados apresentados em 2010 na emissão antrópica de monóxido de carbono, voltaram praticamente à níveis do ano de 1990, mesmo com a expansão das atividades agrícolas em níveis de produtividades impactantes.

Figura 3 - Estimativa das emissões de origem antrópica de gás metano (CH₄) por setor no Brasil - 1990 a 2010

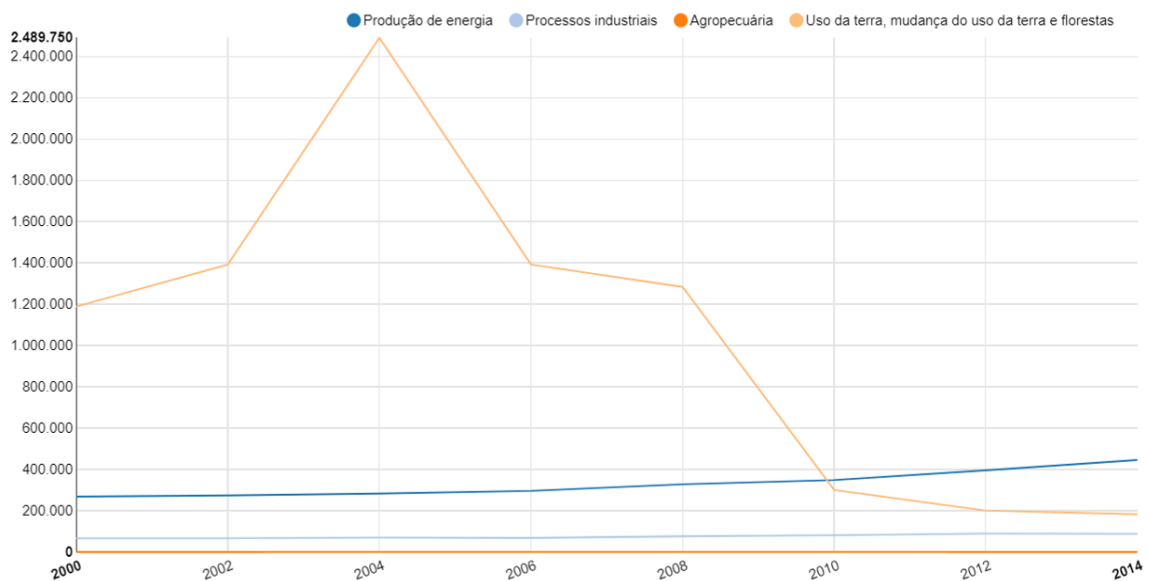


Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Frente ao gráfico, entende-se que a contribuição do Estado de Mato Grosso na emissão de gás metano é considerável, visto o Estado contribuir de forma significativa como grande produtor agropecuário. Novamente somando-se as atividades do setor agropecuário com a mudança no uso da terra e florestas há a participação de quase 90% do total de gás metano produzido pelo país. As atividades relacionadas com produção de grãos e que impactam no uso da terra, tiveram uma drástica redução de 2005 para 2010. No entanto, o setor agropecuário (no qual o Estado também é destaque nacional) teve um sensível aumento.

No estudo do IBGE constante no caderno 10 de Estudos e Pesquisas, observa-se que a produção de óxidos de nitrogênio, a participação da agropecuária e da mudança do uso de terras e florestas não chega a ser significativa. Já com relação ao óxido nítrico, novamente o Estado de Mato Grosso tem grande participação como agente poluente, visto que o setor agropecuário participa com aproximadamente 90% do total. Isto equivale numa proporção de 20 vezes mais do que o setor de processos industriais polui no Brasil.

Figura 4 - Estimativas anuais de emissões de gás carbônico (CO₂), por setores de emissão no Brasil - 2000 a 2014

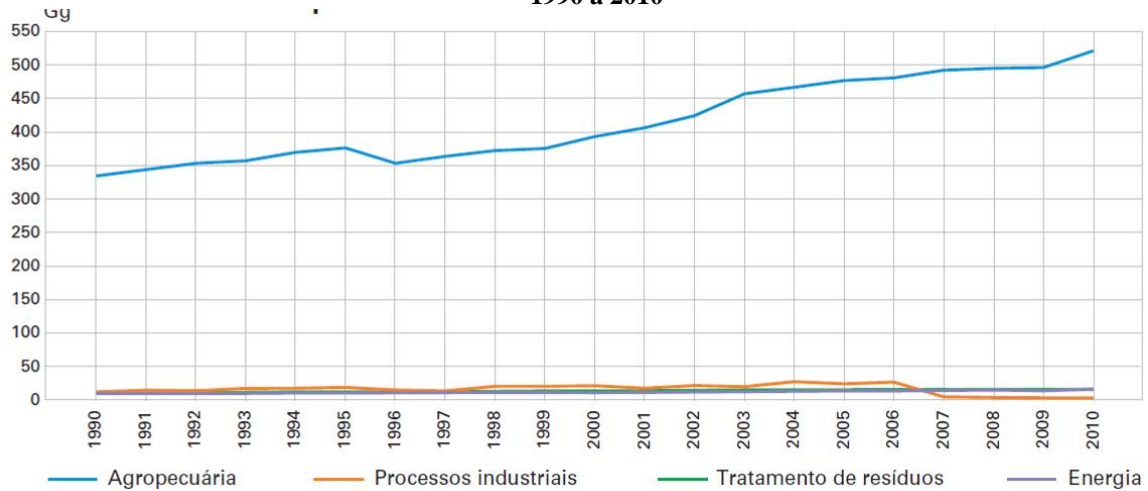


Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Este gráfico demonstra a agressão produzida principalmente por 2 setores: o setor energético e o uso da terra e florestas. No entanto, observa-se na curva do tempo, uma drástica redução do setor de uso de terras e florestas ao mesmo tempo que o setor energético vem apresentando uma evolução constante. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, de 2005 a 2010, a emissão de gás carbônico teve uma redução superior a 70% pelo uso de terras e florestas, graças ao severo controle de queimadas no país. Novamente neste indicador, pela área ocupada pelo território matogrossense no país, tanto no uso da terra e florestas, como na produção de energia elétrica, torna-se considerável a participação do estado como poluente nacional. Até mesmo por responder com quase 50% da floresta amazônica. No entanto, são avanços positivos o controle e a drástica redução que o país vem apresentando nos indicadores.

Com relação a produção antrópica de gás metano, segundo o IBGE, também o setor agropecuário responde com mais de 90% da poluição, seguido com pequenas participações do setor de tratamento de resíduos e energético.

Figura 5 - Estimativas anuais de emissões de óxido nitroso (N₂O) por setores de emissão no Brasil - 1990 a 2010



Fonte: IBGE (2015, p.23).

O gráfico anterior constata novamente a agressão do setor agropecuário para a emissão de óxido nitroso que praticamente responde pelo total deste poluente na atmosfera e vem apresentando um crescimento constante. Observa-se ainda uma pequena participação do setor energético, bem como um controle estatístico do setor de processos industriais.

3.2 OS IMPACTOS NA TERRA

Pela importância da produção agrícola do Estado de Mato Grosso na economia, os indicadores a seguir possuem grande relevância para a sustentabilidade ambiental, mas principalmente para a sustentabilidade da atividade e obviamente que na garantia do desenvolvimento do processo econômico. Impactos como os provocados pelo consumo industrial, bem como pela concentração de poluentes do ar em áreas urbanas não serão trabalhados nesta pesquisa. Justifica-se pelo pouco impacto no cenário da economia estadual provocado pelo setor industrial, bem como pela pouca concentração populacional em áreas urbanas no estado, que segundo o IBGE em 2014, o estado de Mato Grosso responde por apenas 1,6% da população brasileira e com grandes manchas urbanas na demografia nacional.

No entanto, aderente a atividade agropecuária, todos os impactos poluentes à Terra, ambiente indispensável à produção agrícola, são de suma importância.

3.2.1 O uso de fertilizantes

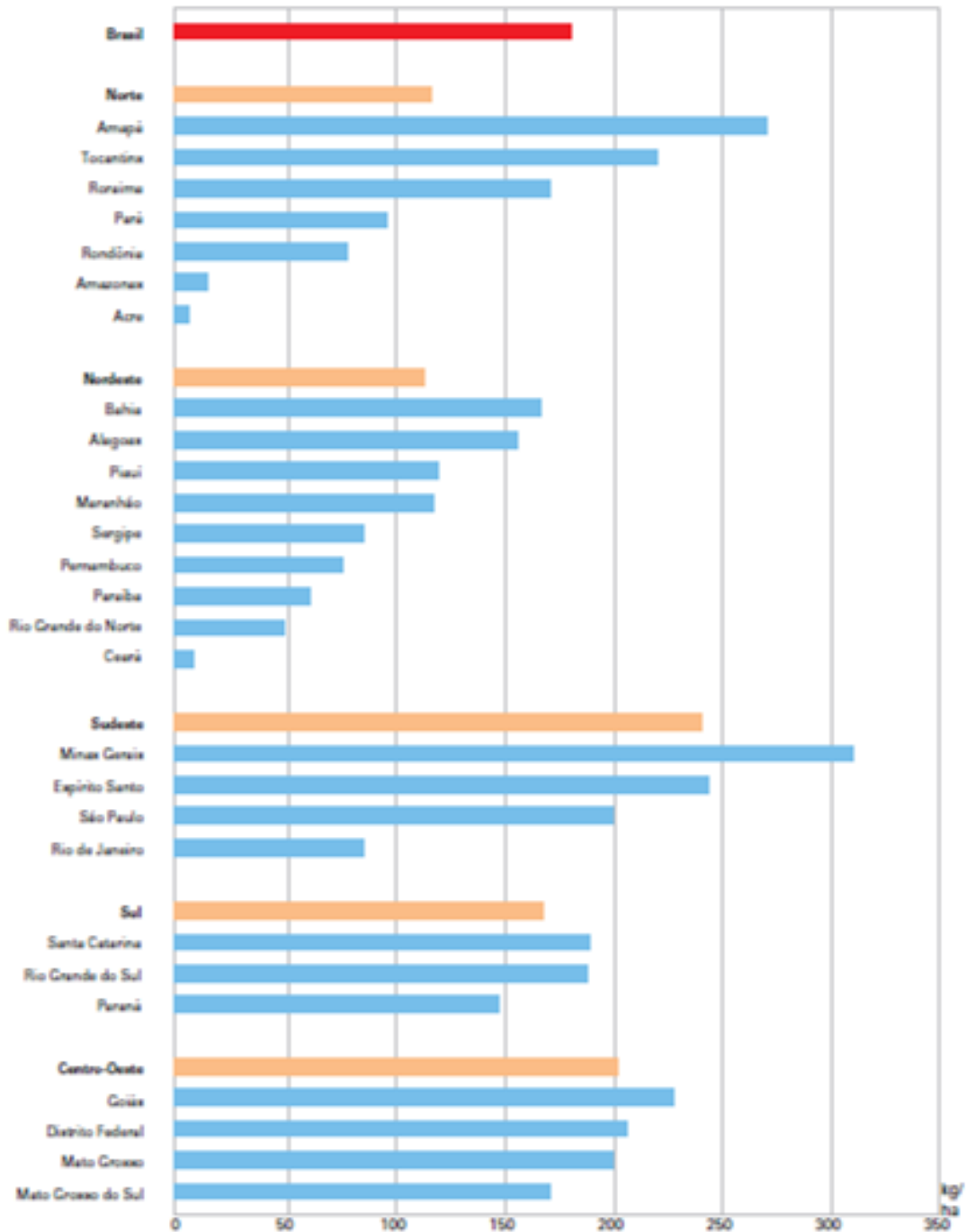
Não se produz em alta escala agrícola sem fertilizantes. No entanto, eles possuem alto impacto poluente na dimensão ambiental. Os indicadores a seguir ilustram um valor aproximado do uso dos mesmos em um determinado período por áreas plantadas no território nacional. No entanto, o IBGE alerta que eles podem ser subestimados, visto que na metodologia desta apuração o LSPA (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola) leva em conta apenas as culturas de alto impacto na produção do país.

Além do uso, ressalta-se que os fertilizantes trazem ao país uma grande dependência do mercado externo, provocando forte impacto negativo na balança comercial.

Incluso no estudo da Dimensão Ambiental para avaliações de impacto no Desenvolvimento Sustentável, o uso de fertilizantes tem grande relevância, pois:

A agricultura moderna tem gerado impactos ambientais que comprometem a sustentabilidade dos ecossistemas agrícolas a médio e longo prazos, embora esteja elevando a produtividade e permitindo atingir níveis de produção que atendem às demandas do mercado. Os fertilizantes são largamente utilizados para o aumento da produtividade agropastoril, estando associados à eutrofização dos rios e lagos, à acidificação dos solos, à contaminação de aquíferos e reservatórios de água, e a geração de gases associados ao efeito estufa. O acompanhamento destes indicadores permite tanto avaliar a evolução da intensidade de uso dos fertilizantes no País quanto subsidiar estudos de riscos à qualidade da água de rios, lagos e aquíferos subterrâneos do solo, distribuição e tipologia das fontes, condições de emissão e dispersão local dos poluentes. (IBGE, 2015, p. 31).

Figura 6 - Utilização de fertilizantes por unidade de área no Brasil em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 33).

Observa-se que mesmo o Estado de Mato Grosso sendo um celeiro agrícola, a utilização de fertilizantes está bem situada na média dos grandes estados produtores do setor no país (principalmente quando comparados ao Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul). Há inclusive destaques como Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, que

utilizam mais fertilizantes e produzem em suas culturas menor valor agregado ao PIB nacional.

3.2.2 O uso de agrotóxicos

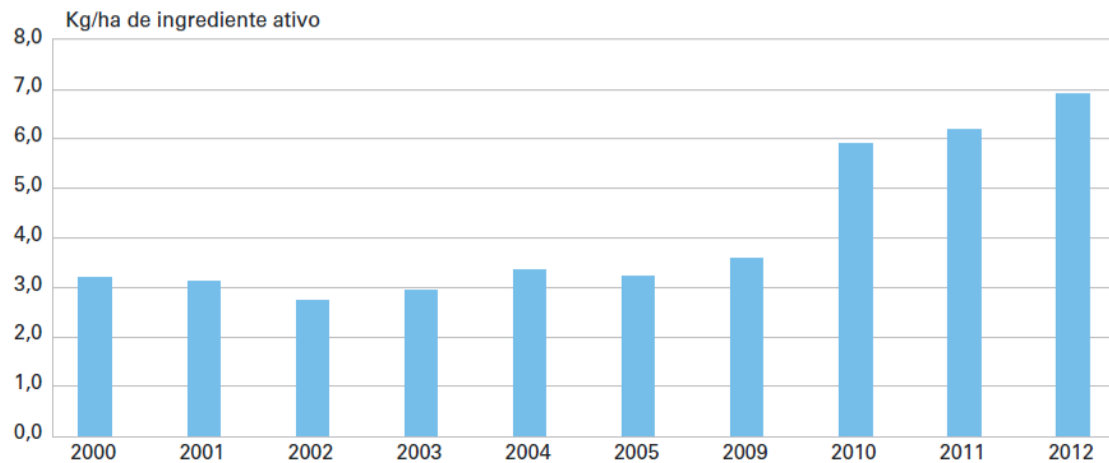
Certamente o uso dos agrotóxicos é um dos fatores que causam maior preocupação à ameaça da sustentabilidade ambiental. Quanto mais escala produtiva, maior é o uso de agrotóxicos. Nos dados apresentados em estudo pelo IBGE, leva-se em consideração uma aproximação da intensidade de uso, já que os indicadores são levantados pela comercialização dos mesmos no mercado nacional, frente aos controles legais que a legislação determina no uso e comercialização destes agentes. Possuem classificação de periculosidade que vai de nível 1 a 4 (sendo o nível 1 o de maior perigo).

Para a economia, os agrotóxicos possuem uma grande rede de variáveis envolvidas, como a Balança Comercial, os gastos em saúde pública e conseqüentemente em qualidade de vida da população, os investimentos em Pesquisas e Desenvolvimento, a produção Agrícola do país e sua responsabilidade na formação do Produto Interno Bruto e a sustentabilidade da atividade que garanta a continuidade produtiva em alta escala. Sendo assim, é um item de grande relevância para o desenvolvimento sustentável.

O aumento da produção de alimentos de maneira sustentável continua sendo o grande desafio do setor agrícola. Os agrotóxicos, produtos utilizados para o controle de pragas, doenças e ervas daninhas, estão entre os principais instrumentos do atual modelo da agricultura brasileira, centrado em ganhos de produtividade. Por outro lado, os agrotóxicos podem ser persistentes, móveis e tóxicos no solo, na água e no ar. Tendem a acumular-se no solo e na biota¹⁰, e seus resíduos podem chegar à águas superficiais, por escoamento, e às subterrâneas, por lixiviação. A exposição humana e ambiental a esses produtos cresce em importância com o aumento das vendas. O uso intensivo dos agrotóxicos está associado a agravos à saúde da população, tanto dos consumidores de alimentos quanto dos trabalhadores que lidam diretamente com os produtos, à contaminação de alimentos e à degradação do meio ambiente. (IBGE, 2015, p. 36).

¹⁰ Biota: conjunto de todos os seres vivos existentes em um determinado período de uma determinada área.

Figura 7 - Comercialização anual de agrotóxicos no Brasil - 2000 a 2012

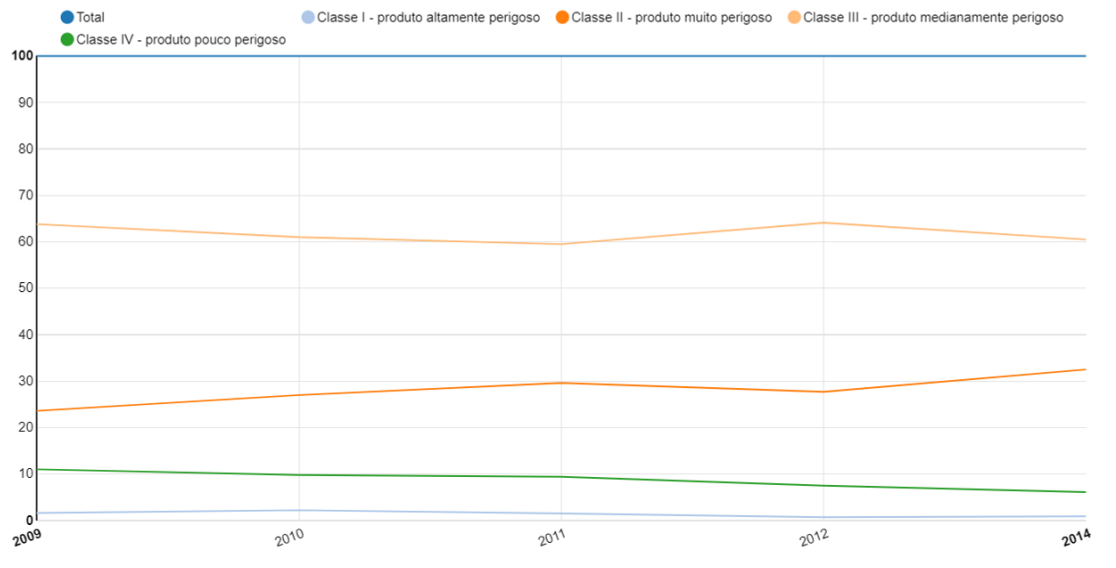


Fonte: IBGE (2015, p. 37).

O indicador relata a quantidade de quilograma utilizado por hectare, percebendo-se um aumento considerável em apenas uma década. Do ano de 2000 para 2012, o aumento de agrotóxico mais que dobrou. Foi de 118% para cada hectare. Enquanto isto, a produção nacional no mesmo período acompanhou este crescimento, porém um pouco abaixo: 96% (passando de 83 milhões de toneladas em grãos para 163 milhões de toneladas).

No entanto, como o indicador utiliza a metodologia de quilos por hectares, para o Estado de Mato Grosso é extremamente preocupante este aumento no uso dos agrotóxicos, visto a quantidade de hectares cultivados no estado e as ameaças que a utilização do mesmo traz para a população.

Figura 8 - Proporção de agrotóxicos comercializados no Brasil por classes de periculosidade ambiental - 2009 a 2014



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico demonstra outra observação extremamente preocupante. Além de uma grande contribuição de aplicabilidade de agrotóxicos classificados na categoria de “muito perigoso”, eles aumentaram em torno de 20% de 2012 para 2014, mostrando assim uma tendência de alta. Mais grave ainda é outra constatação: quando soma-se o uso das categorias “muito perigoso” e “medianamente perigoso” elas respondem por quase a totalidade dos valores demonstrados. Com o impacto do agronegócio em Mato Grosso, este é um indicador que traz ameaça constante na qualidade de vida do povo deste Estado. Segundo o IBGE, o estado perde apenas para Goiás e São Paulo no consumo de agrotóxicos.

3.2.3 Terras em uso agrossilvipastoril

Este indicador busca dar informações de censo com base na proporção de terras imediatamente disponíveis para a produção agrícola, a pecuária e a silvicultura de determinado território, sendo importante como informações estratégicas de possibilidades de aumento produtivo na escala agrícola.

Portanto, em um Estado como o Mato Grosso que ocupa a terceira colocação em ocupação de área territorial do país, deve ser observado como uma importante área na solução de possíveis crises no abastecimento de grãos. A iniciativa de colonização de Mato Grosso como uma região agricultável e capaz de determinar esta importante expansão ao Brasil, foi aproveitada pelo regime militar, quando na época do Presidente João Batista de Oliveira

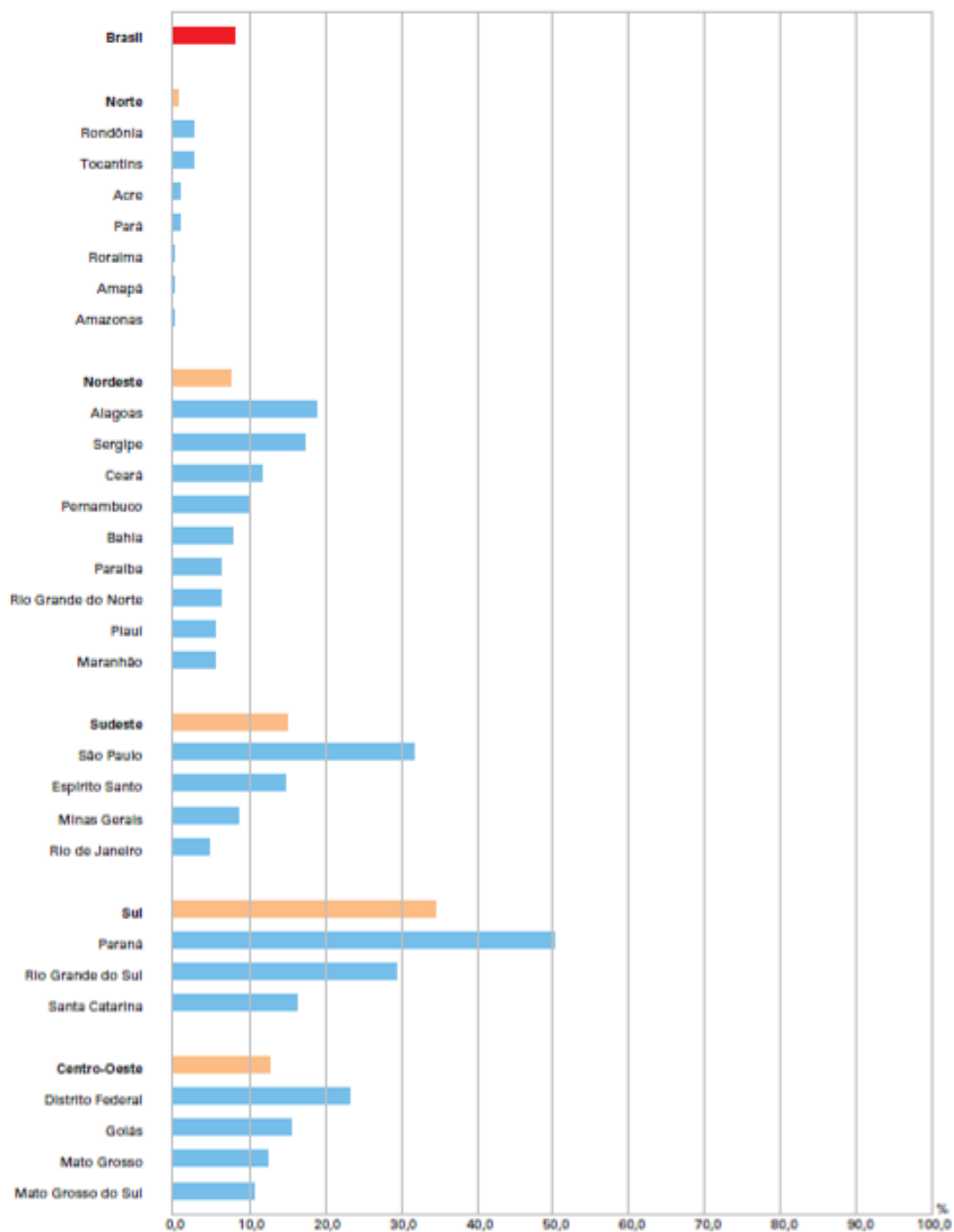
Figueiredo (1979-1985) lançou a forte campanha idealizada pelo então Ministro do Planejamento Delfim Netto. A campanha era muito populista trazendo o slogan “Plante que o João Garante”. Ela foi responsável pela quebra de grande parte de médios e pequenos produtores do país, no entanto proporcionou uma largada para o desenvolvimento da agricultura brasileira, pois os números na produção de lá para cá comprovam isso. Em 1979 o país plantava em torno de quarenta milhões de hectares e produzia apenas cinquenta milhões de toneladas. A percepção de espaços geográficos capaz de produzir e que se encontravam inativos ou abandonados, fez com que este número na produção praticamente quadruplicasse, fazendo com que a previsão do IBGE para a safra de 2018 chegue a duzentos e vinte e seis milhões de toneladas.

Desta forma, o indicador possui grande relevância para o desenvolvimento sustentável, pois é

Incerta a capacidade da agricultura, da pecuária e da silvicultura de satisfazer a crescente demanda por alimentos, recursos energéticos (combustíveis) e matérias primas de origem animal e vegetal, em função do crescimento da população, da elevação dos padrões de consumo, das pressões ambientalistas e de pressão que outros usos exercem sobre as terras disponíveis para a agropecuária e a silvicultura. O acompanhamento deste indicador, ao longo do tempo, mostra as variações das pressões sobre o recurso solo e as crescentes disputas entre os diferentes tipos de uso desses recursos. (IBGE, 2015, p. 43)

Esta observação do indicador está amplamente relacionada com fatores, por exemplo, como as áreas protegidas pela legislação, o uso de fertilizantes e agrotóxicos, a emissão antrópica de gases na atmosfera, desmatamentos e queimadas, taxa de crescimento populacional e gastos em pesquisas e investimentos.

Figura 9 - Proporção das terras em uso com lavouras em relação ao total da superfície territorial, segundo as grandes regiões e as Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p.45).

Ao analisar o gráfico observa-se que o único Estado da Federação que chega a 50% de seu território já cultivado é o Paraná. Após é seguido por São Paulo com 32% e Rio Grande Sul com 29%. Já o Estado do Mato Grosso possui pouco mais de 10%, o que indica um resultado extremamente positivo e com ampla possibilidade de crescimento em plantio e

produção. No entanto, o estado possui grande parte de sua área na Amazônia Legal, que implica em intervenções legais para sua utilidade em produção agrícola que é a vocação principal do Estado.

3.2.4 Queimadas e incêndios florestais

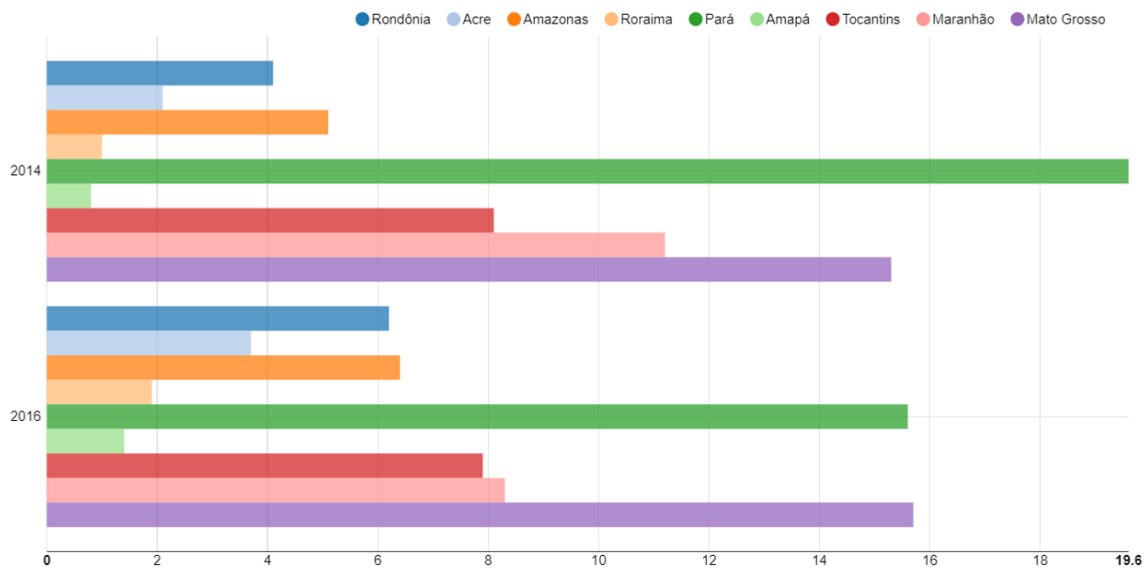
As informações têm objetivo de demonstrar no território nacional a quantidade e os impactos dos incêndios florestais, através de focos de calor no território onde ocorrem. Os dados são produzidos pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Estatais) e pelo CPTEC (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos).

Empiricamente, sabe-se que o Estado de Mato Grosso é responsável por grande parte destas queimadas, principalmente no que tange ao desmatamento que ocorre para abertura de novas áreas cultiváveis, assim como, para a exploração madeireira, em grande parte ilegal. Isso provoca um impacto extremamente negativo do Estado em nível nacional e internacional, capaz de provocar manifestações de organismos de defesa ao meio ambiente, bem como, abalar diversos fatores na qualidade de vida e de saúde de sua população.

Desta forma, os indicadores são de relevância fundamental a este estudo de reconhecer o desenvolvimento, principalmente como forma sustentável a sua continuidade.

A frequência de ocorrência de focos de calor em um território pode ser utilizada como indicador do avanço das atividades agropecuárias e das áreas antropizadas sobre as áreas com vegetação nativa, desde que associada a outros indicadores. Contudo, nem todos os focos de calor representam o avanço das atividades agropastoris sobre as áreas de vegetação nativa. Alguns exemplos são as práticas de queimadas em pastagens extensivas, o uso do fogo durante a colheita em canaviais e a queima de resíduos da colheita em plantios de algodão. As queimadas podem se constituir num sério problema de saúde pública, por comprometerem a qualidade do ar durante a estação seca, com reflexo no número de internações por problemas respiratórios, especialmente de crianças e idosos, durante o período das queimadas. No Brasil, as queimadas usualmente não são vistas como causa de poluição do ar, por atingirem, predominantemente, cidades de médio e pequeno porte, próximas as frentes de expansão agropastoril, a regiões canavieiras ou a áreas de pecuária extensiva, onde, geralmente, não há monitoramento da qualidade do ar. Além dos danos à biodiversidade, da exposição do solo à ação das intempéries (intensificando processos erosivos) e do comprometimento dos recursos hídricos, há também a geração e a transferência para a atmosfera de grande quantidade de gases do efeito estufa. (IBGE, 2015, p. 49)

Figura 10 - Proporção de focos de calor na Amazônia Legal em relação ao total de focos no Brasil - 2014 a 2016



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Observa-se que o Estado de Mato Grosso, é atualmente, o maior colaborador das queimadas em nível Brasil. Enquanto de 2014 para 2016 o Pará conseguiu reduzir as queimadas drasticamente, Mato Grosso além de ter um sensível aumento nos focos de calor, assumiu o título negativo de líder das queimadas na Amazônia Legal. Segundo o IBGE, a Amazônia Legal, possui uma responsabilidade de mais da metade dos focos de queimadas no país. Quando somam-se as Unidades de Conservação, Parques e Terras Indígenas (variável também muito presente no Estado de Mato Grosso), alcança-se quase a totalidade dos focos de calor presentes no Brasil.

3.2.5 Desflorestamento na Amazônia Legal

Os indicadores aqui analisados relatam o desmatamento ou desflorestamento ocorrido no território brasileiro que pertence a Amazônia Legal. Todo o território do Estado de Mato Grosso está incluso nesta área.

Segundo o site Floresta Amazônica.Info, a Floresta Amazônica está localizada na América do Sul (região norte) e é uma das maiores florestas do Planeta. Ocupa 61% do território brasileiro. Sua riqueza na biodiversidade conta com uma fauna que corresponde a 80% das espécies do Brasil, uma flora que pode chegar a 20% das espécies vegetais do Planeta, e a reserva de água doce é a maior do mundo.

Conforme a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), autarquia pertencente ao Ministério da Integração Nacional, a Amazônia está dividida em 3 esferas: Ocidental, Oriental e Continental.

Na esfera Continental, a área da Floresta Amazônica corresponde a 9 países, sendo eles: Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela, Colômbia, República de Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

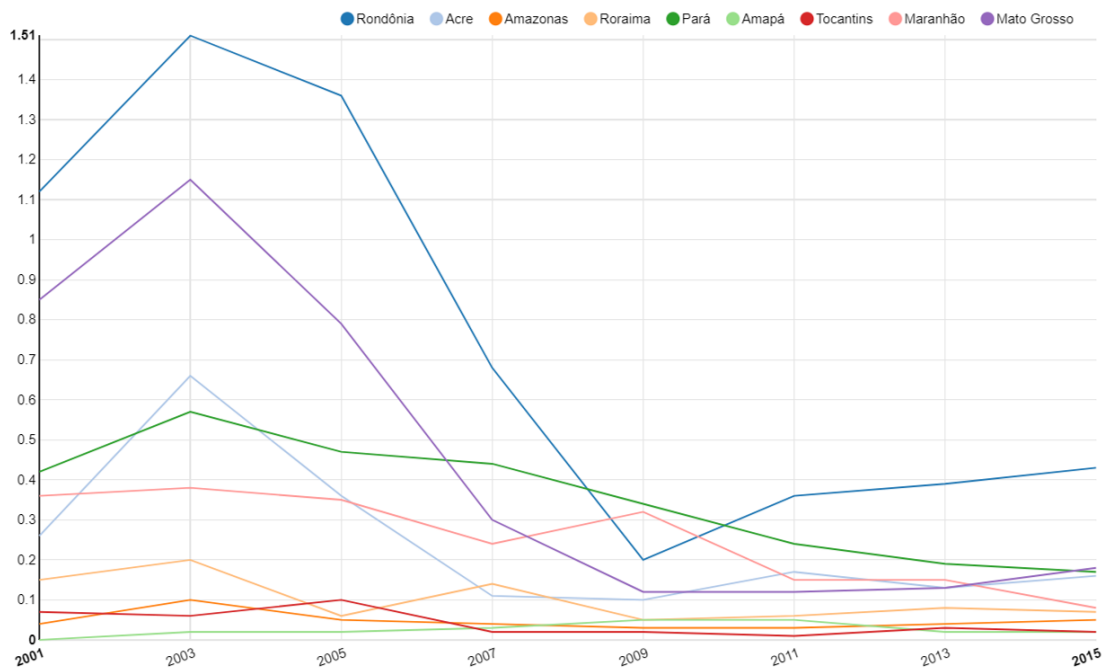
Já no território brasileiro, com a Constituição de 1988, A Amazônia Legal está também dividida em 9 estados. Pertencem a Amazônia Ocidental, os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Já na Amazônia Oriental estão os estados de Mato Grosso, Pará, Maranhão, Amapá e Tocantins.

Desta forma, o Estado de Mato Grosso está incluso em um território que precisa observar vários acordos internacionais e a uma legislação própria nacional de controle da área.

Assim, é de suma importância para o desenvolvimento sustentável na Dimensão Ambiental, visto que:

A floresta Amazônica é o mais extenso dos biomas predominantemente florestais do território brasileiro. Em termos mundiais, é a maior floresta tropical existente. Abriga grande número de espécies vegetais e animais, muitas delas endêmicas. Com um patrimônio mineral ainda em grande parte desconhecido, estima-se que a Floresta Amazônica detenha a mais elevada biodiversidade, o maior banco genético do mundo e 1/5 da disponibilidade mundial de água potável. Desta forma, o desmatamento da Amazônia acarreta danos à biodiversidade (fragmentação de florestas, extinção de espécies, etc.), aos solos e à água, com a conseqüente redução da qualidade e da quantidade dos serviços associados a estes, além de afetar a sobrevivência das populações tradicionais que habitam e retiram o sustento da floresta. Quando associado às queimadas destinadas à atividade agropecuária, a emissão de gases de efeito estufa daí decorrente, tem sido a principal fonte das emissões líquidas de Gás Carbônico do Brasil para a atmosfera (IBGE, 2015, p. 49).

Figura 11 - Desflorestamento bruto anual em relação à área total das Unidades da Federação que formam a Amazônia Legal - 2001 a 2015

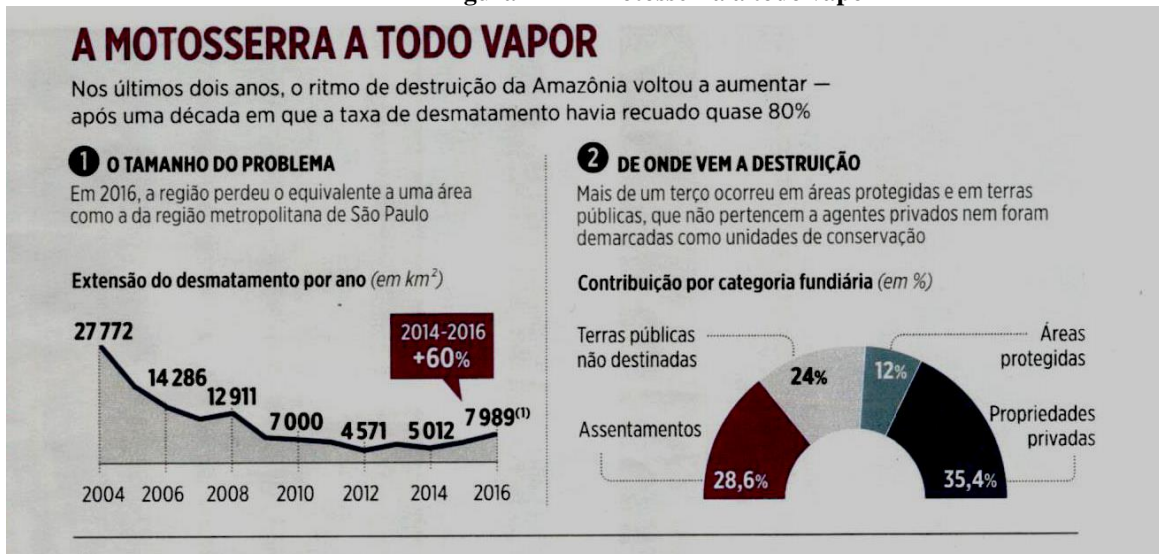


Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Este gráfico impacta de forma muito negativa a imagem do Mato Grosso no mundo, e por consequência, aos seus investidores. Percebe-se que ao longo dos últimos quinze anos, houve uma diminuição considerável no processo de desflorestamento. Todavia, o Estado do Mato Grosso a partir do ano 2003 mostrou uma tendência de queda em sua área desflorestada, que permaneceu até o ano de 2009. A partir deste período, o Estado voltou a ter uma tendência de forte alta no desflorestamento, que culminou em 2015 com o ranking de segundo lugar como estado da Amazônia Legal que mais desfloresta as suas áreas (perdendo apenas para Rondônia), o que é um contra censo ao que o Plano Estratégico da Agenda 21 almeja.

Desta forma, o mundo viu estampado na Revista Exame em sua edição nº 1141 de 05/07/2017 (A AMAZÔNIA..., 2017), que trouxe como capa a reportagem mostrando um avanço significativo na piora dos índices medidos após este último levantamento do IBGE. A reportagem trata sobre o retrocesso no controle de desmatamento, afirmando que a cada hora, há o desmatamento de uma área equivalente a 128 campos de futebol. Com isso, a reportagem encara o impacto na economia brasileira.

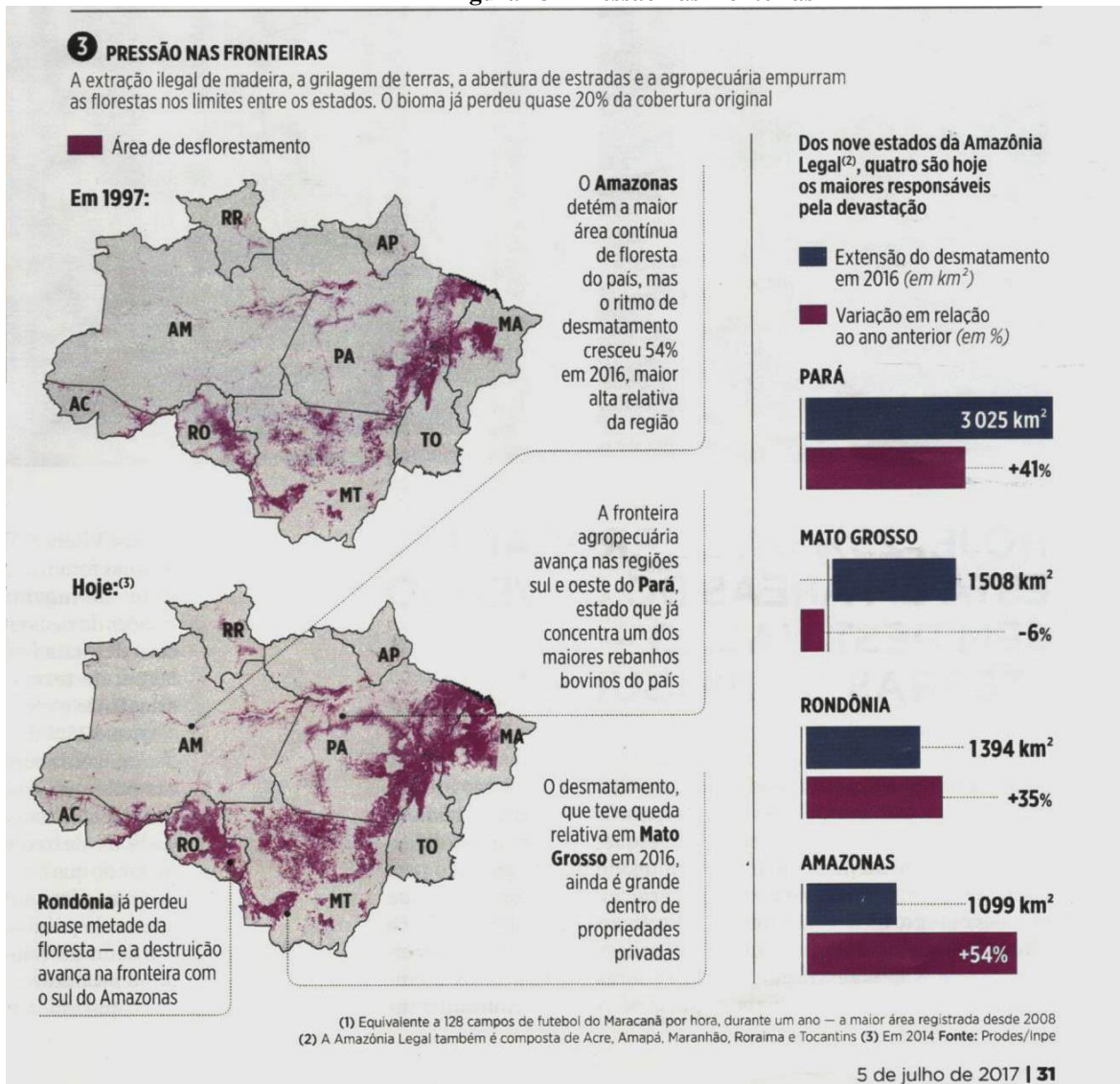
Figura 12 - A motosserra a todo vapor



Fonte: A AMAZÔNIA... (2017).

A figura relata com propriedade o aumento considerável em mais de 60% na extensão de desmatamento após o ano de 2013, dando destaque principal, que 35,4% deste desmatamento provêm de propriedades privadas, empiricamente para a exploração do agronegócio em latifúndios. No entanto, ressalta-se ainda com um percentual considerável de participação (28,6%) da política de assentamentos agrícolas provindos de reforma agrária.

Figura 13 - Pressão nas fronteiras



Fonte: A AMAZÔNIA...(2017).

A figura anterior relata que quase 20% do bioma já se perdeu com a agressão antrópica do desmatamento. Ainda situa que dos nove estados da Federação que pertencem à Amazônia Legal, quatro são os principais responsáveis pelo desmatamento. O primeiro colocado é o Pará que vem desmatando em grande expansão neste período. O Pará é seguido pelo Estado do Mato Grosso, que mesmo apresentando uma pequena redução no desmatamento de 2017 para 2016 (apenas 6%) desmatou mais de mil e quinhentos metros quadrados no ano 2016.

3.3 SANEAMENTO

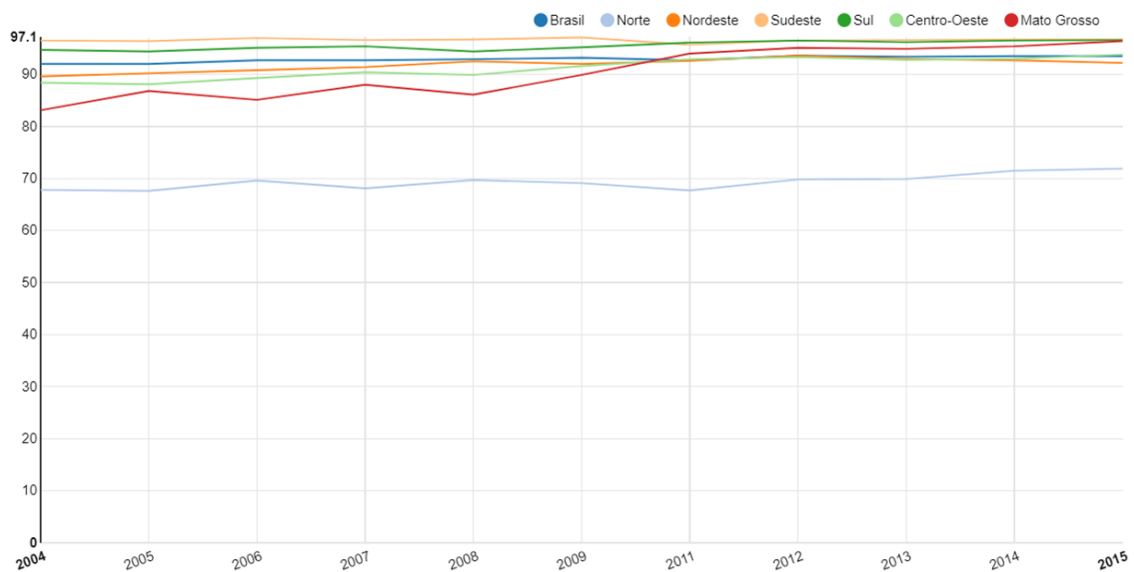
Detalhamento dos indicadores a seguir.

3.3.1 Acesso a abastecimento de água

Este indicador apresenta a proporção da população em geral que possui acesso ao abastecimento de água, seja por rede, poço ou nascente. Desta forma, o indicador possui extrema relevância para o desenvolvimento sustentável na dimensão ambiental, pois:

O acesso ao abastecimento de água potável é fundamental para assegurar boas condições de saúde e higiene. Em associação com outros indicadores ambientais, sociais e econômicos, como educação e renda, torna-se um bom indicador de desenvolvimento sustentável, importante para a caracterização da qualidade de vida da população e para o acompanhamento de políticas públicas de saneamento ambiental. (IBGE, 2015, p. 99).

Figura 14 - População em domicílios particulares urbanos permanentes com abastecimento de água – 2004 a 2015



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico anterior demonstra que o Mato Grosso possui um bom índice de população com abastecimento de água na área urbana, subindo de 83,1% em 2004 para 96,4% no ano de 2015. Este percentual, está bem acima da média brasileira que é de 93,5% em 2015 e ligeiramente abaixo da média das Regiões Sul e Sudeste que registram 96,7% no mesmo período. Já quando comparada à região Centro-Oeste, o Mato Grosso também supera a média

em 2,6%. A menor média do país está na Região Norte com 71,9% dos domicílios com abastecimento de água.

3.3.2 Acesso a esgotamento sanitário

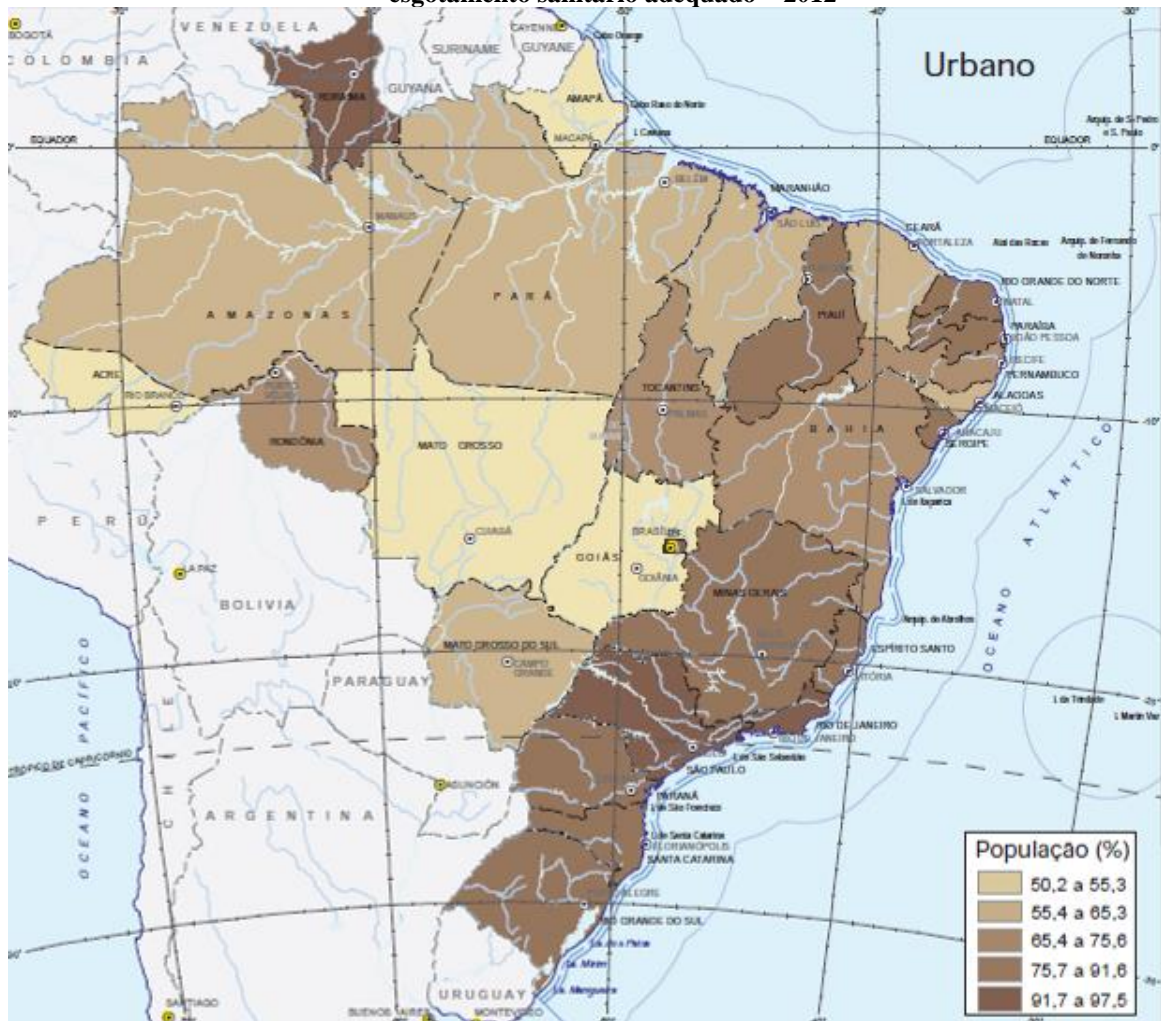
Ter acesso a esgoto implica em um processo de saúde coletiva relacionado fortemente com variáveis como a taxa de mortalidade infantil, a qualidade das águas e da balneabilidade dos rios. Logo, para estudar as questões de desenvolvimento faz-se necessário saber quanto é a proporção das pessoas que possui esgotamento sanitário em seus lares.

Assim, o indicador traz um grau de extrema relevância para o desenvolvimento sustentável, visto que:

A existência de esgotamento sanitário adequado no domicílio é fundamental para a saúde da população, contribui para reduzir o risco e a frequência de doenças associadas aos esgotos. Em associação com outros indicadores ambientais e socioeconômicos, trata-se de um indicador importante para a caracterização da qualidade de vida da população. (IBGE, 2015, p. 104).

Analisando a figura que segue, constata-se uma triste realidade. De todos estados da Federação, apenas 4 estão ocupando uma incômoda colocação, que é representada estatisticamente entre 50,2 a 55,3% da população que possui esgotamento sanitário em suas moradias. Entre os 4 está o Estado de Mato Grosso, acompanhado apenas por Acre, Goiás e Amapá. Grande parte dos estados está situado em uma proporção de 65% a 75% da população.

Figura 15 - Proporção de moradores em domicílios particulares permanentes com sistema de esgotamento sanitário adequado – 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 108).

3.3.3 Acesso a serviço de coleta e lixo doméstico

Um dos maiores problemas encontrados nas cidades é a questão do lixo. Com uma população em crescimento (como é o caso de Mato Grosso) e cada vez mais consumista, a tendência em suma deste problema é que cada vez aumente mais, a não ser, que as políticas públicas dos estados e do país, unam forças para negociar formas e alternativas de minimização dos impactos na população. Há 40 anos, o lixo era muito menos perceptível com a sua população proporcional. Desta forma, a questão do lixo está diretamente ligada a forma do modelo de desenvolvimento que se busca. Há também o impacto natural das grandes emissoras de rádio e televisão que acaba gerando mais necessidades do que tradicionalmente ocorria nas pessoas, gerando muitas vezes consumo desnecessário. Nesse sentido,

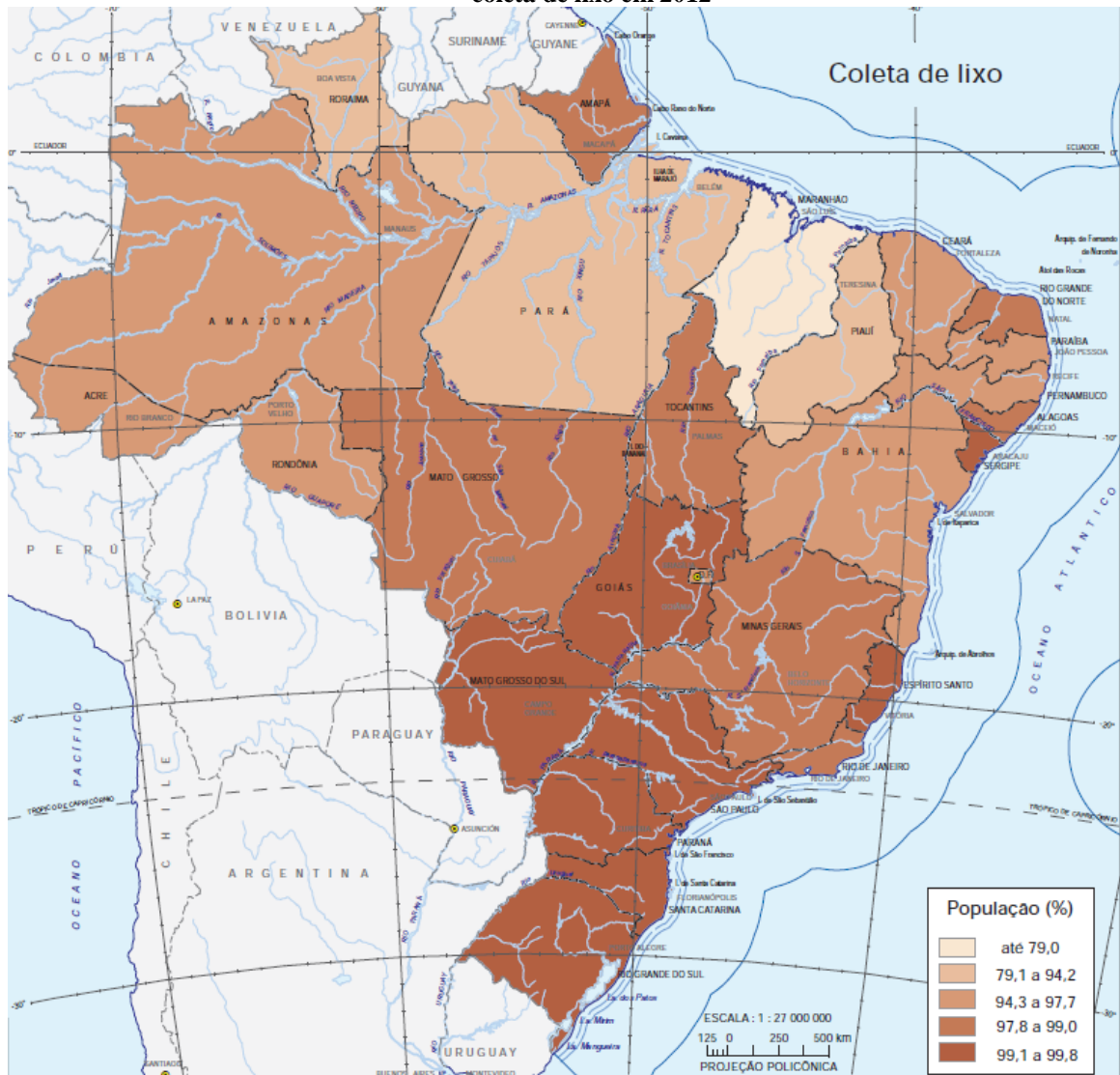
Um dos principais problemas encontrados nas cidades, especialmente nas grandes é o lixo sólido, resultado de uma sociedade que a cada dia consome mais este tipo de material poluente. Esse processo decorre da acumulação dos dejetos que nem sempre possui um lugar e um tratamento adequado. Isso tende a aumentar, uma vez que a população aumenta e gera elevação no consumo.

O portal relata ainda uma noção mais ampla do problema e exemplifica da seguinte forma: tomemos a cidade de São Paulo. Em média cada pessoa produz diariamente entre 800 gramas a 1 kg de lixo ou de 4 a 6 litros de dejetos onde por dia são geradas 15.000 toneladas de lixo. Isto corresponde a 3.750 caminhões carregados diariamente. Em um ano esses caminhões enfileirados cobririam o trajeto entre a cidade de São Paulo e Nova Iorque, ida e volta. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2018).

Desta forma, o indicador nada mais ilustra do que a população que goza em ter a coleta de lixo doméstico. Assim, estes números e informações são também fundamental para a percepção e concretização de um Estado que cativa milhares e milhares de pessoas.

Os resíduos solos são entendidos como um dos poluentes mais perniciosos. O gerenciamento de resíduos sólidos, principalmente nos ambientes urbanos, torna-se importante mecanismo para o desenvolvimento sócio econômico e ambiental. Informações sobre a coleta de lixo produzido são de extrema relevância, fornecendo um indicador que pode ser associado à existência de esgotamento sanitário adequado no domicílio é fundamental para a saúde da população. (IBGE, 2015, p.104).

Figura 16 - População residente em domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a coleta de lixo em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 112).

Segundo ilustra a figura anterior, percebe-se que o Estado de Mato Grosso novamente apresenta uma taxa onde ocupa a segunda colocação e que acaba perdendo aos estados do Sul e parte do Sudoeste. O estado possui entre 97,8 a 99% das pessoas com representatividade de residências que possuem a coleta de lixo.

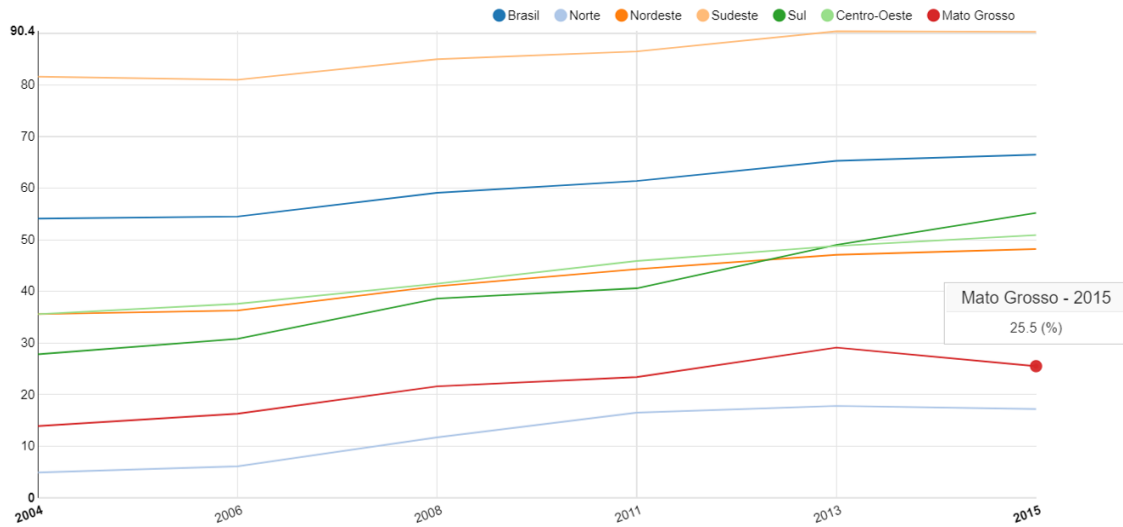
3.3.4 Tratamento de esgoto

Este indicador demonstra a capacidade que as políticas públicas produziram em um Estado da Federação para o tratamento do esgoto através de rede coletora de esgotos. Para as CETES (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), o não tratamento de esgoto prejudica e muito a qualidade de vida de uma determinada população, pois os esgotos, ou excretas, podem contaminar a água, o alimento, os utensílios domésticos, as mãos, o solo ou ser ainda transportadores de insetos e roedores que transmitam epidemias responsáveis por elevados índices de mortalidade em países de terceiro mundo.

Desta forma é indiscutível a contribuição que este indicador traz para o desenvolvimento na dimensão ambiental, visto que:

O acesso às redes de esgotamento sanitário é fundamental para a garantia das boas condições de saúde da população humana, pois possibilita o controle e redução das doenças relacionadas à água contaminada por coliformes fecais. Embora a coleta dos esgotos domésticos traga significativa melhoria da qualidade ambiental do entorno imediato das áreas residenciais, por si só não é capaz de eliminar os efeitos ambientais nocivos decorrentes do lançamento de esgotos em corpos d'água receptores. O tratamento de esgoto coletado é condição essencial para a preservação da qualidade da água, dos corpos d'água receptores, para a proteção da população e das atividades que envolvem outros cargos. É importante salientar que a ausência de tratamento adequado dos esgotos favorece a emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera, especialmente de metano. Associado a outras informações ambientais e socioeconômicas, incluindo serviços de abastecimento de água saneamento ambiental, saúde, educação e renda, este é um bom indicador de desenvolvimento sustentável. O indicador é muito importante, tanto para a caracterização básica da qualidade de vida da população residente e dos corpos receptores de efluentes tratados, quanto para o acompanhamento das políticas públicas. (IBGE, 2015, p. 113).

Figura 17 - Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes com sistema de esgotamento sanitário através de rede coletora de esgotos do ano 2004 a 2015



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Analisando o gráfico anterior, constata-se uma triste realidade. O Mato Grosso tem avançado muito pouco em relação ao Brasil na questão de saneamento com rede de coleta adequada. No ano de 2004 o Estado tinha 13,9% de domicílios com rede de coleta em esgotos. Vinha demonstrando um crescimento neste indicador, chegando em 2013 com 29,1%. No entanto, diminuiu de 29,1% para 25,5% em 2015. O desempenho é bem abaixo da média da região Centro Oeste que possui 50,9%. No entanto, é muito menor ainda quando comparado as Regiões Sudeste com 90,3% e Região Sul com 55,2%. A região Nordeste tem um desempenho de 48,2% (bem acima que o Estado demonstrou). Já a Região Norte tem o pior desempenho com apenas 17,2%.

Neste sentido, as políticas públicas de saneamento no estado devem ser revistas e incentivadas, para que realmente possa-se caminhar a passos sólidos com um verdadeiro desenvolvimento.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo 3 teve como tema central os IDS na Dimensão Ambiental de Mato Grosso e foram analisados os impactos causados na atmosfera, na terra e no saneamento.

Quanto ao impacto na atmosfera, as publicações do IBGE apontaram sempre o estudo em dimensão geográfica nacional. Mesmo assim, acredita-se que o estudo não tenha ficado comprometido em sua análise quanto ao Estado de Mato Grosso, visto ter-se uma analogia empírica que grande parte do impacto é de responsabilidade do Estado. Isto se dá por 2 principais motivos: o primeiro é o impacto da área geográfica que o Estado apresenta, sendo o terceiro maior estado em quilometragem quadrada do Brasil. O segundo, é a quantidade de grãos que o estado produz e que o torna estado campeão na produção de grãos do país. Desta forma, estas duas variáveis corroboram para a grande responsabilidade que o Estado possui sobre estes indicadores de impacto na atmosfera.

Posto isto, conclui-se que quanto a emissão de origem antrópica dos gases associados ao efeito estufa, é impactante e ameaça a sustentabilidade da atividade a produção de gás carbônico. Os números até 2005 eram altamente preocupantes. A aplicabilidade de controle proposto na Agenda 21 da ONU, culminou em grande avanço na redução dos gases, principalmente nas atividades de uso da terra e florestas, bem como no setor agropecuário onde o Estado de Mato Grosso vem se destacando. Também a produção de monóxido de carbono impacta negativamente ao Estado, visto que do total dos indicadores, os dois itens ligados a atividade mato-grossense (uso da terra e agropecuária) respondem por 90% da poluição. Da mesma forma que o item anterior, também os 2 principais indicadores da atividade mato-grossense impactam em mais de 90% na poluição quanto aos gases de metano. Já, as estimativas anuais de gás carbônico por setores de emissão, a informação também é publicada em nível nacional, mas por questões já informadas anteriormente observa-se a grande responsabilidade do Estado em sua contribuição. Assim, os resultados são preocupantes. No entanto, houve uma grande redução do ano 2008 a 2014 principalmente ocasionado pelos setores do uso da terra. Já, para o Oxido Nitroso, observa-se o impacto crescente promovido pelo setor agropecuário, portanto com grande responsabilidade também do Estado de Mato Grosso.

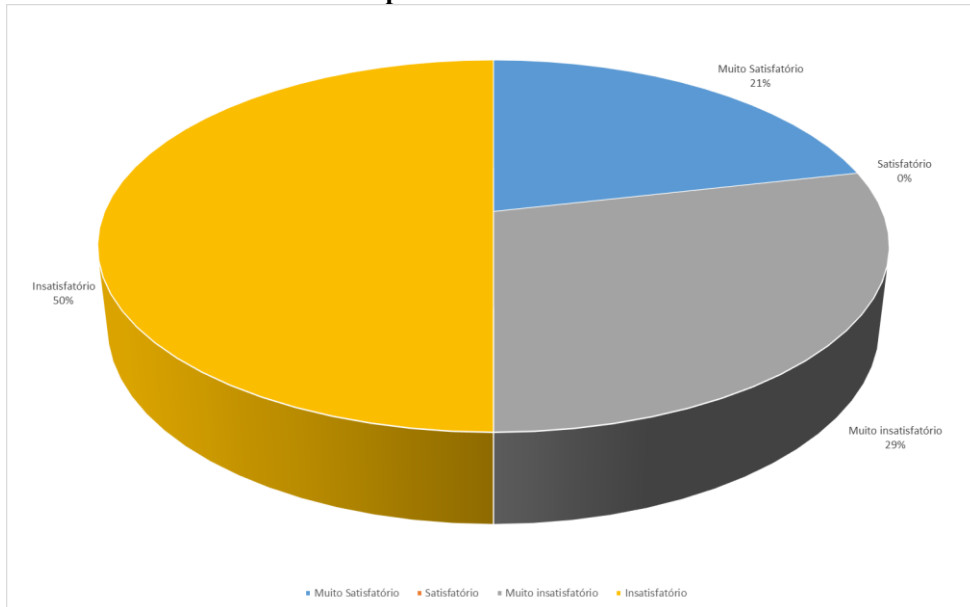
Quanto aos impactos da terra, é grande o impacto do uso de fertilizantes em Mato Grosso. No entanto, mesmo o Estado sendo campeão na produção de grãos do país, estados como Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo são ainda maiores consumidores de

fertilizantes no País. Um fator de ameaça à sustentabilidade do crescimento econômico, por questões óbvias de poluição e de agressão ao meio ambiente, é os números que o Estado possui no uso de Agrotóxicos. Eles estão diretamente ligados ao aumento da produção, mas também à ameaça da população em questão da poluição ambiental. O maior impacto do indicador está no uso de categorias consideradas de muito perigoso ou de medianamente perigoso. Por fim, o Estado tem boas perspectivas futuras quanto ao uso agrossilvipastoril da terra. O estado demonstra uma potencialidade enorme para o futuro, visto que tem em torno de 10% de sua área já agricultável, e este indicador, tem potencial de chegar próximo aos 35%. Isto é uma força ainda mais animadora, pois há hoje na Federação, estados como o Paraná que já planta mais de 50% de suas áreas. Já São Paulo e Rio Grande do Sul plantam em torno de 30%. Assim, o Mato Grosso tem em torno de 25% a 30% de seu território a explorar, visto que precisa ser desconsiderado áreas legalmente protegidas. Por fim, os dois últimos indicadores quanto ao impacto à terra, trazem ao Estado de Mato Grosso uma imagem extremamente negativa, e portanto, os indicadores trazem resultados péssimos ao Estado. O primeiro diz respeito às queimadas e incêndios florestais, onde o Estado fechou o ano de 2016 com o pior desempenho nos estados da Amazônia Legal que registram o maior número de focos de calor no Brasil. O segundo indicador é do desflorestamento da Amazônia Legal, onde o estado amarga ser o segundo colocado, recebendo ainda reportagens de níveis nacionais e internacionais que destacam o Estado negativamente aos investidores mundiais.

No que tange ao saneamento, dos 4 indicadores explorados nesta grande área, em 2 deles o Estado se destaca positivamente. O primeiro é o acesso ao abastecimento de água da população, onde o Estado apresenta resultados acima do desempenho da média nacional, e se equipara ao desempenho de Estados da Região Sul e ainda de São Paulo. O segundo indicador com desempenho positivo é quando ao acesso a serviços de coleta e lixo doméstico. Os resultados também são extremamente positivos, obtendo desempenhos entre 97% a 99%. Desta forma, mais uma vez o resultado obtido equipara o Estado de Mato Grosso ao estado de São Paulo e a resultados obtidos pelos Estados da Região Sul. Todavia, é muito ruim o desempenho do Estado nos outros 2 indicadores de saneamento. Na questão do acesso ao esgotamento sanitário, o estado está situado entre os 4 piores desempenhos do país. Já no tratamento de esgoto, a situação é ainda pior, havendo inclusive uma redução considerável dos estudos aplicados pelo IBGE na série anterior. O estado tem um desempenho na ordem de 25%, quando a média da Região Centro Oeste (que já é baixa) é em torno de 51%. Isto

ameaça a sustentabilidade e a qualidade de vida de sua população, pois traz ameaças constantes de epidemias e doenças de países subdesenvolvidos.

Gráfico 1 - Desempenho do Estado de Mato Grosso em IDS na Dimensão Ambiental



Fonte: Dados da Pesquisa.

Assim, quanto aos 14 indicadores selecionados para a análise dos IDS do estado de Mato Grosso na Dimensão Ambiental, tem-se 29%, ou 4 indicadores, avaliados com desempenho muito insatisfatório, que são o acesso ao esgotamento sanitário e o tratamento de esgoto nas questões de saneamento; bem como, as queimadas e o desflorestamento na esfera de impactos da terra. Outros 7 indicadores, ou seja, 50% são avaliados com desempenho insatisfatório, sendo eles, a emissão antrópica de gases com impactos na atmosfera em gás carbônico, monóxido de carbono e gás metano. Ainda o gás carbônico e o óxido nítrico emitidos por setores, o uso de fertilizantes e de agrotóxicos no impacto da terra. Como desempenho muito satisfatório, houve o enquadramento de 3 indicadores: o acesso ao abastecimento de água e o acesso ao serviço de coleta de lixo doméstico na esfera de saneamento. Ainda o indicador de terras em uso agrossilvipastorial, mostra boa perspectiva de futuro ao Estado de Mato Grosso sob o ponto de vista de ainda maior crescimento na produtividade agrícola. Não houve, enquadramento conclusivo por este pesquisador de nenhum indicador como satisfatório, onde tomou-se por base um desempenho em média nacional.

4 O MATO GROSSO NA DIMENSÃO SOCIAL

Ter a dimensão social como um dos pontos estratégicos nas políticas públicas e no conceito de responsabilidade social da iniciativa privada, é fator que pode dar sustentabilidade a qualquer processo de desenvolvimento. Neste sentido, a dimensão social requer que a população tenha garantias de uma vida com boa qualidade, capaz de dar tranquilidade ao espírito produtivo. Além disto, perceber que de fato estas garantias são iguais a todas as pessoas que o cercam. Para a pessoa, perceber que tem acesso à educação, segurança, trabalho e renda, saúde e outros critérios no âmbito social, leva a uma percepção de sentimento da verdadeira liberdade e autonomia, fazendo com que haja decisões importantes capaz de levar a um novo ciclo de gastos e investimentos, que faz girar a economia causando novo processo de crescimento e sustentabilidade. A igualdade ou padrões de acesso em oportunidades, inicia com um processo de consolidação de uma sociedade com entendimento de direitos e deveres, pois é fato que ao contrário, ou seja, quando não há esta igualdade, o processo caminha em marcha contrária, causando descontentamento generalizado, insatisfação produtiva e opressão psíquica do indivíduo. Estes fatores dão início às relações sociais, fator de suma importância na sustentabilidade de um processo de desenvolvimento.

Para Karl Marx (*apud* COHEN, 2001), quem controla o modelo da produção econômica vai controlar também o modelo básico da relação social e sua relação entre os grupos. Este fenômeno foi sempre assim na história da humanidade, onde ele afirma que toda a história mostra até hoje a luta entre as classes sociais (patrício e plebeu, oprimidos e opressores, o livre e o escravo, empregador e empregado), justamente por não haver esta igualdade na busca de interesses opostos. Diferentemente, para Max Weber (*apud* MORAES, 2004), as classes sociais eram divididas em estratificação, onde ele elegeu 3 componentes: classe, status e poder. Para ele, o agrupamento social se dava por questões de semelhantes características entre elas.

Incluem-se estes pensamentos aqui, pois ainda Weber (*apud* MORAES, 2004) defende que para que este agrupamento social ocorra, necessita-se patrimônio e possibilidades. No sentido de patrimônio, analisa-se prioritariamente a propriedade (se o indivíduo é ou não proprietário), enquanto na possibilidade, o critério levado em consideração seria se o indivíduo teria ou não qualificação para tal.

Desta forma, ambos convergem no sentido de que a dimensão social é um fator de suma importância para a sustentabilidade de qualquer processo. Segundo o IBGE, ela

corresponde, especialmente aos critérios de satisfação do ser humano em seu mais profundo sentimento de bem-estar.

A dimensão social corresponde, especialmente, aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e a justiça social. Os indicadores abrangem temas como população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação e segurança, que procuram retratar o nível educacional, a distribuição de renda, as questões ligadas a equidade e às condições de vida da população apontando o sentido de sua evolução recente. A questão da equidade continua sendo tratada em indicadores de vários temas que, com a finalidade de explicitar as desigualdades, são desagregados segundo sexo e cor ou raça. (IBGE, 2015, p. 14).

Assim, levando-se em consideração que este trabalho tem como objetivo a análise sobre o Mato Grosso, a dimensão social é de suma importância, pois retrata significativamente o crescimento de uma população que em grande parte, migrou ao estado, justamente em busca de melhores condições de vida.

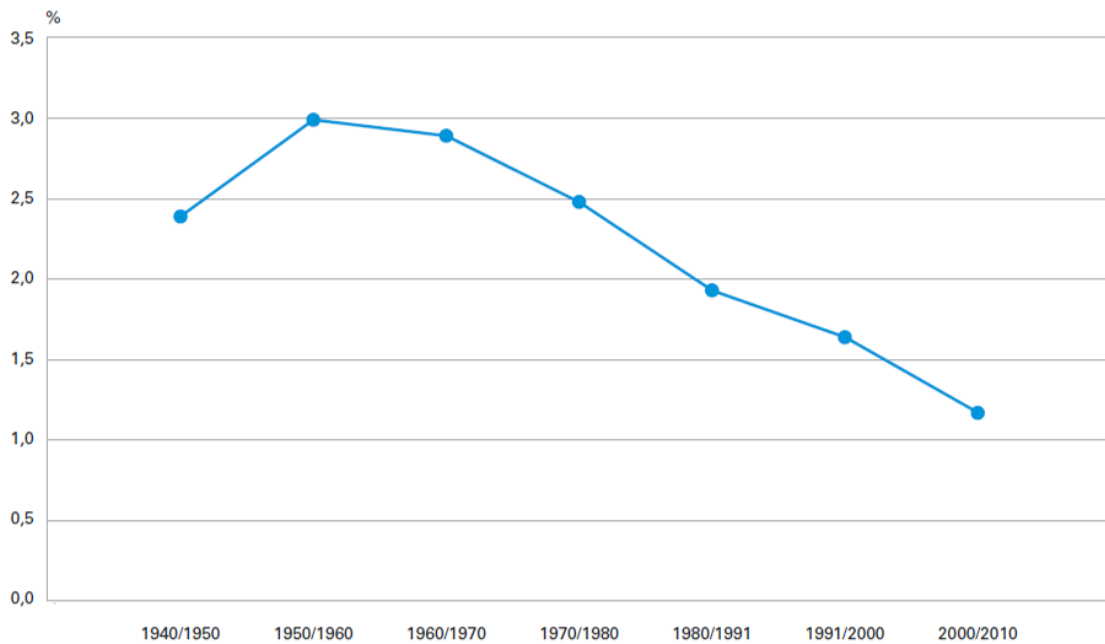
4.1 POPULAÇÃO

Detalhamento dos indicadores a seguir.

4.1.1 Taxa de crescimento da população

Com o objetivo de medir o aumento médio anual da população em determinado território, este indicador é relevante para o desenvolvimento sustentável porque:

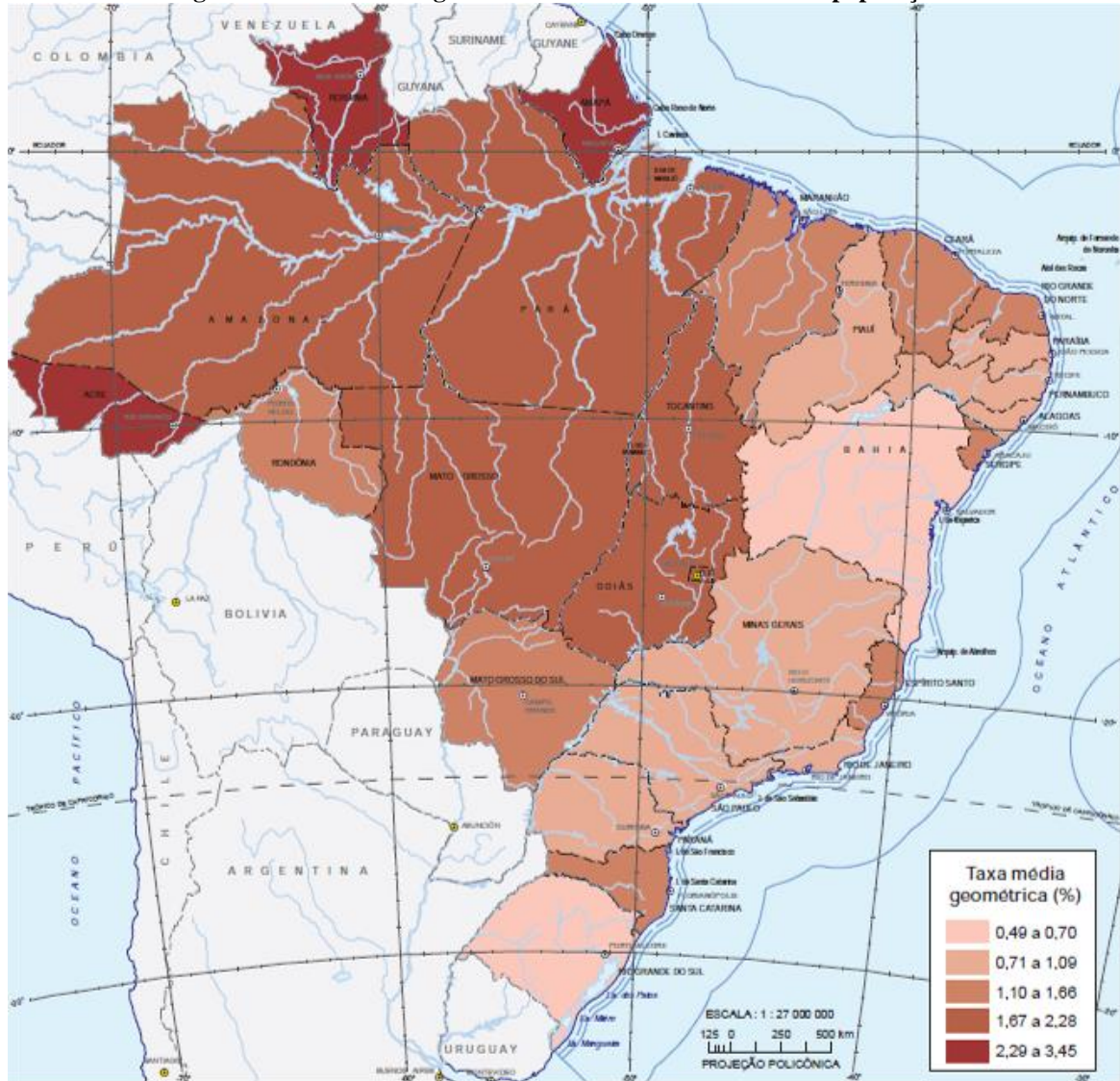
A variação da taxa de crescimento populacional é essencialmente um fenômeno de médio e longo prazos. É fundamental para subsidiar a formulação de políticas públicas de natureza social, econômica e ambiental, uma vez que a dinâmica do crescimento demográfico permite o dimensionamento de demandas, tais como o acesso a serviços e equipamentos básicos de saúde e saneamento, educação, infraestrutura social, emprego, entre outras. (IBGE, 2015, p. 115).

Figura 18 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população – Brasil - 1940 a 2010

Fonte: IBGE (2015, p. 116).

O indicador relata em nível nacional que há um encolhimento década após década da taxa média geométrica de crescimento anual da população brasileira. O indicador apresentava em 1950 uma taxa de 3,0, que no ano de 2010 era de apenas 1,2, ou seja, em 60 anos caiu mais da metade. Ele expressa esta variação, sempre em paralelo de um para outro censo demográfico. Tal fato, pode impactar em várias outras análises, entre elas o encolhimento de uma população economicamente ativa, levando à sérios comprometimentos a serem avaliados pelas políticas públicas.

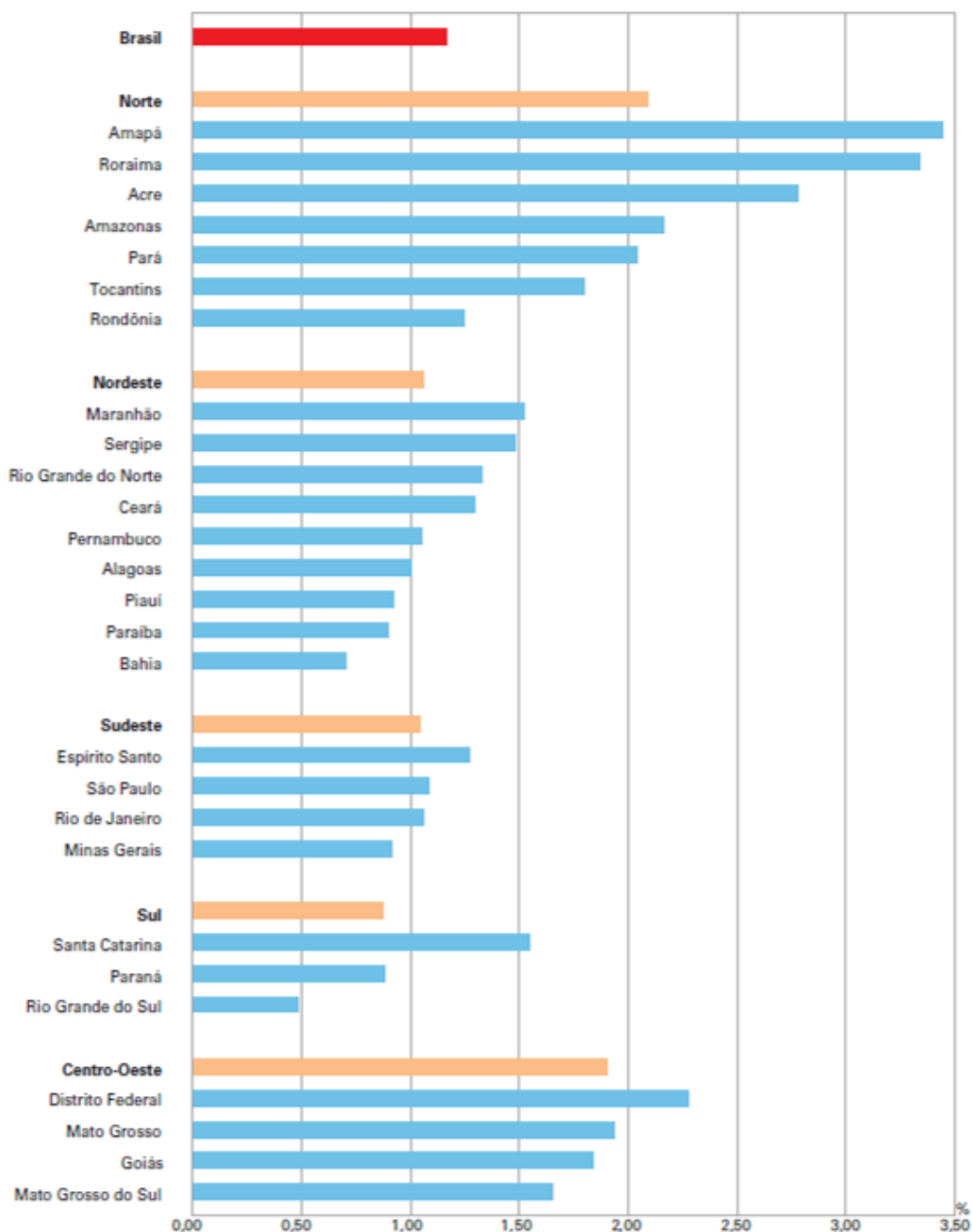
Figura 19 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população – 2000 a 2010



Fonte: IBGE (2015, p. 118).

Já quando se dedica uma atenção especial por regiões brasileiras na figura anterior, observa-se que principalmente este fenômeno ocorre nas regiões mais ricas e vai invertendo substancialmente até que se chega nas mais pobres, onde concentra-se as taxas de maiores crescimentos. Há uma inversão apenas entre as Regiões Centro Oeste e Nordeste. A Região Centro Oeste apresenta um maior crescimento do que a região nordeste, garantido em grande parte pelo processo de imigrações, que nas duas últimas décadas foram constantes.

Figura 20 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população – 2000/2010



Fonte: IBGE (2015, p. 117).

Em especial atenção, o gráfico anterior relata que o Rio Grande do Sul é o estado com a mais baixa taxa de crescimento populacional, enquanto na outra ponta, de maior crescimento está o Amapá (também justificado pelo processo de imigração). Em uma análise ainda mais particular, na Região Centro Oeste, o Distrito Federal é responsável pelo maior crescimento, seguido pelo Estado de Mato Grosso. Isto é importante em um processo de

crescimento econômico, desde que siga também acompanhado nos indicadores que dimensionam o desenvolvimento.

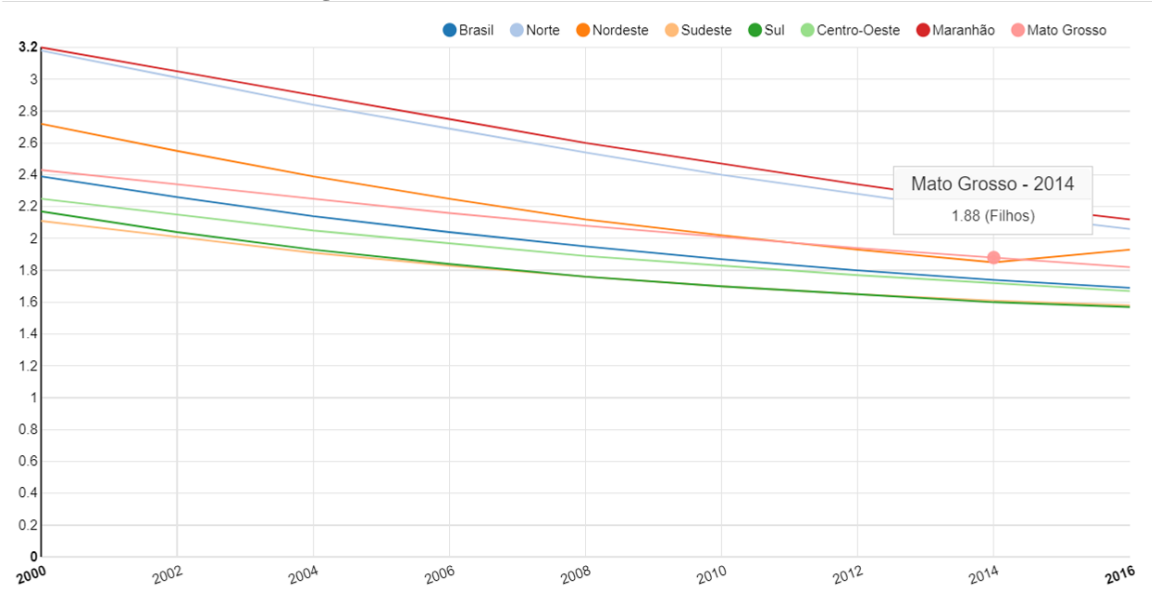
4.1.2 Taxa de fecundidade total

O indicador relata em seu objetivo o nível de fecundidade de uma população. Está relacionado com o indicador anterior que mede a taxa de crescimento no país. É importante na análise do Estado do Mato Grosso, pois o indicador tem relação com vários outros indicadores sociais, como o rendimento médio mensal, as mulheres em trabalhos formais, a oferta básica de saúde, taxas de alfabetização e escolaridade da população. Há também por parte do investimento, um olhar na tomada de decisões, em investimentos que são impactados pelo retorno comparado a taxa de população (presente e futura). É de suma importância no desenvolvimento sustentável porque:

Junto com a imigração, esse indicador é o principal determinante da dinâmica demográfica, não sendo afetado pela estrutura etária da população. O decréscimo da taxa pode estar associado a vários fatores, tais como: urbanização crescente, redução da mortalidade infantil, melhoria de nível educacional, ampliação de métodos contraceptivos, maior participação da mulher na força de trabalho e instabilidade no emprego. (IBGE, 2015, p. 119).

Assim como a taxa de crescimento da população mostrou queda, o gráfico a seguir relata o mesmo caminho, ou seja, do ano 2000 a 2016, o indicador sofreu uma redução média de 30% em nível de país.

Figura 21 - Taxa de fecundidade total – Brasil ano 2000 a 2016



Fonte: IBGE.

Dessarte tem-se a observação de que os estados ou regiões consideradas mais pobres, possuem uma taxa de fecundidade maior que os estados ou regiões consideradas mais ricos. Neste sentido, o Estado do Mato Grosso possui taxa menor apenas quando comparado aos Estados da Região Norte ou Nordeste. O gráfico mostra que o Estado do Mato Grosso no ano 2000 registrava uma média de 2,43 filhos. Em 2014 este número caiu para 1,88, seguindo em queda onde no ano de 2016 fechou com a média de 1,82 filhos. A média brasileira é de 1,69. No entanto, A Região Norte possui o indicador mais alto com 2,06. Após vem a Região Nordeste com 1,93. Mesmo assim, o Estado do Maranhão que apresenta diversos indicadores abaixo da média nacional, possui um indicador de 2,12 (que neste item é pior, visto a situação do estado). A Região Centro Oeste apresenta o indicador de 1,67; portanto, bem abaixo da média de Mato Grosso. Já a Região Sudeste possui o indicador de 1,58; enquanto a Região Sul em 1,57 sendo a mais baixa taxa de fecundidade do país. Isto torna aplicável a teoria de que quanto mais desenvolvida for a população, há maior controle de natalidade, evitando assim que indicadores sociais negativos possam se proliferar entre a população.

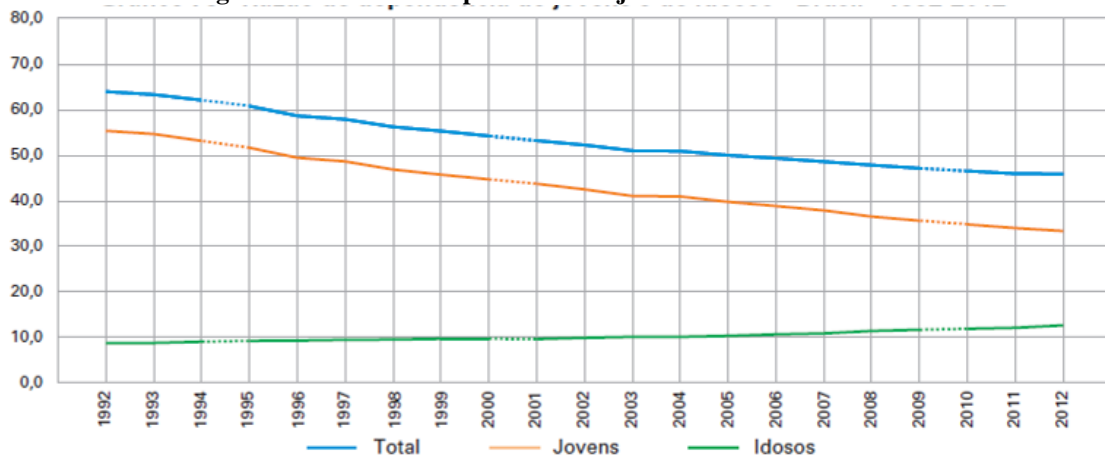
4.1.3 Razão de dependência

É uma informação que visa buscar a informação de quanto a população ativa precisa “sustentar” a população economicamente inativa, mais precisamente no que se refere a jovens

e idosos. Desta forma, para qualquer processo de desenvolvimento sustentável, o indicador é de suma importância, visto que:

Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes. (IBGE, 2015, p. 122).

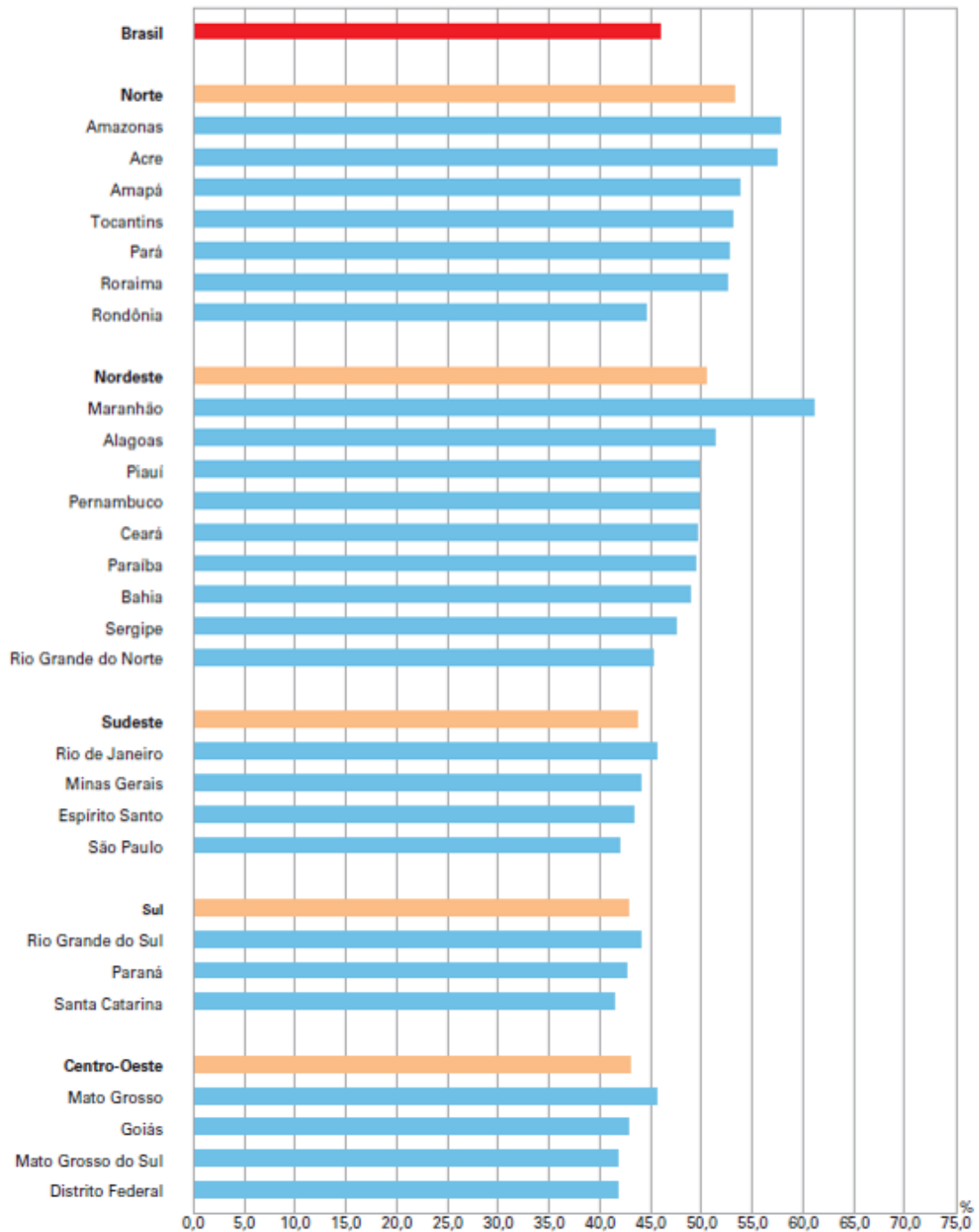
Figura 22 - Razão de dependência de jovens e idosos - Brasil - 1992 a 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 122).

Diante disto, o gráfico anterior demonstra que o Brasil teve uma diminuição considerável nos jovens dependentes economicamente, visto que em 1992 chegava-se a uma razão de 56. Vinte anos depois (2012) esta dependência caiu para uma razão de 32. É uma queda considerável (em média de 40%). Por outro lado a dependência econômica teve aumento considerável (superior a 20%) na classe de idosos. Este fator é altamente preocupante, pois viu-se neste trabalho que a taxa de fecundidade, bem como o crescimento populacional está tendo uma retração. Neste sentido, o país ficará ao longo do tempo, com sua população mais idosa, o que remete a novos benefícios previdenciários e alta na demanda por saúde pública, além do que, uma população que cada vez mais ficará dependente da população economicamente ativa ou produtiva.

Figura 23 - Razão de dependência total, segundo as Grande Regiões e as Unidades da Federação - ano 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 123).

Quanto ao Estado de Mato Grosso, o gráfico anterior demonstra uma atenção especial sobre esta questão. Observa-se que novamente os estados considerados mais ricos no país tem uma dependência menor, ou seja, jovens e idosos dependem menos da população produtiva quando comparados aos demais estados da Federação. Outra vez, a Região Norte tem um alto impacto nesta dependência. A região Nordeste é a segunda colocada, com um destaque

amplamente negativo para o Estado do Maranhão, onde esta dependência ultrapassa os 60%. Logo após a região Norte e Nordeste, aparece o Estado do Mato Grosso (empatado com o Rio de Janeiro). Esta dependência chega a um fator de 46%. Quando o estado é comparado na sua região (Centro Oeste), o Mato Grosso é o Estado que sofre esta maior dependência da população produtiva.

4.2 TRABALHO E RENDIMENTO

Detalhamento dos indicadores a seguir.

4.2.1 Índice de Gini da distribuição do Rendimento

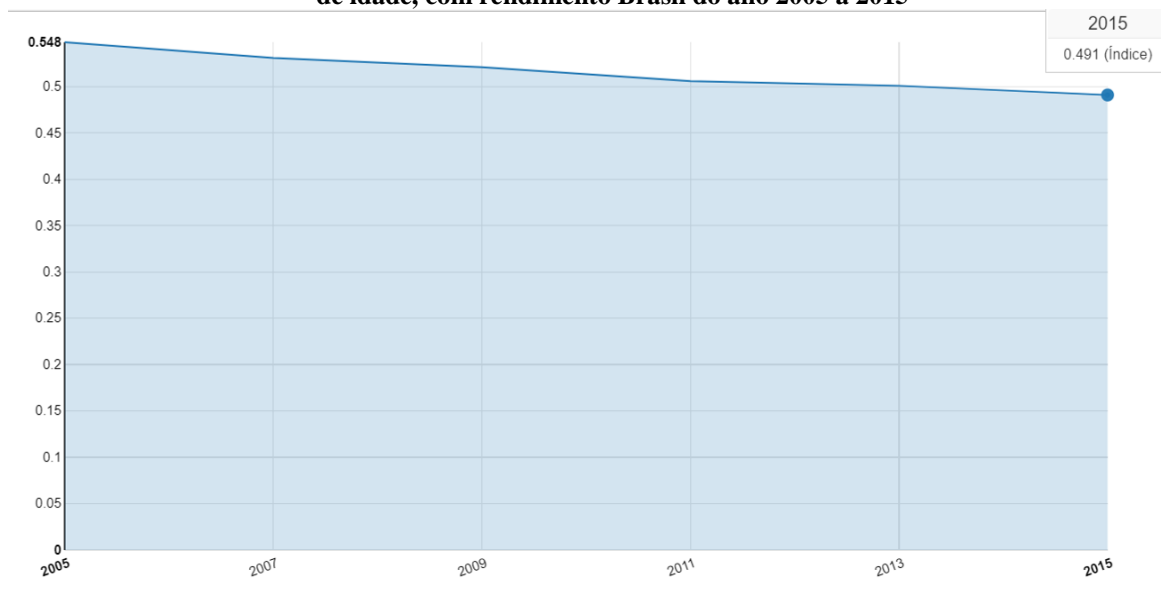
Índice de Gini é um fator que tem como objetivo mostrar a diferença entre rendimentos de pessoas que são consideradas mais ricas e as mais pobres.

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o indicador foi desenvolvido por um matemático italiano: Conrado Gini. O Índice busca em sua metodologia, mostrar a concentração de renda em um determinado grupo. Desta forma, ele aponta entre os mais pobres e os mais ricos, a diferença de seus rendimentos. Na prática, quanto mais o indicador aproximar-se de 0,0 maior será a igualdade social entre aquele grupo, na proporção de que se o indicador realmente for 0,0 todas as pessoas possuiriam a mesma renda. Mede-se em uma escala de 0,0 a 1,0. Logo, quanto mais perto de 1,0, maior será a desigualdade social daquele grupo, ao ponto de que se o indicador chegar a 1,0, significa que somente uma pessoa detêm toda a renda.

Portanto, é um indicador de alta relevância para o desenvolvimento sustentável, visto que:

É importante avaliar não somente o crescimento econômico de um país, medido pelo PIB (Produto Interno Bruto), mas também como se dá a repartição da riqueza gerada e se este crescimento se traduz em melhoria da qualidade de vida e contribui para o bem-estar comum. A importância do índice de Gini reside na capacidade de mensuração das desigualdades sociais oriundas da apropriação diferenciada do rendimento pelos indivíduos e ou grupos sociais, sendo, portanto, um indicador relevante para as políticas de combate à pobreza e reduções das desigualdades sociais. (IBGE, 2015, p. 125).

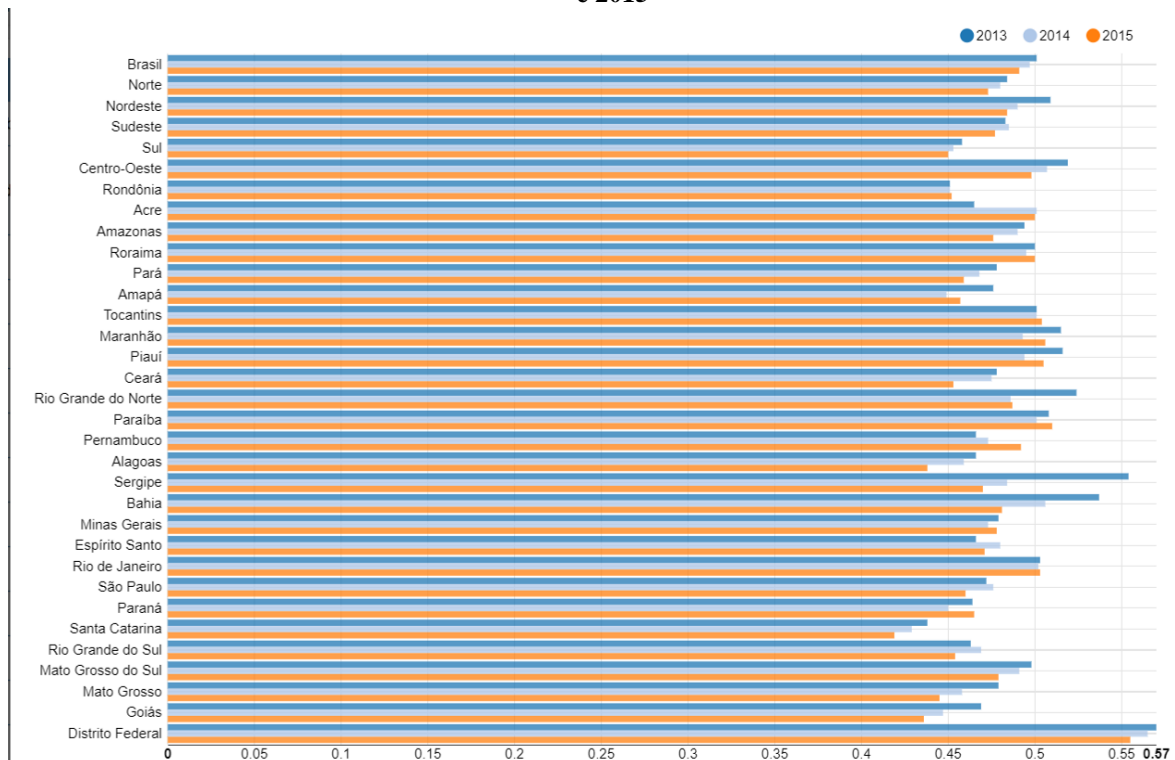
Figura 24 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento Brasil do ano 2005 a 2015



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Este gráfico contribui na observação de que ao longo dos anos 2005 até 2015, o país como um todo teve uma redução superior à 10% no Índice de Gini, passando de aproximadamente 0,55 para 0,491. Ou seja, houve uma melhora na questão da redução na desigualdade social.

Figura 25 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação no ano de 2013, 2014 e 2015



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico anterior, ilustra os Estados da Federação nesta composição do ano de 2013, 2014 e 2015. Neste sentido, no último ano analisado na série (2015), traz em primeiro lugar com maior concentração de renda o Distrito Federal (0,555), seguido pelos Estados da Paraíba (0,51), Maranhão (0,506) Piauí (0,505) e Tocantins (0,504). O Mato Grosso teve avanços na questão da distribuição de renda, passando de um índice de Gini de 0,479 no ano de 2013 para 0,445 em 2015. No lado oposto, aparece o Estado de Santa Catarina como o que possui a menor concentração de renda no ano de 2015 com 0,419 de índice de Gini. Logo após, aparece o Rio Grande do Sul com 0,454 e o Paraná com 0,465.

Observa-se a importância para um estudo aprofundado e de reflexão que o indicador do Índice de Gini deve ter. É urgente que as políticas públicas e que os poderes de governo do país olhem com atenção aos indicadores que comprometem a sustentabilidade de qualquer desenvolvimento que venha a ser gerado com o crescimento econômico e a partir deles possam planejar ações estratégicas. Os mesmos estados brasileiros que são destaques no fator de pobreza, possuem na outra ponta uma maior concentração de renda (exceto o Distrito Federal). São fatores que efetivamente são antagônicos. Não caminham juntos. Não há como concentrar renda de forma tão desproporcional, que não seja capaz de produzir pobreza e

todos os seus efeitos maléficos. A concentração de renda tira a oportunidade de desenvolvimento como um processo total e provoca falta de oportunidades de empregos ou ainda o subemprego. Este por sua vez, tira a oportunidade de educação, levando a consequências como falta de saúde, geração de violência, falta de moradia e as demais consequências.

4.2.2 Taxa de Desocupação

O indicador aponta a proporção de pessoas com idade superior a 10 anos que procuraram emprego e que não o conseguiram no período analisado.

Assim, existe relevância para o desenvolvimento sustentável, à medida que:

O desemprego é um dos principais problemas que afeta tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento, e é um fator preponderante na determinação dos níveis de pobreza. A taxa de desocupação é um dos indicadores de análise sobre o mercado de trabalho e reflete a incapacidade do sistema econômico em prover ocupação produtiva a todos que o desejam. É pertinente utilizá-la como indicador de desenvolvimento sustentável, na medida em que o estudo de sua variação ao longo do tempo possibilita o acompanhamento de tendências e das variações do nível de desocupação e subsidia a formulação de estratégias e políticas de geração de emprego e renda. (IBGE, 2015, p. 128).

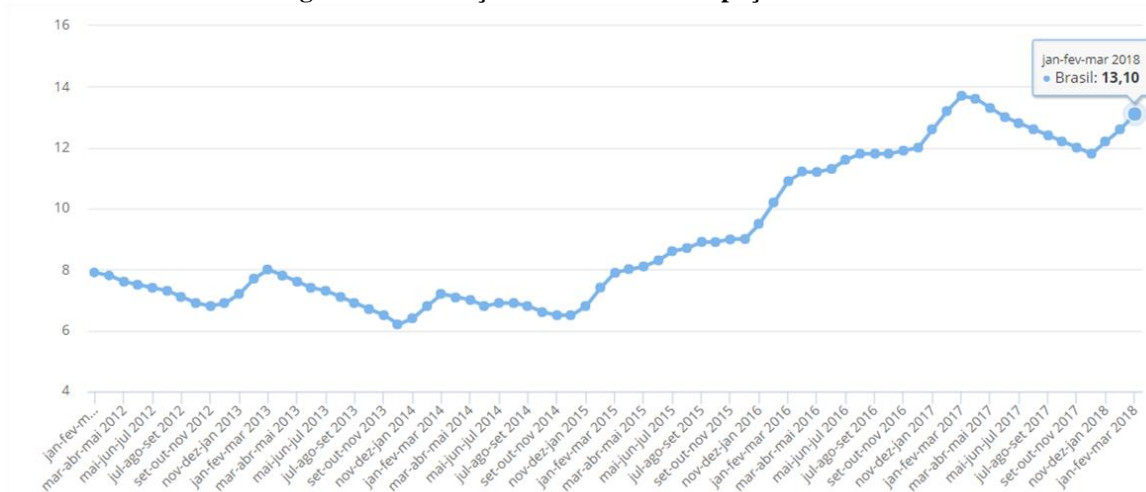
Desta forma, o quadro a seguir mostra que a taxa de desocupação atual (1º trimestre de 2018) está em 13,10%. O percentual está 0,6 pontos abaixo quando comparados ao mesmo período do ano anterior. No entanto teve uma alta significativa de 1,3 pontos ao trimestre anterior (outubro a dezembro de 2017). O fator, segundo o IBGE que mais determinou para este aumento foi a rescisão de contratos de trabalho temporário pelo Natal. Porém, sinaliza de que a recuperação do emprego no país ainda não é sustentável e está em ampla desvantagem quando comparados à países como França (9,20%), Argentina (9,10%), Uruguai (8,20%), Paraguai (7,60%) e Estados Unidos (3,80%). Outras nações já chegam perto do Pleno Emprego, como o caso do México (3,40%), Japão (2,50%), Macau (1,90%) e Catar (0,10%).

Figura 26 - Taxa de desocupação Brasil - 1º semestre de 2018

Indicador / Período	Jan-Fev-Mar 2018	Out-Nov-Dez 2017	Jan-Fev-Mar 2017
Taxa de desocupação	13,1%	11,8%	13,7%
Rendimento real habitual	R\$ 2.169	R\$ 2.173	R\$ 2.169
Varição do rendimento real habitual em relação a:		-0,2 (estabilidade)	0,0 (estabilidade)

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Já, o gráfico seguinte, ilustra a evolução do indicador ao longo do tempo e identifica bem a crise econômica de 2014. O gráfico demonstra que em 6 anos, o país saltou de uma taxa de desocupação média de 8% para 13,10%. Um crescimento superior a 60% ou que equivalem a 5,1 pontos percentuais.

Figura 27 - Evolução da taxa de desocupação Brasil de 2012 a 2018

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

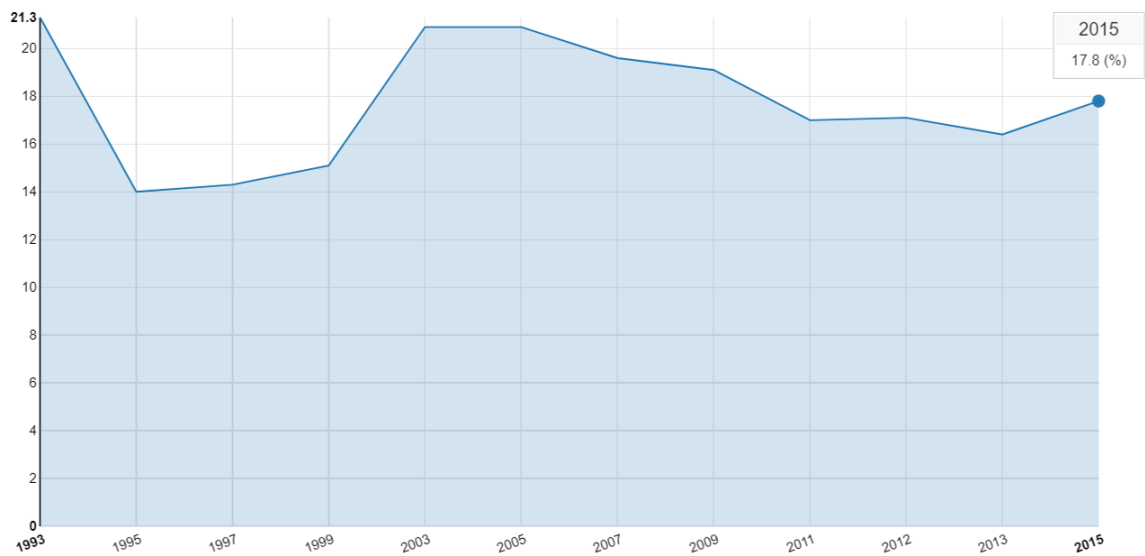
4.2.3 Rendimento domiciliar per capita

O objetivo deste indicador é informar qual a proporção da população que possui rendimentos mensal per capita por domicílio de até meio salário mínimo.

Em se tratando de desenvolvimento sustentável, o indicador é relevante, pois:

A erradicação da pobreza é um dos maiores desafios da atualidade, indispensável para o alcance do desenvolvimento sustentável, que visa uma sociedade justa, equitativa e inclusiva. Nesse sentido, o rendimento domiciliar per capita também é um importante indicador para subsidiar políticas de combate à pobreza e de redução das desigualdades e das disparidades regionais. (IBGE, 2015, p.130)

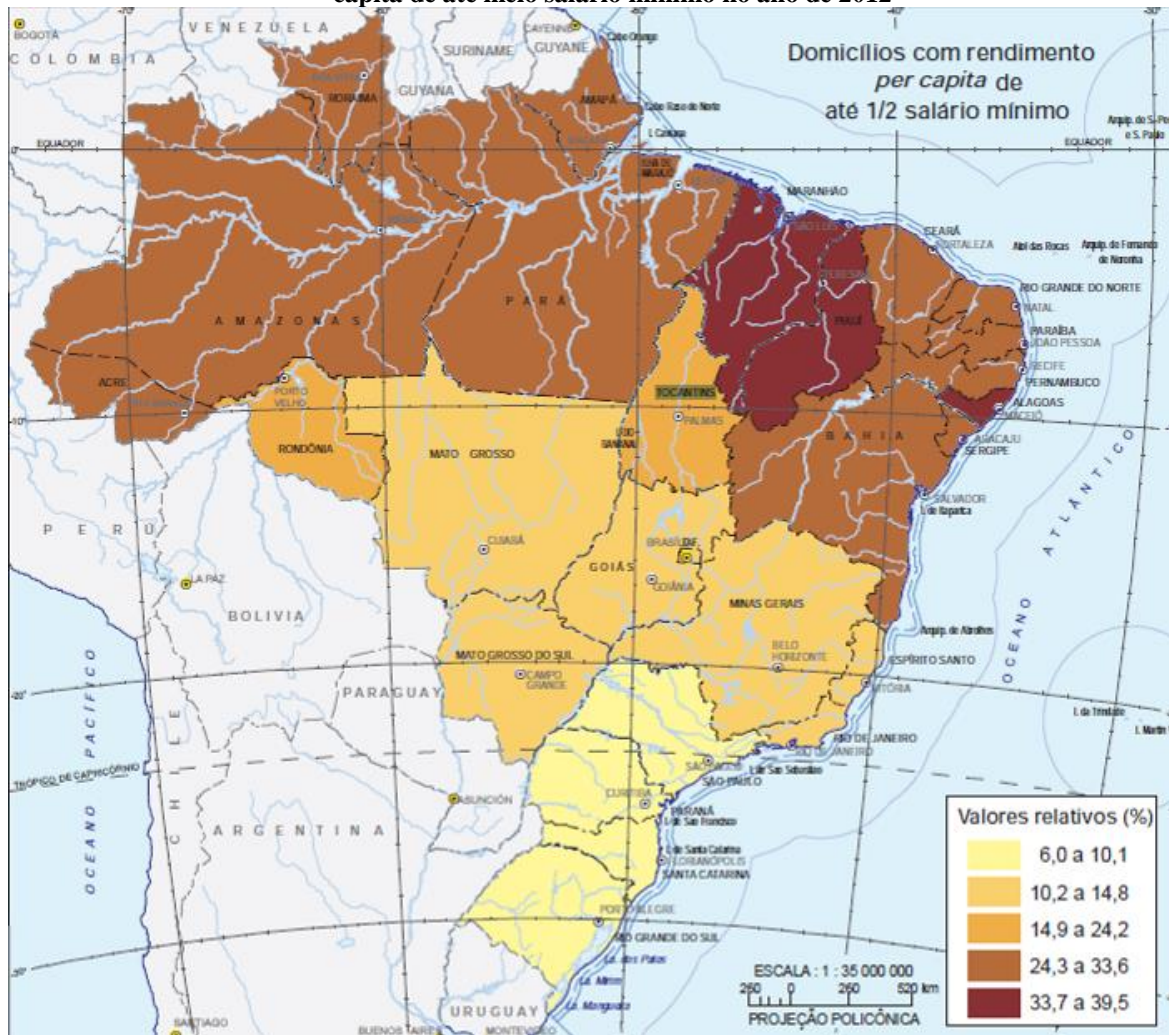
Figura 28 - Proporção de domicílios permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar per capita de até meio salário mínimo entre 1993 a 2015



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico demonstra que o Brasil teve progresso na queda da proporção com rendimentos domiciliares de até meio salário mínimo, principalmente no período recente entre 2009 a 2013. No entanto, o País após o ano de 2014 começa a viver novamente o impacto de uma economia fragilizada e volta a crescer neste indicador, fechando o ano de 2015 em 17,8%. Na série histórica analisada, o mais baixo índice foi registrado em 1995 com 14%.

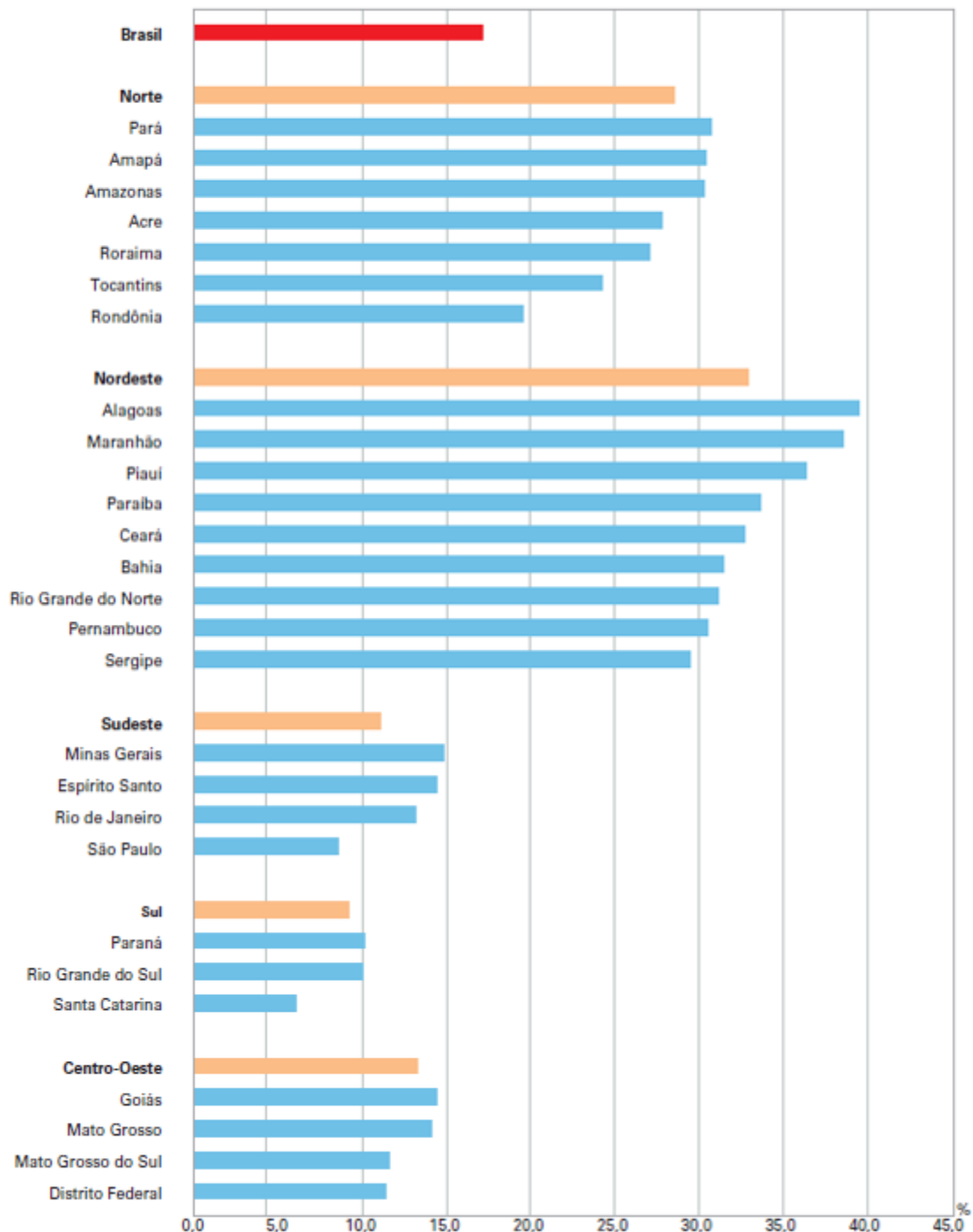
Figura 29 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar per capita de até meio salário mínimo no ano de 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 133).

A figura ilustra no mapa anterior uma maior dimensão da desigualdade social. O destaque positivo são os Estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e ainda um da região sudeste (São Paulo). Já os destaques negativos são a região Norte e Nordeste, destacando-se ainda mais nesta última os Estados do Maranhão e de Alagoas.

Figura 30 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar per capita de até meio salário mínimo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação no ano de 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 132).

O gráfico anterior exibe de forma clara a diferença nas condições sociais do país, concentrando-se o desempenho deste indicador que sinaliza a pobreza na região Nordeste, seguida pela região Norte. A região Sul é a que possui menor participação, seguida pela região Sudeste. Já a região Centro Oeste está na posição intermediária. No entanto, os Estados

de Mato Grosso e Goiás, lideram o ranking que aponta a presença forte de domicílios com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo. Desta forma, é mais um forte indicador do fator desigualdade social presente no Estado de Mato Grosso.

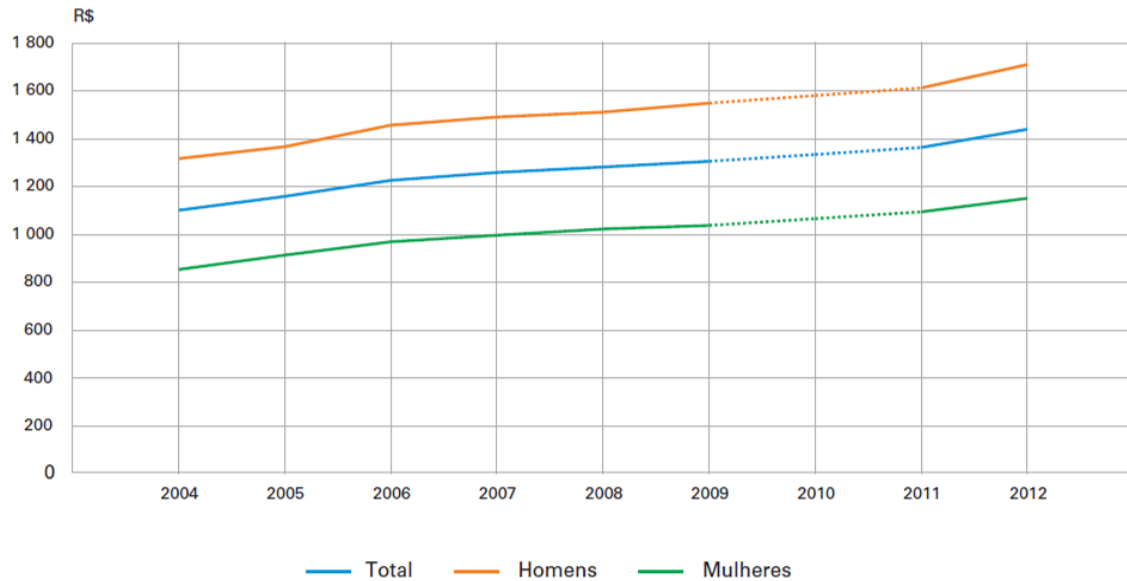
4.2.4 Rendimento médio mensal

Ter um rendimento mensal satisfatório entre as pessoas e famílias, com certeza garante um nível de consumo, qualidade de vida e percepção de satisfação do trabalhador em melhor escala, elevando assim, principalmente a expectativa de consumo. Desta forma, tal indicador é relevante para o desenvolvimento sustentável, pela:

Maneira de como se dá a distribuição de renda produzida por um país. Ela é reveladora do grau de equidade atingido, sendo essencial para a formulação de políticas públicas que objetivam o desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, é importante avaliar se uma sociedade tem equidade de gênero e raça, e a utilização de indicadores desagregados por sexo, cor ou raça subsidiam esta avaliação. Reduzir as disparidades de oportunidades entre o homem e a mulher e entre a população de cor ou raça branca e preta ou parda, assegurando às mulheres e aos pretos ou pardos a condição de participar de forma plena no processo de desenvolvimento do País é um importante desafio a ser alcançado para alcançar a melhoria da qualidade de vida. (IBGE, 2015, p. 134).

Assim, o gráfico que segue demonstra uma elevação no rendimento mensal das pessoas no período de 2004 a 2012. No entanto, da mesma forma que há o aumento deste rendimento, mantem-se uma disparidade ocorrida no início da série entre o que os homens e mulheres recebiam. O gráfico aponta que o homem brasileiro recebe uma média de 50% a mais que as mulheres.

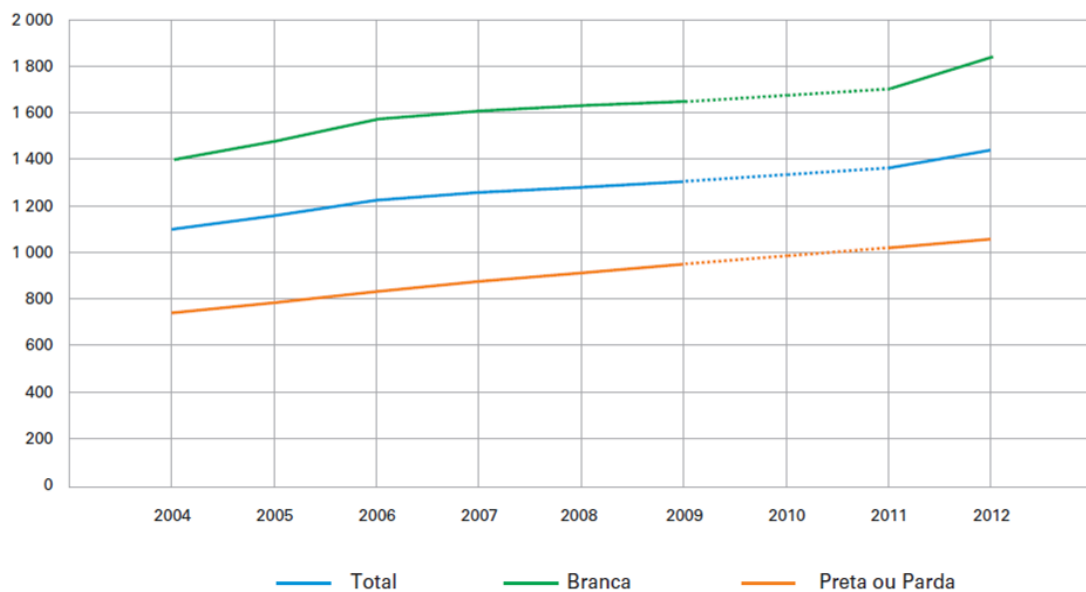
Figura 31 - Rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo no Brasil de 2004 a 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 135).

Fator semelhante a disparidade do rendimento recebido pela diferença entre homens e mulheres, ocorre com a questão de raça: branca comparada à preta ou parda. O gráfico a seguir deixa isso explícito.

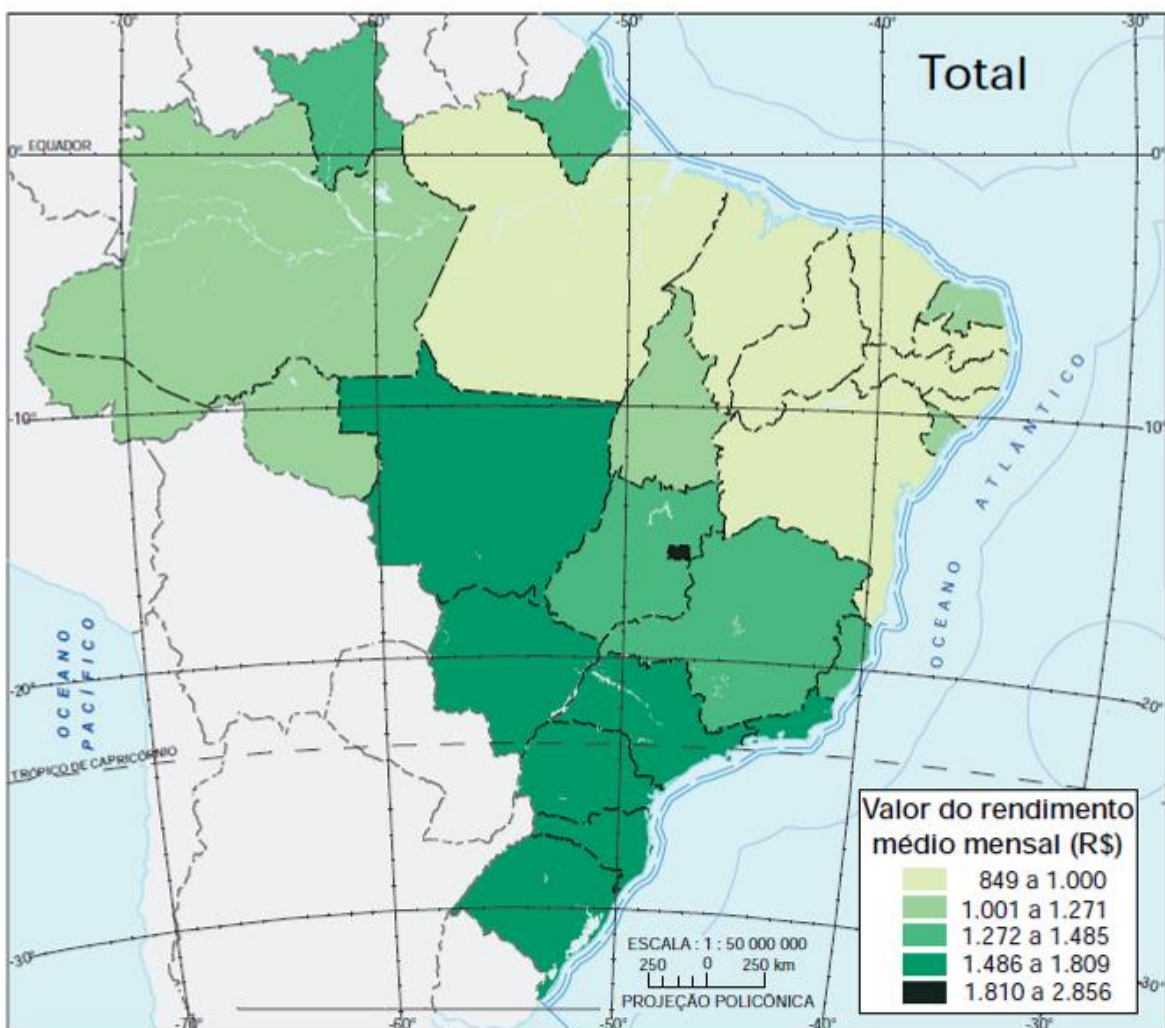
Figura 32 - Rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento, por cor ou raça no Brasil de 2004 a 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 136).

Quando analisado o rendimento médio mensal distribuído pelos Estados, percebe-se uma semelhança muito grande entre três regiões: Sul, Sudeste e Centro Oeste. Apenas Minas Gerais e Espírito Santo que ficam um pouco abaixo da média. O Mato Grosso situa-se dentro da normalidade como citado anteriormente na paridade destas regiões. Já o Distrito Federal, distancia-se com quase o dobro desta média mensal. Por sua vez, os estados do Norte e Nordeste possuem rendimentos médios bem abaixo quando comparados com as outras regiões.

Figura 33 - Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento total no Brasil em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 138).

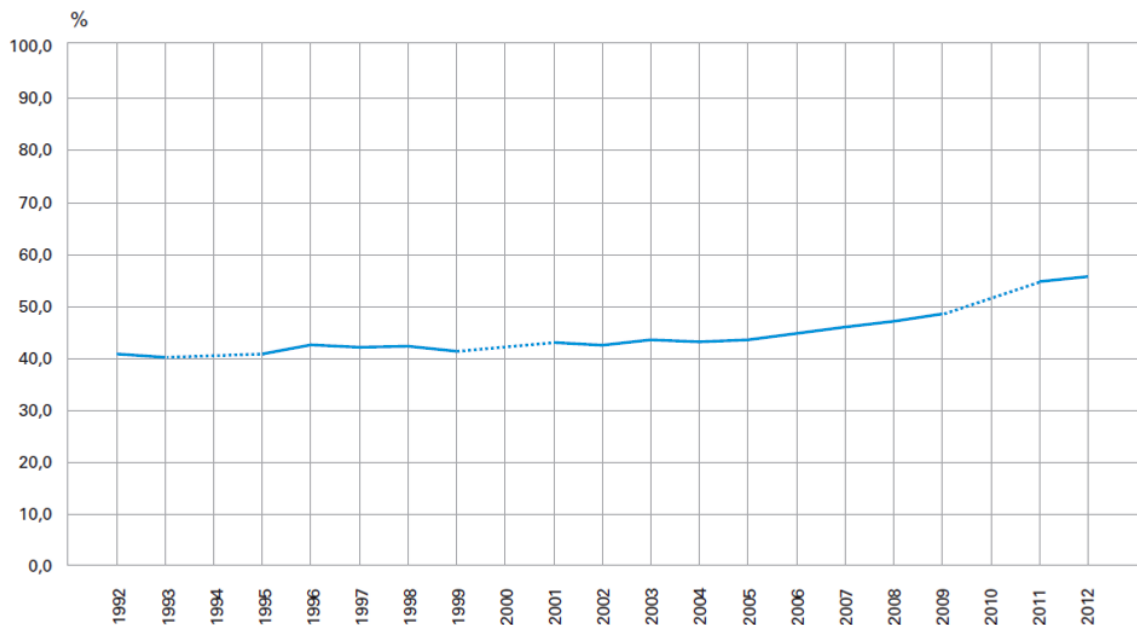
4.2.5 Mulheres em trabalhos formais

Este indicador tem sua relevância para o contexto de desenvolvimento sustentável, pois:

O aumento da proporção de mulheres ocupadas em trabalhos formais está associado ao maior grau de democratização da sociedade brasileira e à existência de um mercado de trabalho capaz de se adaptar às mudanças sociais ao longo do tempo. A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho é uma importante fonte de redução das desigualdades de gênero, contribuindo da mesma forma a redução dos níveis de pobreza entre as mulheres. (IBGE, 2015, p. 139).

Desta forma, o Brasil tem caminhado gradativamente na redução destas diferenças, com a mulher conquistando o seu espaço no mercado de trabalho. É o que relata os números expressos no gráfico a seguir que mostra o aumento em mais de 35% das mulheres em trabalhos formais.

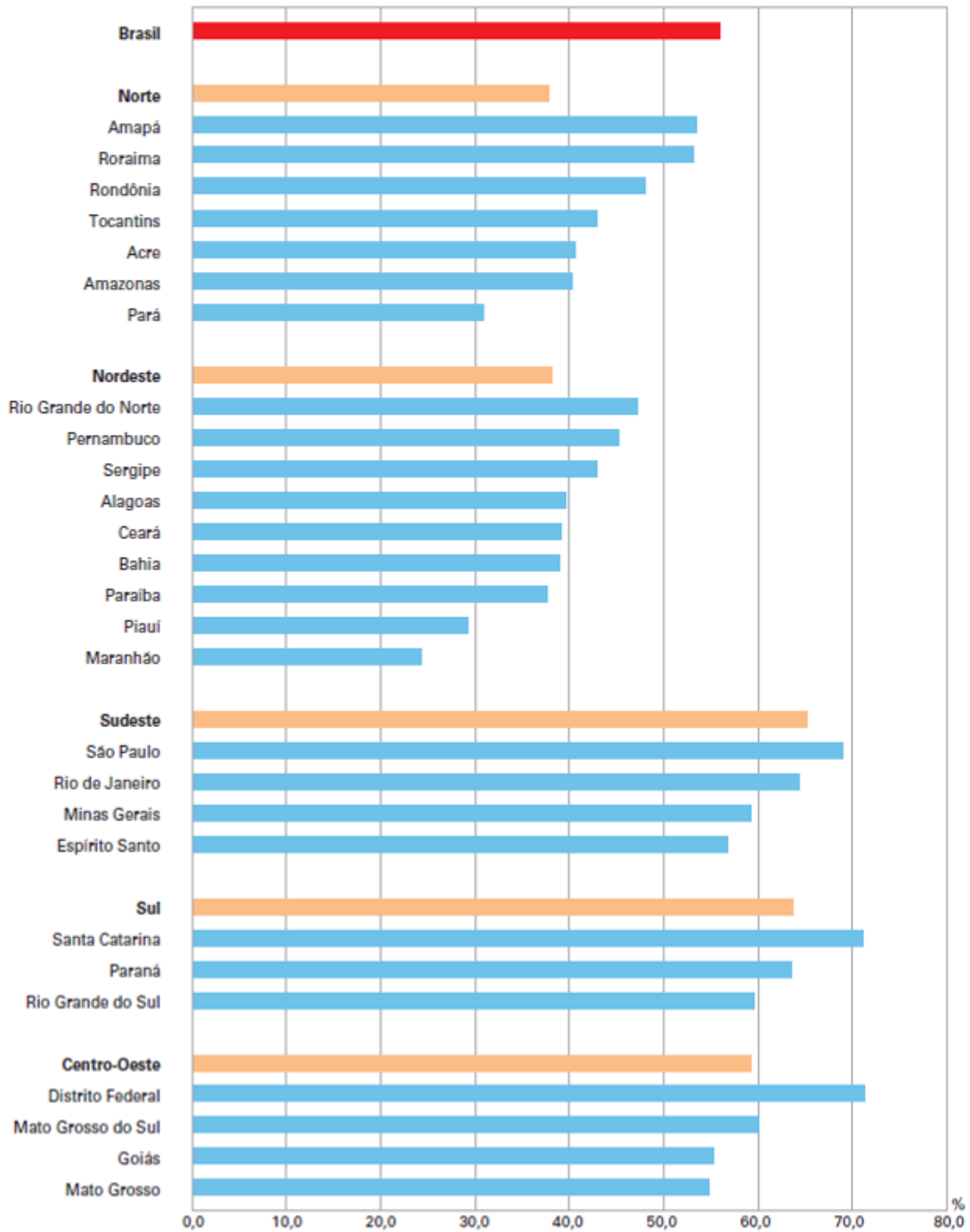
Figura 34 - Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos formais no Brasil em 1992 a 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 140).

O gráfico seguinte ilustra que das cinco regiões do país, Norte e Nordeste apresentam as menores taxas da empregabilidades das mulheres. Já as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste possuem dados muito semelhantes. O destaque positivo, com empregabilidades registradas bem acima da média nestas regiões, estão o Distrito Federal e os Estados de Santa Catarina e São Paulo. Já o Mato Grosso é o destaque negativo neste contexto, visto estar situado com a menor taxa dos 11 estados destas 3 regiões.

Figura 35 - Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos formais no Brasil, segundo as Regiões e Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 141).

4.3 SAÚDE

Detalhamento dos indicadores a seguir.

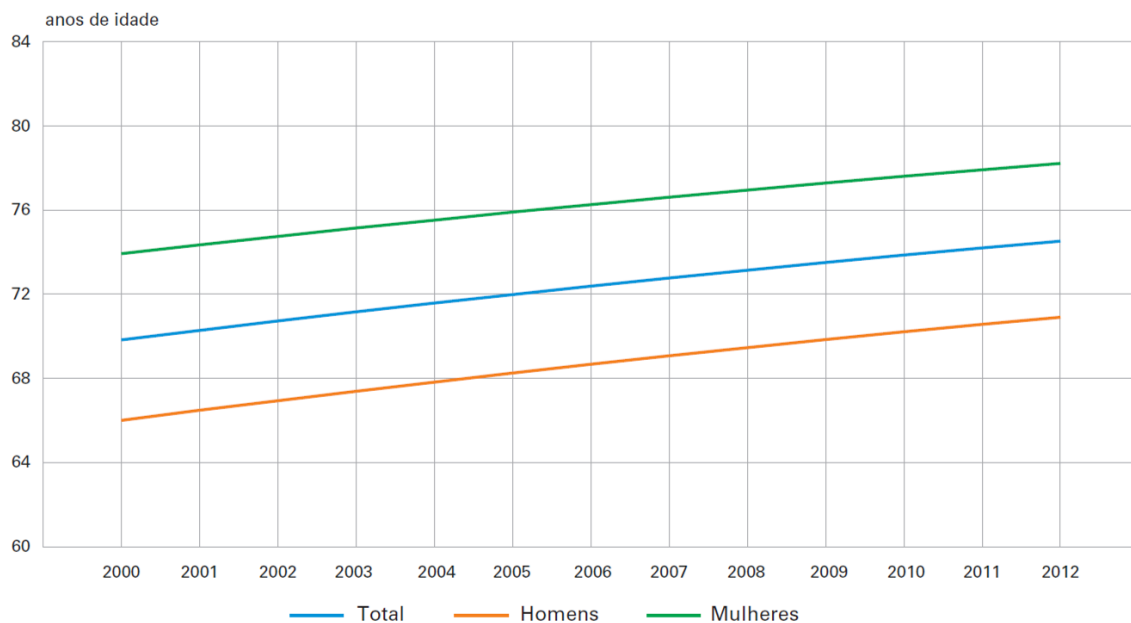
4.3.1 Esperança de Vida ao nascer

Este indicador tem o objetivo de mostrar qual a expectativa média de um recém-nascido viver desde o seu nascimento.

Sendo assim, não há desenvolvimento sustentável sem que haja expectativa de vida. Por isso este indicador é relevante, pois:

O aumento da esperança de vida ao nascer sugere melhoria das condições de vida e de saúde da população. Outra relevância seria subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de saúde e previdência social, entre outras, relacionadas com o aumento da expectativa de vida ao nascer (oferta de serviços, atualização de metas, cálculos atuariais). (IBGE, 2015, p.143)

Figura 36 - Esperança de vida ao nascer, por sexo, no Brasil entre 2000 a 2012

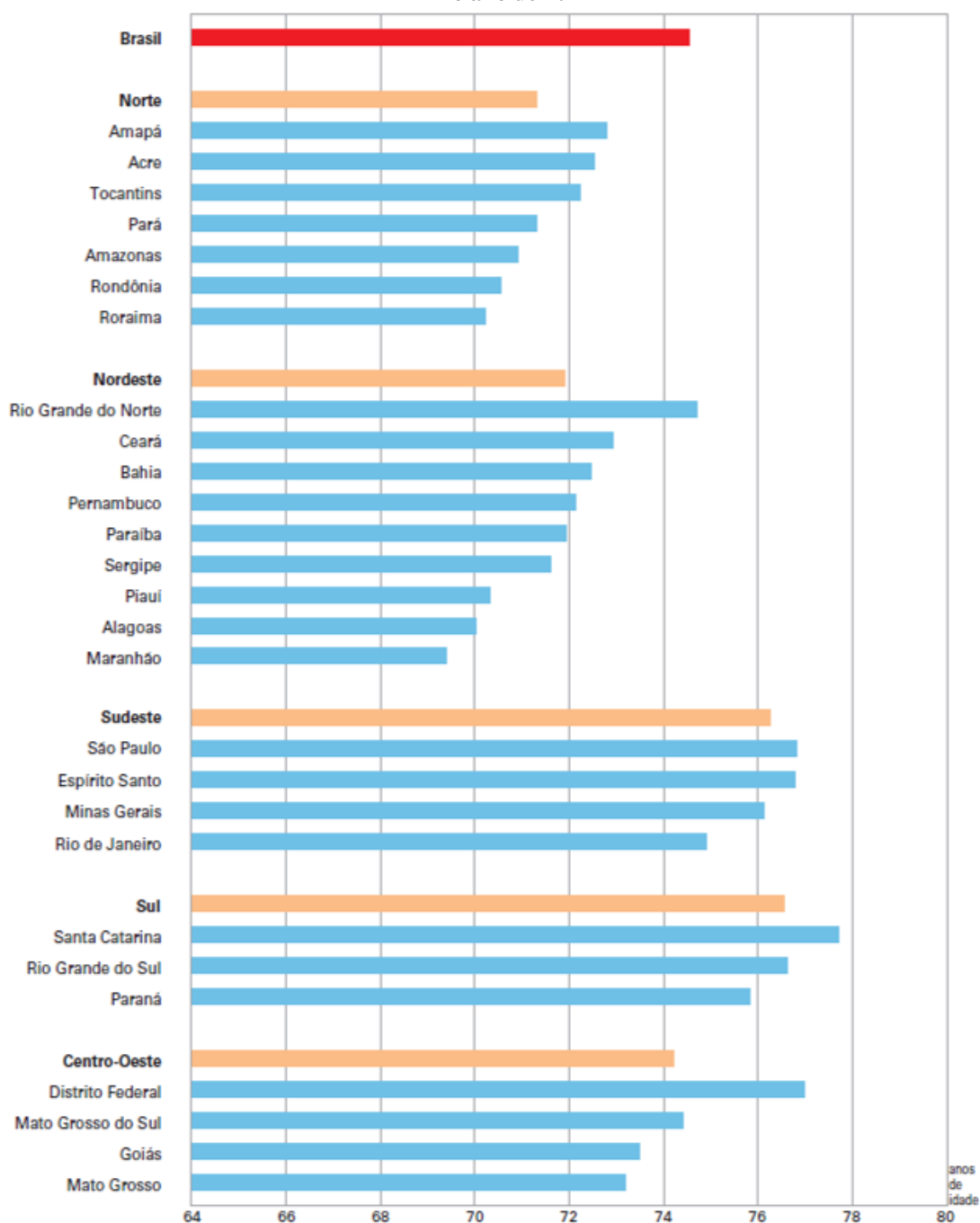


Fonte: IBGE (2015, p.144).

O gráfico relata que a expectativa de vida do brasileiro aumentou na última década, visto que há um aumento médio de 5,5% (6% para os homens e 5% para as mulheres). Desta forma, a esperança média de vida do brasileiro é de 74 anos (70 para os homens e 78 para as mulheres). Entretanto, quando comparados a países desenvolvidos, ficamos em uma situação

desconfortante, visto que segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a média de esperança de vida chega a 86 anos no Japão (a maior) e seguida de perto em 83 anos médios em países como Itália, Suíça, Suécia e Austrália. 82 anos na Espanha e Canadá. Os Estados Unidos chegam a uma esperança de 79 anos (ocupando a 36ª colocação no ranking mundial), mesmo assim em média 7% superior a esperança brasileira.

Figura 37 - Esperança de vida ao nascer, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação no ano de 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 145).

De forma mais analítica para atingir os objetivos deste trabalho, quando estuda-se especificamente os estados da Federação, percebe-se que novamente o Estado de Mato Grosso está em situação desconfortável perante o indicador.

Os estados do Norte e Nordeste demonstram em seu estado de vulnerabilidade, uma baixa expectativa de vida, onde o Maranhão tem a pior esperança do Brasil, com idade média abaixo de 70 anos. O destaque positivo nestas regiões é o Rio Grande do Norte, que ultrapassa a esperança de vida do Mato Grosso do Sul e chega muito próximo ao Rio de Janeiro.

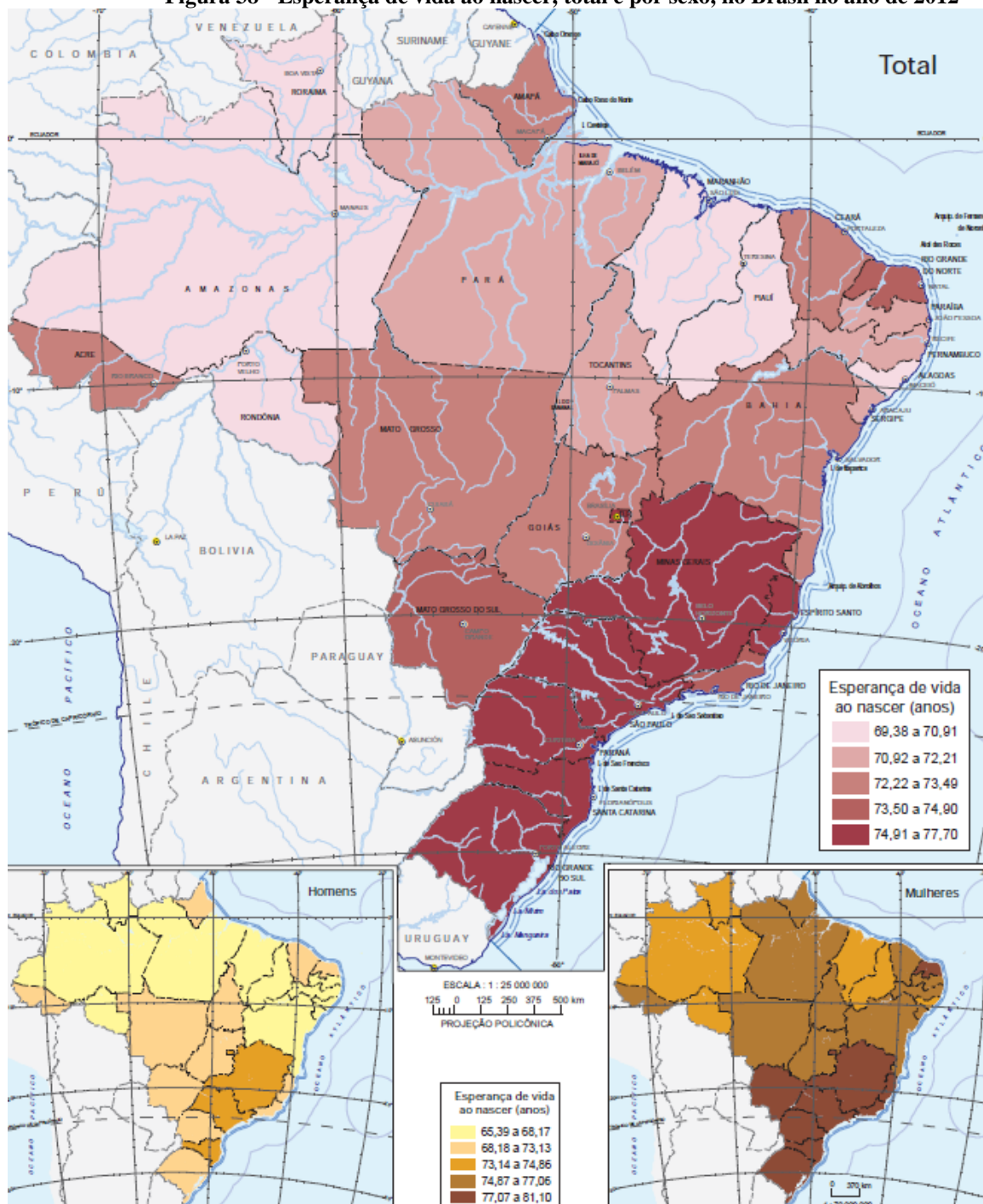
Os destaques positivos, novamente ficam com a região Sul e Sudeste. Santa Catarina tem a maior expectativa de vida, chegando muito próximo de 80 anos médios. Logo atrás vem os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo e o Distrito Federal.

A região Centro Oeste, tem como destaque fora da média o Distrito Federal (como já mencionado no parágrafo anterior). No entanto, o Estado de Mato Grosso obtém a pior expectativa de vida da região, chegando em média aos 73 anos, ficando apenas na frente dos estados do nordeste e do norte (com exceção do Rio Grande do Norte).

Isto alerta para que as políticas públicas planejem ações que possam efetivamente impactar de forma positiva neste indicador, visto que emocional e psicologicamente, tal expectativa traz projetos de vida e de investimentos aos cidadãos. Quando o efeito é contrário, ou seja, a expectativa e o ânimo estão estagnados ou em decadência, o efeito desenvolvedor pode ficar comprometido.

Neste sentido, de forma mais ilustrativa, a figura a seguir estampa através do mapa do Brasil a realidade na esperança de vida deste povo, inclusive separando esta esperança pelo sexo masculino e feminino.

Figura 38 - Esperança de vida ao nascer, total e por sexo, no Brasil no ano de 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 146).

4.3.2 Taxa de mortalidade infantil

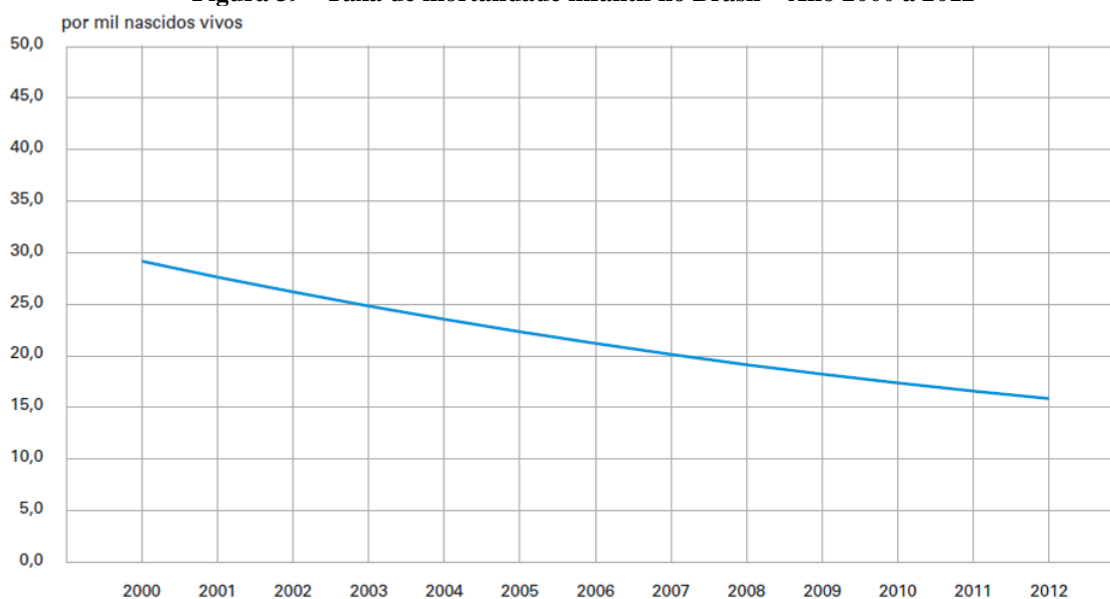
Saber qual a taxa de crianças que nascem vivas e que em seu primeiro ano de vida vão à óbito. Esta é a finalidade deste indicador.

O indicador está expressamente vinculado a vários outros fatores que determinam um nível de desenvolvimento. Fatores como o rendimento domiciliar per capita, o rendimento médio mensal, os gastos com pesquisas e desenvolvimento, as doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, o acesso à coleta de lixos, o tratamento de esgotos, a qualidade das águas e muitos outros indicadores que são sinais de desenvolvimento de um território geográfico.

Logo, é um indicador relevante para o desenvolvimento sustentável, pois:

Reflete, de maneira geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura ambiental, bem como o acesso a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil. Contribui na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, prestando-se para comparações nacionais e internacionais. (IBGE, 2015, p.143)

Figura 39 - Taxa de mortalidade infantil no Brasil – Ano 2000 a 2012



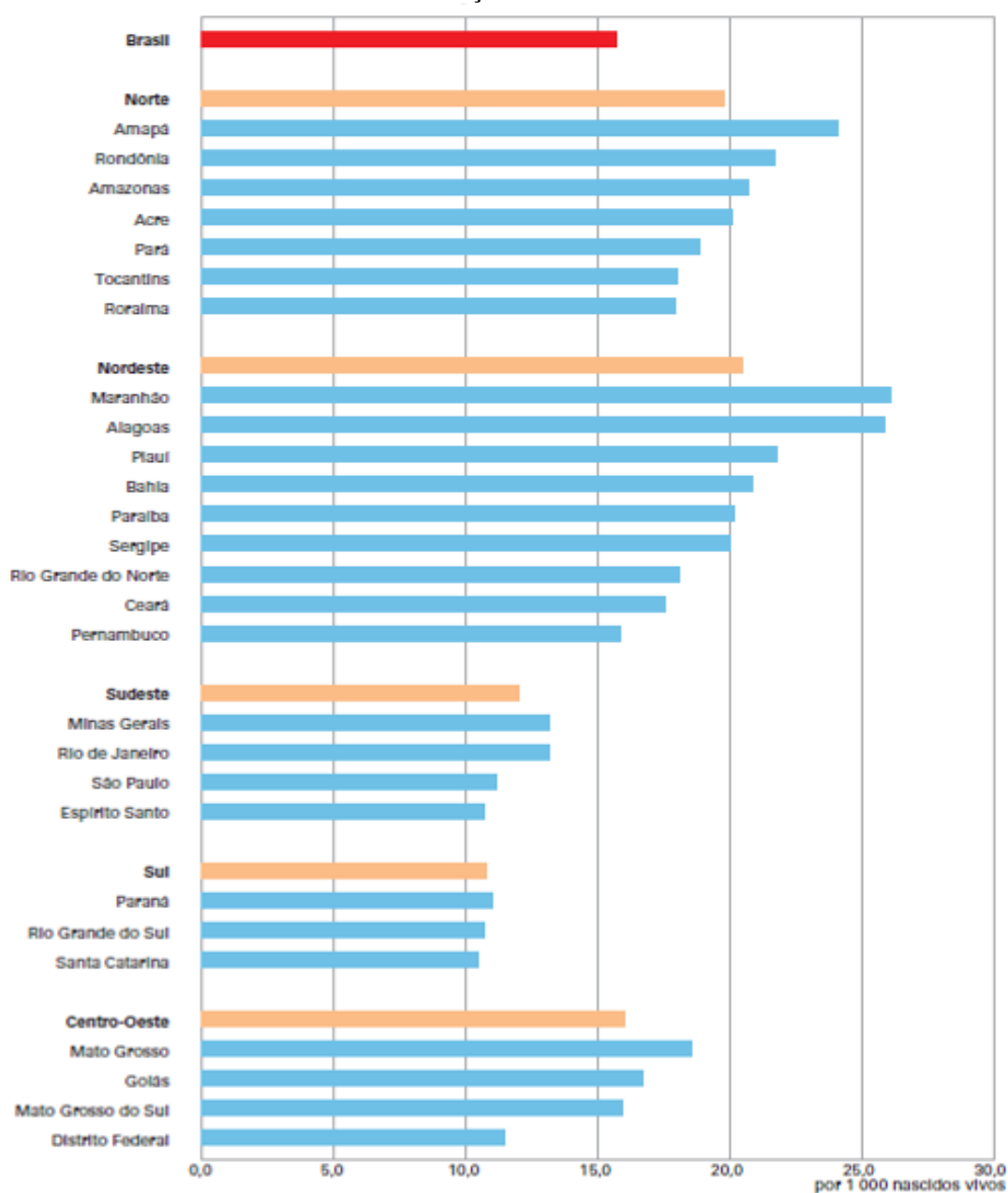
Fonte: IBGE (2015, p. 148).

O gráfico relata que no período analisado, o Brasil teve uma redução extraordinária na taxa de mortalidade infantil. A queda foi superior a 40%, passando de 29 para 16 óbitos a cada 1.000 crianças nascidas vivas.

Mesmo com esta melhora, segundo a ONU, o Brasil ainda ocupa uma situação incômoda no ranking mundial de mortalidade infantil, ocupando em 2011 a 107ª colocação. Há uma evolução positiva, pois a ONU relata que na década de 1950, morriam mais de 130

crianças brasileira no primeiro ano de vida. Porém, este mesmo ranking, mostra que no Brasil morrem 515% a mais crianças do que em Singapura (com taxa de mortalidade em 2,6), 410% a mais que no Japão (taxa de 3,14). Ainda destaca-se como países desenvolvidos, as baixas taxas da Suécia (3,18), França (4,10), Alemanha (4,21), Itália (4,46). Os Estados Unidos possuem uma taxa de 7,07 de mortalidade infantil, mesmo assim, menos da metade da taxa brasileira.

Figura 40 - Taxa de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação no ano de 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 149).

O gráfico relata a triste realidade das regiões consideradas mais pobres no País, onde novamente o Nordeste e Norte destacam-se neste sentido. O pior indicador médio é da Região Nordeste (taxa de mortalidade superior a 20) seguido da Região Norte (taxa de mortalidade de quase 20). Na região Nordeste, estados como o Maranhão e Alagoas ultrapassam a Taxa de Mortalidade de 25 crianças (com Maranhão ainda superando Alagoas). Já na região Norte, o destaque negativo é o Estado do Amapá.

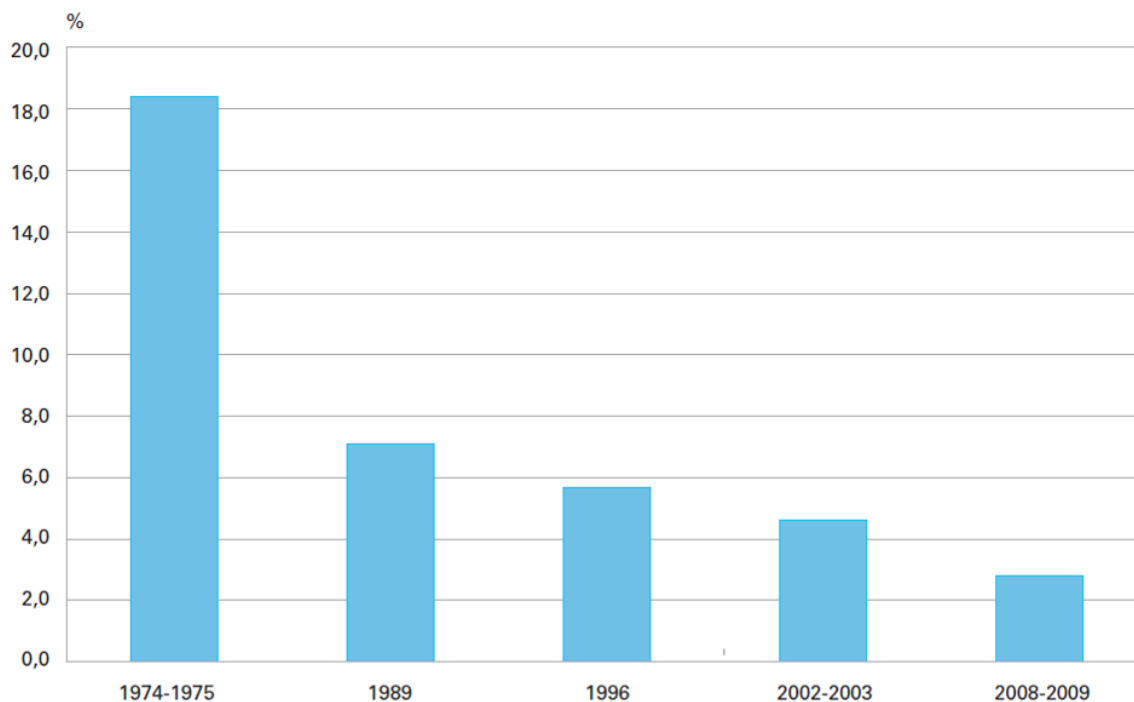
A região Sul é a que tem o melhor desempenho com destaque para Santa Catarina (a menor taxa de mortalidade infantil do país), seguida pelo Rio Grande do Sul. Já o estado de Paraná fica empatado em terceiro lugar com Espírito Santo, vindo São Paulo na sequência.

A região Centro Oeste é novamente a região intermediária. No entanto, o destaque negativo é do Estado em estudo: o Mato Grosso. Ele possui uma taxa de mortalidade infantil muito próxima à 20 crianças de cada 1000 nascidas vivas. Esta taxa é maior do que estados do nordeste como Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco ou ainda estados da região norte como Tocantins e Roraima.

Passada a idade do perigo de morte para inclusão nas estatísticas de taxa de mortalidade infantil, há ainda um outro indicador importante: a prevalência da desnutrição total. É um indicador que observa as crianças em até 5 anos de idade e mostra o percentual de desnutrição entre elas.

A desnutrição geralmente está associada às precárias condições de vida e de assistência a mulheres e às crianças, sendo que, na faixa etária até 5 anos de idade, há maior vulnerabilidade biológica à desnutrição, à morbidade e à mortalidade. O direito à alimentação e à nutrição adequadas é um direito humano básico e a sua promoção deve estar entre as prioridades de um país que pretende se desenvolver de maneira sustentável. (IBGE, 2015, p.143)

Figura 41 - Prevalência de desnutrição total em crianças menores de 5 anos de idade entre 1974 à 2009 no Brasil.



Fonte: IBGE (2015, p. 152).

O gráfico relata uma grande queda na prevalência de desnutrição total entre crianças de menos de 5 anos de idade. No entanto, os estudos do IBGE comprometem o trabalho deste indicador para a análise do estado do Mato Grosso por 2 motivos: o primeiro é que não há informações sequenciais após 2009 (sendo que já as anteriores houve muitas mudanças na metodologia aplicada). O segundo, é que o indicador é trabalhado somente à nível Brasil, não sendo demonstrado a participação de cada estado da Federação neste desempenho.

4.3.3 Oferta de serviços básicos de saúde

Este indicador busca apontar a disponibilidade de empregos médicos ofertados, o número de estabelecimentos e os leitos hospitalares que são ofertados à população. É um indicador de extrema importância, porém de difícil concepção. Observa-se que pode haver um grande número por exemplo de estabelecimentos de saúde, sem que a oferta de leitos hospitalares aconteça na mesma proporção. Assim, como na questão de empregos médicos, pois o indicador trata de oferta, e não de efetividade desta oferta preenchida. Portanto, não pode ser confundido por exemplo, com o indicador clássico de médicos para cada 1000

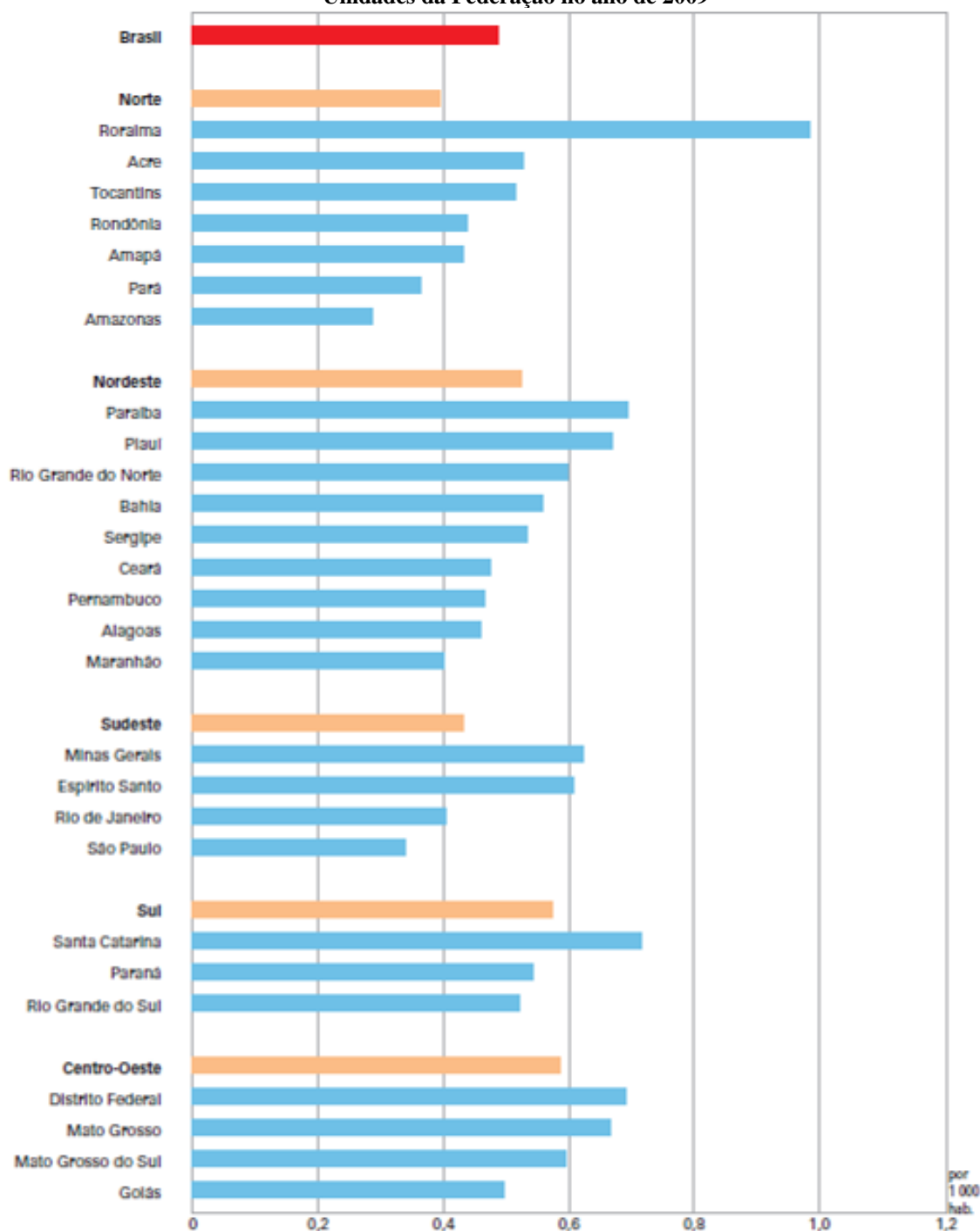
habitantes (pois aí o número é efetivo frente aos órgãos de classe médica que registram estes profissionais nos devidos estados).

De qualquer forma, é um indicador importantíssimo para o desenvolvimento sustentável, sendo que:

Apesar dos avanços nas condições de saúde em muitos países, expresso pela redução das taxas de mortalidade e aumento de esperança de vida, há um imenso desafio a ser enfrentado na área de saúde. O acesso universal aos serviços de saúde é condição para a conquista e manutenção da qualidade de vida da população, que, por sua vez, é um dos pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável. Este indicador é relevante por expressar a oferta de infraestrutura básica de serviços de saúde e, conseqüentemente, o potencial de acesso aos mesmos por parte da população. (IBGE, 2015, p. 155).

Embora os números são da década passada, frente as pesquisas e divulgações do IBGE em sua série de “Estudos e Pesquisas” os indicadores relatam várias curiosidades a serem observadas para este trabalho.

Figura 42 - Número de estabelecimentos de saúde, por 1000 habitantes, segundo as grandes regiões e as Unidades da Federação no ano de 2009



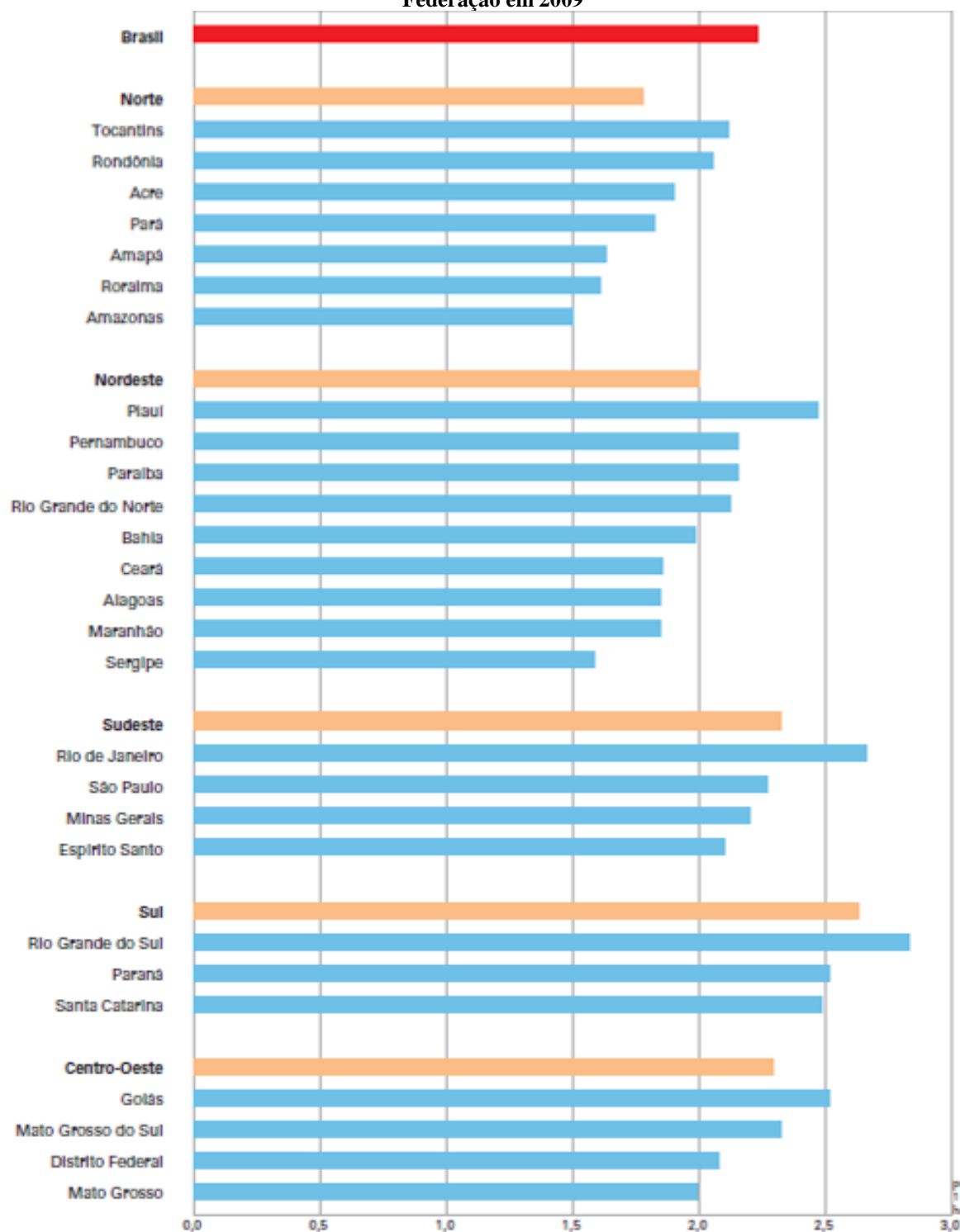
Fonte: IBGE (2015, p.157).

O gráfico ilustra uma curiosidade: ao contrário do que observa-se dos demais indicadores sociais e de saúde, a Região Nordeste tem bom desempenho na oferta de estabelecimentos de saúde (que já não se transforma no próximo gráfico em leitos ofertados à população). Observa-se que o Estado que mais possui estabelecimentos é Roraima na Região Norte (quase

2 vezes a mais do que o segundo colocado na mesma região: o Acre). Quando analisado pelas regiões, o melhor desempenho é o Centro Oeste, trazendo o Distrito Federal com a maior oferta, seguido pelo estado de Mato Grosso. É uma região com os desempenhos semelhantes entre os Estados, que faz com que seja alcançado o melhor desempenho. Em segundo lugar aparece a Região Sul, com o destaque positivo de Santa Catarina que eleva a média dos demais estados. Observa-se ainda, que a região Sudeste perde para a Região Nordeste, sendo que São Paulo fica abaixo de todos os estados nordestinos na oferta de estabelecimentos de saúde. Com o pior desempenho no país aparece a Região Norte, porém como já relatado, com Roraima superando completamente a média brasileira.

Observa-se ainda, que segundo o IBGE (2015), entende-se por estabelecimentos de saúde na metodologia aplicada pela pesquisa, os estabelecimentos públicos ou privados, bem como sendo com ou sem fins lucrativos, ou ainda, filantrópicos, sejam de origem de regime ambulatorial ou de internação. Desta forma, a expressão inclui postos e centros de saúde, clínicas ou postos de assistência médica, prontos socorros, unidades mistas, hospitais (inclusive os militares), unidades de complementação diagnóstica ou terapêutica, clínicas odontológicas, clínicas radiológicas, clínicas de reabilitação e laboratórios de análises clínicas.

Figura 43 - Leitos para internação por 1000 habitantes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2009



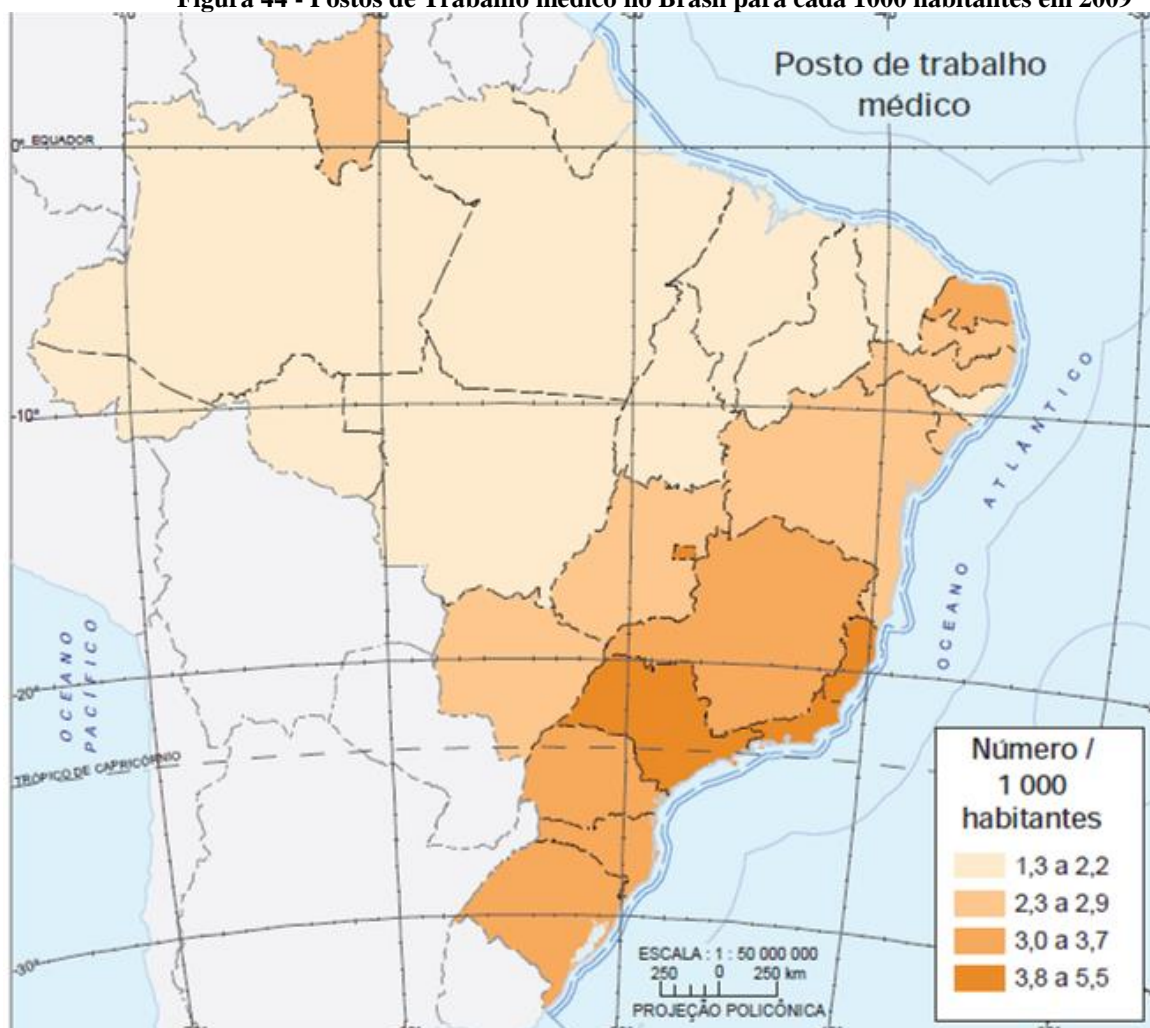
Fonte: IBGE (2015, p. 158).

Observa-se no gráfico anterior, que a melhor oferta em leitos para internação é da Região Sul, com o Rio Grande do Sul tendo o melhor desempenho do país. O pior desempenho no país está no Estado do Amazonas, que acompanha o desempenho de sua

região. A região Nordeste tem o segundo pior desempenho, onde o melhor estado no indicador é o Piauí, e o pior desempenho está em Sergipe (que só tem Amazonas atrás dele).

A região Centro Oeste aparece no desempenho intermediário em nível Nacional. No entanto, novamente o Estado de Mato Grosso, objeto deste estudo, alcança a pior colocação da região, ficando na frente apenas de estados como Ceará, Alagoas, Maranhão e Sergipe na região Nordeste e de Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Acre na região Norte.

Figura 44 - Postos de Trabalho médico no Brasil para cada 1000 habitantes em 2009



Fonte: IBGE (2015, p. 160).

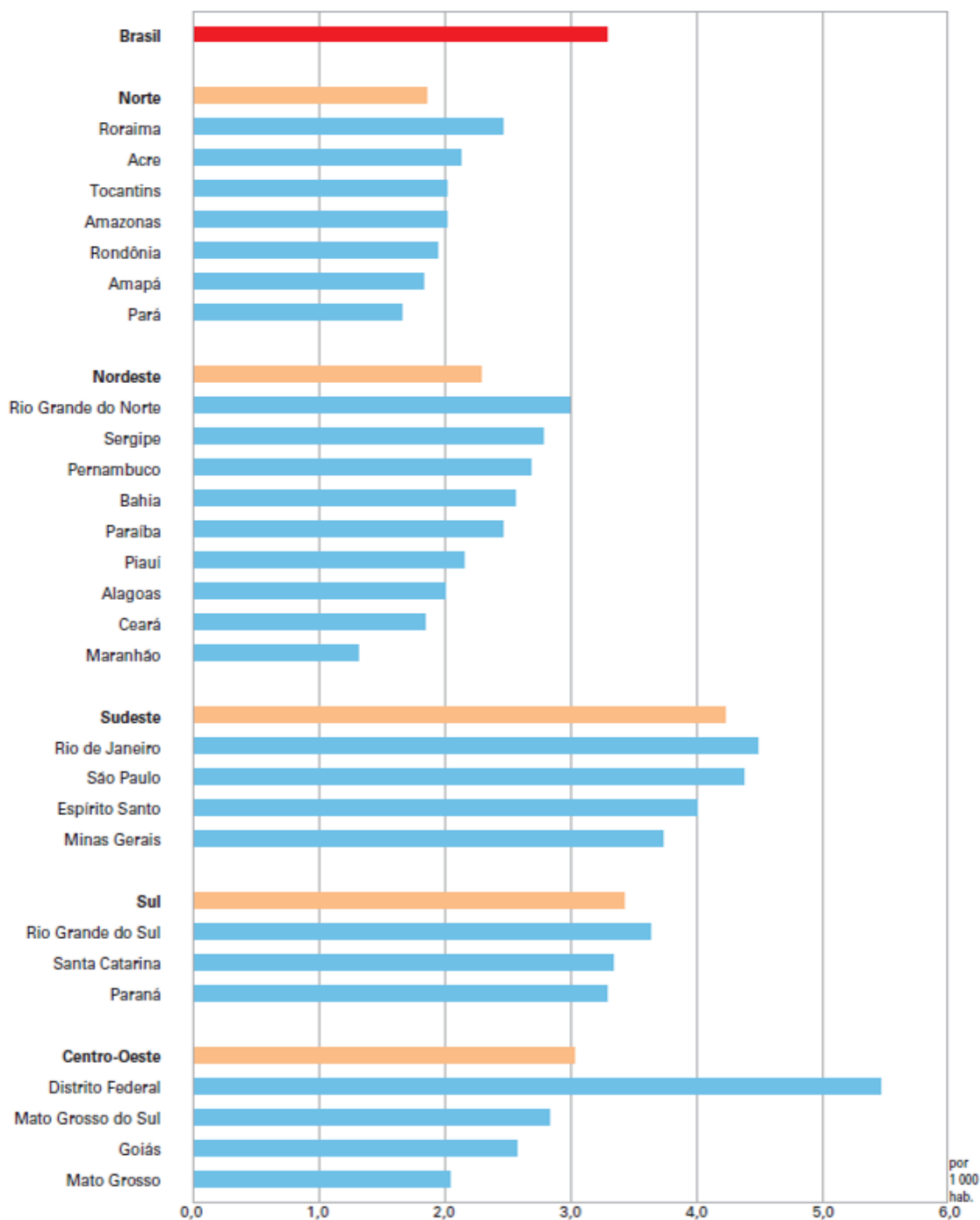
A figura do mapa do Brasil ilustra de forma clara uma concentração destes postos de trabalho na região Sudeste, tendo Rio de Janeiro com o melhor desempenho, seguido por São Paulo, Espírito Santo e depois Minas Gerais. A segunda grande região é a Região Sul, onde o melhor desempenho fica na ordem de Rio Grande do Sul, seguido por Santa Catarina e depois Paraná. O pior desempenho é da Região Norte (com Pará sendo o destaque negativo e

Roraima o positivo). Na região Nordeste (a segunda pior na oferta de postos de trabalho médico), tem-se o destaque positivo para o Rio Grande do Norte, sendo o pior estado na oferta o de Maranhão.

A região Centro Oeste é a intermediária. Observando-se o gráfico posterior, tem-se como destaque positivo o Distrito Federal, que tem larga vantagem com o melhor desempenho do Brasil (taxa superior em 1,0 do que Rio de Janeiro que está em segundo lugar). Novamente o estado em análise, Mato Grosso, tem o pior desempenho da região, ficando com o indicador em 2,1. O Mato Grosso somente tem desempenho melhor que os estados de Maranhão, Ceará e Alagoas na região Nordeste e Pará, Amapá e Rondônia na região Norte.

A figura a seguir, ilustra de forma ainda mais clara as informações e interpretações expostas no parágrafo anterior.

Figura 45 - Postos de trabalho médico por 1000 habitantes, segundo as grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2009



Fonte: IBGE (2015, p. 159).

4.3.4 Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado

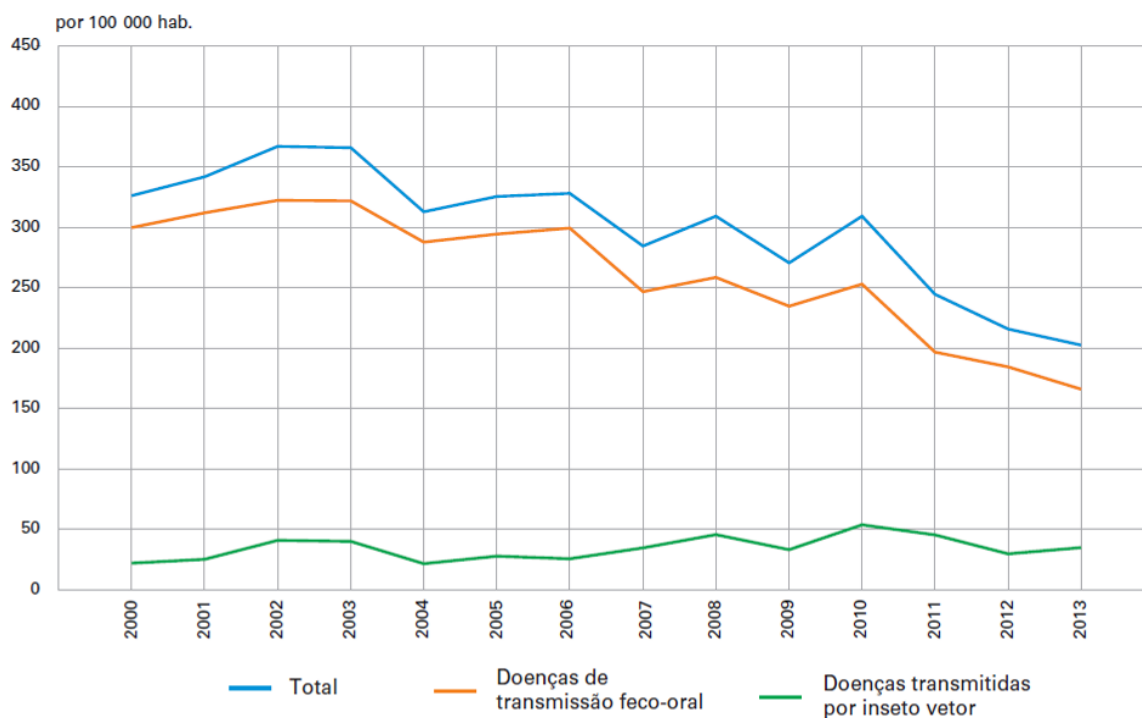
O indicador levanta o número de internações hospitalares causados pela má condição de saneamento em um determinado território.

Desta maneira, enfatiza-se que o indicador é importante ao desenvolvimento sustentável, porque:

As doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado abrangem diversas patologias, como as diarreias, febre amarela, a leptospirose, as micoses e outras, que tem diferentes modos de transmissão. A desagregação dos dados por categoria de doenças, segundo as suas formas de transmissão, permite identificar melhor os problemas e definir as principais estratégias para o controle epidemiológico, direcionando as políticas públicas. A precariedade nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destino final dos resíduos sólidos, drenagem urbana e higiene inadequada constituem risco para a saúde da população, sobretudo para as pessoas mais pobres, que vivendo em condições insalubres, têm sua dignidade afetada. Ampliar o acesso ao saneamento é fundamental para melhorar a qualidade de vida e reduzir a pobreza, objetivos essenciais ao desenvolvimento sustentável. O indicador permite conhecer, monitorar e avaliar a situação de saúde relacionada às condições de saneamento ambiental, subsidiando ações que podem, inclusive, reduzir os gastos com saúde. (IBGE, 2015, p. 161).

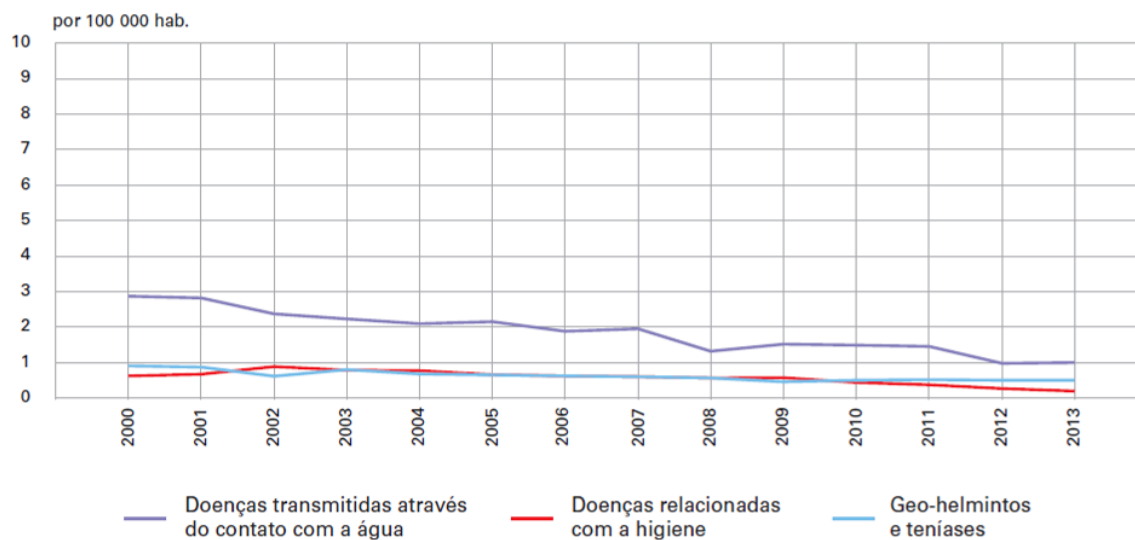
Desta forma, as duas figuras gráficas que seguem, tem dois objetivos: o primeiro é de demonstrar a evolução das doenças no período analisado segundo o tipo da sua transmissão e que necessitaram de internação hospitalar. O segundo é demonstrar a evolução da doença no período analisado, segundo as suas relações com a origem, também que necessitaram de internação hospitalar. Em ambos, observa-se uma estabilidade dos números entre o ano de 2000 a 2013. No entanto, constata-se um acréscimo das doenças transmitidas por inseto vetor, quando analisado o seu ano base. Nestas doenças, estão relacionadas principalmente a dengue, febre amarela, leishmaniose, malária e doença de chagas. Sem dúvida, todas estão relacionadas com a falta de saneamento básico para a população.

Figura 46 - Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, por categorias de doenças no Brasil entre 2000 a 2013



Fonte: IBGE (2015, p. 164).

Figura 47 - Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, por categorias de doenças no Brasil entre 2000 a 2013



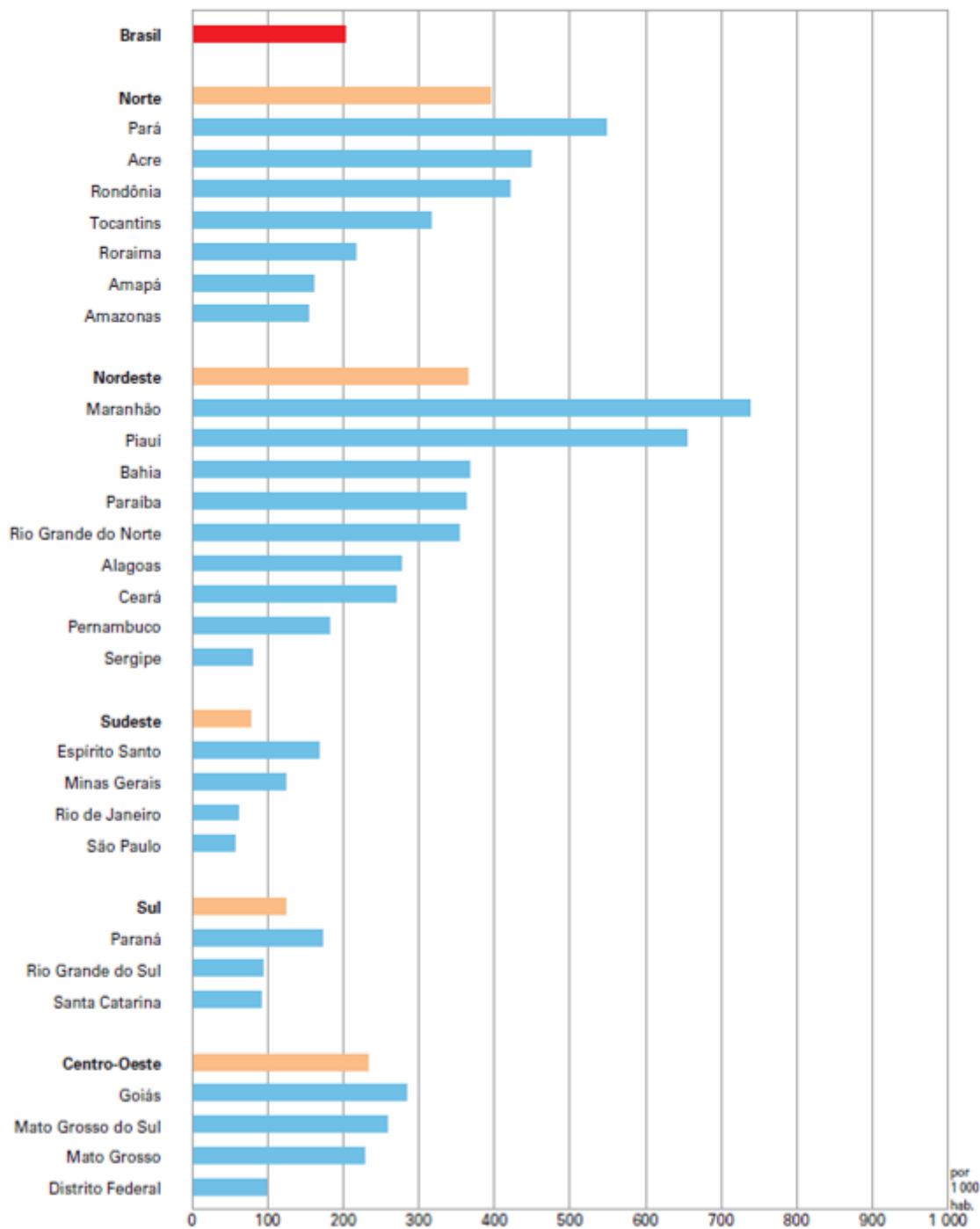
Fonte: IBGE (2015, p. 164).

A seguir, a figura gráfica demonstra o número total de internações hospitalares causados por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (de ambos os casos), no ano de 2013 por estados e regiões do país. Constata-se que o destaque positivo é da Região

Sudeste, com São Paulo tendo o menor número. Já a região Sul é a segunda colocada positivamente, com destaques ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Negativamente, o destaque é da Região Norte, seguida pela região Nordeste. Na região Nordeste, 2 estados ultrapassam os parâmetros normais e necessitam em média 7 vezes proporcionalmente mais internações que o Estado de São Paulo. São eles, o Maranhão e o Piauí.

A região Centro Oeste está em uma posição intermediária, onde o destaque positivo é o Distrito Federal, enquanto que o negativo é Goiás. O Mato Grosso possui em média 220 internações sobre a base. Isso de qualquer forma, fica muito acima de parâmetros positivos e que possam sinalizar desenvolvimento. Na prática, o Mato Grosso interna mais por doenças de saneamento ambiental inadequado que os estados de Roraima, Amapá e Amazonas (na Região Norte) ou ainda que Pernambuco e Sergipe na Região Nordeste. Tem mais que o dobro de internações do Distrito Federal e de 3 a 4 vezes mais que estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul ou Santa Catarina.

Figura 48 - Número total de internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, segundo as grandes regiões e as Unidades da Federação no ano de 2013



Fonte: IBGE (2015, p. 165).

4.4 EDUCAÇÃO

A educação é direito constitucional de todo o cidadão, e é sem dúvida um dos requisitos para garantia de sustentabilidade em qualquer processo de desenvolvimento. Pode-

se empiricamente, ter a percepção que sem educação não há desenvolvimento, visto não haver condições de processos produtivos mais avançados, inovação tecnológica ou ainda condições de crescimento de renda por capacidade produtiva especializada.

Desta forma, serão analisados os indicadores referentes a educação, eleitos pela Agenda 21 e trabalhadas na publicação do IBGE de Estudos e Pesquisas sob os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, publicado no ano de 2015.

4.4.1 Taxa de frequência escolar

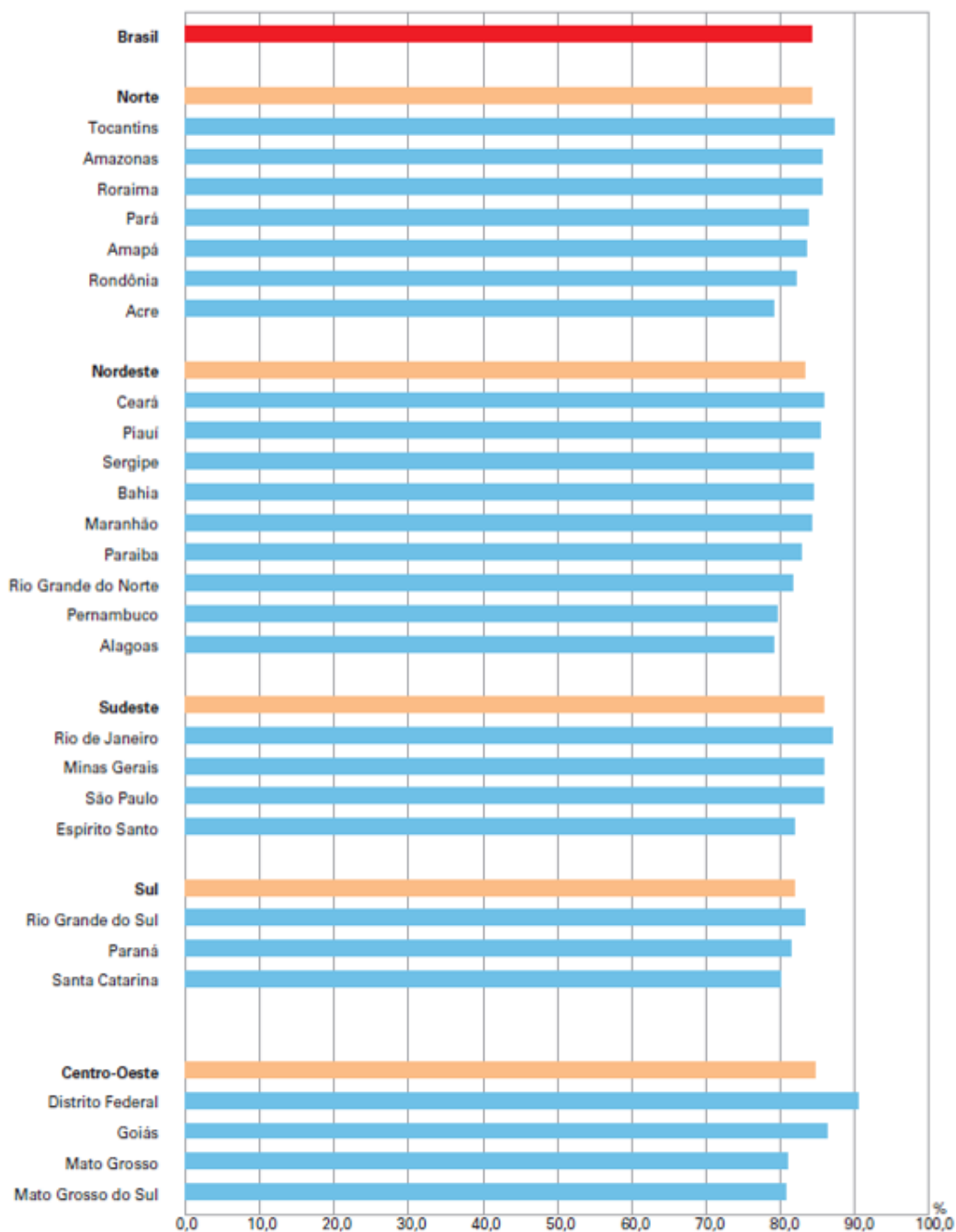
Segundo o IBGE é um indicador que tem o objetivo de demonstrar a população entre 15 a 17 anos de idade que frequentam a escola, através de suas taxas de frequência escolar bruta e líquida.

Neste trabalho, será realizado um comparativo entre a taxa líquida que é aquela que tem origem na comparabilidade de jovens de 15 a 17 anos de idade que estão na escola frequentando o nível educacional próprio da sua idade, ou seja, o Ensino Médio e a taxa bruta, que metodologicamente, é aquela que faz a comparabilidade de estudantes de 15 a 17 anos, quando comparado a população total nesta mesma faixa etária. Sendo assim, um aluno de 16 anos por exemplo, pode estar estudando no 7º ano do Ensino Fundamental, não sendo o ideal para a sua idade e demonstrando um forte atraso em sua vida escolar.

Portanto, sendo a educação uma primazia social, entende-se que é um indicador de substancial importância para o desenvolvimento sustentável, visto que:

A educação é uma prioridade para a sociedade e a frequência à escola garante aos indivíduos a sociabilidade no âmbito escolar, a noção de crescimento individual e coletivo e a valorização do conhecimento formal (escolar). Contribui para o desenvolvimento pessoal, para a continuidade de aquisição do conhecimento, bem como para a adoção de práticas sociais e ambientais mais saudáveis. Estes são atributos necessários para a formação de cidadãos capazes de atuar social, econômica e politicamente, no sentido de promover uma sociedade mais justa e sustentável em seus diferentes níveis. Além disso, uma sociedade que valoriza e assegura a educação aos seus indivíduos habilita os mesmos para a inserção e para o desenvolvimento profissional no mundo do trabalho, capacitando-os, concomitantemente, à implementação de estratégias de sustentabilidade locais e nacionais. (IBGE, 2015, p.172).

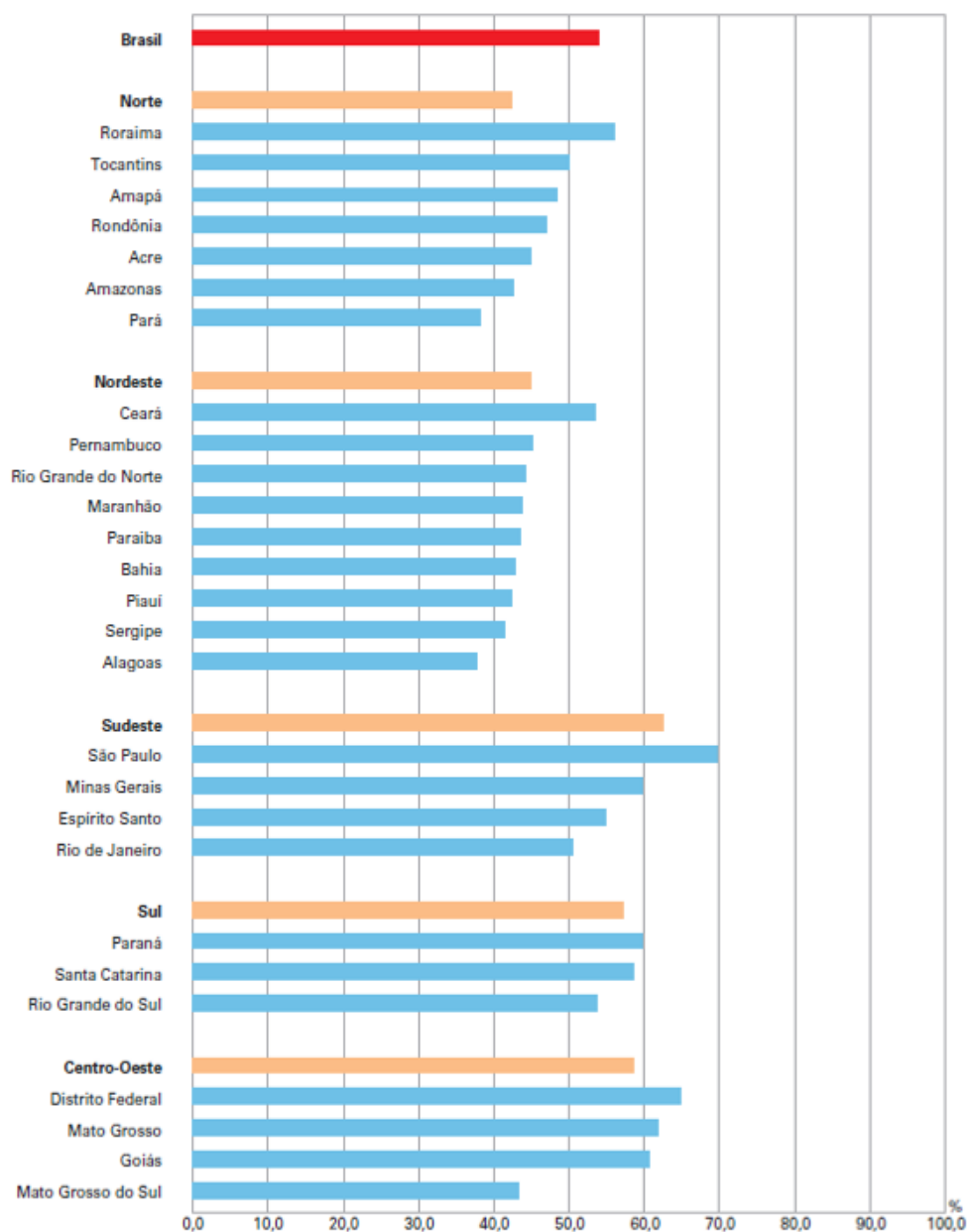
Figura 49 - Taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 175).

Observa-se neste gráfico uma equidade muito grande entre as regiões, que chegam em média muito próximo aos 83%. O destaque positivo é para o Distrito Federal que sobrepõem qualquer outro estado, ultrapassando a taxa de frequência em 90%. Dentro da região Centro Oeste, o Mato Grosso, acompanhado do Mato Grosso do Sul tem os piores desempenhos. No entanto, eles são satisfatórios quando comparados a totalidade dos Estados Brasileiros.

Figura 50 - Taxa de frequência escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 176).

O gráfico demonstra que a Região Sudeste é a que tem o melhor desempenho do país, seguida da região Centro Oeste. Nesta por sua vez, o Estado do Mato Grosso é o segundo colocado, ficando abaixo do Distrito Federal. Observa-se que a Região Sul neste indicador líquido de taxa de frequência escolar, está abaixo da Região Centro Oeste, ocupando o desempenho intermediário, já que a região Norte obteve o pior desempenho seguido pela região Nordeste.

Entretanto há uma constatação no cruzamento desta duas informações, ou seja, das taxas líquidas e brutas de jovens entre 15 a 17 anos frequentando as escolas. O ideal é que a totalidade dos jovens estivessem buscando educação, no entanto isso não é a realidade. Logo, no cruzamento das informações é notório que grande parte dos jovens que encontram-se na frequência escolar, estão fora de sua normalidade. Ou seja, a faixa etária de 15 a 17 anos é compatível ao Ensino Médio, porém, quando analisa-se as taxas brutas é possível avaliar a disparidade das taxas líquidas, onde localiza-se só aquele percentual que realmente condiz ao Ensino Médio.

Analisando especificamente o Estado de Mato Grosso, objeto de estudo deste trabalho, é possível verificar que na frequência escolar bruta, o desempenho do estado chega à 81%. Quando analisamos a taxa líquida, este percentual é reduzido à 61%. Sendo assim, pode-se afirmar que 19% dos jovens estão excluídos do processo de educação, enquanto dos que estão em sala de aula, há um percentual de 20% que estão atrasados em seus estudos. Somados estes percentuais, chega-se a quase metade do total dos jovens entre 15 a 17 anos que encontram-se fora das salas de aula ou em atraso no seu plano de estudos. Para um país ou um estado que busca o desenvolvimento, é fator que compromete e muito toda a estratégia desenvolvimentista, afinal é forte indicador que existe um comprometimento no capital intelectual desta juventude, que no futuro estará como responsável na condução das atividades econômicas.

4.4.2 Taxa de alfabetização

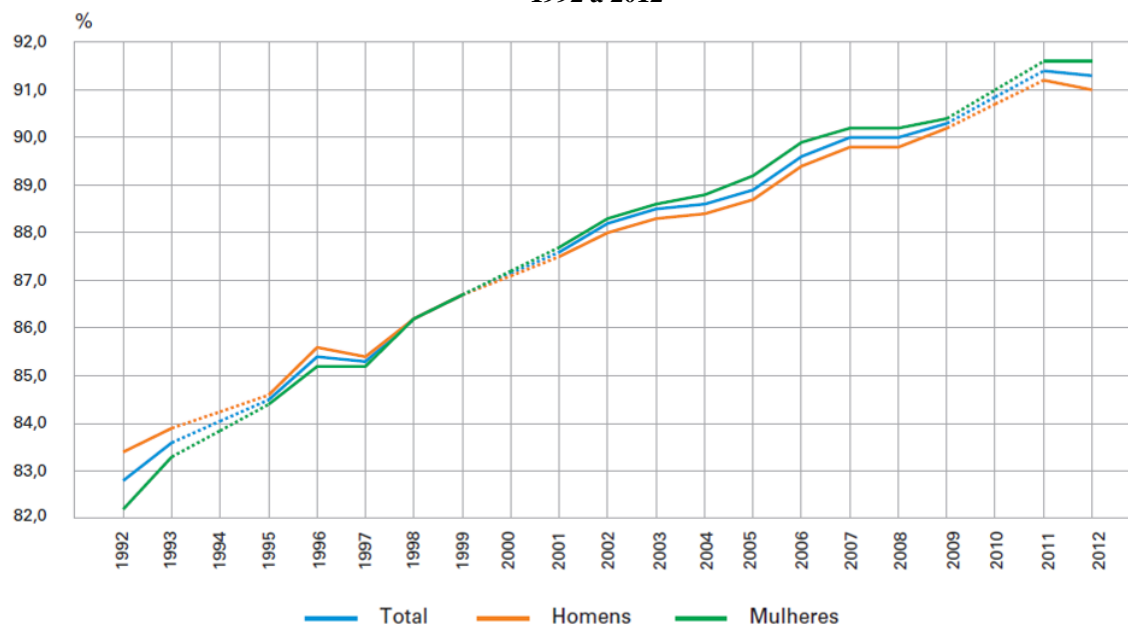
O indicador é levantado com base nas pessoas que são alfabetizadas na população de 15 ou mais anos de idade.

O indicador é relevante para a sustentabilidade do desenvolvimento, pois para:

Se desenvolver de modo sustentável, uma nação precisa tornar acessível a toda a população a educação básica, iniciada com a alfabetização. A atenção dispensada à saúde infantil e às famílias como um todo relaciona-se à alfabetização, principalmente das mulheres, que, quando têm acesso à educação, diminuem o número de filhos e estes são mais saudáveis. Elas também têm maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de incentivar seus filhos à escolaridade. Cabe lembrar que na Constituição Federal do Brasil de 1988, no seu Art. 214, consta a necessidade de erradicar o analfabetismo. A taxa de alfabetização, desagregada por sexo e por cor ou raça, é um indicador que evidencia desigualdades educacionais de gênero e de cor ou raça, aspecto que representa perda de potencial humano, prejudicando a busca da equidade social e, portanto, de um desenvolvimento sustentável. A superação das desigualdades é um dos caminhos para a mitigação da pobreza. Este indicador pode ser utilizado como indicador

aproximado (proxy) das condições socioeconômicas da população, bem como auxiliar o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas na área da educação. (IBGE, 2015, p. 178).

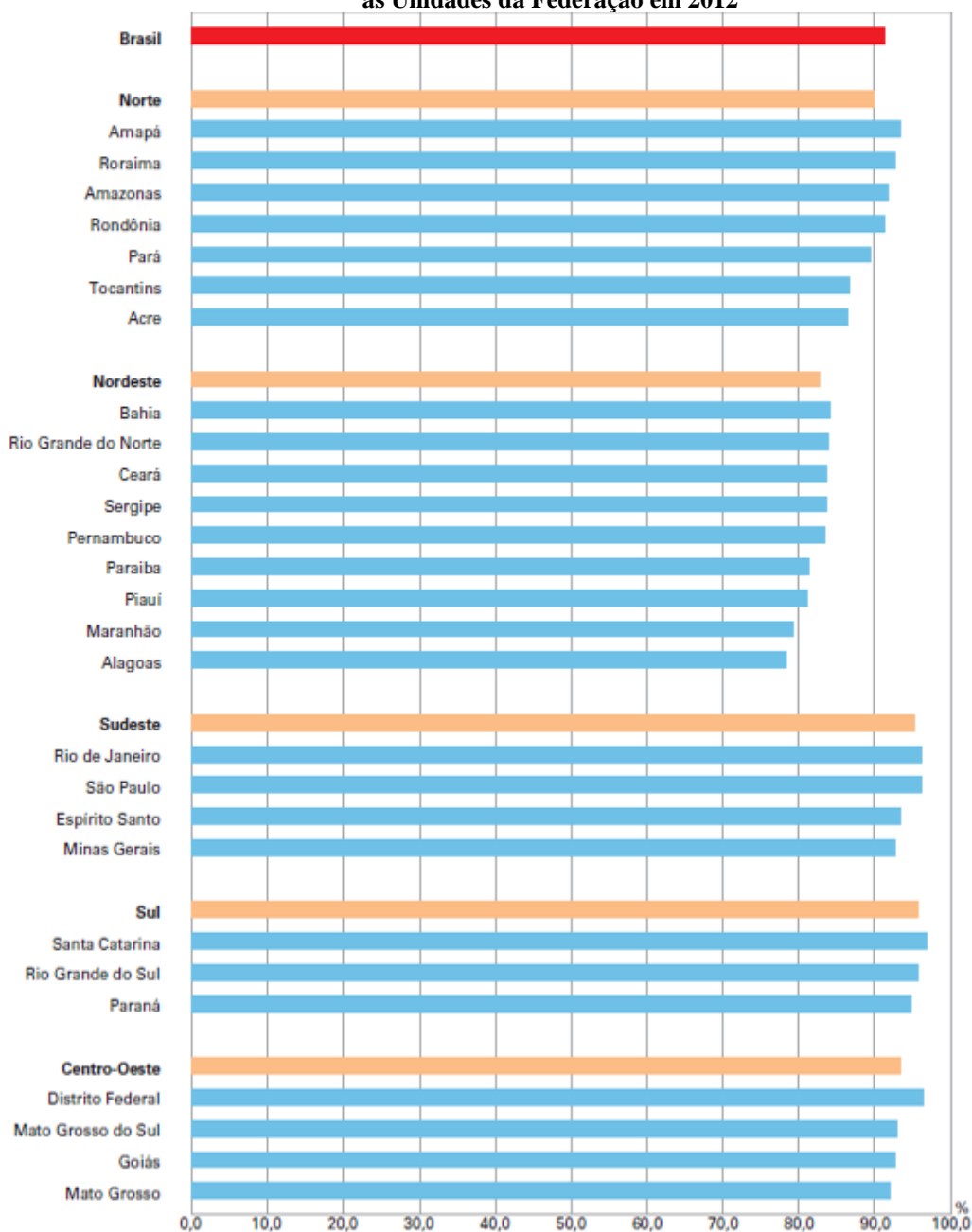
Figura 51 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo no Brasil de 1992 a 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 179).

O gráfico relata que houve um avanço significativo na erradicação do analfabetismo no Brasil, visto que no ano de 1992 havia uma média de 82,8% de alfabetizados elevando-se para 91,4% em 2012.

Figura 52 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 181).

O gráfico mostra a Região Sul com a menor taxa de analfabetos, seguido pela região Sudeste. Nos piores desempenhos, a Região Nordeste é a primeira, seguida pela Região Norte. No Nordeste, por exemplo, estados como o Maranhão e Piauí, possuem mais de 20% de analfabetos.

A Região Centro Oeste é a intermediária do país no desempenho do indicador, sendo que o Distrito Federal é o destaque positivo. O estado em análise, obtém o pior desempenho da região, com pouco mais de 90% de alfabetizados.

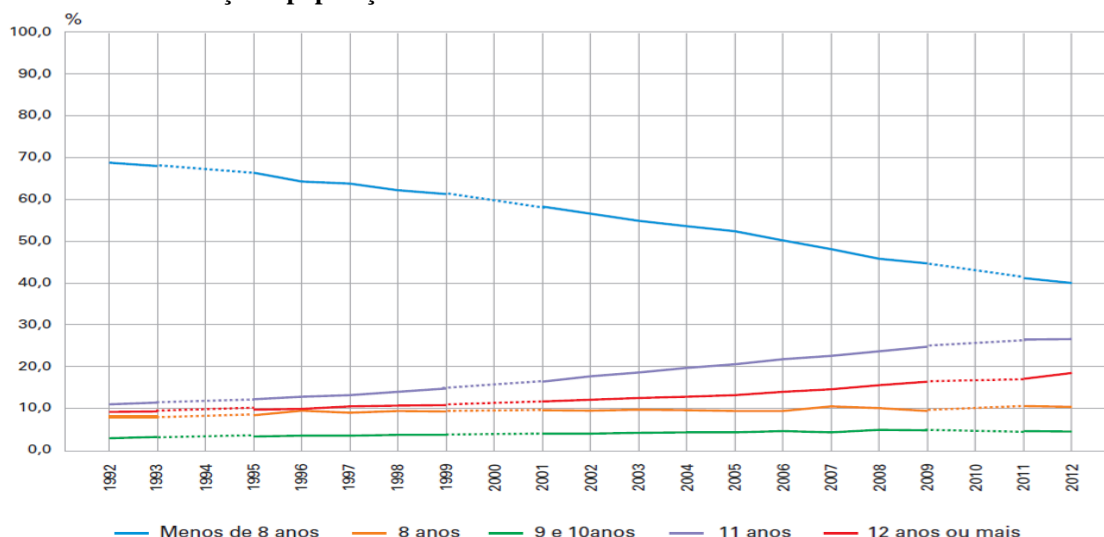
4.4.3 Taxa de escolaridade da população adulta

O objetivo deste indicador é saber o nível de escolaridade, por grupos de anos de estudos, que a população entre 25 a 64 anos possui.

Para o processo de um desenvolvimento sustentável, o indicador é substancial por entender que:

A aquisição de conhecimentos básicos e a formação de habilidades cognitivas, objetivos tradicionais de todo ensino, constituem condições indispensáveis para que as pessoas tenham capacidade para processar informações, selecionando o que é relevante, e continuar aprendendo. A educação estimula uma maior participação na vida política, desenvolve a consciência crítica, permite a geração de novas ideias e confere a capacidade para a continuação do aprendizado. Permite o discernimento, por parte dos cidadãos, de seus direitos e deveres para com a sociedade e o espaço que ocupam e no qual interagem, sendo agentes atuantes na organização e dinâmica do mesmo. A inserção em um mercado de trabalho altamente competitivo e exigente de habilidades intelectuais e de progressiva qualificação profissional requer um maior nível de escolaridade e um ensino de qualidade. Além disso o conhecimento, a informação e uma visão mais ampla dos valores são componentes básicos para o exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável. (IBGE, 2015, p. 183).

Figura 53 - Proporção de pessoas de 25 a 64 anos de idade, por grupos de anos de estudo, em relação à população total de 25 a 64 anos de idade – Brasil – 1992/2012

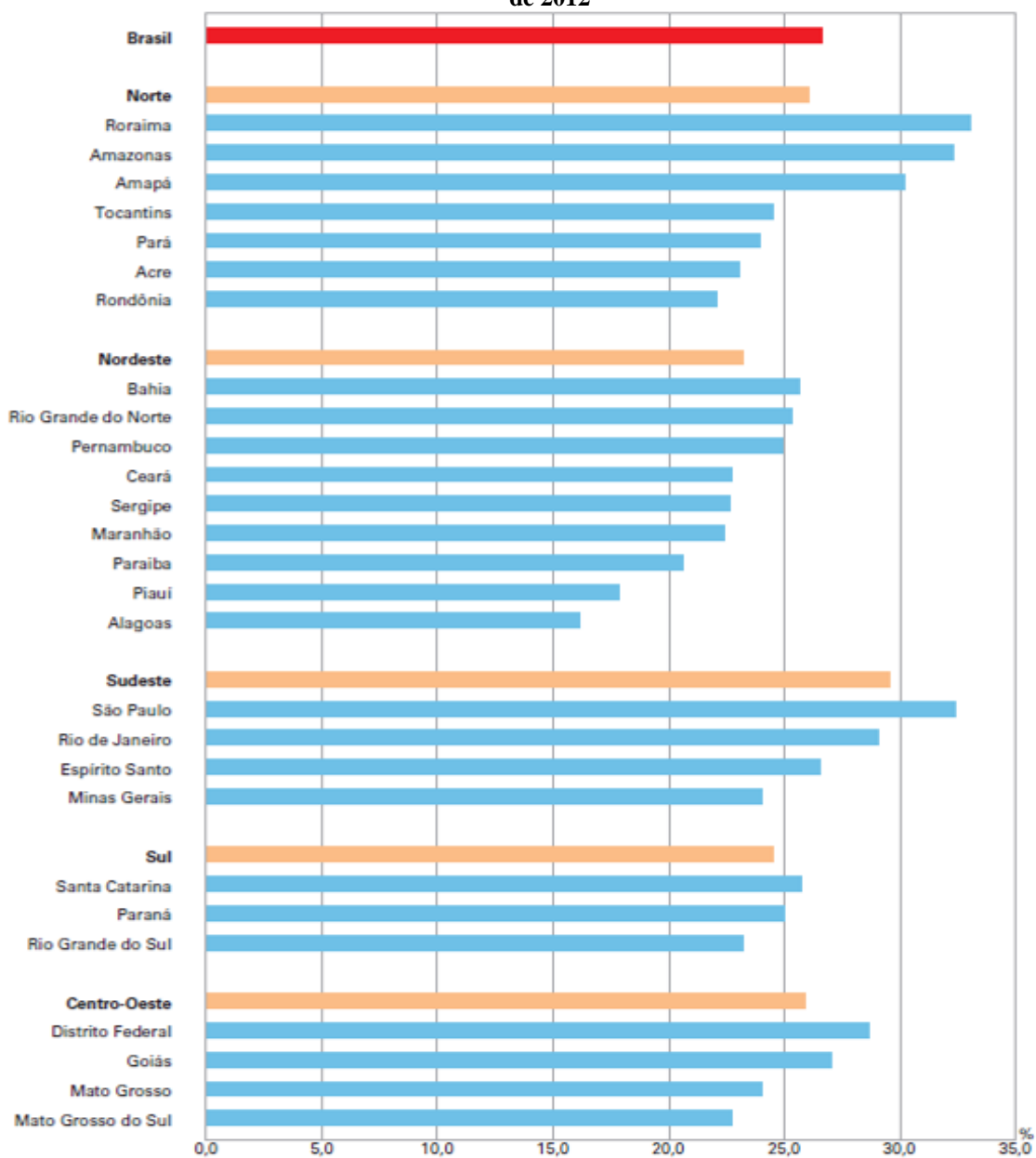


Fonte: IBGE (2015, p. 184).

O gráfico relata que os brasileiros tem aumentado o seu tempo de vida em bancos escolares. Observa-se no grupo que estudava menos de 8 anos, uma queda de 69% para 40%,

ou seja, houve uma diminuição expressiva em mais de 40%. Isto significa, que se o grupo de menos tempo de estudo tem diminuído a sua participação no total, há por outro lado um aumento nos grupos com mais tempo de estudo. Observando o grupo de estudo com 12 anos ou mais, tem-se uma elevação de 9% em 1992 para 19% em 2012, um aumento considerável de 111%.

Figura 54 - Proporção de pessoas de 25 a 64 anos de idade, com 11 anos de estudo, em relação à população total de 25 a 64 anos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação no ano de 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 186).

Observando-se este gráfico, percebe-se que a Região que tem o melhor desempenho no país é a Sudeste, com larga margem ao Estado de São Paulo que tem a maior participação. No entanto, São Paulo não é o destaque nacional, visto que o Estado de Roraima é o que está mais bem colocado no ranking nacional no ano analisado. Como região que tem a segunda maior taxa está o Centro Oeste, onde o destaque é sempre o Distrito Federal. O estado em estudo, Mato Grosso, dentro da região, ganha apenas do Mato Grosso do Sul.

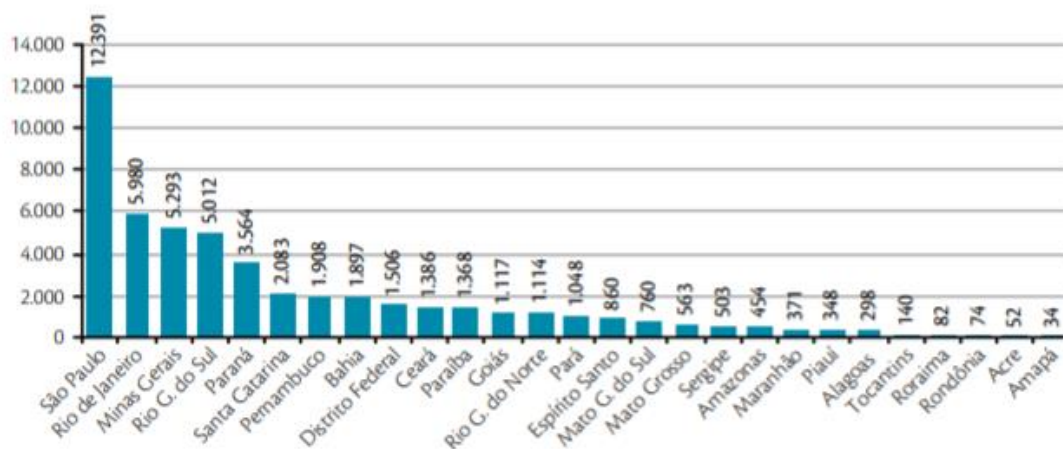
Neste sentido, estas análises remetem a algumas curiosidades, entre elas a um questionamento: se a educação é fator relevante para o desenvolvimento, por que as regiões mais desenvolvidas do Brasil possuem taxas menores de permanência em sala de aula? Como pode a região Sul, ter menor desempenho total que a região Norte e Centro Oeste, somando apenas mais taxa do que a Região Nordeste?

Assim, há algumas considerações que explicam bem estas curiosidades.

A primeira é que o tempo de escola, não significa empiricamente em grau de estudo ou qualificações em nível superior. Em 2010, segundo o IBGE, o Brasil tinha 8,31% de sua população com ensino superior completo. O Distrito Federal é o que lidera com a maior taxa de graduados: 17,49%. São Paulo é o segundo colocado com 11,67%. Rio de Janeiro aparece em 3º lugar com 10,91%, seguidos em colocação por Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. O Mato Grosso ocupava a 11ª colocação com 7,65%. Maranhão tinha o pior desempenho, seguido por Pará e Bahia. No entanto, Roraima que possuía no gráfico em análise a maior taxa de pessoas com tempo de estudo, ocupava em 2010 a 14ª colocação de pessoas com ensino superior.

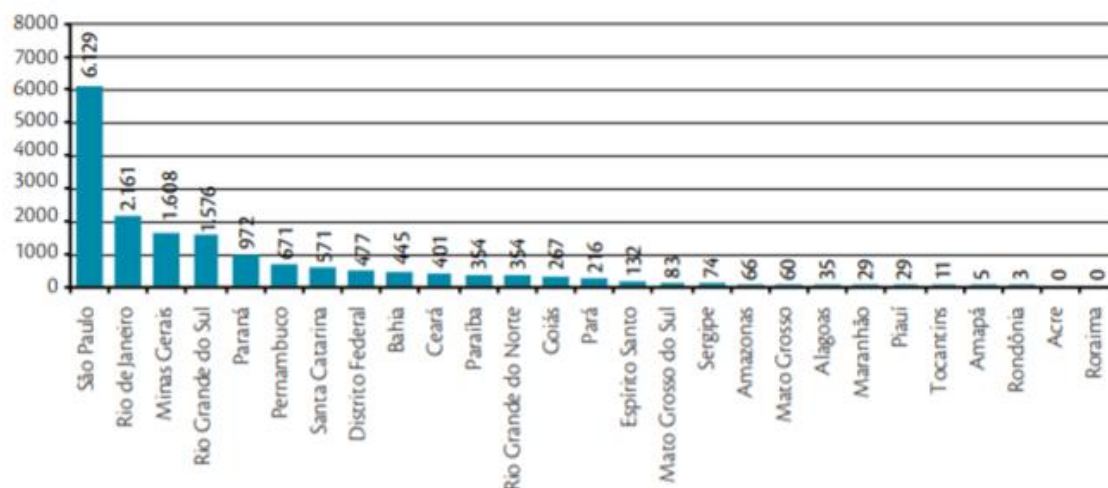
Já na questão de qualificação profissional com cursos de pós graduação, o Brasil tem crescido muito nos últimos 20 anos, no entanto ainda está bem abaixo de países considerados desenvolvidos ou em desenvolvimento. Os dois gráficos a seguir, mostram os títulos concedidos de mestres e doutores no ano de 2014, dando assim um panorama geral. Os dados mostram uma concentração notória em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O Mato Grosso obteve naquele ano o 17º lugar na conquista de mestres com apenas 563 títulos. Já no doutorado, o estado caiu no período analisado para 19º desempenho com apenas 60 títulos obtidos. São largas escalas de diferenças, que impactam na geração de conhecimento.

Figura 55 - Número de títulos de Mestrado concedido no Brasil em 2014 por Unidades da Federação



Fonte: Brasil.

Figura 56 - Número de títulos de Doutorado concedido no Brasil em 2014 por Unidades da Federação



Fonte: Brasil.

A segunda curiosidade com relação ao gráfico da proporção de pessoas com 25 a 64 anos, com 11 anos de estudo é o processo migratório. Ele impacta de forma considerável nos resultados, visto que as pessoas que efetivamente estudaram, foram em busca de melhores ofertas de trabalho e melhores condições de vida.

A Revista Veja, em reportagem publicada em 18 de setembro de 2014, noticiava que a Região Centro Oeste é a região com mais migrantes do país. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) produzida pelo IBGE, 34,2% da população da Região Centro Oeste vieram de outros estados. O Distrito Federal tem 48% de sua população vinda de outros estados da Federação. Já o Estado de Mato Grosso, também possui um impacto

significativo, pois mais de 1/3, ou seja, 38% de sua população também vieram de outros estados (na sua grande maioria da Região Sul). Outra informação importante para esta análise e que comprova tal impacto, é que mais de 35% das pessoas que compuseram esta migração tinham entre 40 a 59 anos. Por sua vez, na outra ponta esta o Nordeste, onde apenas 7,5% de sua população não é de origem nordestina. Entretanto, o Rio Grande do Sul é o estado que menos recebe migrantes. Em 2013, apenas 5% da população gaúcha tinha vindo de outros estados da Federação.

4.5 HABITAÇÃO

As pessoas que não tem onde morar, dificilmente terão bons desempenhos em sua jornada de trabalho. Caso isto ocorrer, não há como pessoas nesta situação contribuírem de forma perceptível na geração de desenvolvimento. Neste sentido, a habitação é de suma importância para dar sentimento de tranquilidade e sensação de qualidade de vida ao trabalhador

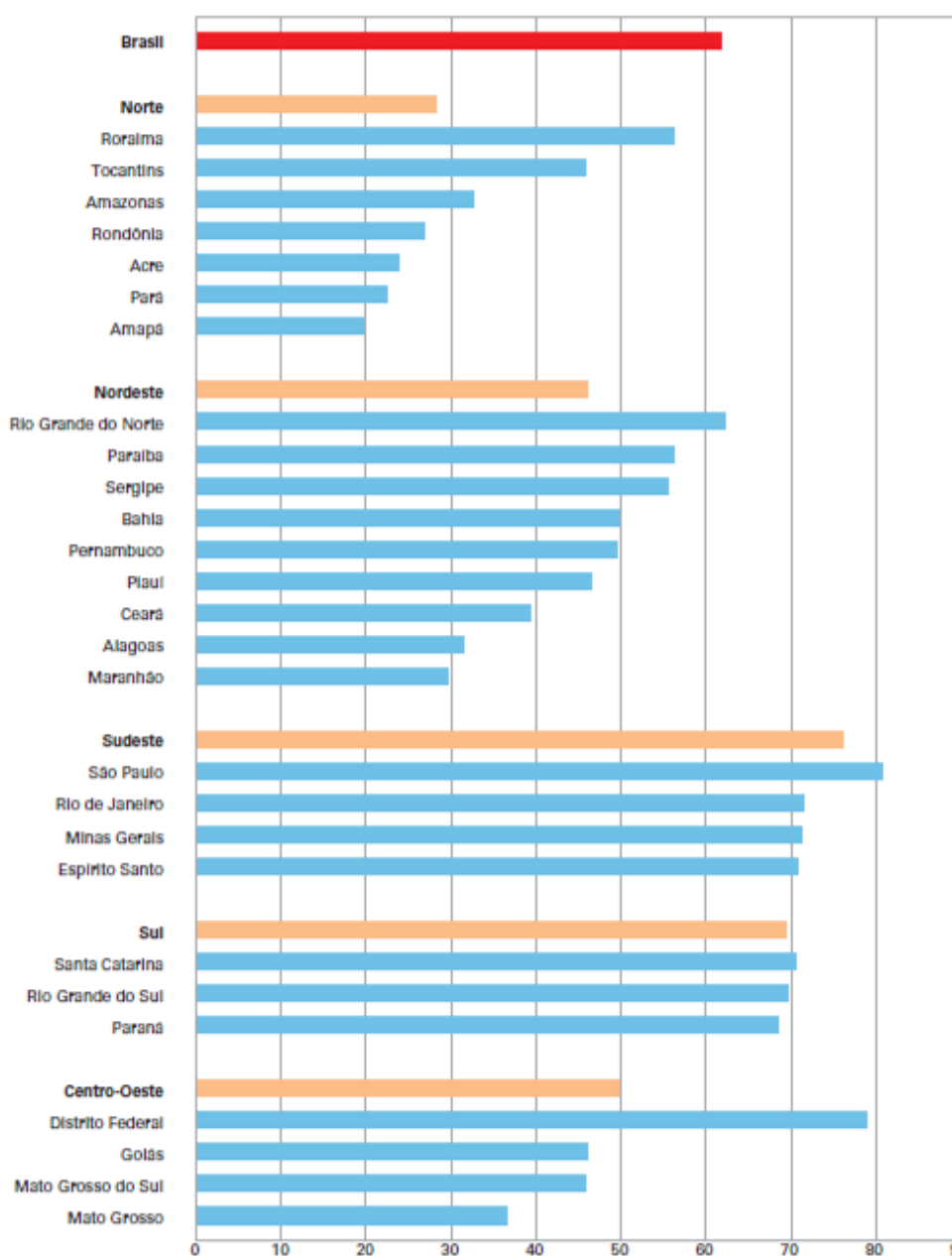
4.5.1 Adequação de moradia

Neste indicador, estarão focadas as moradias que reúnem condições básicas de habitação. Logo, ele indicará as condições de moradia comparadas aos domicílios com condições de receber uma família para morar.

Desta forma, para o desenvolvimento sustentável, este indicador é relevante. Sendo que:

Entre os itens essenciais a serem tratados no desenvolvimento sustentável, destaca-se a habitação, necessidade básica do ser humano. Um domicílio pode ser considerado satisfatório quando apresenta um padrão mínimo de acesso aos serviços de infraestrutura básica, além do espaço suficiente para seus moradores e características favoráveis no entorno. A moradia adequada pode contribuir para a qualidade ambiental, quando o esgoto e o lixo são coletados e adequadamente dispostos, evitando a proliferação de vetores de doenças. Desta forma, um domicílio adequado é uma das condições determinantes para a qualidade de vida da população. (IBGE, 2015, p.188)

Figura 57 - Domicílios particulares permanentes adequados para moradia, segundo as Grandes Regiões e as unidades da Federação - 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 188).

Em nível Brasil considerado as suas regiões, temos a Região Sudeste que é o grande destaque positivo, seguidos pela Região Sul e Centro Oeste. No lado negativo, temos o destaque da região Norte, seguida pela Região Nordeste.

Especificamente, analisando o estado de Mato Grosso (objeto de estudo), tem-se o pior desempenho, visto que apenas 37% tem acesso a uma moradia adequada. Destaca-se ainda que o Mato Grosso quando comparado a região nordeste, tem pior desempenho que Ceará, Piauí, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte.

4.6 SEGURANÇA

O sentimento de segurança produz no ser humano a capacidade de proteção, que é vital para uma comunidade ou sociedade poder garantir a integridade e a liberdade de todo o ser. É, portanto, um requisito para que as pessoas tenham qualidade de vida.

Neste sentido, este indicador demonstra em seus dados seguintes a vulnerabilidade pelo qual o país vem passando, bem como o Estado de Mato Grosso que está em análise neste trabalho. São indicadores que ameaçam a qualidade de vida, portanto também ameaçam os investimentos, geração de empregos, crescimento e desenvolvimento.

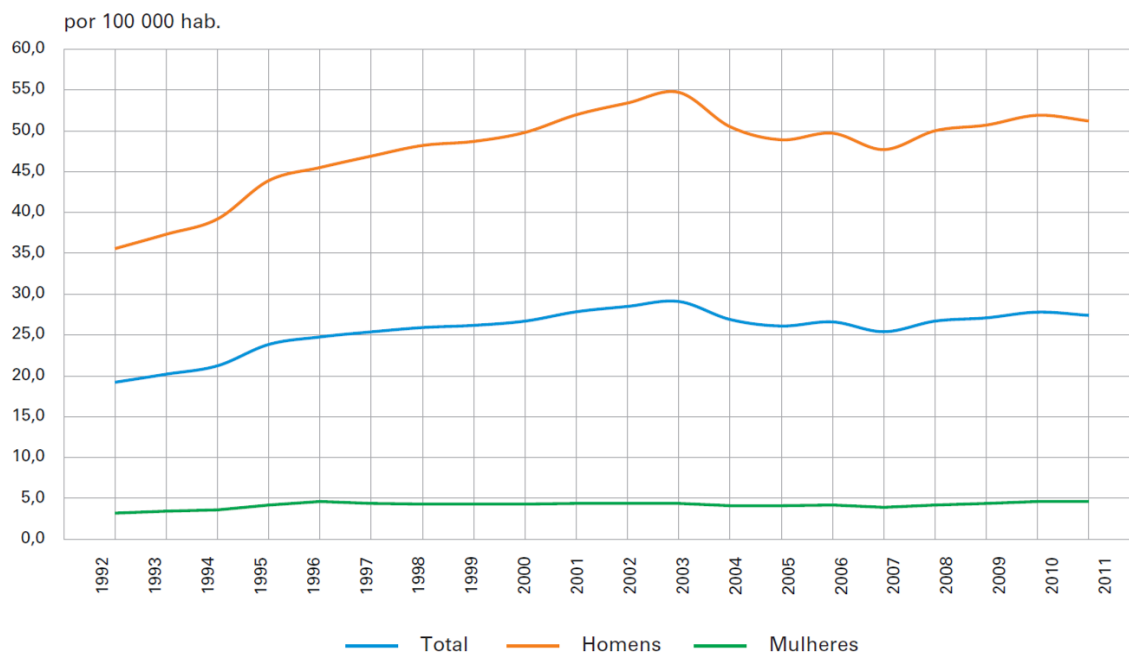
4.6.1 Coeficiente de mortalidade por homicídios

O indicador expressa a representatividade da taxa por mortes violentas (homicídios) levando em consideração a relatividade com grupos de 100.000 habitantes.

Desta forma, a relevância para o desenvolvimento sustentável está em:

Os especialistas apontam a mortalidade por causas violentas como as que mais vem tomando vulto no conjunto da mortalidade no Brasil, principalmente entre os jovens e os homens. A criminalidade ocasiona grandes custos sociais e econômicos, pois além das vidas perdidas, muitas vezes prematuramente, gera sequelas emocionais nas famílias das vítimas, elevados custos, inclusive de prevenção e da violência e insegurança na população, interferindo negativamente na sua qualidade de vida. Estudos mostram que a prevenção é menos onerosa. Estratégias de combate à exclusão social e à pobreza, tais como a geração de emprego e renda, e a inserção no sistema educacional, entre outras iniciativas, poderão contribuir para a redução das taxas de homicídios. O planejamento e a implantação de uma política nacional de segurança pública, com medidas de curto, médio e longo prazo, precisam integrar diferentes setores governamentais e da sociedade. (IBGE, 2015, p.192)

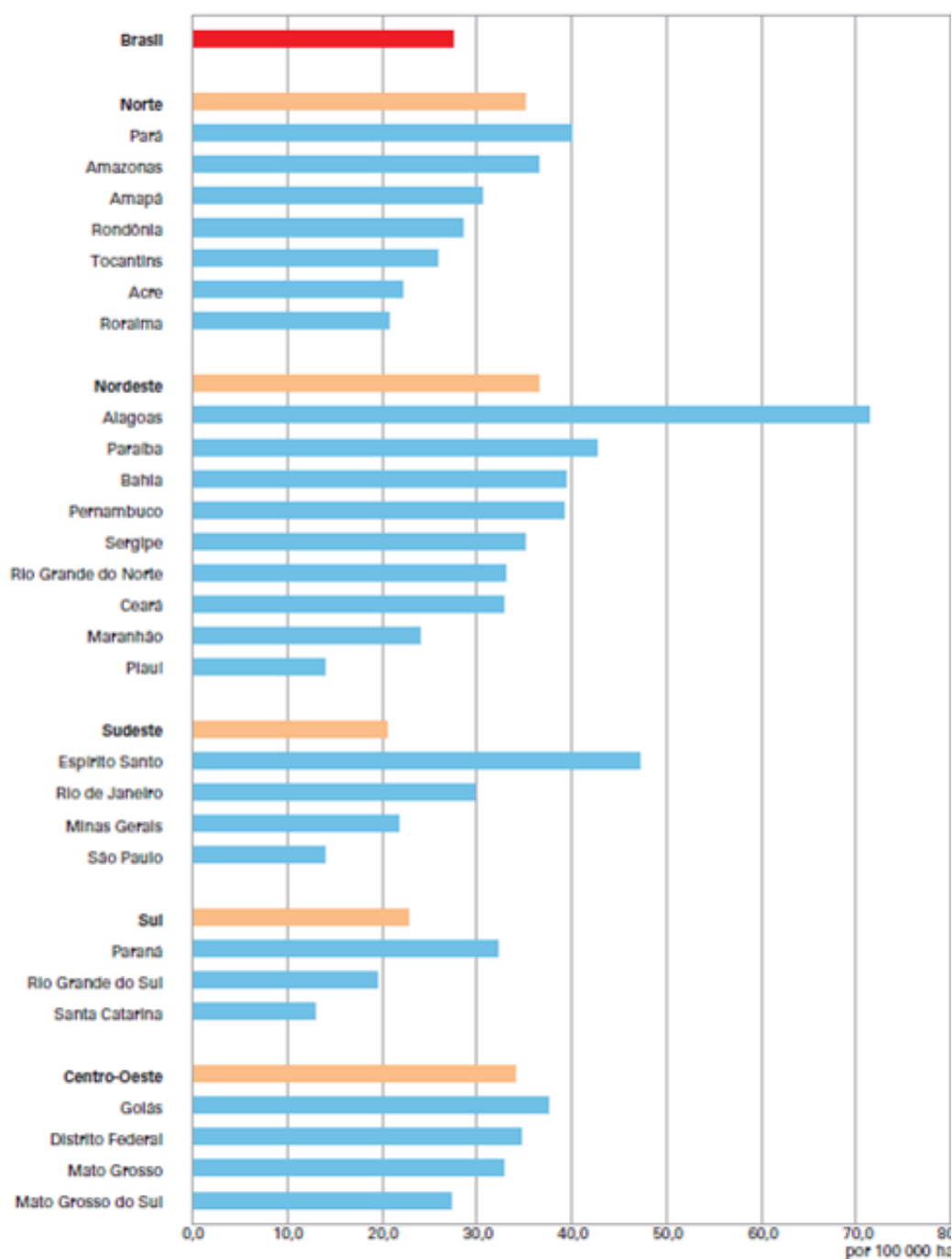
Figura 58 - Coeficiente de mortalidade por homicídios, por sexo no Brasil - entre 1992 a 2011



Fonte: IBGE (2015, p. 193).

O gráfico mostra a realidade no aumento da mortalidade por homicídios na série analisada. De qualquer forma, a taxa final de 2011 é muito semelhante a do ano 2003. No entanto, chama a atenção o alto número de homens comparados com as mulheres assassinadas.

Figura 59 - Coeficiente de mortalidade por homicídios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2011



Fonte: IBGE (2015, p.194).

O gráfico traz a região sudeste como a que menos possuem homicídios. O destaque positivo é de São Paulo, já o Espírito Santo possui uma taxa elevadíssima e desponta-se como o segundo estado em criminalidade do país, perdendo apenas para Alagoas.

O segundo destaque positivo é a Região Sul. Nela aparece positivamente Santa Catarina, que é o Estado com a menor taxa de mortalidade por homicídios do país com 13 mortos a cada 100.000 habitantes.

A região Centro Oeste vem logo a seguir, sendo que o Nordeste é Região com a maior criminalidade média do país. Já a Região Norte é a penúltima colocada. No entanto, o Estado de Alagoas é o que mais registra mortalidade por homicídios. Ele chega a uma taxa de 72 homicídios a cada 100.000 habitantes. Para percepção do quanto este número é elevado, ele é mais de 60% quando comparado ao segundo colocado que é Espírito Santo, que possui um coeficiente de 47 mortos por 100.000 habitantes.

Na região Centro Oeste, o estado com a maior criminalidade é Goiás, sendo que o Mato Grosso do Sul possui a menor taxa. O Mato Grosso ganha apenas de Mato Grosso do Sul, no entanto, é mais violento que o próprio Rio de Janeiro. O Mato Grosso chega a 32 mortos por homicídios, contra 29 do Rio de Janeiro, quando analisada a população a cada cem mil habitantes. O Mato Grosso supera ainda na criminalidade, além do Rio de Janeiro os seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Amapá, Rondônia, Tocantins, Acre e Roraima.

Observa-se uma situação de extrema violência vivida pelo estado de Mato Grosso, onde os fatores de migração desenfreada, altas taxas de pessoas desocupadas, alta taxa de pessoas com dependência financeira ou com empregos sazonais e região de fronteira com a Bolívia, podem ser motivos importantes para tais estatísticas, além é claro, do tráfico de drogas. Este fator é um dos agravantes principais para o comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

4.6.2 Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte

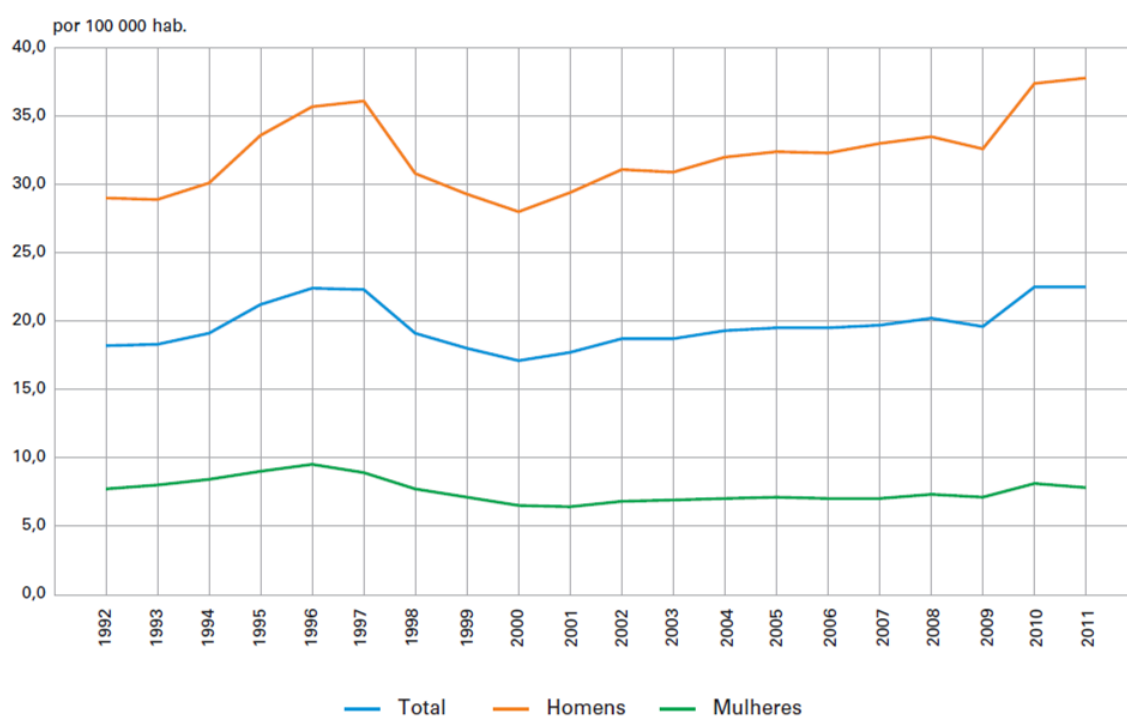
O objetivo deste indicador é demonstrar qual a proporção de mortes em acidentes de trânsito em um determinado território. Desta forma, está intrinsecamente ligado com indicadores que sustentam o desenvolvimento sustentável, tais como: educação (frequência escolar e alfabetização), rendimentos e investimentos em infraestrutura.

Sendo assim, é um indicador de alta significância para o desenvolvimento sustentável, visto que:

Os acidentes de transporte terrestre, por serem um dos fatores que ameaçam a segurança física dos cidadãos, influenciam na qualidade de vida da população, aspecto essencial do desenvolvimento sustentável. A mortalidade por acidentes de transporte terrestre é considerada um problema que se pode prevenir e evitar e, sob a

ótica do desenvolvimento sustentável, associa-se à educação e à cidadania. Assim, nos processos de planejamento e gestão, é importante buscar estratégias que visem desde a mudança de comportamento dos motoristas e pedestres até aquelas voltadas às questões de infraestrutura, tais como: programas de prevenção com campanhas de informação e conscientização; cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro (veículos mais seguros, uso de cinto de segurança, tráfego de crianças no banco traseiro, uso de capacetes, entre outros); desenvolvimento de planos de tráfego; conservação de vias; adequação de sinalização; investimento em pesquisas científicas que possam abranger toda a complexidade dos fenômenos tecnológicos, psicológicos, sociológicos e físicos; bem como a aplicação de metodologias apropriadas às especificidades locais, inclusive de espaço intra urbano regionais e nacionais. (IBGE, 2015, p. 197).

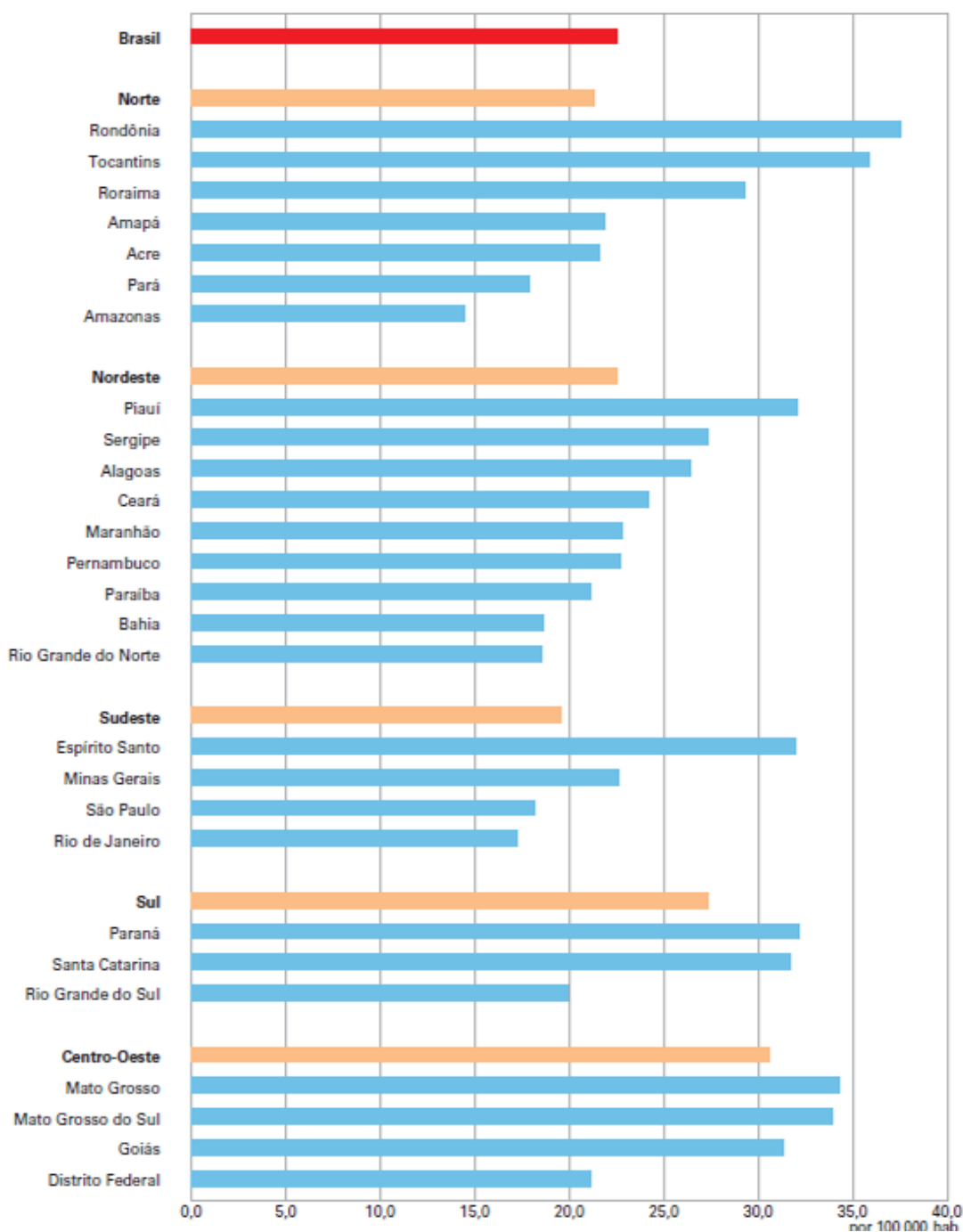
Figura 60 - Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte terrestre (por sexo) no Brasil entre 1992 a 2011



Fonte: IBGE (2015, p. 198).

O gráfico nos mostra o ano final da série (2011) com o maior coeficiente sob análise. Isto indica que apesar de todas as campanhas de conscientização no trânsito, bem como maior rigor nas leis, não demonstrou eficiência na queda desta mortalidade. Evidentemente que pode haver fatores empíricos, como a qualidade das estradas brasileiras, que contribui muito para as más condições de trafegabilidade, levando à uma ameaça constante dos motoristas, bem como os níveis educacionais do país.

Figura 61 - Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2011



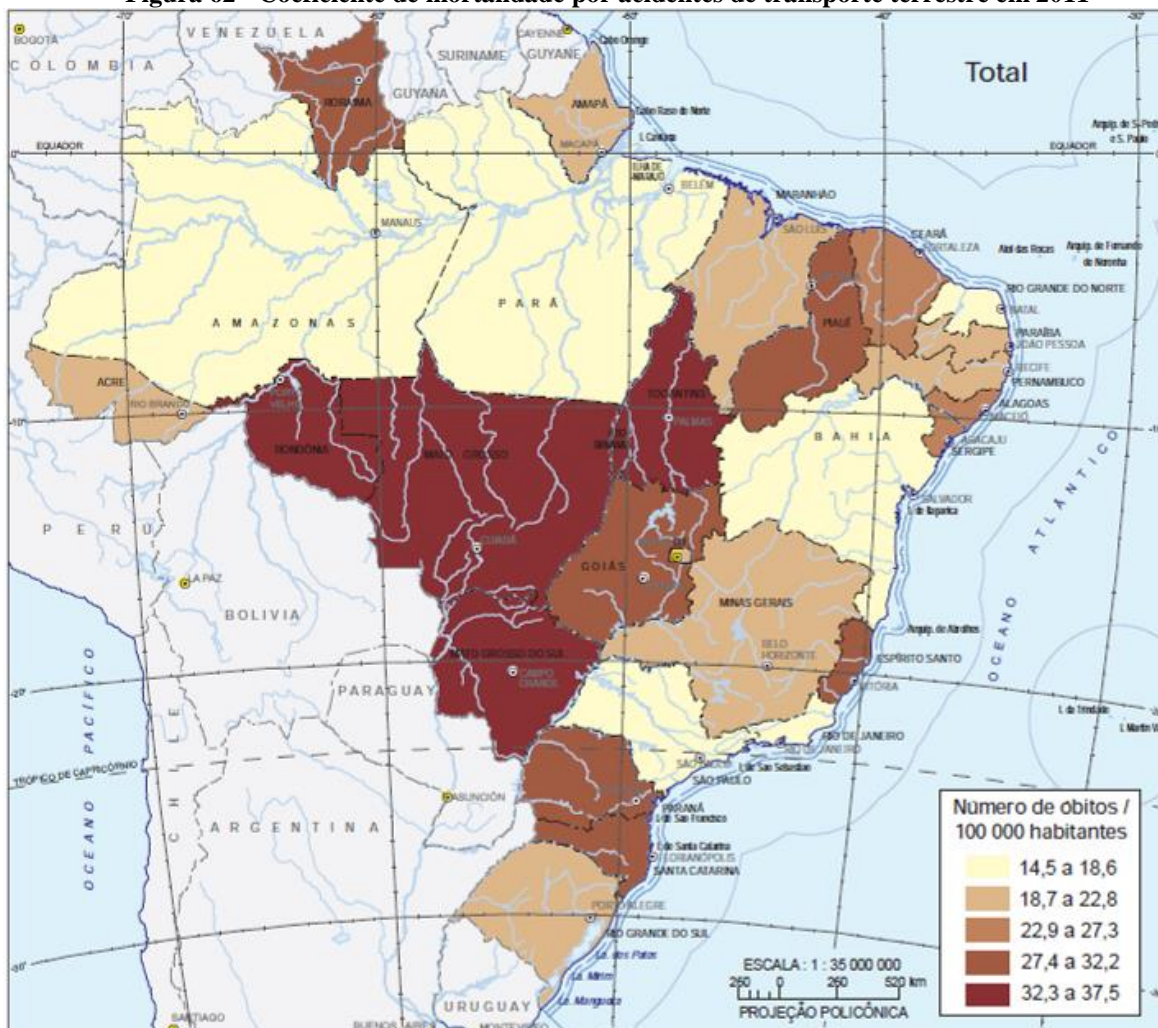
Fonte: IBGE (2015, p. 199).

O gráfico anterior, mostra mais uma vez um indicador que desabona e ameaça o desenvolvimento sustentável no Estado de Mato Grosso (bem como de todo o país). O Mato Grosso é o terceiro estado com a maior mortalidade por acidentes de trânsito no país (34 para cada 100.000 habitantes), perdendo apenas para os Estados de Rondônia (que possui coeficiente 38) e Tocantins (com coeficiente 36).

Em uma análise das regiões, a região Centro Oeste possui os piores indicadores. É a região com a maior taxa de mortalidade, onde o Mato Grosso é o estado que participa com a maior taxa. As condições de trafegabilidade da BR 163 (totalmente sem infraestrutura, pistas simples e que transporta a maior quantidade de soja do país, portanto com altos índices de caminhões e carretas pelas estradas, visto não haver ferrovias) pode ser um dos fatores principais. Ainda na análise do Centro Oeste, Mato Grosso do Sul é o segundo colocado. O Distrito Federal é responsável pelo menor indicador da Região. Já a Região Sudeste possui a menor mortalidade (com destaque positivo ao Estado do Rio de Janeiro e negativo ao Espírito Santo). A segunda região com menor taxa de mortalidade é a Região Norte (com destaques positivo ao Amazonas e negativos à Rondônia e Tocantins que possuem as maiores taxas nacionais). A região Nordeste está no intermediário, com Piauí sendo o estado com maior violência no trânsito enquanto Bahia e Rio Grande do Norte possuem as menores taxas. A região sul, tem o segunda maior taxa. Caberia aqui um estudo aprofundado (o qual não é objeto deste trabalho) para identificar as razões que provocam tantas mortes, visto que o Estado é detentor de bons níveis educacionais, bem como uma das melhores malhas de estradas pavimentadas do Brasil (quando comparadas as demais). O destaque negativo é o estado do Paraná, que está em 5º lugar no ranking de maior taxa de mortalidade (perde apenas para Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do sul). Já o Rio Grande do Sul é destaque positivo na região. O Amazonas é o Estado com a menor taxa de mortalidade no país, com um coeficiente de 14 mortes para cada 100.000 habitantes. Por outro lado, o Rio de Janeiro é o segundo estado com as menores taxas (coeficiente de 18).

O mapa a seguir, ilustra melhor a intensidade da violência no trânsito pelas regiões brasileiras.

Figura 62 - Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte terrestre em 2011



Fonte: IBGE (2015, p. 200).

4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo desta pesquisa, estudou os indicadores que medem o desempenho obtido pelos IDS na Dimensão Social do Mato Grosso. É a maior dimensão em número de indicadores. Isto se deve, pois é através da Dimensão Social que se consegue obter uma leitura de qualidade de vida da população. Sendo assim, quando não se tem êxito nas políticas sociais, dificilmente obtêm-se êxito na sustentabilidade do desenvolvimento. Por conseguinte, a Dimensão Social foi dividida em 6 grandes áreas: População, Trabalho e Rendimento, Saúde, Educação, Habitação e Segurança. Como se pode perceber, são áreas essenciais a qualidade de vida do indivíduo, e quando bem atendidas, desperta a sensação de bem-estar social que gera conforto, credibilidade e capacidade de maior rendimento do trabalhador, que

busca desta forma, maior desenvolvimento social através de crescimento da economia. Assim sendo, buscou a avaliação minuciosa destes macros indicadores, e constatou-se que:

Quanto à população, tem-se a taxa de crescimento da população em nível nacional com dados que podem ser preocupantes para uma economia que busca o crescimento, visto que o crescimento populacional tem desacelerado consideravelmente. Isto impacta em consumo, projetos de investimentos, forma de ser das famílias. No entanto, eles podem ser acompanhados de indicadores que demonstrem a dimensão de desenvolvimento, pois também é verdade que o crescimento populacional acompanhado de falta de qualidade de vida gera um desgaste social ainda maior. Todavia em nível do Estado de Mato Grosso, o indicador se mostra satisfatório, pois ocupa o 2º lugar em estado que mais cresce em população na Região Centro Oeste. Taxa de fecundidade total: para um estado que está em crescimento, o Mato Grosso tem demonstrado uma taxa satisfatória, visto estar a cima da média nacional. A média brasileira é de 1,69 filhos. No entanto, o Mato Grosso atinge 1,82, portanto, bem acima da média da Região Centro Oeste que é de 1,67. Quanto a razão de dependência de jovens e idosos: o resultado obtido aqui pelo Estado de Mato Grosso é insatisfatório. Os dados mostram que 46% de jovens e idosos tem algum tipo de dependência da população economicamente ativa. Este percentual de dependência obtida é o maior indicador da Região Centro Oeste.

Quanto ao trabalho e rendimento, o Índice GINI de distribuição de renda, mostra os resultados brasileiros em queda. Neste sentido, os resultados obtidos pelo Brasil estão apresentando sensíveis melhoras, visto que quanto menor for o índice GINI, menor também será a concentração de renda. No entanto, não há ainda dados posteriores a crise econômica brasileira de 2014, com seus possíveis impactos. Assim, o Brasil possuía no ano de 2000 um resultado do indicador em 0,548, que em 2015 apurava um montante médio de 0,491. Quanto ao Estado de Mato Grosso, o ano de 2013 registrava um Índice de Gini em 0,479. Já o ano de 2015, o resultado obtido é de 0,445. Desta forma entende-se que o resultado é muito satisfatório, pois o Estado avançou muito no conceito do Índice de Gini, o que traz por consequência um avanço na distribuição de renda. Porém, ao mesmo tempo que teve um aumento considerável no aumento de indicadores no PIB per capita, demonstrado no capítulo 5, teve-se uma espécie de temor ao futuro, visto que o Estado reconhece que a renda é concentrada pela atividade do setor primário. A taxa de desocupação em nível Brasil, é extremamente preocupante fechando o 1º trimestre de 2018 em 13,1%, sendo a mais elevada taxa desde 2012. No entanto, é um indicador que preocupa a estabilidade econômica como um

todo, visto afetar o ciclo econômico na contenção de investimentos. Já o rendimento domiciliar per capita, entende-se que o Mato Grosso tem demonstrado resultado muito insatisfatório. Depois de períodos de queda ou controle demandados em nível nacional, destaca-se os ciclos de 1993 a 1999 e 2005 a 2013, onde o Brasil ganhou novamente destaque em nível internacional. No entanto estes indicadores voltam a subir e passam a colocar uma maneira mais voltada à vulnerabilidade social, onde no ano de 2015, registrava-se 17,8% dos domicílios que ganham até meio salário mínimo. Percebe-se que este indicador, já possui os impactos da crise econômica brasileira pós ano de 2014. Mato Grosso e Goiás lideram os rendimentos na região Centro Oeste, no entanto são sempre uma ameaça à concentração de renda. Para o rendimento médio mensal: em nível nacional, a taxa apresentou elevação até o ano de 2012. Como não se têm resultado após a crise econômica de 2014 empiricamente provocou uma retração do indicador. No caso de Mato Grosso, os resultados obtidos são satisfatórios, visto que o Estado está comparado à Unidades da Federação da Região Sul, Sudeste e Centro Oeste. Quanto as mulheres que trabalham fora de casa, este indicador teve um aumento de desempenho em nível nacional. No entanto, os dados apontados em Mato Grosso são insatisfatórios, visto que indicam ser o Estado com menor empregabilidade do sexo feminino quando comparado com as Regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Para a Saúde, existem programas onde a esperança de vida ao nascer passa a ser um indicador que teve um bom desempenho no crescimento nacional. No entanto, a avaliação do Estado de Mato Grosso é muito insatisfatória, visto o Estado apresentar a pior expectativa da Região Centro Oeste e ficando à frente no desempenho, somente quando comparado à estados da região norte e nordeste. Para a mortalidade Infantil, a avaliação ao Brasil, demonstrou que o indicador teve uma redução aproximada de 50% em 15 anos. Porém os resultados obtidos no Estado de Mato Grosso são alarmantes. É o pior desempenho da Região Centro Oeste, que por sua vez, enquanto Região, já fica em desvantagem quando comparado à estados da Região Sul e Sudeste. O Estado demonstra ainda uma taxa maior de mortalidade infantil, mesmo quando comparado à Estados da Região Norte e Nordeste. Quanto a oferta de serviços básicos de saúde: o indicador precisa ser avaliado sob três dimensões: oferta de serviços básicos, leitos hospitalares e médicos. Logo é um indicador conflitivo, visto que a Região Centro Oeste possui muitos estabelecimentos que ofertam serviços básicos de saúde, obtendo o melhor resultado do país. Quanto ao Estado de Mato Grosso, quando comparado à Região Centro Oeste, fica atrás somente do Distrito Federal. Este indicador é avaliado quando comparado com um número de estabelecimentos de saúde para cada 1.000 habitantes. Quando

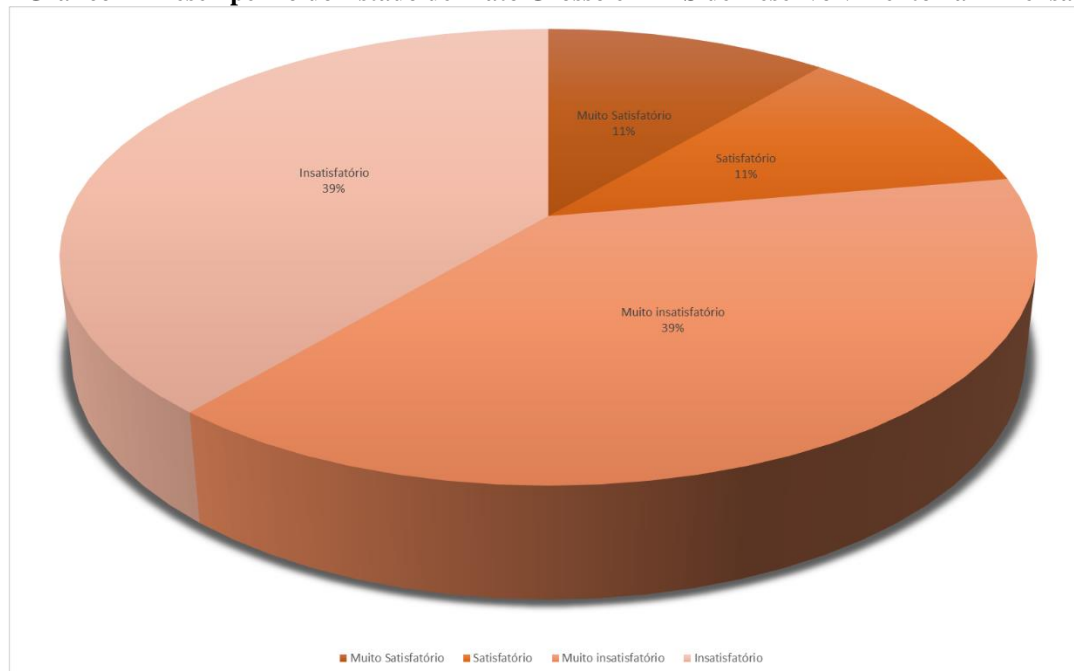
a pesquisa tem o foco em hospitais e aplica-se o quesito leitos especializados, os resultados já são bem diferentes. Neste caso, a Região Centro Oeste já cai para terceiro lugar, onde o Mato Grosso tem o pior desempenho da região. Também, fica abaixo de alguns estados das Regiões Norte e Nordeste, que alcançam os piores desempenhos do Brasil. Na questão de postos de trabalho médico para cada 1.000 habitantes, o Estado de Mato Grosso tem o pior desempenho da região, sobressaindo-se apenas de alguns estados da Região Norte e Nordeste. Logo, a avaliação do Estado nestas 3 óticas é muito insatisfatória. Quanto a doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado: a nível Brasil, foi registrado queda do ano 2000 à 2013 em doenças transmissivas feco-oral, porém, foi registrado aumento das doenças transmissíveis por inseto vetor. A Região Centro Oeste obtém um resultado intermediário no ranking nacional por Regiões, obtendo resultados mais positivos que as Regiões Norte e Nordeste, mas perdendo para as Regiões Sul e Sudeste. Todavia, o Estado de Mato Grosso possui uma média de 220 internações para cada 100.000 habitantes, que na prática é maior que quando comparado à Estados como Roraima, Amapá e Amazonas na Região Norte, Pernambuco e Sergipe na Região Nordeste. Ambos estados que estão nas Regiões Norte e Nordeste possuem piores desempenhos que a média da Região Centro Oeste. Mato Grosso possui mais que o dobro de internações que o Distrito Federal e 3 a 4 vezes mais que o Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Os resultados são muito insatisfatórios aqui registrados e estão relacionados com os indicadores avaliados como muito insatisfatórios quando se estudou a Dimensão Ambiental no quesito de Saneamento na presente pesquisa.

Quanto à Educação, busca-se avaliar quanto à frequência Escolar: quando avaliada a idade de 15 a 17 anos de idade, tem-se a importância da taxa bruta e taxa líquida devidamente explicada no cap. 5 em seu indicador 5.4.1. Para fins de análise dos IDS, considera-se que a taxa mais importante são os resultados líquidos, pois eles apontam para a idade que o aluno está estudando em sua normalidade, ou seja, cursando a série de acordo com sua faixa etária. Neste sentido, o Mato Grosso apresenta resultados insatisfatórios, pois apresenta uma taxa bruta de 81%, que cai para 61% na análise por taxa líquida. Logo, estima-se 20% dos jovens em atraso no seu programa de estudo, o que acaba comprometendo o capital intelectual da população e sendo uma ameaça ao desenvolvimento sustentável. Já a taxa de alfabetização, relata que nos últimos 20 anos os resultados foram positivos em nível de país. No entanto, em análise ao Estado em estudo, os resultados são insatisfatórios, pois o Mato grosso possui o pior desempenho da Região Centro Oeste que já perde para os Estados da Região Sul e Sudeste. Por fim, a taxa de escolaridade da população adulta: Revela que os brasileiros têm

permanecido mais tempo de vida nos estudos. O Mato Grosso tem bom desempenho na Região Centro Oeste, no entanto, observa-se claramente que estes bons indicadores se dão frente ao processo migratório. Prova disto é que o Estado aparece em 11º lugar no ranking nacional na análise de pessoas com ensino superior com apenas 7,65% de sua população. Já quando a análise se dá em nível de pós-graduados, os resultados são ainda mais comprometedores.

Quanto à Habitação na análise de adequação à moradia, a região Centro Oeste apresenta piores desempenhos que as Regiões Sul e Sudeste. Quando se analisa o Estado de Mato Grosso, ele tem o pior desempenho da Região Centro Oeste.

Por fim, no que contempla a Segurança, percebe-se a mortalidade por homicídios vem demonstrando crescimento constante em nível de país. Empiricamente a falta de igualdade social e as baixas taxas de êxito no processo de educação, podem ser as grandes responsáveis pela elevação da violência. O Estado do Mato Grosso tem indicador de 32 mortes por homicídios a cada 100.000 habitantes. Isto é significativamente maior que a taxa de 29 mortes do Rio de Janeiro. Em análise da Região Centro Oeste, Mato Grosso obtém melhor índice apenas quando comparado ao Mato Grosso do Sul. No entanto, Mato Grosso supera os índices de criminalidade quando comparado aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Amapá, Rondônia, Tocantins, Acre, Roraima, além do Rio de Janeiro.

Gráfico 2 - Desempenho do Estado de Mato Grosso em IDS de Desenvolvimento na Dimensão Social

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em resumo, o gráfico anterior demonstra uma análise dos 18 IDS analisados nesta pesquisa sob a Dimensão Social. Destes, quando somado os indicadores que tiveram desempenho social entre insatisfatórios e muito insatisfatórios, o Estado do Mato Grosso somou 78% (14 dos 18 indicadores), ou seja, apenas 22% (4 indicadores) tiveram desempenho entre satisfatórios e muito satisfatórios.

5 O MATO GROSSO NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Esta dimensão busca analisar um conjunto de indicadores que sejam relevantes ao desenvolvimento sustentável e que sejam providos de acordos, tratados, incentivos ou arranjos oriundos da direção política, com a capacidade de governos e da sociedade organizada na intenção de efetivar mudanças para significativas melhorias na solidificação de um processo de desenvolvimento.

A dimensão institucional deve sintetizar instrumentos políticos e legais para dar efetividade ao desenvolvimento sustentável. Exemplos significativos são a legitimação de acordos internacionais que convergem em uma Legislação Ambiental. No entanto, insta salientar que como estratégia, deve haver estímulo e edificação por todas as partes interessadas (stakeholders) do desenvolvimento sustentável, pois:

Por meio das organizações da sociedade civil e de arranjos institucionais que implantam mecanismos participativos de escuta às demandas da população e de acompanhamento de ações governamentais, tais como Conselhos de Meio Ambiente, os Comitês de Bacias Hidrográficas, os fóruns de desenvolvimento local, entre outros. Conforme a Agenda 21 dispõe a habilidade de um país para avançar na direção do Desenvolvimento Sustentável é determinada pela capacidade das pessoas e das instituições, o que inclui capacidade científica, tecnológica, organizacional e financeira. (IBGE, 2015, p.15).

Salienta-se que os temas da Dimensão Institucional são de difícil mensuração, além do que, não constam com uma produção de estatística em grande aspecto. Desta forma, evidencia-se que a responsabilidade socioambiental deve sempre ser regido pela participação comunitária, bem como por mecanismos de ecoeficiência, entre outros.

5.1 RATIFICAÇÃO DE ACORDOS GLOBAIS

Através de órgãos de governança do mundo, o indicador busca demonstrar qual o envolvimento que o País está obtendo para implementação de acordos firmados pela comunidade internacional. A fonte de pesquisa para a extração deste indicador é o Ministério de Relações Exteriores. Insta salientar que para o Ministério, o ato internacional é reconhecido quando há obrigações e direitos assumidos, baseado no direito internacional, por qualquer pessoa de direito público (neste caso Estados ou Organizações Internacionais).

Para o desenvolvimento sustentável, tal indicador é de relevância, pois:

A ratificação de acordos multilaterais guarda estreita relação com as intenções dos governos de implementar efetivamente o desenvolvimento sustentável. Os acordos representam um consenso mundial cuja intenção é dar uma resposta a problemas ambientais de escala global, que merecem interferência e atuação conjunta e específica dos países. (IBGE, 2015, p. 230).

Desta forma, o presente indicador possui relação estreita com outros indicadores já trabalhados na presente pesquisa, como por exemplo, as emissões de origem antrópica dos gases associados ao efeito estufa, a concentração de poluentes no ar em áreas urbanas, as queimadas e incêndios florestais, o desflorestamento da Amazônia Legal (território onde o Mato Grosso está incluso), além do Patrimônio cultural e muitos outros.

Figura 63 - Atos multilaterais relativos ao meio ambiente vigentes no Brasil em 2014

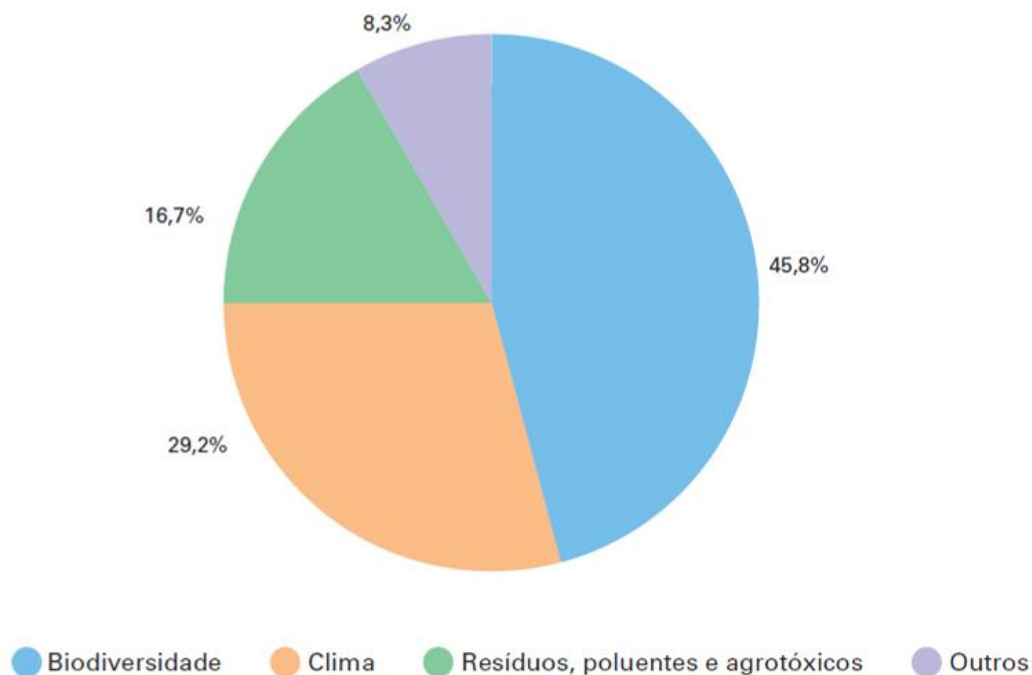
Identificação dos Atos multilaterais	Data da entrada em vigor no Brasil
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	25/10/2005
Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	13/05/2005
Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e, em Pequim, em 3 de dezembro de 1999, por ocasião da Décima Reunião das Partes	28/09/2004
Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)	14/09/2004
Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos (PIC)	14/09/2004
Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre a Diversidade Biológica	22/02/2004
Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas	02/05/2001
Emenda ao Anexo I e dois Novos Anexos VIII e IX à Convenção de Basileia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotados na IV Reunião da Conferência das Partes	27/08/1998
Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio	23/09/1997
Convenção sobre Diversidade Biológica	29/05/1994
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	21/03/1994
Protocolo de Emendas à Convenção Relativa às Zonas Úmidas de Importância Internacional, Particularmente como "Habitats" das Aves Aquáticas	24/09/1993
Convenção Relativa às Zonas Úmidas de Importância Internacional, particularmente como "Habitats" das Aves Aquáticas	24/09/1993
Acordo Constitutivo do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (Ata de Montevideú)	23/06/1993
Emenda ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.	30/12/1992
Convenção da Basileia sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito	30/12/1992
Ajuste ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.	07/03/1991
Protocolo sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.	17/06/1990
Protocolo Adicional à Convenção Internacional para Conservação do Atum e Afins do Atlântico (CICAA)	04/04/1989
Emenda ao Artigo XI da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção.	13/04/1987
Emenda ao Artigo XXI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Extinção	04/02/1986
Convenção para o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES)	04/11/1975
Convenção Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico	01/04/1969
Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América	26/11/1965

Fonte: IBGE (2015, p. 231).

Observa-se que o Estado de Mato Grosso envolve-se em 87,5% dos Atos Multilaterais relativos ao meio ambiente e que foram assinados desde 1965 até 2014. Pelo estado estar presente no território pertencente à Amazônia Legal, ela está incluso direto ou indiretamente nos 21 dos 24 indicadores. Os únicos 3 em que o Estado não se envolve são: A Convenção Interamericana para a proteção e conservação das tartarugas marinhas, a

Convenção Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico e seu Protocolo Adicional assinado em 1989. Desta forma, o Estado possui grande relevância em ter políticas públicas e iniciativas privadas capazes de sustentar tais Atos Multilaterais com os Estados ou Organismos Internacionais.

Figura 64 - Temas tratados nos Atos Multilaterais relativos ao meio ambiente – Brasil – ano de 2014



Fonte: IBGE (2015, p. 232).

Em análise ao gráfico anterior, se identifica o porque do Estado de Mato Grosso estar envolvido em tantos atos assinados com a Comunidade Internacional. Os temas colocados em questão, identificam uma relação estreita com o Estado, ou seja, biodiversidade, clima, resíduos, poluentes e agrotóxicos, são relações intrínsecas com um estado de área com extrema produção agrícola em plena Amazônia Legal.

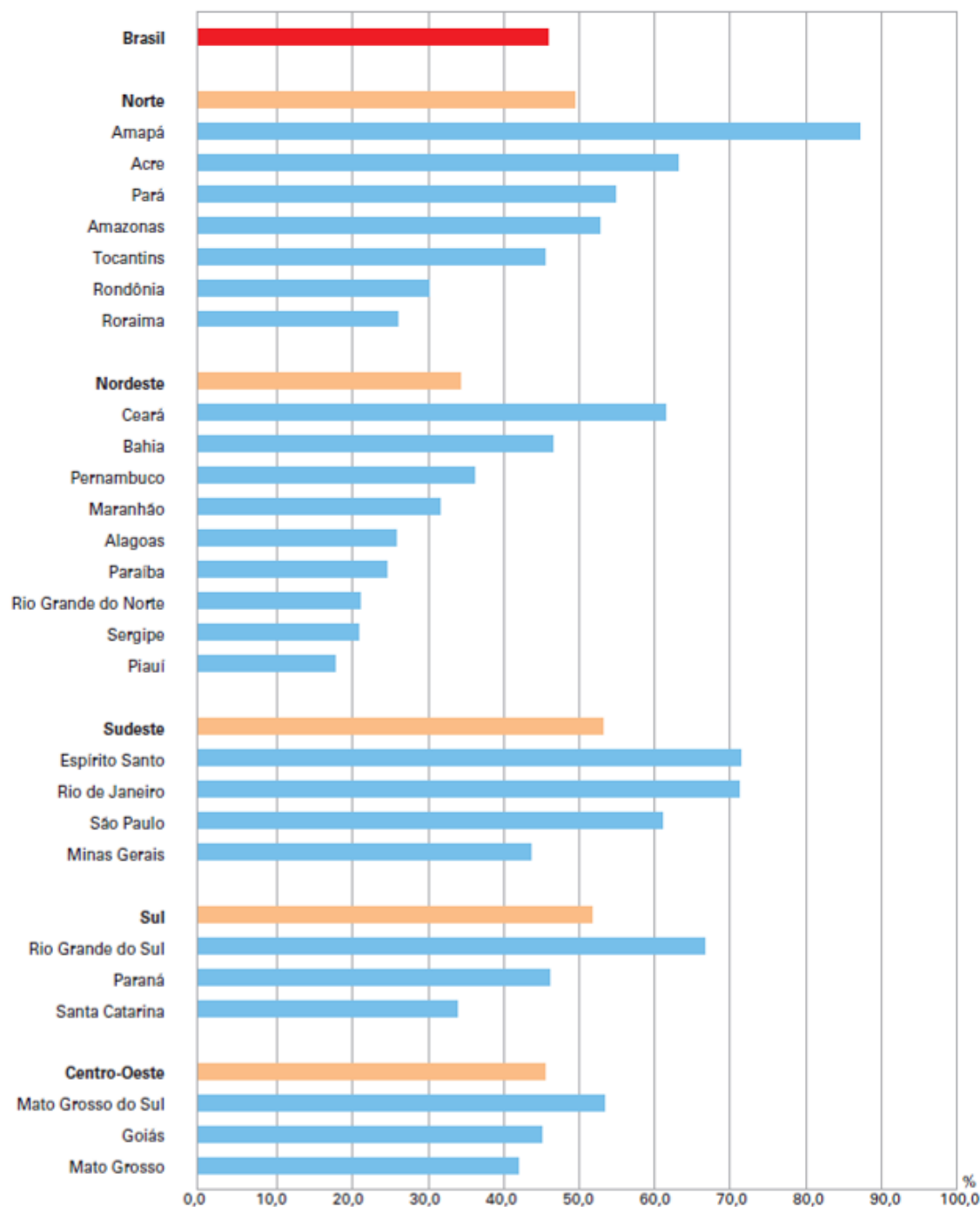
5.2 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

O indicador tem como objetivo identificar a presença de legislações específicas ao controle e proteção ao meio ambiente dos municípios.

Desta forma, é de suma importância este indicador no processo do Desenvolvimento sustentável, pois:

Ele pode ser destacado em função do enfoque que tem sido dado às questões ambientais tanto em âmbito internacional, através de encontros e acordos internacionais, como em nível nacional, por meio de participação de representantes do Brasil em tais discussões e da mobilização da sociedade em prol de causas ambientais. Tais ações e preocupações tiveram reflexo na elaboração da Constituição Federal do Brasil em 1988, na qual foi reforçada a importância da existência de mecanismos legais e da efetividade na aplicação destes princípios para o desenvolvimento sustentável. Também se inserem neste contexto: a reformulação e atualização de leis específicas visando a proteção das florestas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e das Unidades de Conservação; iniciativas estaduais e municipais para elaboração de leis para o desenvolvimento de ações preventivas com vistas a minimizar os danos ambientais. A legislação ambiental e os diversos documentos que a constituem representam os mais importantes instrumentos de regulação e contribuem para revelar a capacidade institucional no trato das questões ambientais. Um elevado número de municípios que possuem legislação específica para tratar destas questões é um indicativo da inserção dos gestores e da população neste debate e a importância que a questão ambiental vem adquiridos nos últimos anos para a gestão municipal. Além disto, representa um dos indicativos de sua capacidade de gestão. Os municípios têm competência para legislar em favor do meio ambiente. Podem criar leis próprias, tanto para atender os interesses locais, quanto para suplementar as legislações federal e estadual. (IBGE, 2015, p. 234).

Figura 65 - Proporção de municípios com legislação específica, segundo as Grandes Regiões e a Unidades da Federação em 2009



Fonte: IBGE (2015, p. 237).

Constata-se no gráfico anterior que a Região Sudeste é a que mais possui legislações específicas ao meio ambiente, seguida pela Região Sul, Norte, Centro Oeste e Nordeste. No entanto, analisando-se a Região Centro Oeste, constatou-se que o Estado de Mato Grosso está em última posição. Isto desabona o Estado frente a organismos de fomentos e investimentos

internacionais, pois deixa o Estado volátil e desprotegido em termos de proteção e legislação ambiental.

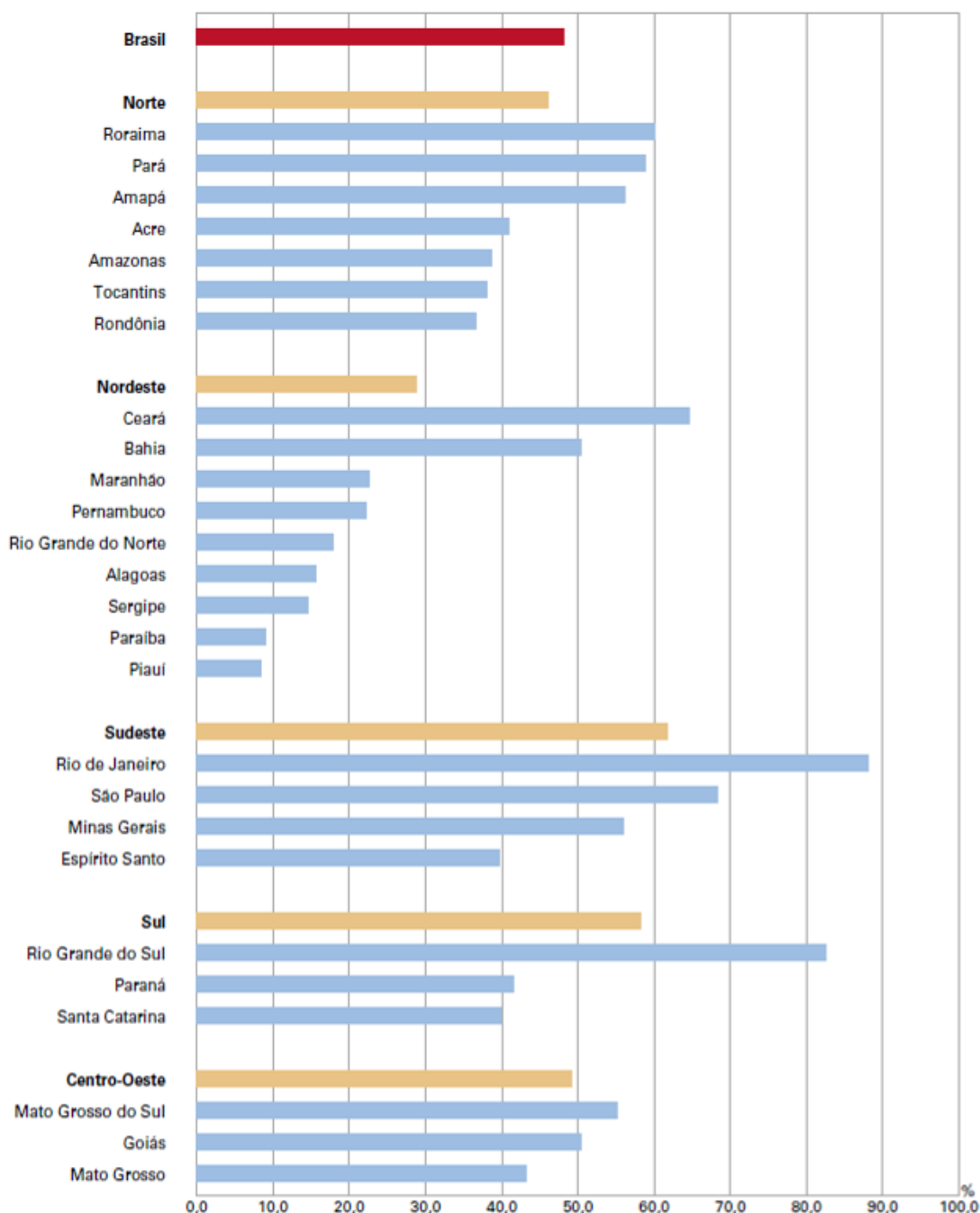
5.3 CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE

O indicador evidencia os Conselhos de Meio Ambiente que estão em pleno funcionamento nos municípios.

Neste sentido, para a solidificação de um processo de desenvolvimento sustentável, o indicador torna-se importante, pois:

No Brasil, os órgãos colegiados que viabilizam a participação de diversos atores sociais na gestão de políticas públicas – os conselhos – têm conhecido uma expansão numérica desde a década de 1990 em todas as esferas do poder executivo, particularmente na municipal. A existência de conselhos ativos revela o nível de organização municipal no que se refere à democratização da gestão de políticas públicas e reflete o interesse da municipalidade nas especificidades locais. Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente têm por atribuição auxiliar a gestão municipal em assuntos referentes ao meio ambiente. A gestão ambiental em nível municipal deve contribuir para a melhor gestão dos recursos e para a diminuição dos impactos negativos das atividades humanas sobre o meio ambiente. (IBGE, 2015, p. 239)

Figura 66 - Proporção de municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo, segundo as grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 241).

O gráfico demonstra a Região Sudeste liderando o cenário brasileiro, seguido pela Região Sul. O Centro Oeste ocupa a colocação intermediária, no entanto, mesmo com todos os aspectos e variáveis que envolvem o Meio Ambiente no Estado de Mato Grosso, ele é o Estado da região com menor número de Conselhos Municipais do Meio Ambiente que encontram-se em atividade. Após a Região Centro Oeste, aparece a Região Norte com o

Nordeste ficando em último lugar. O estados que mais possuem Conselhos ativos é o Rio de Janeiro, seguido pelo Rio Grande do Sul. Quando comparado aos demais Estados, Mato Grosso possui menor número de Conselhos do Meio Ambiente ativos que Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Pará, Amapá, Ceará, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Não é uma posição confortável ficar em 11º lugar no país, frente à produção agropecuária do Estado e todo o seu impacto no Meio Ambiente que acarreta a produtividade.

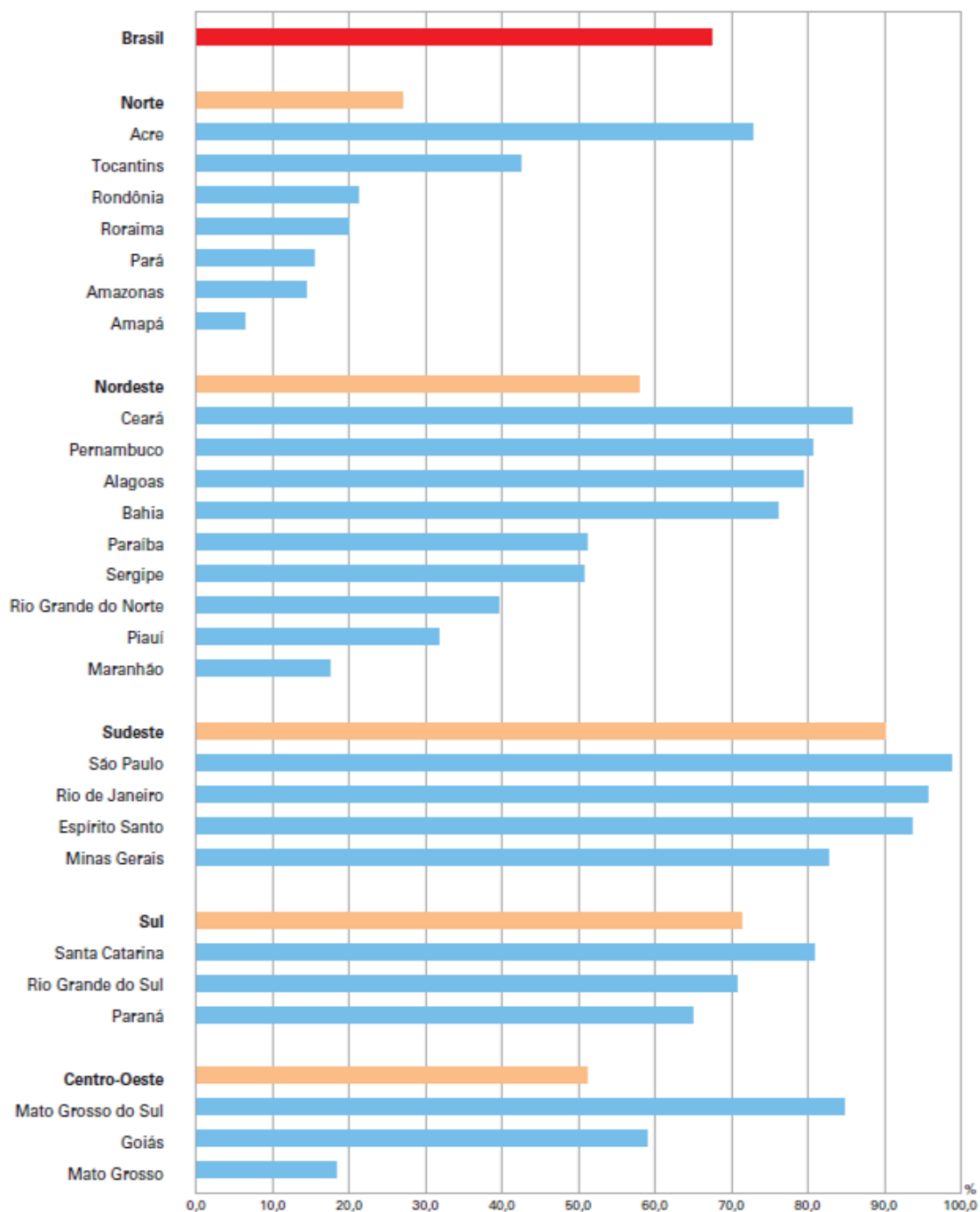
5.4 COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

O indicador relata o número de municípios participantes em Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil, sendo que é um órgão de colegialidade entre os governos municipais, estaduais e federal. Neste sentido, está diretamente ligado com as iniciativas de políticas públicas sobre o assunto. Além dos governos nas 3 esferas, participam ainda representantes de usuários de água e entidades da sociedade civil, que juntos, provem a gestão em uma bacia hidrográfica de seus recursos hídricos.

Neste sentido, o indicador torna-se imprescindível ao avaliar desenvolvimento sustentável, visto que:

Os CBHs (Comitês de Bacias Hidrográficas) integram o Sistema Nacional de Gerenciamento De Recursos Hídricos (Singreh), criado pela Lei n. 9433 de 08.01.1997, a qual estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos. Segundo essa política, os Comitês de Bacias Hidrográficas têm como competência: promover o debate entre as entidades intervenientes; articular a sua atuação; arbitrar conflitos referentes ao uso da água e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos, além de outras contribuições. Com efeito, eles representam uma das formas de articulação intermunicipal ou entre a União e os Estados. Trata-se, portanto, de um modelo de gestão descentralizado e participativo para a tomada de decisões relativas ao uso, à recuperação e à conservação dos recursos hídricos. Os recursos hídricos podem contribuir para a segurança alimentar e nutricional, a saúde pública, a geração de hidroenergia, entre outros objetivos de desenvolvimento sustentável. Sua gestão, integrada e efetiva deve, portanto, considerar os aspectos ambientais, econômicos, sociais e político-institucionais das bacias hidrográficas. (IBGE, 2015, p. 243).

Figura 67 - Proporção dos municípios que participam de comitês de bacias hidrográficas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 245).

Observa-se no gráfico anterior, que o Estado de Mato Grosso em nível de país, tem maior participação apenas que os Estados do Pará, Amazonas e Amapá (ambos da região Norte) além do Maranhão da Região Nordeste. Ou seja, está muito atrás na caminhada, quando comparado aos demais estados brasileiros, dando, empiricamente, pouca importância ao tema.

No entanto, recomendado pela Agenda 21 da ONU, este tema é de extrema importância, como já justificado anteriormente.

Conforme o Governo Estadual de Mato Grosso, o Estado é um dos lugares com maior volume de água doce do mundo, visto o número de rios, aquíferos e nascentes que possui. As três bacias hidrográficas mais importantes do Brasil (Amazônica, Platina e Tocantins) são divididos pelo Planalto do Parecis, que ocupa toda a porção centro-norte do Estado. Já, mais de 60% do território do Estado, são drenados por rios que pertencem a Bacia Amazônica. Neste sentido, há uma grande lacuna no cuidado e na preocupação das políticas públicas do Estado com algo tão impactante e precioso como este ativo hidrográfico que o Estado possui.

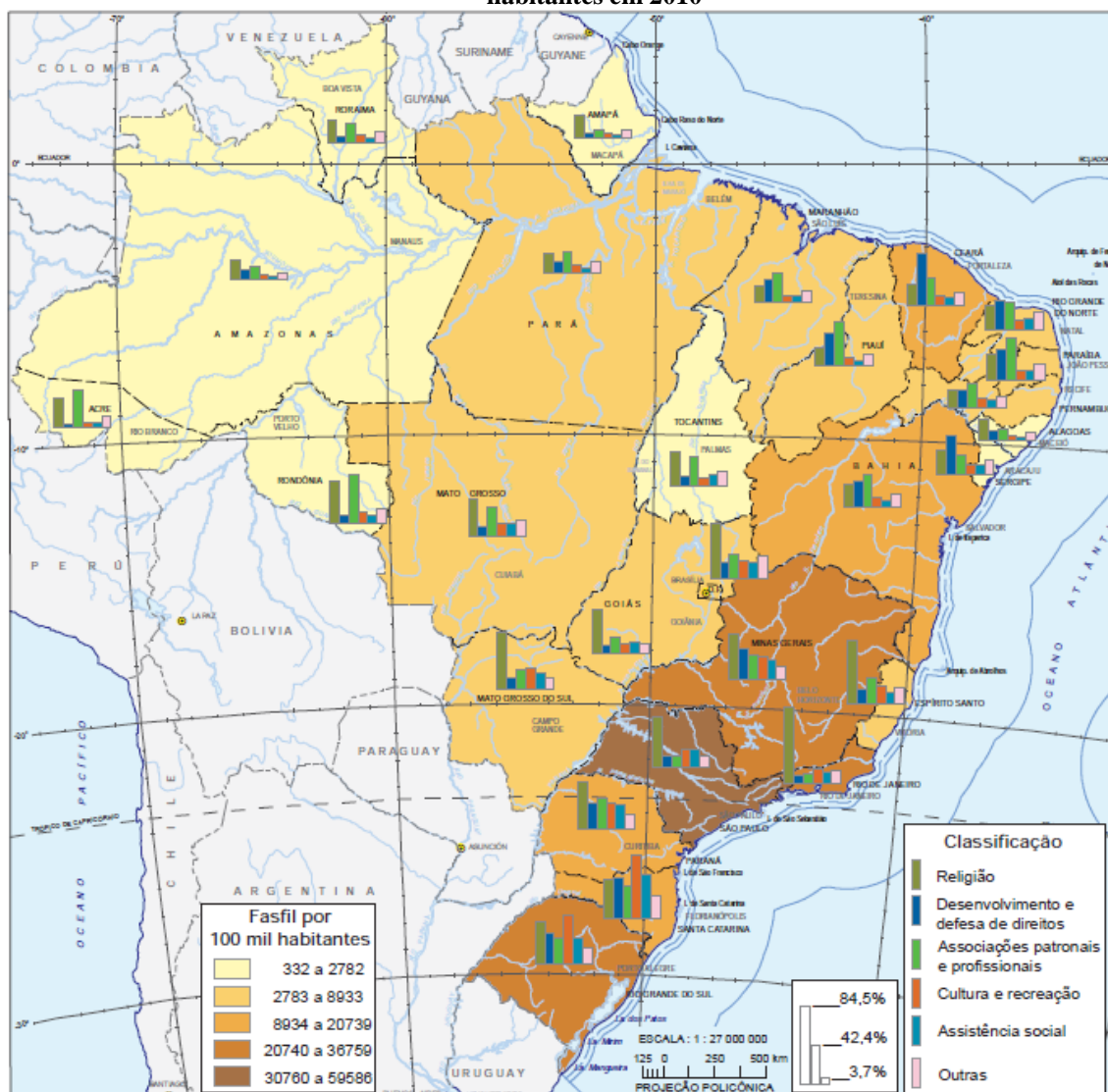
5.5 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Este indicador revela em um determinado espaço geográfico, qual o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos que atendem a uma determinada população.

Assim, não há processo de Desenvolvimento que se sustente quando tais organizações estão ausentes à população, visto os importantes objetivos que as mesmas possuem:

Em seu conjunto, elas contribuem para aumentar a capacidade da sociedade de exercer a sua cidadania e desenvolver-se de forma sustentável. Entre estas finalidades, destacam-se: habitacional; cultural; assistencial; realização de pesquisas; saúde e cidadania. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), por exemplo, permitem a formação de parcerias entre Estado e Sociedade Civil para a realização de ações de combate à pobreza e exclusão social, entre outras. As que tratam de questões ambientais podem ser gestoras de UC – Unidades de Conservação, segundo a Lei n. 9985 de 18.07.2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Essas organizações tem uma contribuição estratégica para o desenvolvimento sustentável, porque representam a capacidade de organização da sociedade civil e de interação ativa das comunidades na realidade que vivem. (IBGE, 2015, p. 248).

Figura 68 - Número de Fundações privadas e associações sem fins lucrativos (FASFIL) por 100.000 habitantes em 2010



Fonte: IBGE (2015, p. 250).

A figura ilustra os Estados de São Paulo, além de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro em situação privilegiada. No entanto, especificamente, o Mato Grosso está localizado como o segundo pior desempenho na Região Centro Oeste, que já ocupa o lugar intermediário enquanto regiões do País. O melhor desempenho está na Região Sul, com destaques significativos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já na Região Sudeste (a segunda colocada), destacam-se positivamente os Estados de Minas Gerais (como o melhor na Região) e São Paulo (com o pior desempenho na Região). O Estado que menos tem Fundações ou Associações no País é o Amapá.

5.6 CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Segundo a ONU, a Capacidade Institucional está presente na Agenda 21 com o objetivo de fortalecer as instituições e buscar técnicas endógenas em programas para desenvolvimento e melhora das capacidades ao desenvolvimento sustentável, acima de tudo, com setores não governamentais. A Capacidade Institucional deve prestar apoio ao desenvolvimento sustentável por meio da promoção de um processo constante de participação na busca de atender necessidades prioritárias em países relacionados com a promoção da Agenda 21, principalmente com os seguintes objetivos: reorientação da cooperação técnica e o estabelecimento de novas prioridades; modificação da perspectiva cronológica do planejamento e implementação dos programas de desenvolvimento; melhoria e reorientação das instituições internacionais multilaterais existentes com responsabilidades sobre questões ambientais; melhoria da capacidade e potencial institucionais, tanto do setor público como privado nos impactos e projetos que produzem desenvolvimento, acima de tudo, sustentáveis.

5.6.1 Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

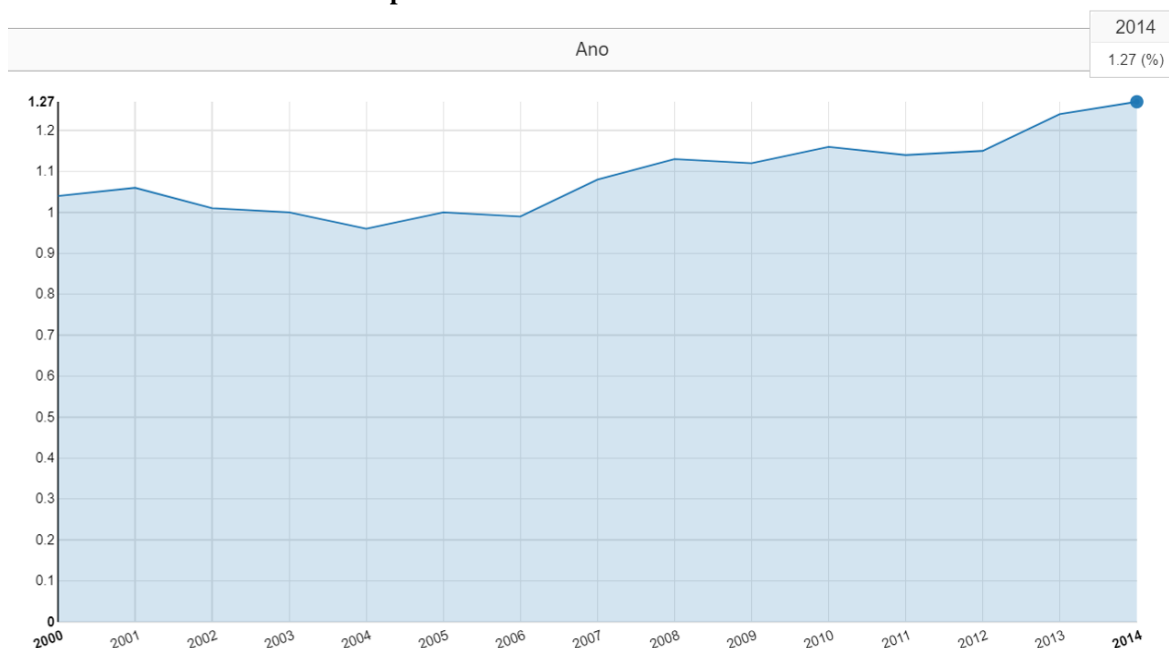
É um indicador levantado com base nos investimentos públicos e privados capaz de demonstrar a dedicação e o esforço de uma nação com Pesquisas e Desenvolvimento (P&D).

Portanto, o indicador possui uma extrema relevância para o desenvolvimento sustentável pois:

Os gastos relacionados com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) expressam o grau de investimento do País no desenvolvimento científico e tecnológico. Para assegurar um processo de desenvolvimento sustentável é necessário que uma parte do esforço nacional esteja destinado à pesquisa científica. O próprio surgimento e a adoção de inovações tecnoprodutivas, orientadas ao desenvolvimento sustentável, dependem do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento. Além disso, a produção sistemática de conhecimentos científicos sobre a mudança no clima, esgotamento dos recursos naturais, crescimento demográfico e a degradação do meio ambiente, é essencial à formulação de estratégias de Desenvolvimento Sustentável. (IBGE, 2015, p. 252).

Desta forma, tal indicador está intimamente relacionado com fatores de suma importância para a sustentabilidade da matriz econômica do Estado de Mato Grosso, como por exemplo: o uso de agrotóxicos e fertilizantes, as queimadas e o desmatamento da Amazônia Legal, a esperança de vida ao nascer, a taxa de mortalidade infantil, a educação e segurança, a moradia e a renda per capita, entre muitas outras.

Figura 69 - Investimentos nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como percentual do PIB no Brasil do ano 2000 à 2014



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico estampa a cruel realidade do país, com investimentos irrisórios em um segmento tão importante como a Pesquisa e o Desenvolvimento. Embora o gráfico relate um aumento na série analisada, ainda no ano de 2014 ele era insignificante, ou seja 1,27% do PIB nacional. Segundo publicação da Revista Exame (A AMAZÔNIA... 2017), em 2013 este investimento brasileiro passou para 1,3% (quando comparado ao PIB) e o país estava localizado na 36ª colocação no ranking internacional. No entanto, tal investimento representa apenas 30% do que investe Israel que ocupa o 1º lugar no Ranking, onde os investimentos são de 4,2%. Em segundo lugar ficam empatados Finlândia e Coréia do Sul (ambos com 3,6%). Já na 4ª colocação, também empatados, aparecem a Suécia e o Japão. Observa-se no entanto que na série analisada, o ano de 2014 teve o melhor desempenho. No entanto não há dados atualizados pelo IBGE, logo, empiricamente este percentual está reduzido, visto o pós crise econômica brasileira de 2014. Não há ainda, informações por parte do IBGE desta distribuição de investimentos por Estados da Federação.

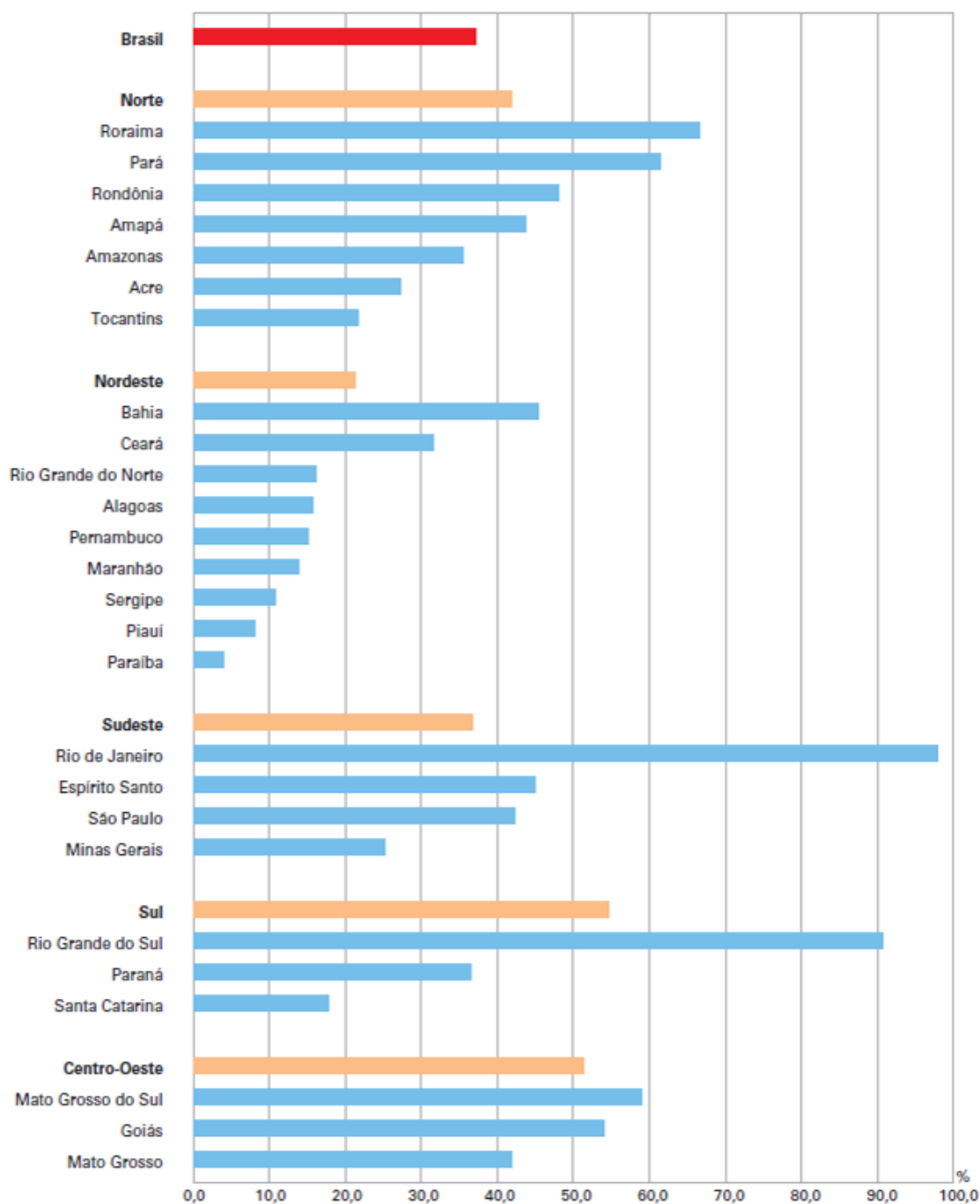
5.6.2 Fundo Municipal do Meio Ambiente

O objetivo deste indicador é demonstrar quantos municípios no Brasil possuem um Fundo Municipal com destinação ao Meio Ambiente.

Logo, a relevância para o desenvolvimento sustentável é indiscutível, visto que:

A criação de um fundo municipal do meio ambiente tem a finalidade de assegurar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das ações da política de meio ambiente no município. A informação investigada revela, em conjunto com outras relacionadas, a importância atribuída às questões que envolvem a gestão do meio ambiente e o desenvolvimento local na Constituição Federal do Brasil. Tal relevância também é enfatizada por documentos internacionais como o Framework for the Development of Environment Statistics – FDES das Organizações das Nações Unidas. Este documento em tópico específico, destaca a importância de instrumentos como este para a regulação ambiental. O indicador, inserido neste contexto, é de grande importância para avaliar a capacidade institucional no que concerne as questões ambientais. (IBGE, 2015, p. 254).

Figura 70 - Proporção de municípios com Fundo Municipal de Meio Ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 256).

O gráfico revela a Região Sul como a que tem o maior número de municípios com Fundo ao Meio Ambiente. O destaque positivo é o Rio Grande do Sul que tem mais de 90% de seus municípios. A segunda Região no país é o Centro Oeste, onde o Mato Grosso aparece com o pior desempenho. Neste indicador, quando o Mato Grosso é comparado ao Rio Grande

do Sul (por exemplo) que também é um estado agrícola, o desempenho mato-grossense não chega a 50%. São 42% para 91% respectivamente. Em terceiro lugar aparece a Região Norte, sendo que o Sudeste possui índice melhor apenas que o Nordeste. Todavia, o Rio de Janeiro mesmo assim, possui o melhor indicador do país.

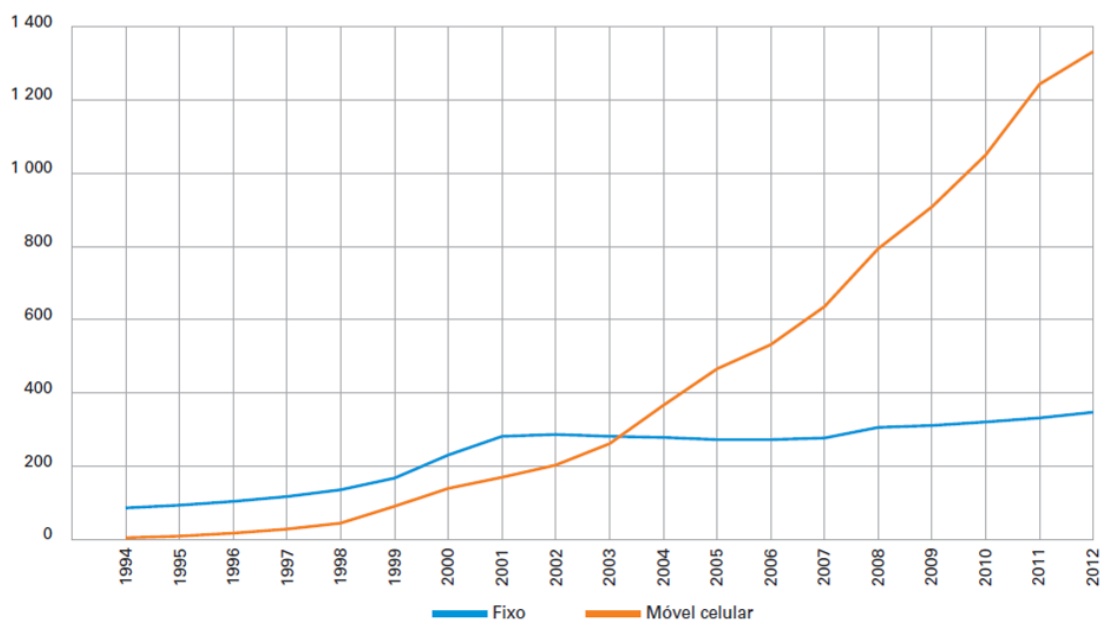
5.6.3 Acesso aos serviços de telefonia

O objetivo deste indicador é expressar qual é o acesso (a cada mil habitantes) que a população tem aos serviços telefônicos no país, sejam eles de origem móvel ou fixo. Desta forma, o indicador demonstra ainda a densidade de telefonia móvel e fixa no país.

Logo, a relevância para o desenvolvimento sustentável está amparada em que o indicador:

É o mais utilizado na determinação do nível de desenvolvimento em que se encontra o setor de telecomunicações em diversos países. Os serviços de telefonia proporcionam o contato, a troca de informações e a obtenção de serviços entre a população, empresas, áreas urbanas e rurais. A medida que crescem os serviços relacionados a este setor, verifica-se uma redução das necessidades de transporte, o que pode ocasionar efeitos favoráveis ao meio ambiente, notadamente em áreas urbanas densamente povoadas. Os serviços de telefonia também favorecem a ampliação do acesso à internet, que permite a formação de redes digitais ou virtuais de troca de conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável. (IBGE, 2015, p. 258).

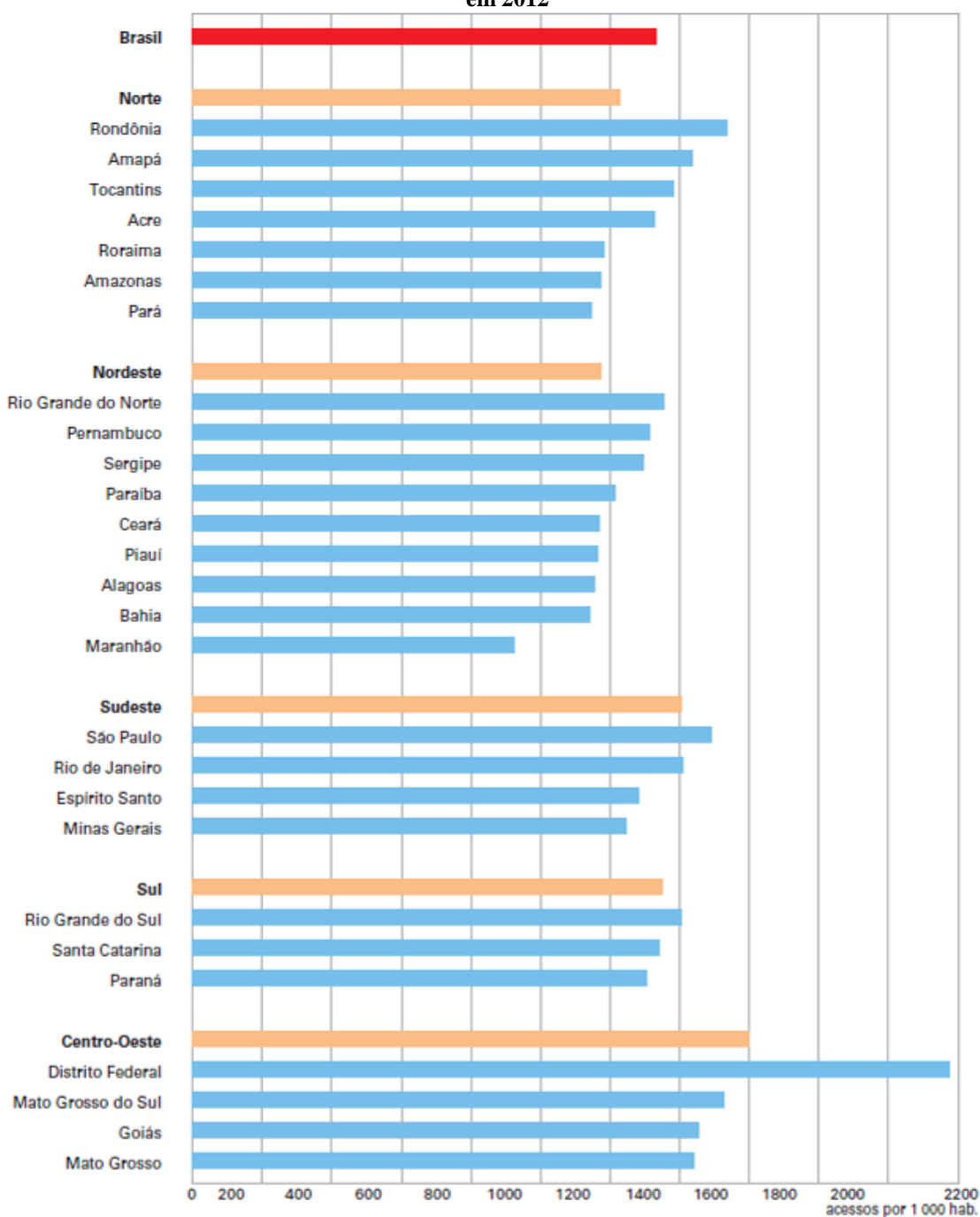
Figura 71 - Densidade de serviços telefônicos, fixo e móvel celular no Brasil no período de 1994 a 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 259).

O gráfico ilustra uma inversão dos fatores entre o telefone fixo e móvel celular. A inversão se deu a partir do ano 2003, onde em 2012 a telefonia móvel chegou a 1.300 celulares em média, para cada 1.000 habitantes. Não há dados atualizados pelo IBGE, mas empiricamente com o uso impulsionado pelas tecnologias, este patamar deve ser atualmente ainda bem maior.

Figura 72 - Densidade de telefonia móvel celular, segundo as grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 259).

O gráfico demonstra que a Região Centro Oeste tem o maior número de telefones móveis no País, onde o destaque com o maior indicador é o Distrito Federal. O Estado de Mato Grosso tem o pior desempenho na região. Um dos fatores que pode realmente influenciar para este resultado, são as grandes distâncias entre uma localidade e outra, entre uma cidade e outra, entre um estado e outro, sendo que a maioria de seus moradores são imigrantes.

A segunda colocação fica com a região Sudeste, onde o destaque é São Paulo. Já a posição intermediária é a Região Sul com destaque ao Rio Grande do Sul. Região com o menor desempenho é o Nordeste, onde novamente Maranhão tem o pior índice.

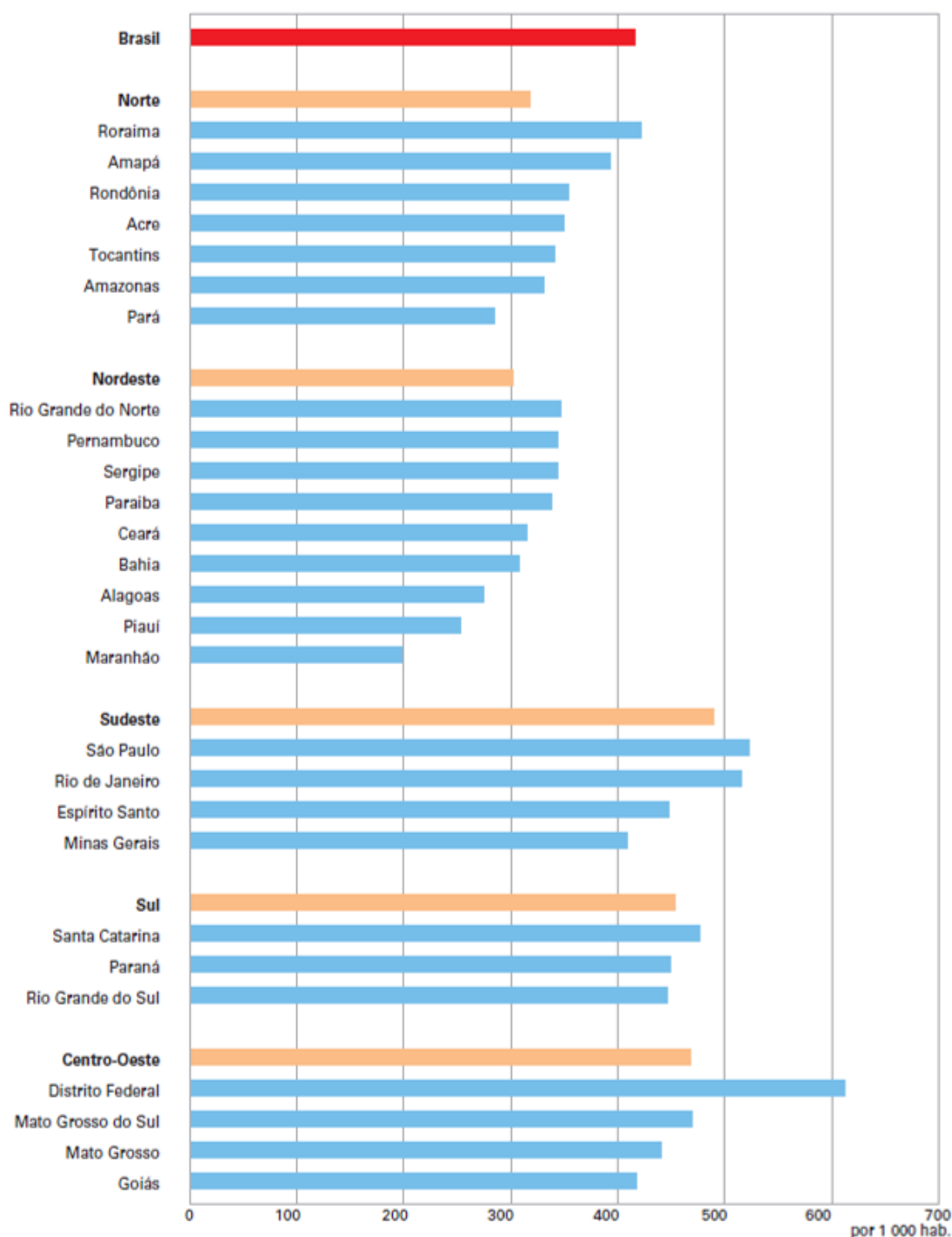
5.6.4 Acesso à Internet

Neste indicador, constata-se o número de usuários na população, que em determinada região ou território possuem acesso à internet.

Assim, a relevância para o desenvolvimento sustentável deste indicador é:

Como um mecanismo de acesso às informações e de oferta de serviços, a Internet abre novas oportunidades de geração e ou ampliação de conhecimento para seus usuários, permitindo desenvolver potenciais de criatividade e inovação. Em geral quanto mais amplo o acesso, maior a probabilidade de que a sociedade seja melhor informada sobre as questões referentes ao desenvolvimento sustentável, facilitando sua mobilização e sua participação nas tomadas de decisão em assuntos ambientais e de bem-estar, entre outros. Além disso, a internet pode ser um veículo viabilizador de mudanças culturais necessárias à construção de novos padrões de convivência social e de relação entre sociedade-natureza, com base na ética, na equidade e na sustentabilidade, e de disseminação e incentivos às boas práticas. (IBGE, 2015, p. 263).

Figura 73 - Número de usuários de internet, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 265).

O gráfico relata que a Região Sudeste tem o melhor desempenho do país, com São Paulo sendo o destaque positivo. Já a Região Centro Oeste fica ligeiramente à frente da Região Sul (onde o Estado de Santa Catarina tem o melhor desempenho). Na Região Centro Oeste, o Distrito Federal tem a maior participação. Mato Grosso está à frente apenas do

Estado de Goiás. A Região Nordeste tem o pior desempenho do país, com o Maranhão sendo o pior estado com desempenho neste indicador.

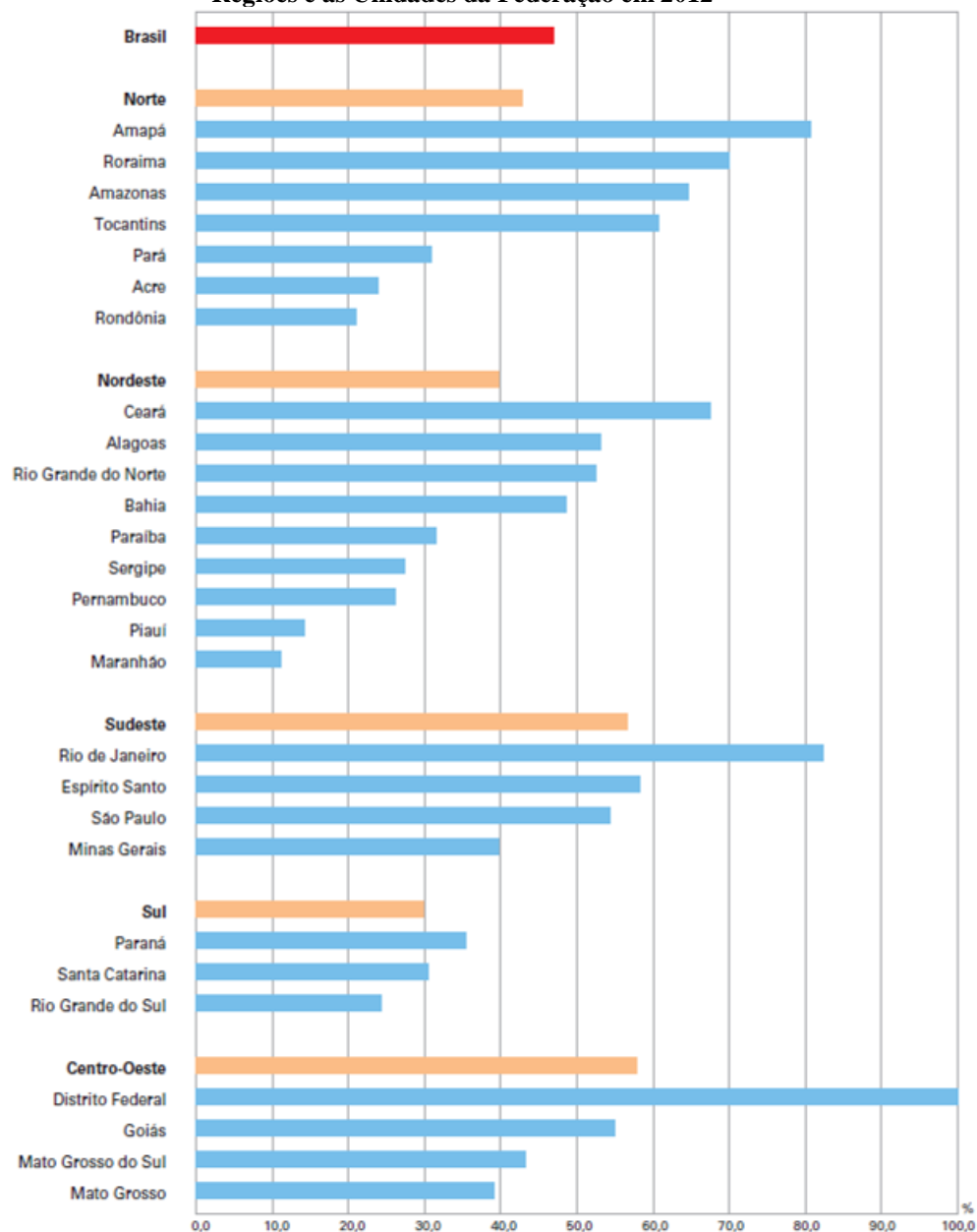
5.6.5 Agenda 21 local

Este indicador tem a função de propagar a Agenda 21 no país.

Insta salientar, que é de suma importância este indicador para o desenvolvimento sustentável pois:

A global, na qual a relação entre as políticas internacionais e de mercado aparecem no centro da discussão; a nacional, na qual cada país dimensiona as suas necessidades; regional, na qual aparecem conjuntos de municípios articulados e entrelaçados muitas vezes com políticas estaduais; local, na qual se alcança o dia a dia da população e que é o palco da atuação das associações, pequenas empresas e demais agentes interessados. A Agenda 21 é um local de planejamento estratégico participativo que, através da construção de parcerias entre os diversos agentes envolvidos, pretendem alcançar o desenvolvimento sustentável local. A institucionalização do processo é chamada de Fórum da Agenda 21 Local. Este indicador revela a disseminação das iniciativas de implementar a Agenda nos municípios brasileiros, mostrando quanto a sociedade, as empresas e o governo se mobilizaram para a implementação, nos anos seguintes à RIO 92. (IBGE, 2015, p. 267).

Figura 74 - Proporção da População residente em municípios com Agenda 21 Local, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 269).

Conforme gráfico anterior, as Regiões Sudeste e Centro-Oeste praticamente estão em situação de igualdade. No entanto em uma análise mais focada, constatou-se que o Distrito Federal destoa o indicador, fazendo com que tenha um desempenho máximo (100%). O Mato Grosso possui o pior desempenho no indicador (apenas 39%) dentro da Região Centro Oeste. Na região Sudeste, o melhor desempenho é do Rio De Janeiro. Chama a atenção o desempenho da Região Sul, com as piores participações, ou seja, apenas 30%, mesmo assim, os Estados mostram a eficiência trabalhada nas metas da Agenda 21.

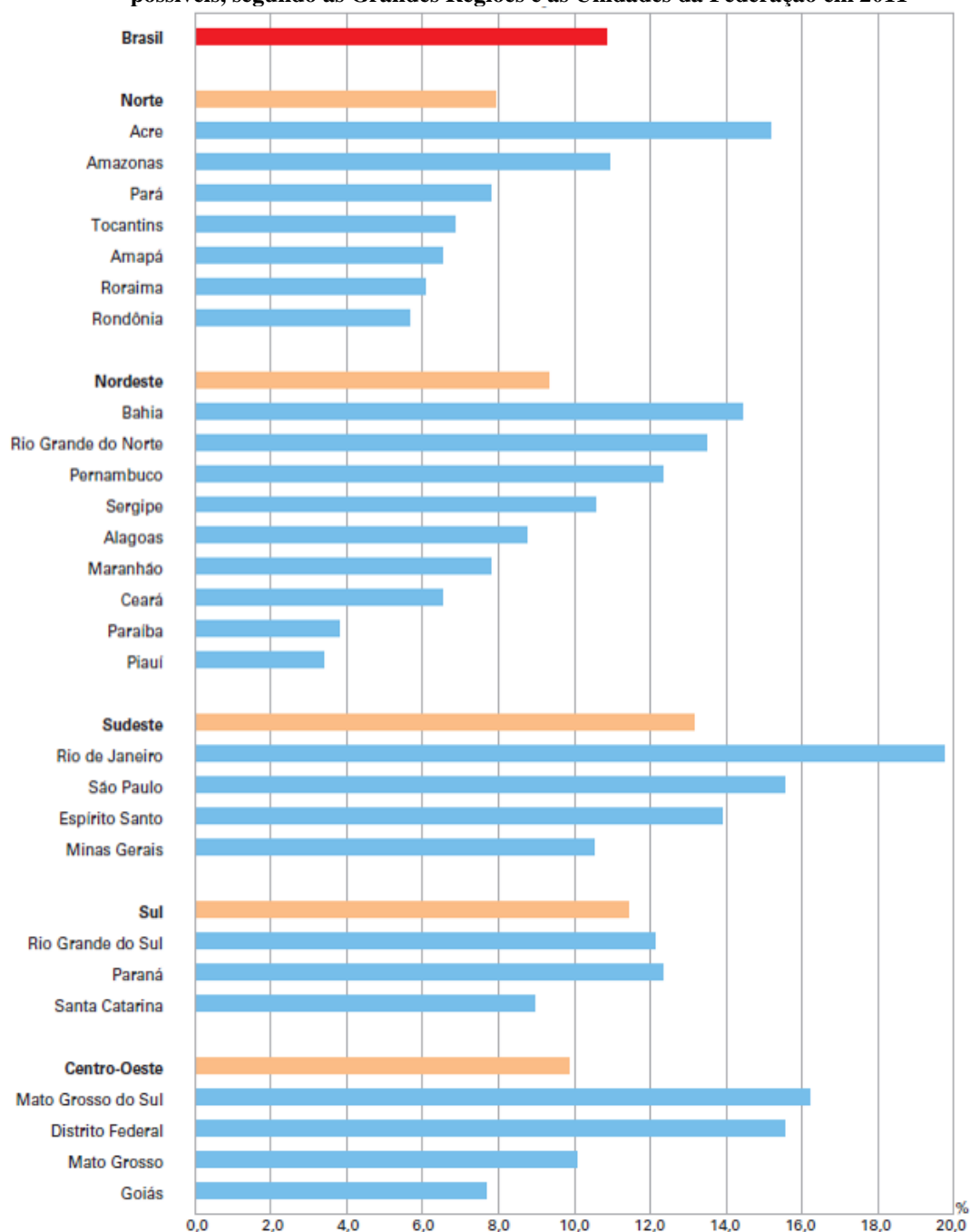
5.6.6 Articulações interinstitucionais dos municípios

O indicador objetiva revelar qual o nível de articulações interinstitucionais que os municípios brasileiros articulam entre si.

Logo, a relevância para o desenvolvimento sustentável consiste em:

No século XXI a complexidade dos desafios sociais, econômicos, ambientais e políticos põe em cheque a capacidade das instituições, tradicionalmente estabelecidas, em atender e resolver os problemas advindos de suas novas demandas. Isso ocorre nos mais diversos níveis (municipal, estadual, federal ou privado) e a procura por articulações interinstitucionais emerge como uma forma eficaz de alcançar os anseios, principalmente da sociedade. Os municípios têm um papel fundamental na construção dessas articulações em benefício do desenvolvimento sustentável local, uma vez que existe uma proximidade natural com vários segmentos representativos e legítimos da sociedade civil (conselhos, comissões, fóruns). O BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por exemplo, em suas estratégias de fomento do desenvolvimento local, estimulam a criação de parcerias e promovem a capacitação específica em desenvolvimento institucional, principalmente nas prefeituras, de modo que uma nova esfera pública seja criada no nível local com a participação efetiva de seus diversos agentes. A promoção de articulações interinstitucionais, concretizadas sob a forma de consórcios públicos, convênios de parceria com o setor privado ou apoio de comunidades, vem ser um meio para a modernização institucional brasileira, pois possibilita aos vários atores, em seus diversos níveis, atuarem de forma conjunta para equacionar problemas, aproveitar as potencialidades locais e atender as demandas da população. É um dos principais meios para a promoção de ações integradas nas esferas econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional, rumo ao desenvolvimento sustentável. (IBGE, 2015, p. 282).

Figura 75 - Proporção de articulações interinstitucionais existentes em relação ao total de articulações possíveis, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2011



Fonte: IBGE (2015, p. 284).

A Região Sudeste possui o melhor desempenho do país com destaque positivo ao Rio de Janeiro. Logo após vem a região Sul, onde o Paraná tem o melhor desempenho, seguido pelo Rio Grande do Sul. Na região intermediária fica o Centro Oeste onde o Mato Grosso tem o segundo pior desempenho, sobressaindo-se apenas com o estado de Goiás (que tem o pior desempenho). A Região Norte tem o pior desempenho do país, seguida do Nordeste (onde o Piauí, tem o pior desempenho da região e do Brasil).

5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo estudou o grupo de indicadores que medem o desempenho obtido pelos IDS na Dimensão Institucional de Mato Grosso. Foram analisados 11 indicadores, buscando dentro dos IDS os mais específicos ao Estado.

Quanto a ratificação de acordos globais: Mato Grosso possui 87,5% de envolvimento nos Atos Multilaterais, onde grande parte destes acordos e tratados foram oriundos após a Eco 92 com a implantação pela ONU da Agenda 21. Quando se analisa acordos que envolvam a Amazônia Legal, o Estado está incluso em 21 dos 24 indicadores. Os temas envolvidos nestes acordos são os mais variados possíveis, mas todos com impactos muito importantes à principal atividade do Estado, ou seja, biodiversidade, clima, resíduos, poluentes e agrotóxicos. Sendo assim, classifica-se o estado com um desempenho muito satisfatório.

No que diz respeito a Legislação Ambiental, a Região Centro Oeste só possui legislação mais específica nas questões ambientais que a Região Nordeste. Isto é um contrassenso, principalmente pela Região ter 2 dos 4 maiores produtores de grãos do país: Mato Grosso e Goiás. Especificamente, o Estado de Mato Grosso é o que menor impacto possui, mesmo internamente na Região Centro Oeste, o que desabona e muito o Estado frente aos Organismos Internacionais.

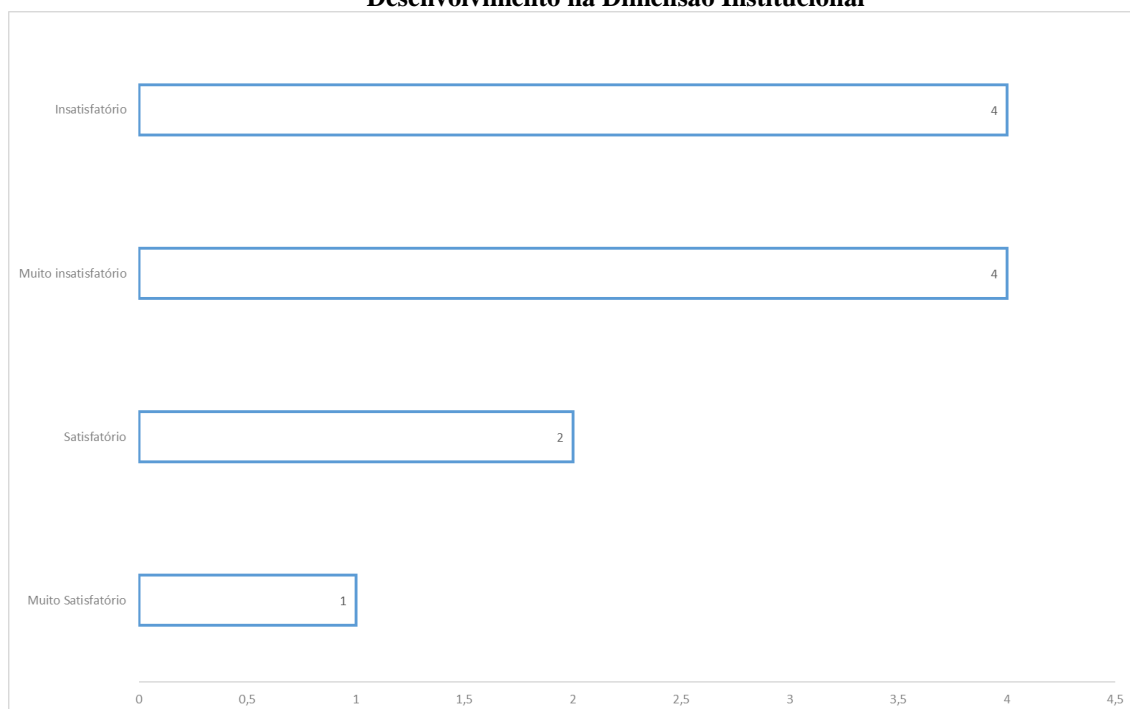
Os Conselhos Municipais do Meio Ambiente, revelam que as Regiões Sul e Sudeste lideram o maior número proporcional de presença em seus municípios. A Região Centro Oeste fica em uma posição intermediária no país, porém, o Estado com o pior número é o Mato Grosso. Novamente um contrassenso, visto o Estado ser o maior produtor de grãos do país, e como mostraram os indicadores presentes nesta pesquisa no capítulo 4, um dos maiores estados com impactos ambientais.

Já os Comitês de Bacias Hidrográficas revelam que o desempenho do Estado de Mato Grosso neste indicador supera apenas resultados obtidos pelos Estados do Pará, Amazonas, Amapá e Maranhão. Neste sentido, dá-se a impressão que o Estado, mesmo tendo enormes quantidades de rios e água, não dá a devida importância ao assunto, embora muito recomendado pela Agenda.

A organização da Sociedade Civil que tem o objetivo de revelar o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos que atendam à população, o Mato Grosso possui o segundo pior desempenho da Região Centro Oeste.

Quanto à Capacidade Institucional, esta apresenta na Agenda 21 para fortalecer as instituições e buscar técnicas endógenas em programas de desenvolvimento sustentável com setores não governamentais. Desta forma, estão subdivididas em grupos como: Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): o indicador, segundo o IBGE, tem apuração de resultados somente em nível nacional. Porém, considerando o Estado de Mato Grosso em seu impacto demográfico e populacional, acredita-se que o estado deva ter desempenho na média nacional, ou até mesmo ligeiramente inferior, visto ao número de pesquisadores que o Estado possui, conforme demonstrado no item 6.6.1 deste capítulo. Desta forma, estas considerações tornam o indicador com avaliação insatisfatória. Fundo municipal do Meio ambiente: como já considerado anteriormente, o Estado de Mato Grosso tem grandes responsabilidades pelos impactos ambientais em nível de Brasil e do mundo. Mesmo assim, o resultado do indicador é muito insatisfatório, visto que o estado tem o pior desempenho na região Centro Oeste. Para comparabilidade com outro estado do país que tem vocação agrícola, o Rio Grande do Sul atinge 91% de desempenho, contra apenas 42% do Estado de Mato Grosso que tem impacto agrícola bem maior que o estado Gaúcho. Acesso aos serviços de telefonia: Houve nos últimos 15 anos uma inversão total na conjuntura do setor, fazendo com que os telefones móveis ultrapasassem em grande número os usuários, quando comparado à telefonia fixa. Embora o Mato Grosso tenha o pior desempenho inserido na Região Centro Oeste, o resultado é satisfatório, visto o Centro Oeste possuir o melhor desempenho do país, superando as regiões Sudeste e Sul. Logo, na prática, e avaliando a proporcionalidade demográfica, o Mato Grosso tem desempenhos semelhantes à estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. Destaca-se ainda os resultados do Distrito Federal, que são extremamente superiores aos obtidos em nível nacional. Acesso à Internet: A região Centro Oeste é a que obtém o segundo melhor desempenho em nível de país, superando a região Sul e ficando atrás apenas da Região Sudeste. Neste sentido é satisfatório também o resultado individual obtido pelo Estado de Mato Grosso. Agenda 21 Local: Os resultados são insatisfatórios no desempenho do Estado de Mato Grosso, pois o estado possui o pior desempenho na Região Centro Oeste. No entanto, destaca-se que comparados aos estados da Região Sul (todos com vocação agrícola), Mato Grosso possui melhor desempenho. E as Articulações Interinstitucionais dos municípios: Regiões com melhores desempenhos no país, novamente são o Sul e Sudeste, onde a Região Centro Oeste possui desempenho intermediário, porém na análise do estado de Mato Grosso, o mesmo apresenta o pior desempenho.

Gráfico 3 - Desempenho do Estado de Mato Grosso em IDS de Desenvolvimento na Dimensão Institucional



Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico anterior revela que o Estado de Mato Grosso possui 72,72% dos IDS na Dimensão Institucional com desempenho insatisfatório ou muito insatisfatório. Isto implica em desempenho no controle de acompanhamento de indicadores importantíssimos para o fortalecimento da imagem institucional do Estado, que desabona a sustentabilidade de qualquer processo de desenvolvimento.

6 O MATO GROSSO NA DIMENSÃO ECONÔMICA

Não é objeto de estudo deste trabalho a apuração somente da análise econômica do Estado de Mato Grosso, visto que ela depende intrinsecamente das demais variáveis, aqui eleitas como dimensões, que vão interligar uma análise efetiva de conjuntura e dar sustentabilidade ao processo. No entanto, pode-se afirmar que ela é sim fundamental nos critérios de análise situacional para este estudo, visto ser o resultado da concentração de estratégias macroeconômicas da sociedade como tal, que muitas vezes está ligada ao processo como um todo da globalização da economia. Não menos importante levar em consideração, que empiricamente quando se fala em desenvolvimento, remete-se a indicadores de ordem econômica. Logo, eles devem ser avaliados com muito critério, para a partir deles, buscar-se uma análise mais profunda.

Neste contexto:

A dimensão econômica trata de questões relacionadas ao uso e esgotamento de recursos naturais, à produção e gerenciamento de resíduos, ao uso de energia e ao desempenho macroeconômico do país. É a dimensão que se ocupa da eficiência dos processos produtivos e das alterações nas estruturas de consumo orientadas a uma reprodução econômica sustentável de longo prazo. Trata de indicadores que possam dimensionar tal realidade através do PIB (Produto Interno Bruto), do grau de endividamento, da Balança Comercial e da taxa de investimento, além de outros [...] (IBGE, 2015, p. 14).

Sendo assim, esta pesquisa traz em princípio um elenco de informações do último estudo dos “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2015” produzido pelo IBGE e atualizados pelo Sistema SIDRA quando devidamente disponibilizadas as atualizações. Eles foram eleitos por este autor, com o objetivo de contribuir como indicadores principais em uma análise mais estreita com a realidade da matriz econômica que mantém hoje a economia do Estado de Mato Grosso.

6.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB PER CAPITA)

Um dos fatores mais importantes para o ciclo econômico é renda, afinal é a partir dela que se tem origem a escala de consumo. Sem que haja este consumo, não há economia que se desenvolva. Neste sentido, o nível médio de renda da população em um determinado território é determinado de PIB *per capita*.

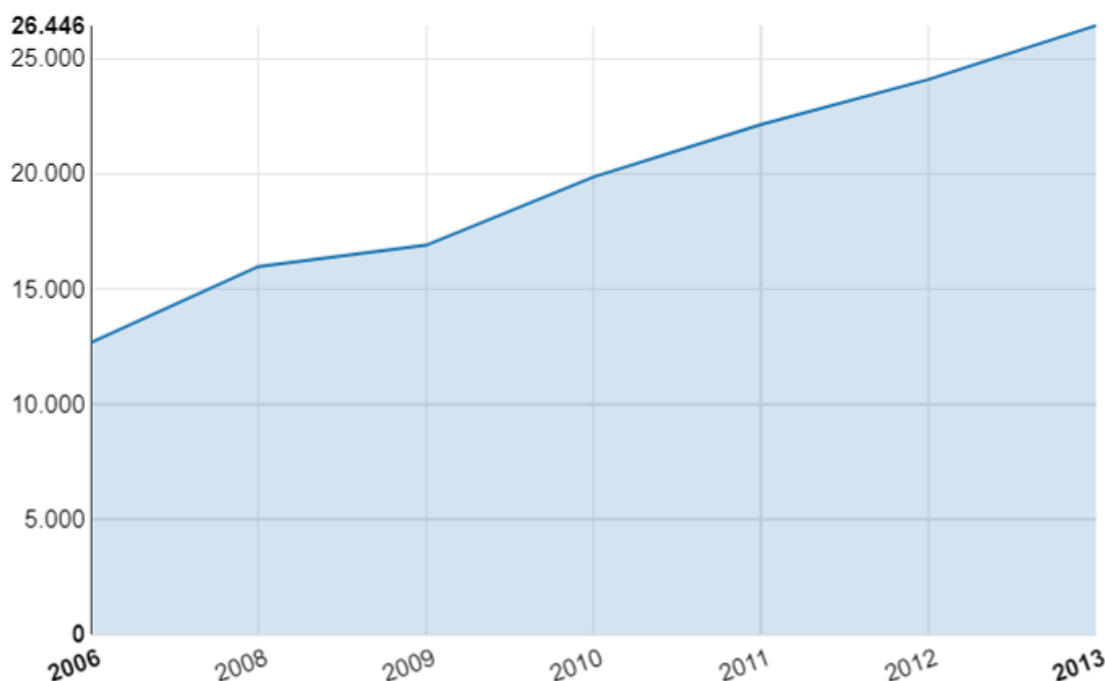
Segundo Santiago (2016), Renda *Per Capita* consiste na divisão do coeficiente da renda nacional (Produto Nacional Bruto) subtraído dos gastos de depreciação do capital e dos impostos diretos pagos pela sua população. Por vezes é usado o próprio PIB.

Há de se ressaltar ainda, que embora o índice seja de extrema importância, ele pode mascarar algumas informações primordiais para uma análise de conjuntura. Por exemplo: pode-se ter um país com uma boa renda per capita e, no entanto, ele acumular uma alta concentração de renda. Neste caso, já viria acompanhado de um alto índice de desigualdade social.

Então, a relevância para o desenvolvimento sustentável, está no

Crescimento da produção líquida de bens e serviços é um indicador básico do comportamento de uma economia. Na qualidade de indicador sintético, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita é bastante adequado para sinalizar o estado de desenvolvimento econômico em muitos aspectos. O estudo de sua variação informa sobre o comportamento da economia ao longo do tempo. É comumente utilizado como um indicador –síntese do nível de desenvolvimento de um país, ainda que insuficiente para expressar, por si só, o grau de bem-estar da população, especialmente em circunstâncias de desigualdade na distribuição de renda. (IBGE, 2015, p. 201).

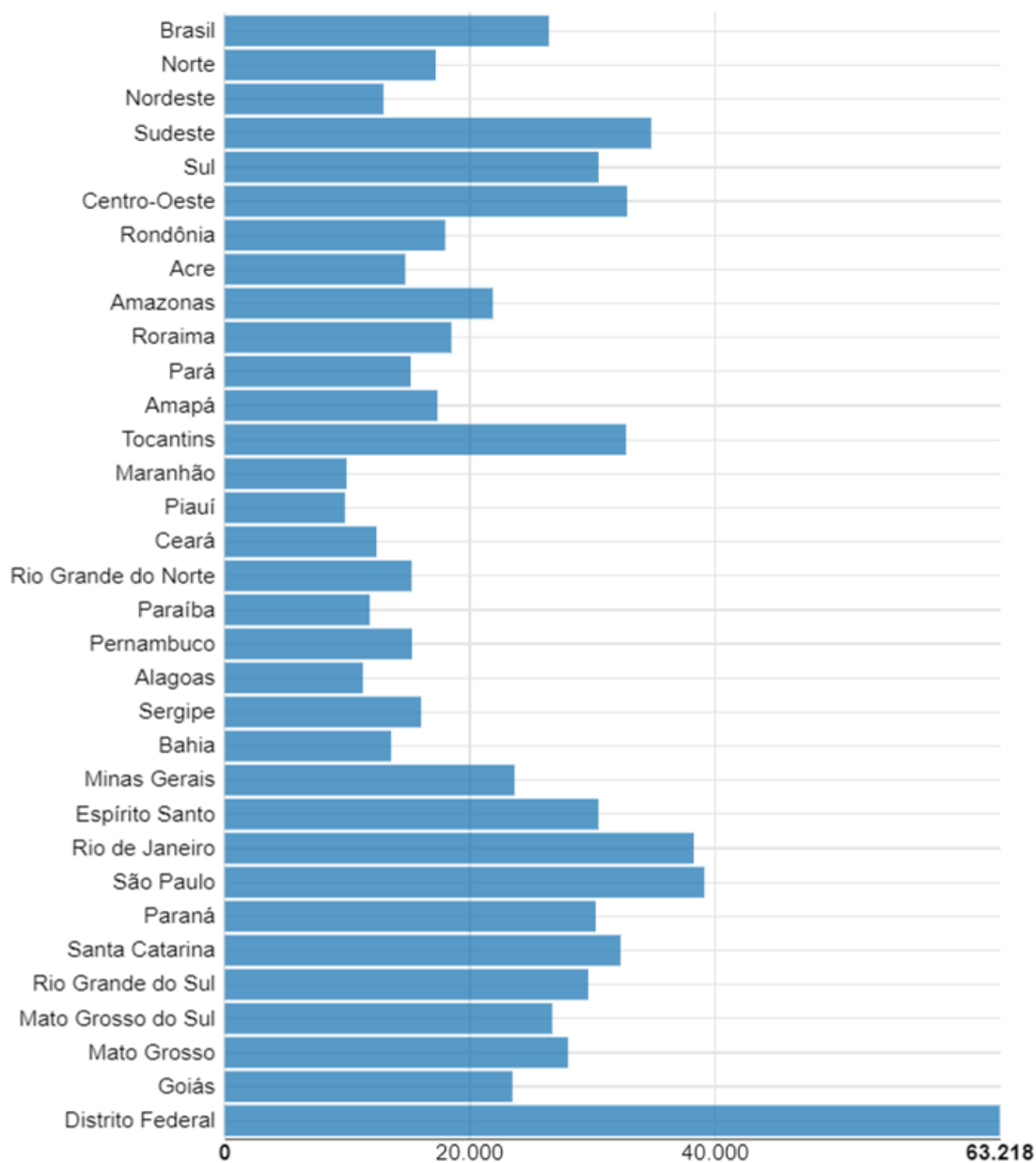
Figura 76 - Produto interno bruto per capita Brasil - ano de 2006 a 2013



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico acima nos demonstra um crescimento do Produto Interno Bruto per capita anual do brasileiro na série analisada. No entanto, como esta pesquisa tomou como base metodológica a série de dados estatísticos oficiais das publicações do IDS do IBGE e suas atualizações via sistema SIDRA, não há análise após a crise econômica que o Brasil vem enfrentando desde o ano 2014, onde empiricamente houve uma queda considerável neste PIB per capita.

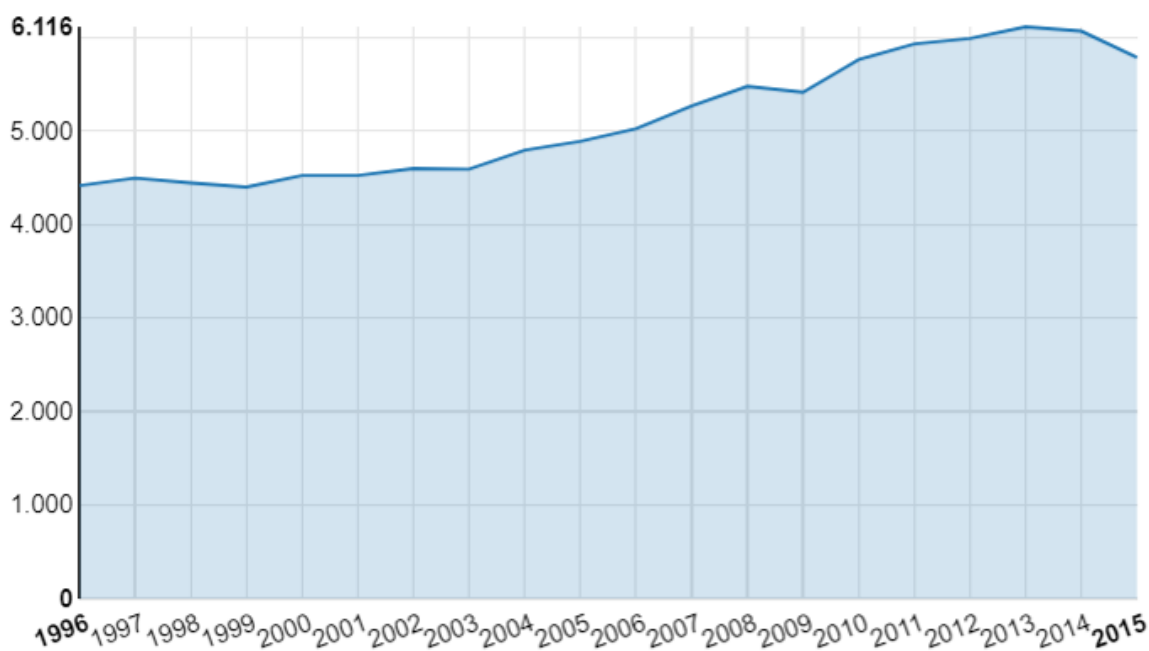
Figura 77 - Produto Interno Bruto per capita por Grandes Regiões e Unidades da Federação no ano de 2013



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico anterior apresenta a distribuição da Renda Per Capita por Regiões e Estados do Brasil. Neste sentido, observa-se que a Região Sudeste apresenta a maior renda, seguida pela região Centro Oeste e depois a Região Sul. No entanto, a Região Centro Oeste eleva a sua média de forma considerável e somente fica em segundo lugar visto a influência do Distrito Federal que possui um PIB per capita 50% superior que São Paulo (que é o segundo estado melhor colocado). A pior renda per capita está localizada na Região Nordeste. Na análise do Estado objeto de estudo, o Mato Grosso, observa-se que excluindo o Distrito Federal, fica com a maior renda na Região, onde Goiás apresenta o pior resultado. Neste contexto, o Mato Grosso é destacado como o único estado da Região Centro-Oeste (subtraindo-se aqui o Distrito Federal) que se iguala a patamares de altos valores, como é o caso do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Figura 78 - Produto Interno Bruto per capita Brasil (a preços) período de 1996 a 2015



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Quando analisada a série de Renda Per Capita a preços, pode-se claramente identificar o efeito da crise econômica brasileira de 2014, visto que o Sistema Sidra do IBGE já divulgou informações do ano de 2015, o primeiro pós-crise econômica do ano 2014. Tal renda, registrava em 2012 o valor médio de R\$ 5.991,00, subindo em 2013 para R\$ 6.116,00. No ano de 2014, já se apresentou a primeira queda, apurando-se o valor de R\$ 6.070,00. No entanto para 2015, a queda foi considerável e registrou o valor semelhante ao ano de 2010 (um

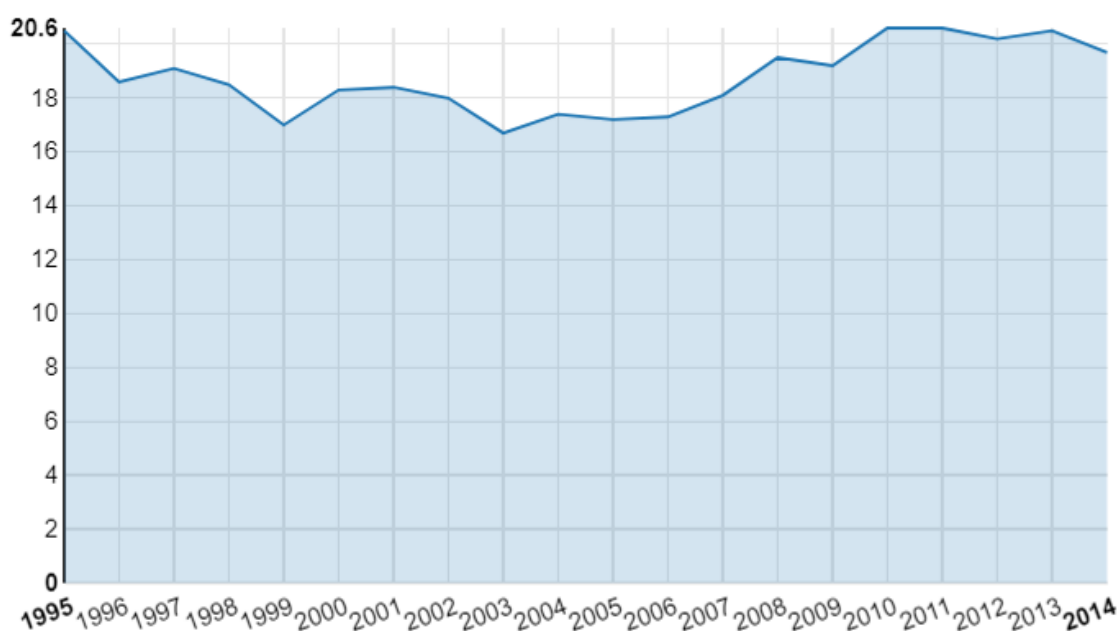
retrocesso de 5 anos) apurando o valor de R\$ 5.778,00. O gráfico ilustra ainda, que na série analisada a única queda (fora a crise de 2014) foi registrada no ano de 2009 (comparado ao ano base de 2008), onde o Brasil foi afetado pela crise econômica mundial de 2008.

6.2 TAXA DE INVESTIMENTO

É um indicador de alta importância, visto saber a capacidade de incrementos que determinada economia tem na capacidade produtiva como participação no Produto Interno Bruto. Neste sentido, este indicador tem relevância para o desenvolvimento sustentável, pois

A taxa de investimento mede o estímulo ao desenvolvimento econômico, ao refletir o aporte de bens de capital destinado a ampliar a capacidade de produção do País. O aumento do investimento é um fator para os países em desenvolvimento ampliarem seu espaço na economia mundial. A participação de investimentos no PIB revela um importante componente da aceleração do ritmo de crescimento e do desenvolvimento econômico. (IBGE, 2015, p. 205).

Figura 79 - Taxa de investimentos Brasil - 1995 – 2014



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico anterior mostra um indicador de alta vulnerabilidade, pois não demonstra estabilidade e o pior, não há perspectivas de elevação de valores, visto o momento atual e pós crise de 2014. O último período, mostra que a crise econômica mundial de 2008 e a crise interna de 2014 afetou os investimentos de forma significativa, derrubando-o a patamares

abaixo de 1995 (2 décadas de retrocesso). Em 1995 a taxa de investimentos Brasil chegou a 20,5% quando em 2014 estava com 19,7%. Desta forma, empiricamente é possível constatar que este fator vem prejudicando com alta intensidade o Estado de Mato Grosso (assim como todo Brasil), pois a atividade agrícola requer de altos investimentos, seja nas necessidades pelo setor logístico, portuário, mecanização, automação ou recuperação de solos.

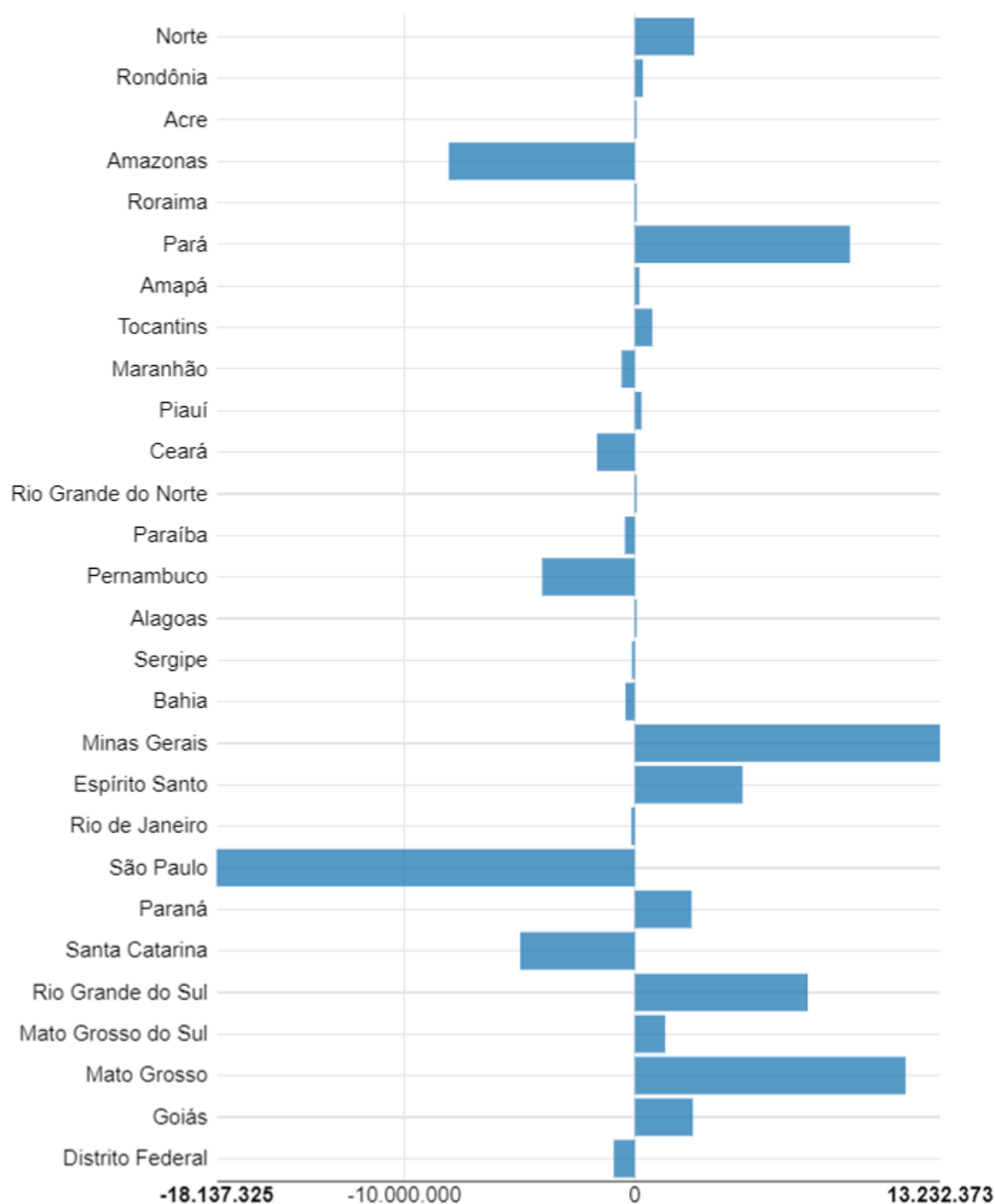
6.3 BALANÇA COMERCIAL

Tem como principal objetivo saber qual o confronto (se positivo ou negativo) entre a troca de produtos, ou seja, entre as importações e exportações de um determinado país na relação do mercado internacional.

Assim, para este trabalho, é um indicador de importância fundamental na sustentabilidade de desenvolvimento, visto que:

A balança comercial ser um importante indicador para a análise das relações entre a economia de um país e o resto do mundo. Os componentes do indicador refletem as mudanças nos termos de troca e competitividade internacional, sendo também capazes de mostrar dependência econômica e vulnerabilidade frente ao mercado financeiro internacional. A Agenda 21 reconhece expressamente que, em geral, o comércio internacional promove uma locação mais eficiente dos recursos nacional e mundial, e estimula a transferência de inovações tecnológicas, apresentando efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, maior liberação comercial pode resultar em uso mais intensivo e não sustentável de recursos quando os preços de mercado não internalizam integralmente os custos ambientais. (IBGE, 2015, p. 206).

Figura 80 - Valor do saldo comercial, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (2015)

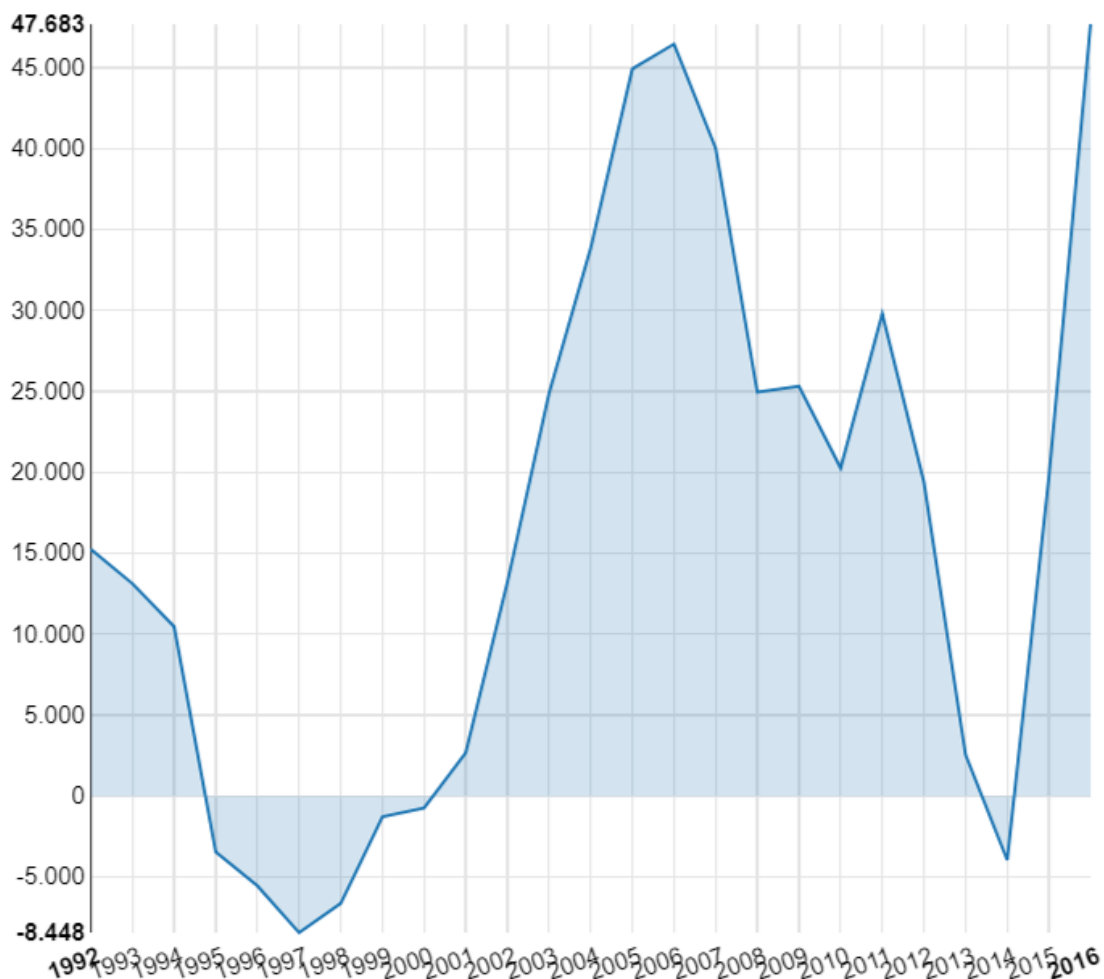


Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico anterior mostra que até o ano de 2015, os estados que impactavam positivamente com destaque na Balança Comercial eram: Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pará. Já os destaques com saldos negativos estavam concentrados em São Paulo e Amazonas. Assim, é notório o destaque do agronegócio presente nesta colaboração

tão positiva na contribuição do saldo na Balança Comercial do Estado de Mato Grosso, e que, em nível nacional perde apenas para Minas Gerais.

Figura 81 - Saldo da Balança Comercial do Brasil - ano de 1992 à 2016

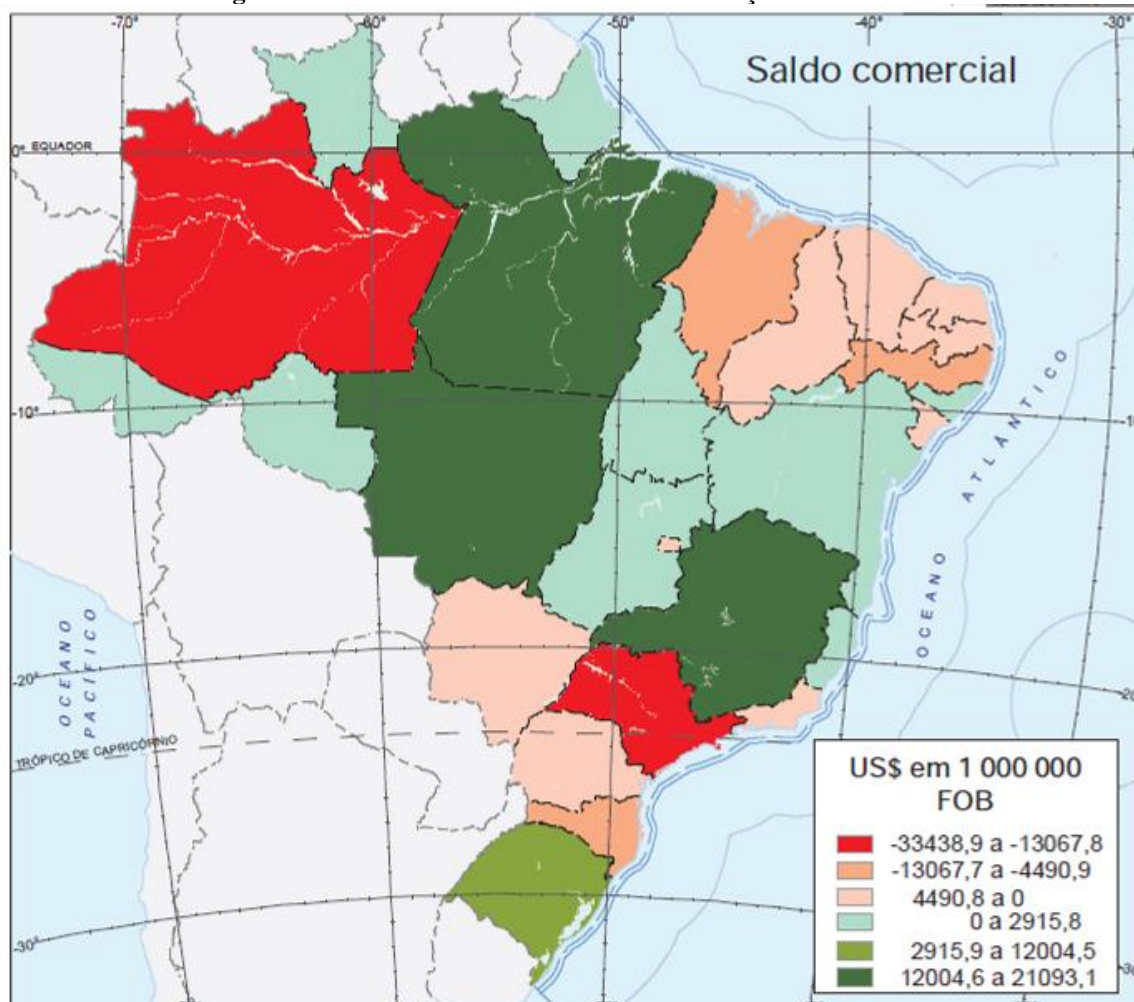


Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico acima tem a intenção de mostrar o comportamento da Balança Comercial ao longo da série analisada, ou seja, de 1992 até 2016, onde observa-se que o ápice de crescimento nas exportações do país ocorreram entre 2003 a 2008. De lá para cá, o enfraquecimento da economia nacional tem contribuído para que este saldo esteja em sucessivas quedas, fechando inclusive o ano de 2014 com saldo negativo. Após este período, a balança comercial voltou a ter recuperação, fechando o ano de 2016 com um resultado muito positivo para a análise da série. No entanto, há de se levar em conta que grande parte deste volume para tal resultado vem do setor primário: a agricultura. Setor este, que gera

pouco valor agregado para a economia. Todavia, mostra a expansão do Agronegócio no estado de Mato Grosso.

Figura 82 - Valor do Saldo Comercial da Balança Comercial em 2013



Fonte: IBGE (2015, p. 209).

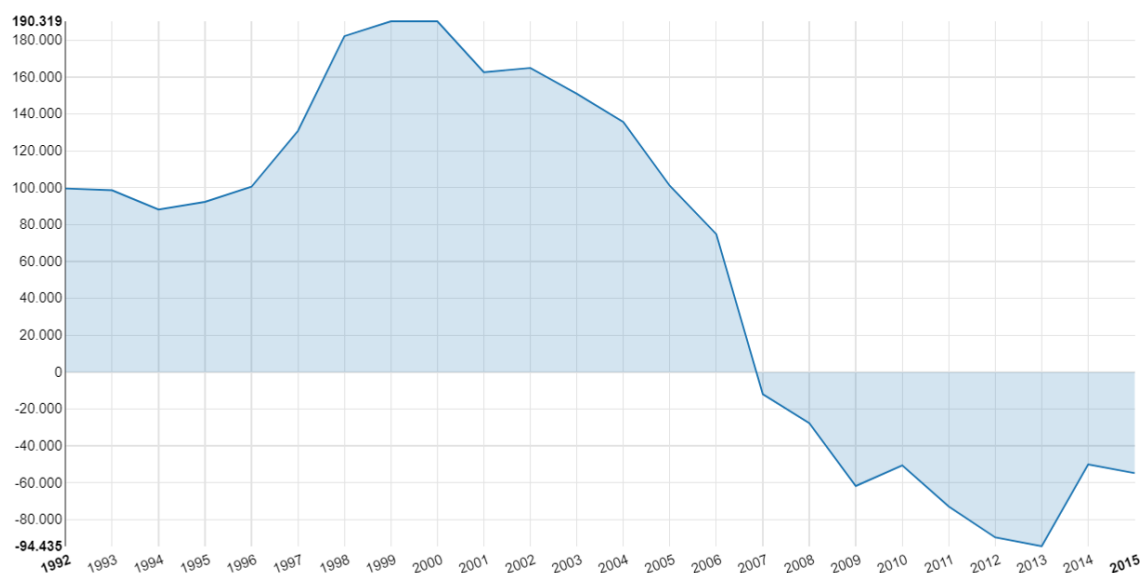
O mapa anterior, ilustra os Estados da Federação na composição do Saldo Comercial. Percebe-se então que este saldo, está sendo sustentado por Estados que possuem historicamente a sua vocação econômica na atividade agrícola. Este fator pode impiricamente demonstrar um pouco do porque estamos com uma série de problemas no país em níveis de desenvolvimento, como por exemplo, as altas taxas elevadas de desemprego. Nossa balança comercial, assim como nosso PIB, são sustentados pelo setor primário sem que valores sejam agregados a esta importante atividade.

6.4 GRAU DE ENDIVIDAMENTO

Busca demonstrar como o País está em relação ao montante de sua dívida. Logo, este indicador colabora para que haja sustentabilidade de desenvolvimento, pois:

Em determinadas condições, o recurso externo pode servir para estimular o investimento e o crescimento, incrementar o consumo e aumentar as reservas. Na Agenda 21, fez-se um apelo para que se monitore a provisão de recursos financeiros, em particular nos países em desenvolvimento, para que a comunidade internacional possa adotar novas medidas com base em dados precisos e confiáveis, uma vez que, em qualquer situação, a condição de endividamento de um país é desfavorável no contexto do desenvolvimento econômico. (IBGE, 2015, p. 210).

Figura 83 - Dívida externa líquida do Brasil em milhões de dólares - 1992 a 2015

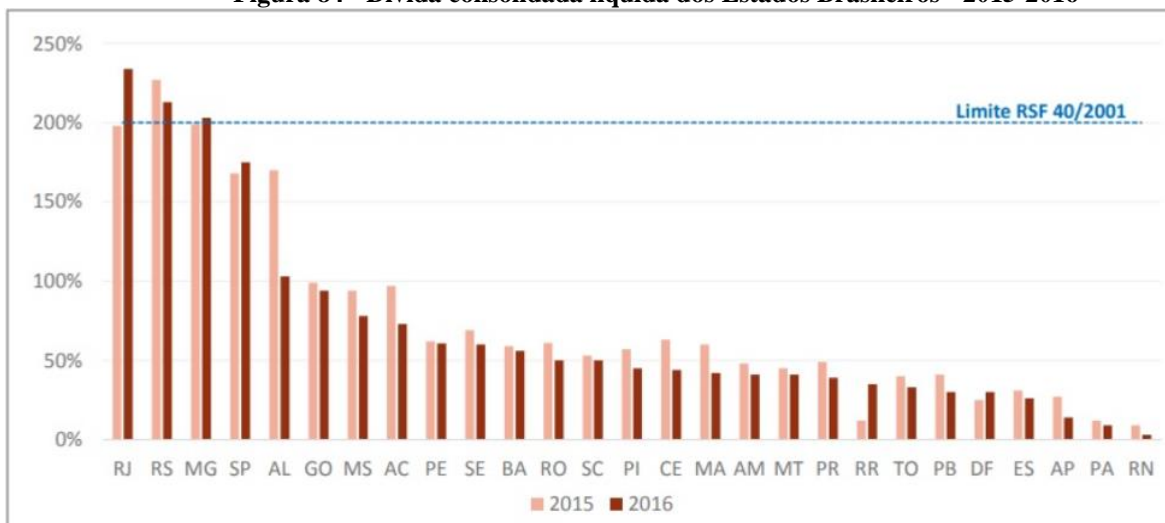


Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

Assim, o gráfico anterior demonstra que o Brasil está conseguindo manter a tão impactante dívida que o país possuía, e que teve ápices de impactos sobre a economia principalmente entre os anos de 1997 a 2001. A partir do ano 2003, teve início a série que começou a reduzir tal impacto.

Insta salientar ainda, uma análise individualizada de endividamento nas Unidades da Federação, pois são os Estados muitas vezes responsáveis pela políticas públicas primárias de sustentabilidade ao processo de crescimento econômico.

Figura 84 - Dívida consolidada líquida dos Estados Brasileiros - 2015-2016

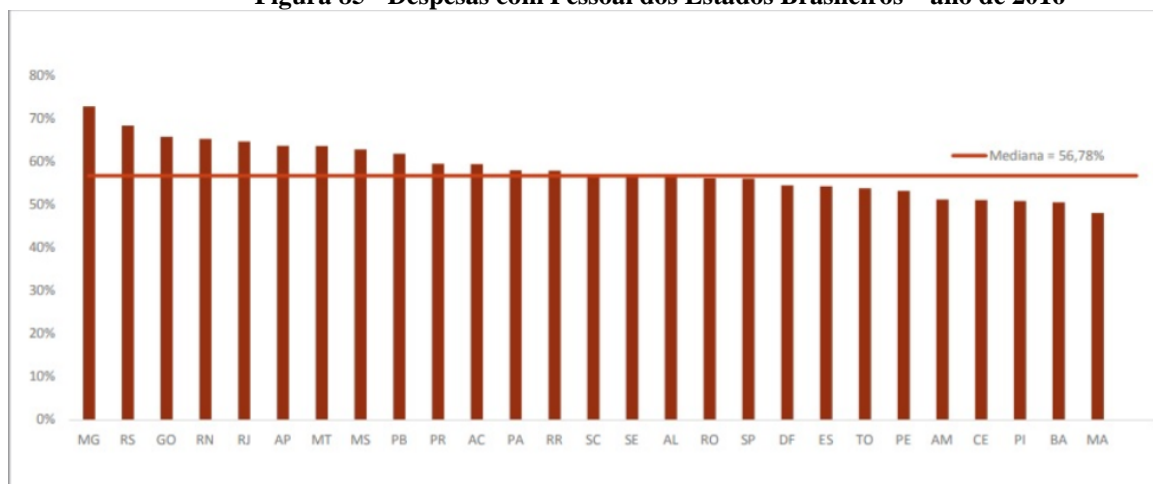


Fonte: Banco Central.

Constata-se analisando o gráfico anterior, que os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais estão em uma situação de endividamento de extrema complexidade, visto que ambos já ultrapassaram o Limite RSF 40/2001. Na prática, este limite, mais conhecido como “Regra de Ouro”, trata de impor um grau máximo de comprometimento e de endividamento público. Destaca-se ainda, que dos 3 estados citados nesta situação, o Rio Grande do Sul é o único que conseguiu uma melhora de desempenho do ano base de 2015 para 2016. Já Rio de Janeiro e Minas Gerais tiveram um agravamento considerável, inclusive atingindo o referido limite.

Em referência ao Estado objeto de estudo desta pesquisa, observa-se que o Mato Grosso está em uma situação até certo ponto confortável, visto estar na 18ª colocação no ranking de endividamento dos estados brasileiros.

Figura 85 - Despesas com Pessoal dos Estados Brasileiros – ano de 2016



Fonte: Banco Central.

O gráfico anterior é de extrema importância, visto identificar uma ameaça futura à governabilidade do Estado de Mato Grosso. Observa-se que dos 3 estados mais endividados, 2 continuam aparecendo com um alto grau de comprometimento de despesas com pessoal, sendo eles Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Rio de Janeiro aparece em 5º lugar, ficando atrás de Goiás e Rio Grande do Norte. Logo, o consumo de receitas do Estado em alto grau com despesas de pessoal, pode acabar comprometendo a saúde financeira do estado em curto ou médio prazo, afetando áreas como investimentos em saúde, educação, segurança e infraestrutura. Neste sentido, o Mato Grosso que ocupa a 18ª colocação no ranking de endividamento, na questão de gastos com despesa de pessoal está na 7ª colocação. Em síntese, o Estado gasta mais de 60% de sua arrecadação com pessoal, quando a mediana nacional é de 56,78%. Observa-se que dos 6 estados que consomem mais recursos com despesas de pessoal, 3 deles se encontram atualmente como estados mais endividados do Brasil. Verifica-se ainda que São Paulo participa em mais de um terço do PIB nacional e consome menos de 50% de recursos com despesas de pessoal. Desta forma, este indicador é uma ameaça à governabilidade de Mato Grosso e precisa rapidamente de intervenção da gestão pública.

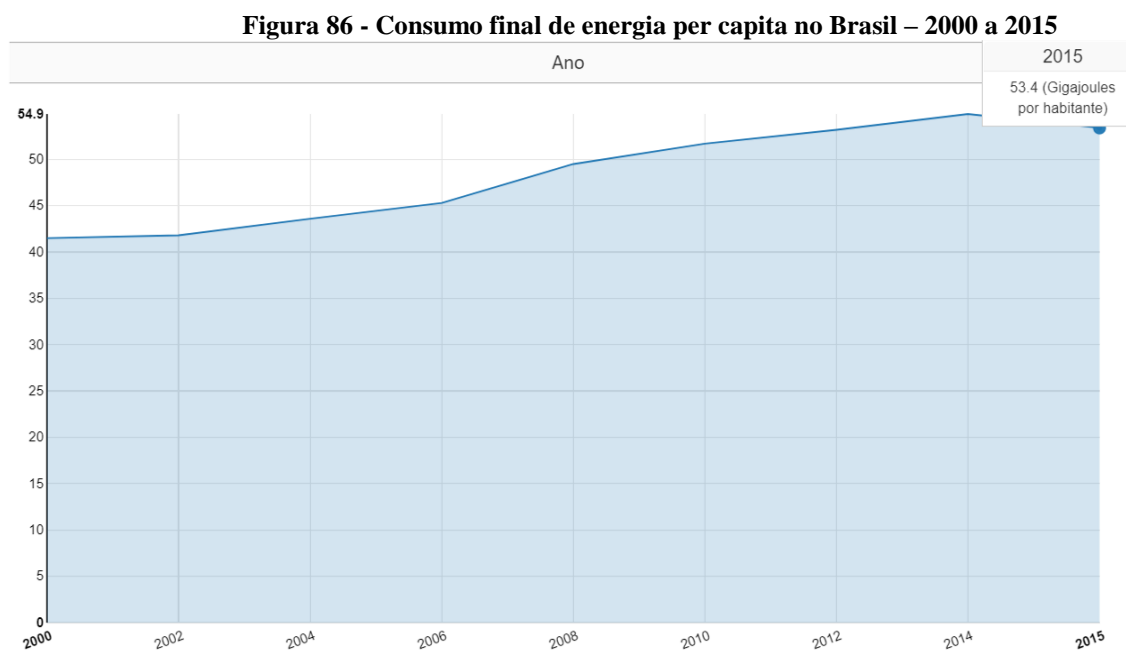
6.5 CONSUMO DE ENERGIA PER CAPITA

Tem o objetivo de demonstrar quanto cada brasileiro consome de energia. Com isso, pode-se apurar em um determinado território a quantidade de energia consumida.

Se levar-se em consideração que o Estado de Mato Grosso é um estado jovem e em crescimento de suas atividades, a garantia de que haja energia elétrica é importantíssima, a fim de que haja condições e garantias primárias de produção.

Portanto, para a sustentabilidade de desenvolvimento, este indicador é relevante, visto que:

O consumo de energia per capita costuma ser associado ao grau de desenvolvimento de um país. Entretanto a produção, o consumo e os subprodutos resultantes da oferta de energia exercem pressões sobre o meio ambiente e os recursos naturais. Por outro lado, limitar o uso de energia nos países em desenvolvimento representa um grande risco. Nesses países, o consumo per capita situa-se na faixa da sexta parte daquele verificado nos mais industrializados. Para um desenvolvimento sustentável, deve-se atender às demandas energéticas com o aumento da eficiência energética e do ambiental. O consumo final de energia engloba a quantidade de energia, primária e secundária, diretamente utilizada em processos produtivos (indústria, comércio, agropecuária, transportes, etc.) e na manutenção do bem-estar da população (iluminação pública, uso residencial, etc.). (IBGE, 2015, p. 212).



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2018).

O gráfico anterior relata que o brasileiro vem aumentando de forma considerável o consumo de energia elétrica. Do ano 2000 para 2015, o aumento foi em torno de 27%. A informação não é contabilizada por estados da federação pelo IBGE. No entanto, é necessário observar que o fator energia elétrica é de fundamental importância para a produção do país. Empiricamente, o Mato Grosso possui deficiência neste atendimento de demanda, visto que em muitas situações as concessionárias de energia não conseguem atender a demanda de

aumento propostas por empresas ou organizações produtivas, tornando-se desta forma, uma constante ameaça para o desenvolvimento.

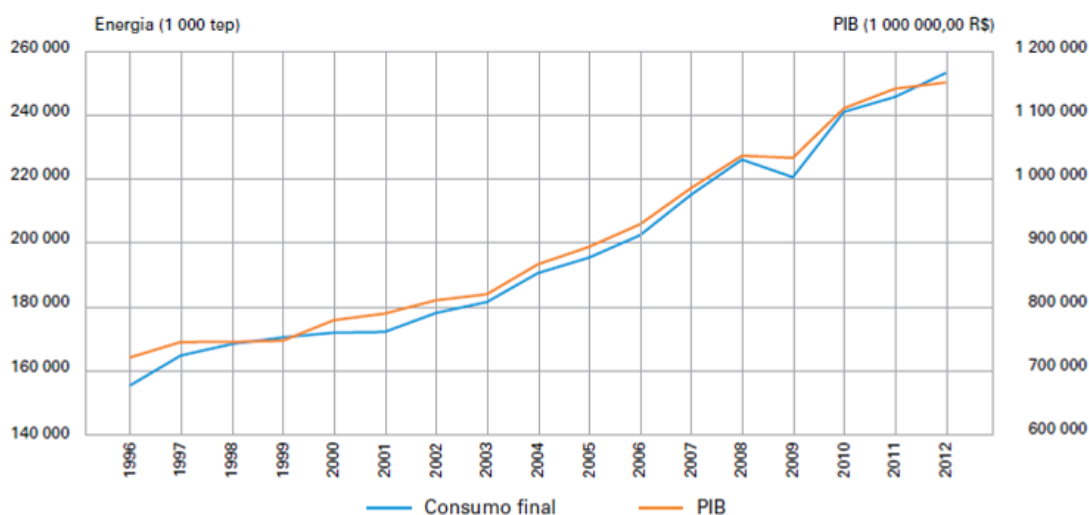
6.6 INTENSIDADE ENERGÉTICA

Este indicador busca apontar as deficiências que determinado território possui em eficiência no consumo de energia.

Assim, este indicador é muito relevante ao desenvolvimento sustentável, pois:

Até a década de 1980, o crescimento econômico estava atrelado à expansão da oferta de energia. Entretanto com o aumento nos preços da energia e dos problemas ambientais gerados pela queima de combustíveis fósseis, a sustentabilidade energética passa a ser um fator de preocupação constante. Quanto maior a eficiência energética de um país, maiores são os benefícios, tais como a redução do peso da conta de energia nos custos totais de produção, menores impactos e custos ambientais decorrentes do processo produtivo, diminuição ou, em alguns casos, adiamento dos investimentos para a expansão da oferta de energia. Buscar a eficiência energética faz parte do planejamento para melhor aproveitar os recursos energéticos e reduzir os impactos ambientais gerados pelas atividades econômicas. No caso da construção do indicador intensidade energética, quanto menor o valor, maior a eficiência do uso da energia. O aumento da eficiência energética reduz, também, a emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera, ao reduzir o consumo de combustíveis fósseis. (IBGE, 2015, p. 214).

Figura 87 - Consumo final de energia e PIB no Brasil de 1996 a 2012



Fonte: IBGE (2015, p. 215).

Segundo o IBGE, o país tem apresentado uma constante entre o período de 1996 a 2012 na intensidade energética. No entanto, como verifica-se no gráfico acima, o consumo final da energia comparado a geração do PIB, demonstra que o primeiro vem crescendo muito

e em 2012 ocorre a inversão destes fatores, ou seja, houve mais consumo do que geração do PIB.

Especificamente no Estado de Mato Grosso, segundo informações da BEEMT (Balanço Energético do Estado de Mato Grosso e Mesorregiões) publicado em 2015, a produção anual de energia primária renovável cresceu 4,9% enquanto a produção da energia secundária cresceu em 7,9% ao ano.

Para a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico do Mato Grosso, que desenvolveram conjuntamente um trabalho de pesquisa neste setor, esta série histórica de crescimento se dá pelo incremento do biodiesel, principalmente de 2010 a 2014. Segundo este estudo, as regiões são distintas em sua produção e caracterização social, no entanto, encontram-se distribuídas grandes usinas de açúcar e álcool, bem como nas que respondem por maior produção de grãos no estado (e que são por consequência maior consumidoras de óleo diesel) aparecem as maiores produções de energia elétrica com origem hidráulica e com um maior estoque de energia no estado. São fatores importantes que tornam o estado com suficiência de energia, que muitas vezes não se reproduzem na eficiência das concessionárias distribuidoras do produto e na conseguinte geração de venda da mesma por uma deficiência enorme nas questões de infraestrutura e falta de investimentos no país (como já demonstrado anteriormente). Tal fator traz ameaças em algumas regiões do estado, que muitas vezes não conseguem acolher investimentos significativos (sejam eles de pequeno, médio ou grande porte) por uma “falsa insuficiência de energia”.

6.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os IDS na Dimensão Econômica de Mato Grosso, revelam que ao estudar o PIB per capita, constatou-se que o resultado apresentado pelo Estado de Mato Grosso é satisfatório, visto que se equiparou a resultados obtidos por estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Na região Centro Oeste perde apenas para o Distrito Federal, que obtém o maior PIB per capita do Brasil, 50% maior em média que o Estado de São Paulo.

Quanto a Taxa de Investimento em nível Brasil, observa-se que o estudo fica prejudicado, pois o indicador é trabalhado pelo IBGE somente em nível nacional. No entanto, entende-se que o desempenho seja insatisfatório, pelo impacto de apenas 1,6% que o Estado

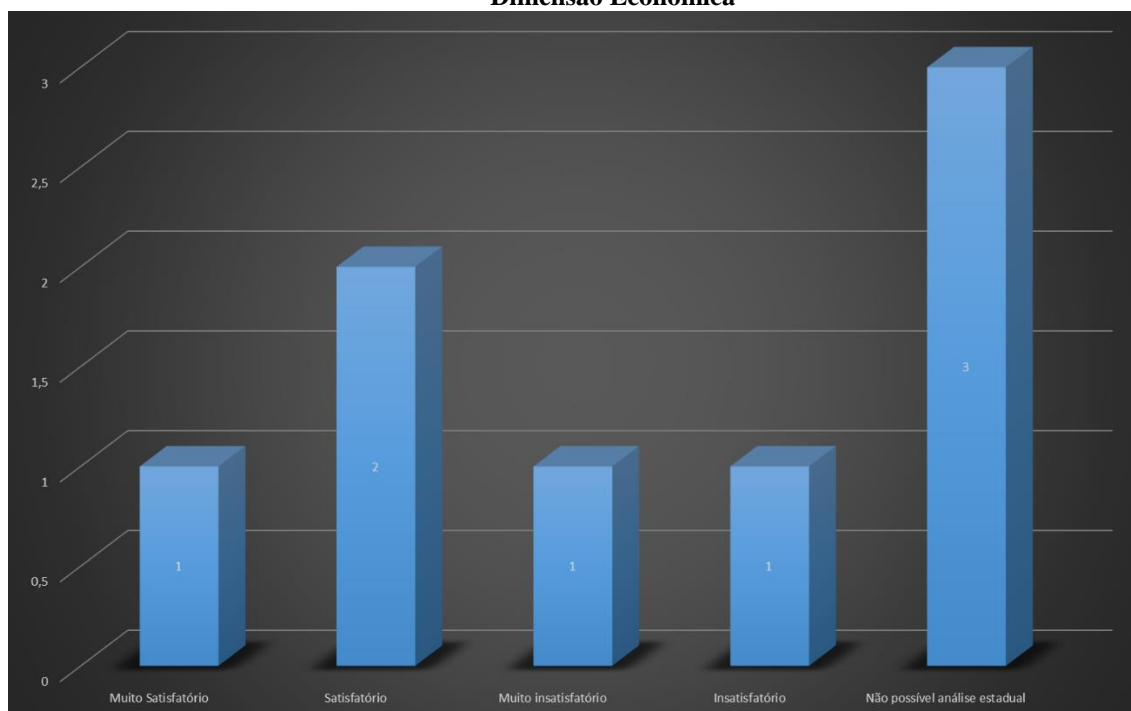
de Mato Grosso tem no PIB nacional, além de necessidade urgente que o Estado carece em infraestrutura, demandas de investimentos em logística, portos, mecanização, automação e recuperação de solos.

No que diz respeito à Balança Comercial, o indicador tem desempenho muito satisfatório, pois é alcançado pelo Estado o segundo melhor desempenho no saldo positivo gerado. O estado perde apenas para Minas Gerais, mas ganha do Rio Grande do Sul que é terceiro colocado.

Quanto ao Grau de Endividamento, o IBGE aponta somente dados nacionais, onde percebe-se uma melhora considerável na redução da dívida nacional. Já ao analisar o Endividamento dos Estados Brasileiros, o resultado do estado é satisfatório, visto alcançar o 18º colocado quanto aos estados que mais devem à Federação. No entanto, a análise de Comprometimento da Folha de Pagamento, mostrou o Estado de Mato Grosso em situação vulnerável. Por isso, considera-se o resultado obtido muito insatisfatório, visto Mato Grosso aparecer em 7º colocado no ranking dos Estados com a maior Folha de Pagamento, comprometendo mais de 60% de sua folha, quando a mediana nacional está em 56,78%.

Já os indicadores de Consumo de Energia Per Capita, bem como de Intensidade Energética não foram possíveis caracterizá-los com resultados positivos ou negativos, pois as informações geradas pelo IBGE são em nível nacional. No entanto, observou-se um aumento brasileiro no consumo de energia per capita, que empiricamente foi gerado pelo aumento da renda através da elevação do PIB. Já quanto a intensidade energética, observou-se que no ano de 2012, o consumo de energia ultrapassa a proporcionalidade do PIB. Entende-se que isto sempre deveria andar em paralelo, visto ser o PIB o responsável pela geração de riquezas produzidos por uma país.

Gráfico 4 - Desempenho do Estado de Mato Grosso em IDS de Desenvolvimento na Dimensão Econômica



Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se no gráfico anterior, que houve a seleção de 8 indicadores estudados na Dimensão Econômica. Destes, 3 indicadores (37,5%) ficaram sem análise específica por terem sido alcançados os resultados somente em nível nacional. No entanto, justifica-se a permanência destes indicadores no objeto de estudo, visto serem indicadores primordiais ao desenvolvimento com sustentabilidade, como por exemplo, o consumo de energia per capita, a intensidade energética e o Grau de Endividamento Nacional. Ambos, de uma ou de outra forma, acabam afetando a vida cotidiana e influenciando nas perspectivas de desenvolvimento com sustentabilidade pelos Estados.

O gráfico relata também que os resultados obtidos pelo Estado de Mato Grosso na Balança Comercial foram muito satisfatórios (12,5% dos indicadores estudados nesta Dimensão Econômica).

Com indicadores de resultados classificados como satisfatórios, teve-se 2 indicadores (25%). Os indicadores são a apuração do PIB per capita em uma comparabilidade com os Estados da Federação e o Grau de Endividamento dos Estados, onde o Mato Grosso aparece em 18º lugar no ranking nacional.

Um indicador (12,5%) foi avaliado como muito insatisfatório em seu resultado: o comprometimento da folha de pagamento do Estado. Verificou-se que a situação já é

desconfortável, visto que está em 7º colocado no ranking nacional e comprometendo mais de 60% de sua Folha de Pagamento (56,78% é a média nacional de comprometimento).

Avaliou-se como insatisfatório 1 indicador (12,5%), sendo ele a taxa de investimentos. Mesmo sendo um indicador apurado em nível nacional, percebe-se empiricamente a falta total de investimentos em infraestrutura e pesquisas no Estado de Mato Grosso.

7 MATO GROSSO, UM ESTADO EM CRESCIMENTO ECONÔMICO

Situar geograficamente, historicamente e economicamente; o antes e a contemporaneidade do Estado de Mato Grosso, é de fundamental importância para o entendimento da sua história, cultura e economia. Este capítulo relata, além de tudo isso, a comparabilidade no período de sucesso no Agronegócio com o crescimento econômico que o Estado vem obtendo, principalmente após o ano 2000, com impactos ainda mais visíveis a partir do ano 2005.

7.1 O ESTADO DE MATO GROSSO E SEU POTENCIAL PRODUTIVO

O Estado de Mato Grosso, é o terceiro maior estado do país em território. Perde em tamanho geográfico apenas para os estados do Amazonas e do Pará. Desta forma, em mais de 900.000 quilômetros quadrados, o Estado possui apenas 519,7 quilômetros quadrados de área urbana, ficando assim em 11º lugar como a maior mancha urbana no ranking comparado aos demais estados do território.

Situado na Região Centro Oeste, ao lado de Mato Grosso do Sul e de Goiás, a região possui ainda o Distrito Federal, cuja capital é Brasília. Esta cidade possui sua renda per capita baseada principalmente da concentração do estado político do país e de seus serviços por ele demandados. Não há uma concentração produtiva, como destaques em indústria e agricultura. Diante disto e da concentração de forte investimento do setor político, acaba ganhando destaque positivo em quase todos os seus IDS, fazendo inclusive desvirtuar os números, quando os IDS são analisados pelas regiões, ou seja, se o Distrito Federal é retirado do cálculo da Região Centro Oeste, os IDS caem de forma considerável.

Mato Grosso possui como capital, a cidade de Cuiabá, a qual tem o maior PIB do Estado. Em Cuiabá está localizado o ponto mais central do continente, ou seja, o centro Geodésico. Na prática pode-se afirmar que Cuiabá está localizada bem no meio do caminho para o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico. Segundo o IBGE, a estimativa populacional no ano de 2017 é de 590.000 habitantes, ocupando a 20ª colocação (em 27 estados) no ranking populacional das capitais de estados brasileiros, o que comprova a grande mancha urbana que o Estado possui, com pouca densidade demográfica.

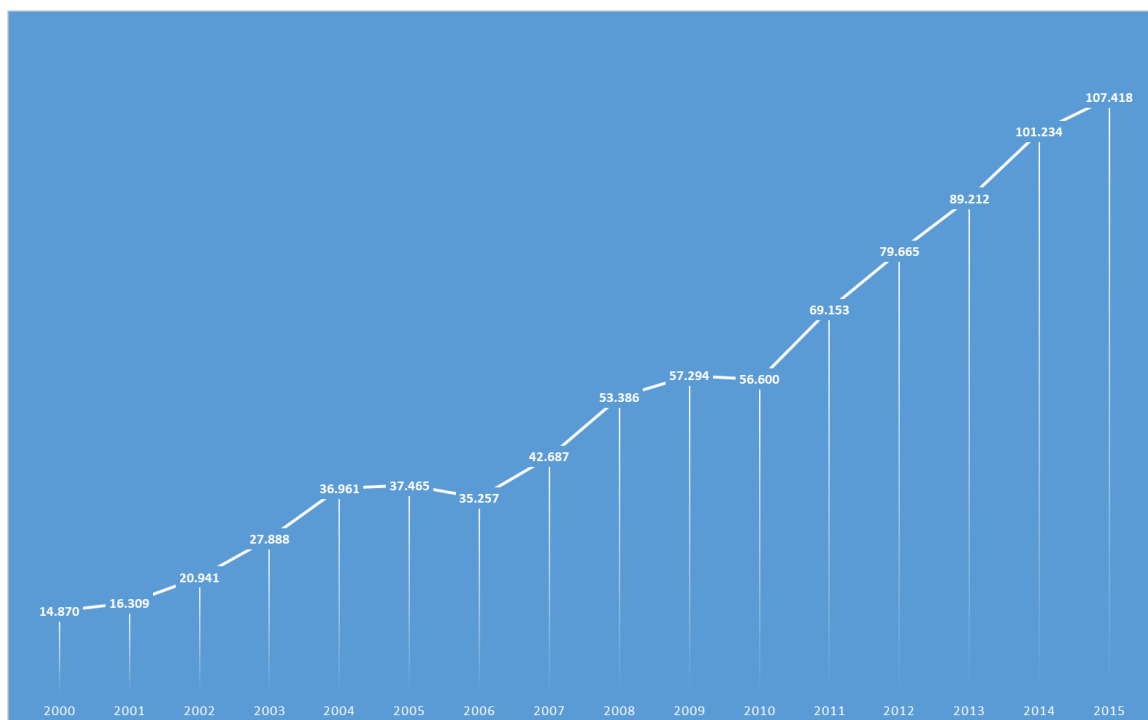
Mato Grosso, segundo o IBGE, possuía no censo do ano 2010 (o último realizado) uma população de 3.035.122 habitantes. Em 2017, o estado conta com uma população

estimada em torno de 3.300.000 habitantes. De qualquer forma, o Estado participa com apenas 1,6% da população brasileira, estando em 19º lugar no ranking populacional de Estados brasileiros. O estado possui uma diversidade cultural muito grande: índios, negros, portugueses e espanhóis. No entanto, a partir do processo agricultável do estado, o mesmo recebeu uma invasão de migrantes, sendo no início a grande maioria da região sul do país. Segundo estimativas do Governo do Estado de Mato Grosso, em torno de 40% da população nasceram em outras regiões do país, ou mesmo, tenham vindo do exterior. Do total da população, mais de 80% está concentrada em zona urbana. A taxa de crescimento demográfico do estado é em média de 1,9% ao ano.

Além de uma rica bacia hidrográfica, o estado conta com um dos biomas mais importantes: o cerrado. Também o Pantanal (que é considerado a maior área alagável do planeta) está em terras mato-grossenses. O Pantanal é tombado pela Unesco como Patrimônio Natural Mundial. No entanto, outra riqueza do mundo também abrange uma boa parte do estado: a Amazônia. Neste sentido, todo o norte do estado pertence a Amazônia Legal.¹¹

Em questões econômicas, segundo o Governo do Estado de Mato Grosso, o estado é destaque nacional por seu crescimento em *nível chinês*.

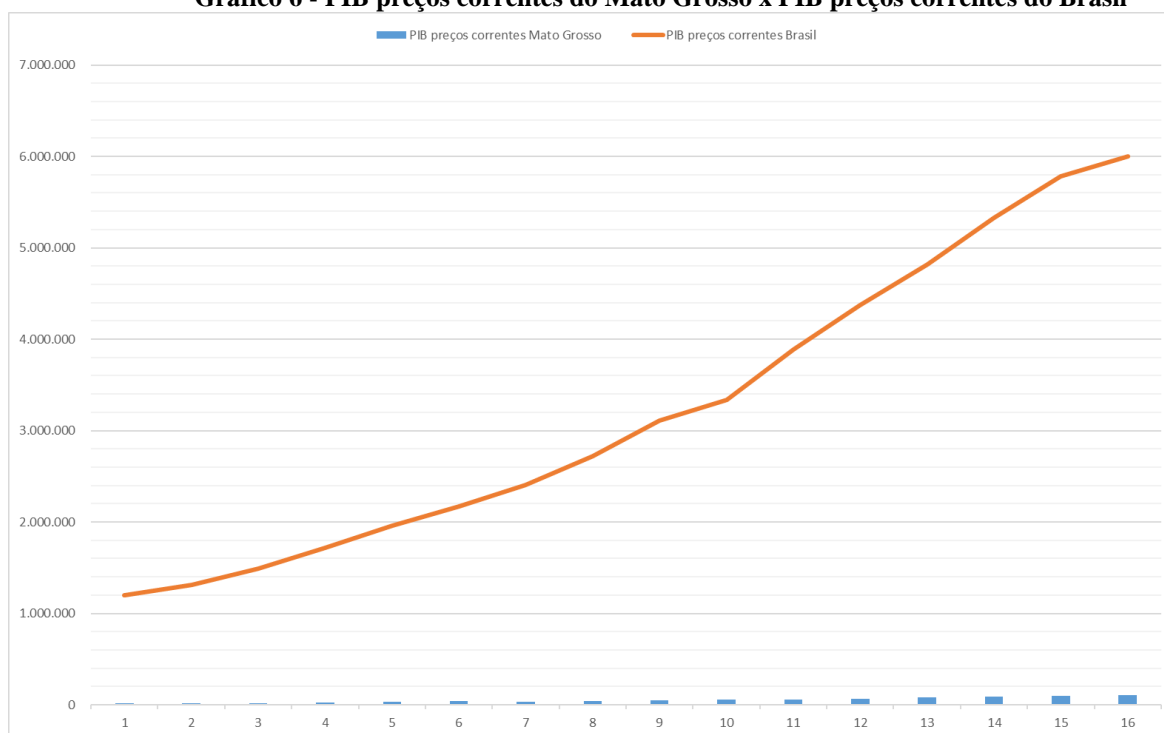
¹¹ Amazônia Legal: Criada pela Lei n. 1806 de 06/01/1953 pelo Governo Getúlio Vargas tem como objetivo decretar uma determinada área da Floresta a qual estados brasileiros pertencem e aplicar políticas de defesa em critérios de desenvolvimento político, econômico e social.

Gráfico 5 - Crescimento do PIB do Estado de Mato Grosso de 2000 a 2015

Fonte: Dados da Pesquisa.

Aqui, a pesquisa constata que é inegável o processo de crescimento que o Estado do Mato Grosso vem apresentando. Nos últimos 15 anos, o estado obteve um crescimento de 622% em seu PIB nominal (PIB em preços correntes). Neste mesmo período, ou seja, do ano 2000 para 2015, o Estado fez com que o seu PIB aumentasse em mais de 40% a participação no PIB nacional, passando de 1,24% para 1,79%, conforme o gráfico a seguir ilustra.

Gráfico 6 - PIB preços correntes do Mato Grosso x PIB preços correntes do Brasil



Fonte: Dados da Pesquisa.

Mesmo assim, ele é insignificante. Segundo o IBGE, somente o estado de São Paulo, contribui com mais de 30% do PIB nacional. Somando-se o PIB dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, tem-se outros 30%. Logo, 4 estados da Federação detêm em torno de dois terços do PIB. No entanto, o aumento da participação do Estado na formação do PIB em mais de 40% em 15 anos é significativo.

Com o PIB do ano de 2015, o Estado ocupava a 14ª colocação no ranking dos estados na contribuição para o PIB nacional. É justamente este período após o ano 2000, que o Estado vem demonstrando um enorme crescimento nos indicadores da produção agrícola, tornando o estado o maior produtor de grãos do país. Foi durante este período que o Estado aumentou o seu nível de produção de grãos elevando-o para o primeiro lugar, desbancando estados tradicionais em agricultura, como por exemplo, o Rio Grande do Sul e o Paraná. Segundo o Ministério da Agricultura, a última safra (ano de 2017) teve uma produção agrícola de 232 milhões de toneladas. Neste montante, 4 estados, sendo eles o Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, são detentores de 2/3, ou seja, 67% da produção agrícola do país. Na totalidade da safra, o Mato Grosso é responsável por 25% da produção nacional. O Paraná obtém a segunda colocação com 17,8% da produção nacional. Rio Grande do Sul é o terceiro colocado com 15,2%, seguido em quarto lugar pelo Estado de Goiás, que possui menos de

10% da produção nacional. As culturas de soja e milho são as principais responsáveis pelo desempenho positivo. Na produção de algodão e na bovinocultura, o estado também está em primeiro lugar. Todavia, esta conquista provém do setor primário, gerando pouco emprego, impactando fortemente o meio ambiente, concentrando renda nas mãos de grandes latifundiários e não agregando valores. Insta salientar, que as gestões públicas estão perceptíveis a este grande problema, e pensam estratégias para esta mudança da matriz econômica, com incentivos e políticas públicas, por exemplo, ao processo de industrialização.

Está sendo planejando um conjunto de ações para atrair investidores para Mato Grosso. Cinco eixos prioritários para esta transformação foram definidos pela secretaria. A partir de agora serão realizados estudos para reformular as políticas tributária, de atração de investimentos, logística e mão de obra. Os cinco setores com grande potencial de crescimento na região e que terão atenção especial do estado são agroindústria, turismo, piscicultura, economia criativa e polo joalheiro. Para isso, o estado pretende reformular o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (Prodeic) e o sistema tributário estadual. (MATO GROSSO, [2017]).

No entanto, esta tarefa não será nada fácil, pois há outros pontos estratégicos, como investimentos, pesquisas, logísticas, recursos humanos qualificados e baixa densidade demográfica, que podem ser variáveis decisivas para que tal processo não obtenha êxito e onde o estado vem demonstrando consideráveis fragilidades.

7.2 CULTURAS IMPACTANTES NO PIB DE MATO GROSSO

Como já observado em parágrafos anteriores, é constatação estatística o crescimento econômico que o estado vem apresentando, principalmente após o ano 2000.

Segundo o IBGE, do total do PIB do Mato Grosso, o setor de serviços impacta em torno de 61%. Já a Agropecuária é responsável aproximadamente por 21%, enquanto a Indústria participa apenas com 17% e concentrando-se na capital Cuiabá. No entanto, mesmo o setor de serviços liderando a participação de impacto no PIB, é a atividade agrícola a principal fonte de riquezas do estado. Isto se dá, porque o setor de serviços, responde às atividades que estão diretamente ligadas com a agricultura, como por exemplo, serviços de transporte e logística, venda de sementes, insumos e agrotóxicos, manutenção e restauração de maquinários agrícolas, hotéis, restaurantes, assim como outras atividades.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, bem como o Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA), as culturas de soja, milho e algodão são as grandes responsáveis pelos sucessivos impactos positivos de crescimento econômico do estado. Assim, este pesquisador, demonstra nos gráficos a seguir o impacto desta evolução agrícola, que também impactou na economia estadual como um todo.

7.2.1 O impacto da produção de algodão, milho e soja no processo de crescimento econômico de Mato Grosso

A observação das culturas de algodão, milho e soja na economia mato-grossense, com a sua elevação na produtividade em safras sucessivas, justifica o impacto da elevação do PIB de Mato Grosso e conseqüentemente em seu crescimento econômico. Desta forma, a seguir ilustra-se através de gráficos a produtividade destas culturas que auxiliam em atender o terceiro objetivo específico desta pesquisa: analisar os indicadores obtidos através da pesquisa que se referem a Desenvolvimento Sustentável (com os IDS), comparando-os com os dados do mesmo período que indicam o crescimento na economia do Estado. Assim, a pesquisa passa a analisar estes dados que comprovam o crescimento na produção agrícola nestas culturas e que impactaram no crescimento do PIB do estado conforme demonstrado anteriormente neste capítulo.

O Estado do Mato Grosso é o campeão nacional na produção agrícola do algodão.

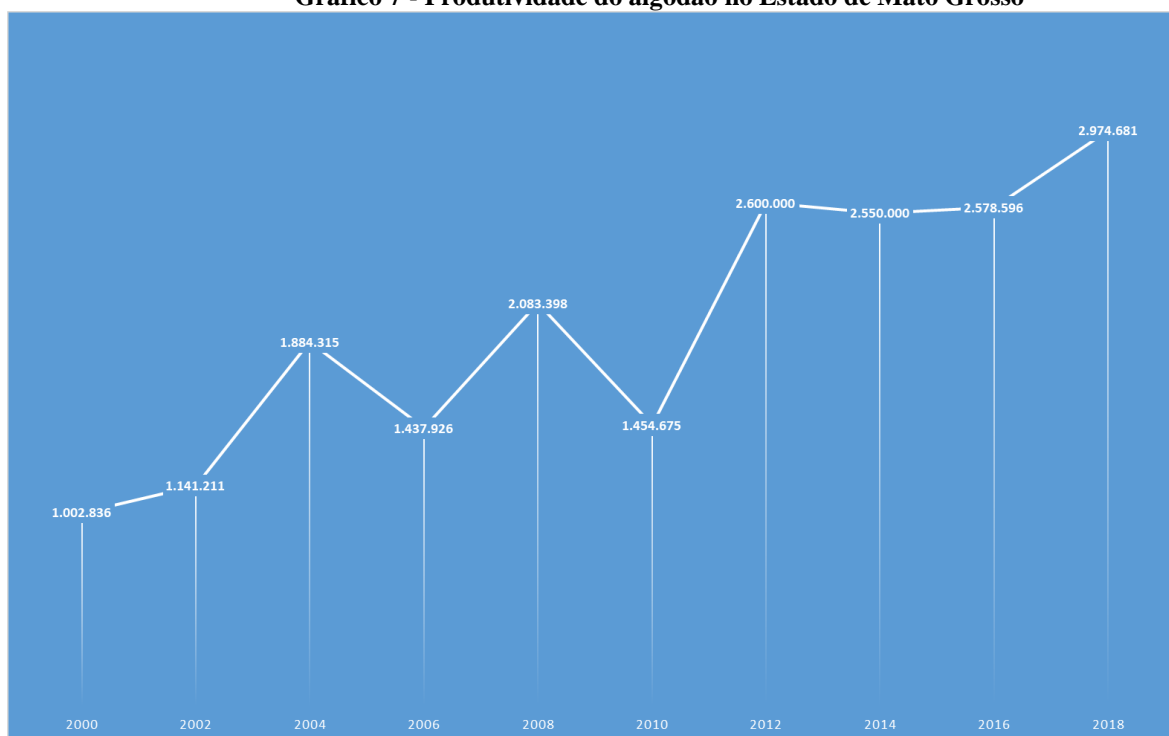
Figura 88 - Produção total de grãos do Mato Grosso

Período	Produção Brasileira em toneladas	Produção de Mato Grosso em toneladas	% de produção do Mato Grosso sobre a produção total do Brasil
Ano de 2016	3.838.785	2.578.596	67,17%
Ano de 2018	4.464.059	2.974.681	66,64%

Fonte: Dados da Pesquisa.

O quadro ilustrado da comparabilidade da produção de algodão do Estado de Mato Grosso e do Brasil na atualidade revela que o Estado, sozinho, produz mais de 2/3 da produção nacional.

Gráfico 7 - Produtividade do algodão no Estado de Mato Grosso



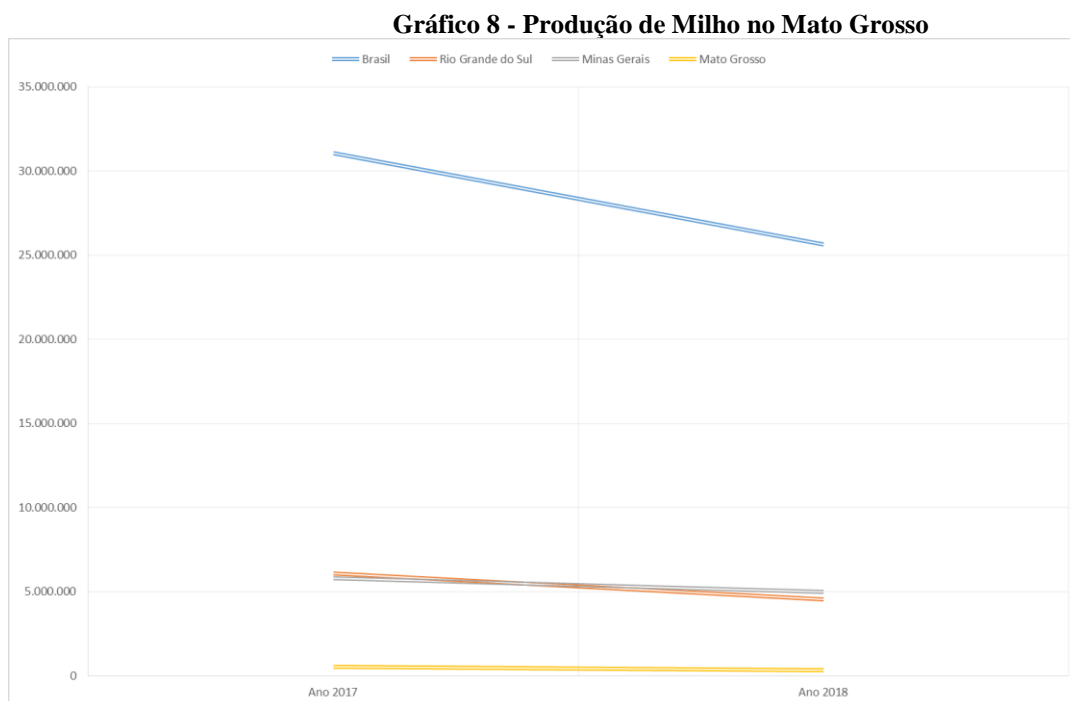
Fonte Dados da Pesquisa.

Assim, no gráfico anterior, percebe-se a elevação da produtividade na cultura de algodão quando analisado a série histórica do ano 2000 até a safra atual de 2018 (que foi recorde na produção histórica). Os períodos de queda na produtividade, principalmente após uma série crescente (como relatada no gráfico os anos de 2006 e 2010), foram incentivadas pelo baixo preço do produto frente as *commodities*¹² que regulam todo o ciclo da comercialização da cultura. No entanto, mesmo nestes períodos, o Estado tem demonstrado a sua força na produtividade desta cultura e na participação no ciclo de crescimento econômico estadual.

Outra cultura que o Estado de Mato Grosso demonstra o seu potencial é o Milho. Este grão é produzido pelo Brasil em 2 estágios, conhecido no meio agrícola como 2 safras. Logo, há uma produção chamada de 1ª safra, que equivale em torno de 25 a 33% da produção anual de milho. Nesta produção de primeira safra, o Estado não é destaque e produz em média

¹² Commodities: o termo originário da língua inglesa, é utilizado para expressar as mercadorias de origem primária que são negociadas na bolsa de valores internacional. São mercadorias com qualidades e características uniformes e in natura, ou com pequeno grau de industrialização, que são produzidas em grandes quantidades e por uma diversidade de produtores.

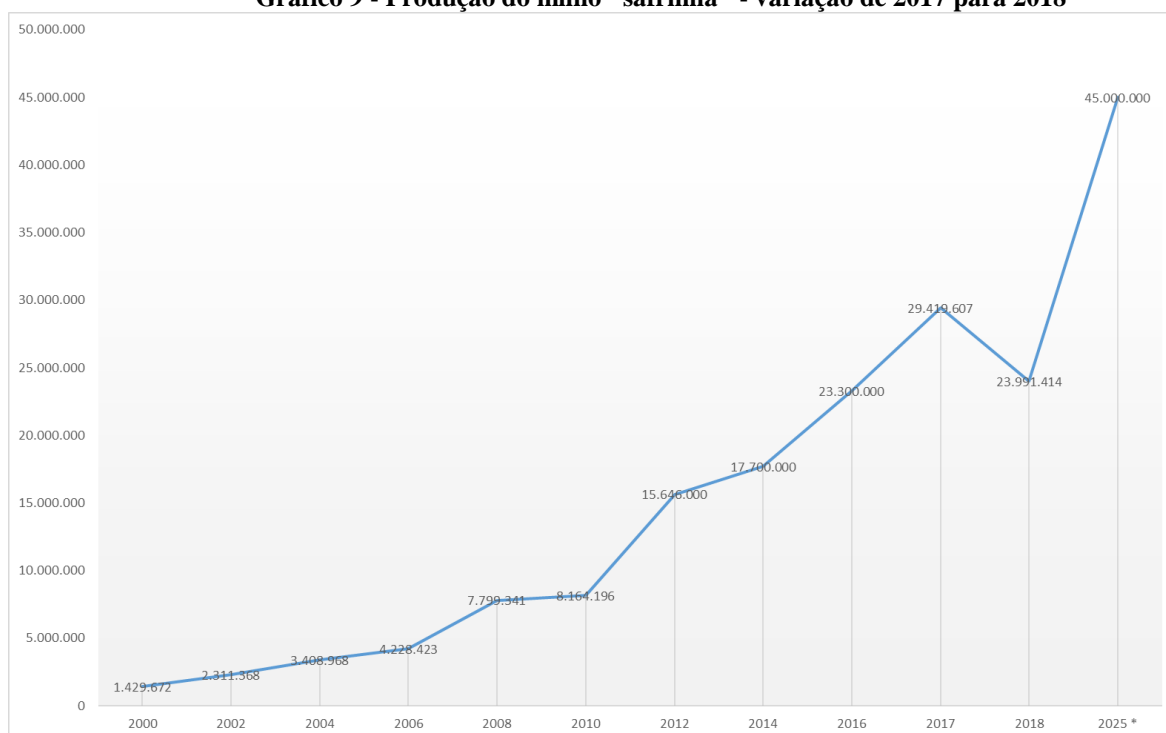
menos de 10% do que o Rio Grande do Sul, que detêm neste ciclo histórico o título de principal produtor do país, sendo superado nesta safra de 2018 por Minas Gerais.



Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico anterior, revela que neste ciclo produtivo de primeira safra, o Estado não é destaque e produz em média menos de 10% do que o Rio Grande do Sul, que detêm nesta série histórica o título de principal produtor do país (sendo superado ligeiramente na safra de 2018 pelo Estado de Minas Gerais).

No entanto, é no milho “safrinha” (milho de 2ª safra), que o Estado passa a ter destaque nacional de produtividade. O ciclo da cultura produzido na segunda safra detém em torno de 70 a 75% da produção de milho do país. E é neste ciclo agrícola anual, que o Mato Grosso produz em torno de 40% da produção nacional, onde a cidade de Lucas do Rio Verde, à 320 km de Cuiabá, é a maior produtora do Brasil.

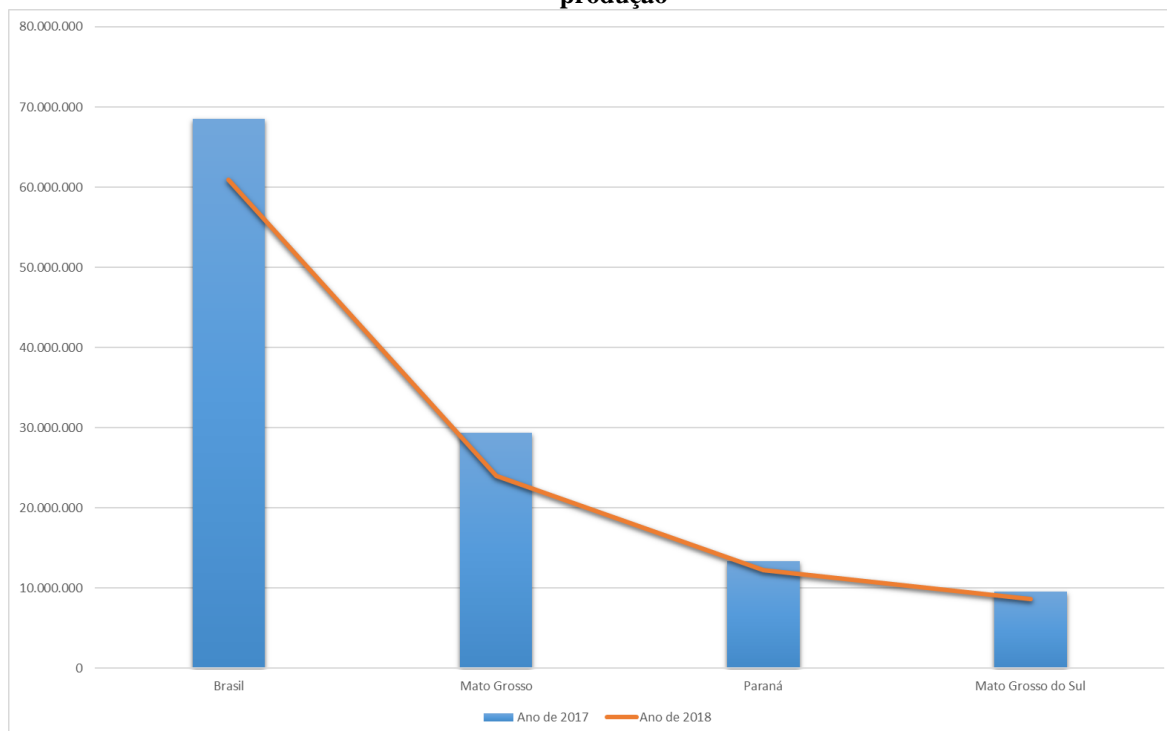
Gráfico 9 - Produção do milho "safrinha" - variação de 2017 para 2018

Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico acima, ilustra de forma clara o crescimento da produtividade agrícola que o Estado de Mato Grosso obteve no ciclo histórico analisado, ou seja, a partir do ano 2000 na produção de milho de segunda safra.

O estado parte no ano 2000 como sétimo colocado no ranking de produção em nível nacional. No ano de 2004 já alcançava a 4ª posição. A partir de 2012, assumiu a liderança, onde atualmente, produz praticamente o dobro que o segundo colocado. O gráfico ilustra ainda, uma perspectiva promissora de futuro ao Estado de Mato Grosso, onde o Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA) estima que o Estado deve crescer em mais de 100% a produtividade até o ano de 2025, passando à uma produção média de quarenta e cinco milhões de toneladas ao ano.

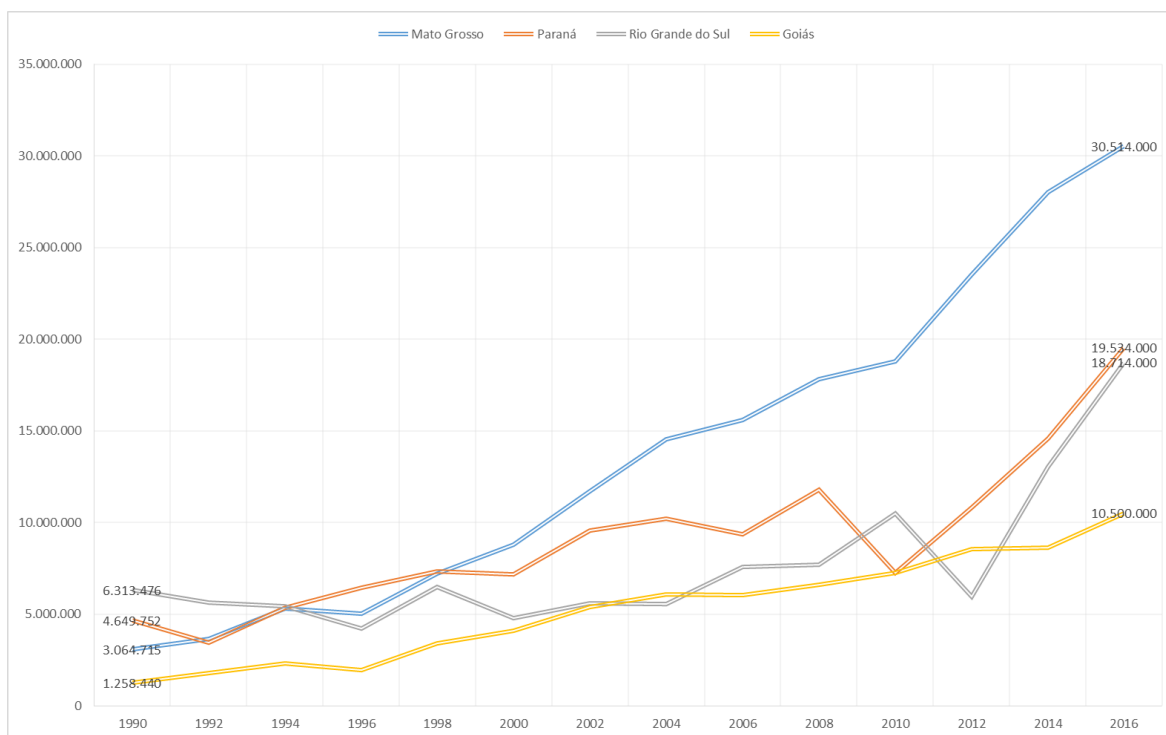
Gráfico 10 - Comparabilidade de produção de milho safrinha nos três estados com maior produção



Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme o gráfico acima, em números reais de produção agrícola no milho de segunda safra, segundo informações do Ministério da Agricultura, o Mato Grosso produziu na safra 2017, por exemplo, o montante de quase trinta milhões de toneladas. Já o Paraná (segundo colocado), teve uma produção em torno de quatorze milhões de toneladas, enquanto Mato Grosso do Sul (terceiro colocado) não ultrapassou a produção de dez milhões de toneladas.

Do impacto econômico das três culturas analisadas nesta pesquisa, a última a ser analisada (e não a menos importante) é a da soja. Em análise desta cultura, é impactante avaliar o aumento de produtividade que Mato Grosso obteve, desde os anos 1990. Já neste ano, o estado produzia uma escala que representava a terceira colocação no ranking da produtividade nacional. No entanto, de 1990 para 2016, Mato Grosso passou a colher quase 900% a mais, passando de uma produção em torno de 3.000.000 de toneladas para 30.000.000 de toneladas (quase 10 vezes mais).

Gráfico 12 - Produção total de grãos nos Estados com maior produção agrícola no Brasil

Fonte: Dados da Pesquisa.

Assim, conforme o gráfico anterior ilustra, o Estado assume uma liderança inquestionável na produção deste grão que impacta significativamente no PIB do estado. Com uma produção em torno de 10 vezes maior que em 1990, o Estado desbancou a liderança do Paraná e Rio Grande do Sul. Hoje os 2 estados juntos, ultrapassam em pouca coisa o que somente o estado de Mato Grosso produz.

7.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou analisar o fenômeno do crescimento econômico que o Estado de Mato Grosso obteve. Empiricamente, sabia-se que a vocação econômica do estado era voltada a agricultura, entretanto, isto tornou-se efetivo ao analisar os números de toneladas colhidas ano após ano nas três principais *commodities* (algodão, milho e soja) que deram o título ao Mato Grosso de maior produtor agrícola do país. Na cultura de algodão o estado é produtor campeão, pois 2/3 da produção nacional é produzido em terras de Mato Grosso. No milho safrinha, o Estado produz em torno de 70 a 75% da produção nacional e ainda com perspectivas de dobrar a produção até o ano de 2025. Por fim, na cultura da soja, de 1990 a 2016, o estado passou de uma produção de três milhões para trinta milhões de toneladas, ou

seja, dez vezes mais. O estado era no ano 2000 o 7º produtor nacional. Já em 2012 assumiu a liderança na produção de grãos do País. Assim, do ano 2000 a 2018, o Estado consegue comprovar o seu efetivo crescimento econômico. O capítulo relatou dados importantes, como o crescimento do PIB nominal de 2000 a 2014 em 622%, passando a participação do estado no PIB nacional de 1,24% para 1,79% (um aumento médio de 40%). Além disso, pode-se constatar a importância do Agronegócio para o Mato Grosso. Com uma participação de 21% na formação direta do PIB gerado pelo Estado, tem participação indireta na formação de 61% que provém da prestação de serviços, que praticamente é dependente do agronegócio. Desta forma é correta a afirmação que o Agronegócio é o principal responsável pelo PIB do Estado de Mato Grosso.

8 CONCLUSÃO

Levando-se em consideração o primeiro objetivo específico em estudar conceitualmente as teorias do crescimento e desenvolvimento econômico, conclui-se que foi alcançado de forma satisfatória. Para este pesquisador, ficou claro que os conceitos da teoria econômica não podem confundir crescimento e desenvolvimento, embora o desenvolvimento não ocorra sem a decorrência do crescimento. Através da revisão literária, começou a se ter a percepção de que o Estado de Mato Grosso não apresenta IDS que mostrem de forma clara e objetiva que haja distribuição de renda e inclusão social com bases consideradas estáveis e seguras. Todavia, quanto ao subdesenvolvimento, percebe-se que o Mato Grosso reúne características para enquadrar-se neste estágio, visto que, há recursos ociosos como terra e mão de obra. Já quanto à característica de crescimento há uma superação, visto particularmente o Estado diferir-se do país como um todo, e estar crescendo com taxas de países que apresentam desenvolvimento. Pela percepção quantitativa ou qualitativa, entende-se que no caso de Mato Grosso, o crescimento econômico é muito perceptível quantitativamente. No entanto, para sustentar o conceito que há desenvolvimento faltam ainda características muito estruturáveis, visto que ao estudar-se os IDS (capítulos 3 a 6), não há a clara percepção de que há mudanças qualitativas no modo de vida da população, das organizações, das instituições e de toda a estrutura produtiva de Mato Grosso; nem tão pouco, acompanhando a teoria de Souza (1999) onde ressalta que para haver desenvolvimento, necessita-se uma transformação da economia arcaica para uma economia moderna e eficiente, melhorando o nível de vida da população. Para a concepção de pensadores clássicos, observa-se que no caso de Mato Grosso, a mudança econômica começou a ser obtida com o crescimento demográfico. No entanto, ele ainda é desprezível e não reúne características de impacto muito positivo para o futuro. Hoje, como já visto, o Estado possui apenas 1,6% da população e segundo o IBGE, deve chegar no ano de 2030 com uma população em torno de apenas 3.750.000 habitantes, ou seja, é muito pouco para se produzir uma mudança econômica conforme defendem os pensadores. Há um dado ainda mais preocupante, que vai contrário à teoria de Adam Smith (por exemplo): os rendimentos no setor agrícola deveriam ser decrescentes, para que o setor primário pudesse dar espaços a outros setores que transformassem este produto *in natura* agregando valores ao ciclo produtivo. No entanto, o que se percebe claramente após o ano 2000, é que o Estado cresce a passos largos no agronegócio, ou seja, os rendimentos são cada vez mais crescentes no setor agrícola,

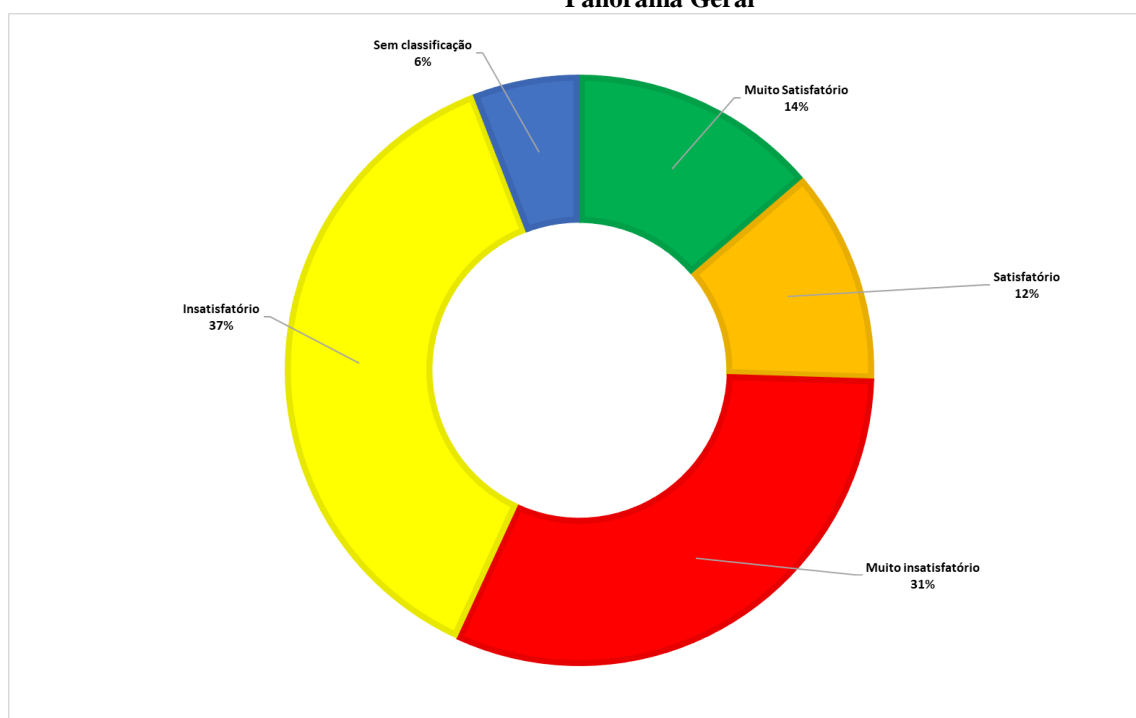
ocasionando a continuidade do pensamento dos autores, ou seja, lucros e rendas cada vez mais concentrados. Assim, percebe-se que este crescimento no setor agrícola foi fundamental e necessário até este momento histórico. No entanto, faz-se necessário a aplicabilidade dos conceitos Schumpeterianos, dinamizando a economia através da inovação para que este processo possa ser traduzido em mudanças significativamente quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas.

Quanto ao segundo objetivo específico proposto à esta pesquisa, para este pesquisador, também há a percepção que os resultados obtidos foram satisfatórios. O objetivo contemplava pesquisar os principais indicadores de Desenvolvimento, utilizando-se dos IDS que o Estado de Mato Grosso apresenta comparando-os com os demais estados da Federação. Todavia, este pesquisador teve algumas variáveis que dificultaram o estudo, todas relativas a operacionalidade da fonte pesquisada, onde havia a proposição da base dos IDS. Neste sentido, o IBGE tem como último trabalho publicado sobre os IDS o caderno de Estudos & Pesquisas nº 10 com o Título: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2015. No entanto, várias informações publicadas no caderno trazem como encerramento da série histórica analisada os anos de 2009, 2011 ou 2013, ou seja, os dados muitas vezes diferem-se da atual realidade, em um mundo cada vez mais ágil e globalizado, ainda mais quando o assunto é economia. Sendo assim, a pesquisa necessitou recorrer a outro sistema integrado com o IBGE. Alguns indicadores, foram atualizados pelo sistema SIDRA, portanto tendo que ser readequados no trabalho, porém, ganhando atualidade nas informações. Outros dados, tiveram sua base histórica com poucas informações de comparabilidade estatística, como foram os dados colhidos na Dimensão Ambiental e Institucional, visto que a maioria dos indicadores começaram a ser desenvolvidos após a *Agenda 21* proposta pela ONU. Fica incontestável o prejuízo do IBGE frente aos cortes de verbas promovidos pelo Governo Federal às pesquisas, prejuízo este, que afeta a população brasileira e a novas iniciativas de percepções de políticas públicas que dependem de informações estatísticas corretas e atualizadas para a tomada de decisões estratégicas.

Ao analisar os indicadores obtidos através da pesquisa que se referem a Desenvolvimento Sustentável (com os IDS), comparando-os com os dados do mesmo período que indicam o crescimento do Estado, que representavam o terceiro objetivo específico desta pesquisa também se considera alcançado, pois diante desta contextualização, é possível afirmar que o Estado vem demonstrando um efetivo crescimento econômico. Todavia, o terceiro objetivo específico, buscava ainda, compreender se neste mesmo período de

crescimento comprovado haveria desenvolvimento. A constatação deste pesquisador é que não. Ou seja: tem-se um crescimento econômico, não consolidado em desenvolvimento. Esta afirmação é passiva de justificativa, diante do atendimento do primeiro e do segundo objetivo específico já exposto anteriormente, ou seja, diante da teoria econômica, crescimento e desenvolvimento não podem ser confundidos. Já, estudando os 51 IDS eleitos por este pesquisador, fica claro também que no mesmo período que Mato Grosso tem um excelente crescimento econômico, os IDS não consolidaram este crescimento.

Gráfico 13 - Desempenho do Estado de Mato Grosso em IDS de Desenvolvimento – Panorama Geral



Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico anterior relata um panorama geral dos IDS do Estado de Mato Grosso. Entre os capítulos 3 a 6, estudou-se as Dimensões Ambiental, Social, Institucional e Econômica. Assim, levantou-se 51 indicadores para a apuração classificatória, com o propósito de cumprimento com o segundo objetivo específico deste trabalho. O resultado obtido não foi exitoso ao Estado de Mato Grosso, visto 16 indicadores serem avaliados como muito insatisfatórios (representando um montante de 31,37%). Já os indicadores insatisfatórios receberam 19 indicações (37,25%). Os indicadores que foram considerados como satisfatórios geraram 6 unidades (11,76%). Se levarmos em consideração os indicadores muito

satisfatórios gerou 7 (13,72%). No total, teve-se ainda 3 indicadores, ou seja, 5,9% que não foram avaliados, visto serem informações somente no nível nacional.

Desta forma, 69% dos IDS não alcançam êxito no desempenho ao Estado de Mato Grosso, pois estão classificados entre insatisfatórios ou muito insatisfatórios. Diante destes dados, compromete-se totalmente a leiga afirmação que o estado de Mato Grosso está apresentando grande desenvolvimento econômico.

Por fim, analisando as hipóteses levantadas para esta pesquisa, passa-se a avaliação e análise de cada uma: A primeira hipótese levantava que no mesmo período em que o Estado de Mato Grosso comemora grandes taxas de crescimento no PIB, há empiricamente o crescimento da desigualdade social. A hipótese levantada é atualmente verdadeira. Ao mesmo tempo que o Estado revela um aumento do PIB per capita, os IDS interpretados nos capítulos de 3 a 6 revelam que há um aumento significativo de não cumprimento de algumas diretrizes, principalmente em níveis sociais e ambientais. Posto isto, considera-se que não haja desenvolvimento social, nem tão pouco, um ecossistema preparado para que o desenvolvimento ocorra. Além do mais, o PIB per capita, como já mencionado na pesquisa, pode distorcer as informações, visto que ele não retrata a possível concentração de renda, principalmente quando é o agronegócio a principal atividade econômica do estado. Sendo assim, a hipótese se confirma muito mais na análise dos IDS que realmente não demonstram a igualdade social no período de crescimento econômico analisado.

A segunda hipótese remetia a uma redução no desempenho dos indicadores que medem o desenvolvimento sustentável no Estado. Acredita-se que a hipótese se confirma parcialmente. A grande maioria, 69% dos IDS, como a conclusão demonstrou, tiveram uma redução ou estagnação na sua evolução de resultados, ou seja, ao mesmo tempo em que está ocorrendo um grande crescimento econômico. No entanto, outros IDS (31%), demonstraram que tiveram uma evolução no período estudado.

Por fim, a terceira hipótese era constatar se o Agronegócio é o principal responsável pela expansão do PIB no estado. Até que ponto, ele não é um dos responsáveis por esta diferença entre um período de crescimento econômico com queda de desempenho nos indicadores de desenvolvimento? Constatou-se que esta hipótese merece um estudo mais detalhado. No entanto ela serve de grande reflexão, principalmente aos organismos institucionais, bem como aos responsáveis por políticas públicas, visto que a atividade do agronegócio se ratificou na pesquisa como a principal balizadora do PIB de Mato Grosso. Desta forma, também houve a comprovação pela pesquisa, que o agronegócio foi e é o grande

responsável pela expansão e crescimento econômico que o estado está tendo. Prova disto, são os resultados que o Estado colhe em sucessivos aumentos do PIB, bem como, pelo saldo da Balança Comercial que o Estado vem obtendo. No entanto, no mesmo período analisado, os IDS que apontam o desenvolvimento, ou ainda, que possam dar sustentabilidade ao desenvolvimento estão ameaçados, principalmente os que impactam nas dimensões sociais e ambientais.

Portanto, atendido os objetivos específicos e analisadas as hipóteses desta pesquisa, conclui-se que o objetivo geral deste trabalho, que era de investigar o Estado de Mato Grosso para se ter a percepção se o mesmo se encontra em desenvolvimento segundo a teoria econômica, foi alcançado.

A percepção é que o Estado se encontra efetivamente em crescimento econômico, e que não há condições, baseados na teoria econômica, de se afirmar que há desenvolvimento econômico. Esta conclusão se dá frente aos IDS pesquisados e estudados, que não apontam o desenvolvimento do estado. Há muitos pontos que Mato Grosso precisa avançar para que esta condição se solidifique. As políticas públicas necessariamente precisam prestar atenção a estes indicadores, principalmente aos propostos pela Agenda 21, já com observação particular também na Agenda 2030 proposta pela ONU, para em médio prazo propor um Plano de Desenvolvimento Sustentável ao Estado de Mato Grosso. A percepção de ameaça se dá ainda, no próprio fenômeno do crescimento que o Estado possui, pois o mesmo está vinculado ao setor primário, sem economia agregada, e, portanto, volátil e dependente à um mercado de *commodities*, que passa a ser dependente da política econômica e de mercados internacionais, dando total vulnerabilidade no próprio processo de crescimento.

REFERÊNCIAS

A AMAZÔNIA em risco. **Exame**, n. 1141, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/edicoes/1141/>. Acesso em: 01 maio 2018.

ALBUQUERQUE, M. C. C.; NICOL, R. **Economia Agrícola**: o setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ALMEIDA, R.; MARIANI, D. O crescimento econômico dos estados brasileiros desde 2002. **Nexo**, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/02/17/O-crescimento-econ%C3%B4mico-dos-Estados-brasileiros-desde-2002>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ALVES, E. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21**. 2014. Disponível em: https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf. Acesso em: 24 mar. 2018.

ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S.; MARRA, R. **Papel da Embrapa no desenvolvimento do agronegócio**. 2013. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/970779/papel-da-embrapa-no-desenvolvimento-do-agronegocio>. Acesso em: 08 abr. 2018.

ALVES, E.; CONTINI, E.; MARTHA, G. **Abordagens de economia de terra e crescimento da produção**. 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308521X12000340>. Acesso em 04 abr. 2018.

AS 4 DIMENSÕES da Sustentabilidade. **Gazeta do Povo**, 19 jun. 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/giro-sustentavel/as-4-dimensoes-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 09 set. 2017.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE SOJA DO ESTADO DO MATO GROSSO - APROSOJA. **Estimativa de Safra de Soja**. 2017. Disponível em: <http://www.aprosoja.com.br/soja-e-milho/estatistica/levantamento-de-safra-mt>. Acesso em: 04 maio 2018.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2015.

BOCCHI, J. I.; GARGIULO F. F. **Desenvolvimento e a Cepal**. 2016. Disponível em: http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/21encontro/artigos-premiados-20ed/FELIPE_FREITAS_GARGIULO.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

BORBELY, A. Desenvolvimento ou crescimento econômico. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 18 jun. 2016. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/1976432/desenvolvimento-ou-crescimento-economico>. Acesso em: 21 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio Brasil 2016/17-2026/27**. 2017. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2017-a-2027-versao-preliminar-25-07-17.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BRUM, A. J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALEIRO, J. P. 15 países que mais investem na pesquisa. **Exame**, 13 set. 2016. Economia. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/15-paises-que-mais-investem-em-pesquisa-e-o-brasil-em-360/>. Acesso em: 14 maio 2018.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Mestres e Doutores 2015**. 2016. Disponível em:

https://www.cgee.org.br/documents/10182/734063/Mestres_Doutores_2015_Vs3.pdf. Acesso em: 18 abr. 2018.

CHARAN, R. **Governança Corporativa que produz resultados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CLEMENTE, A.; HIGACHI H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COHEN, G. **A teoria da história de Karl Marx: uma defesa**. Campinas: Unicamp, 2001.

COMPÊNDIO PARA A SUSTENTABILIDADE. **Agenda 21**. [2018]. Disponível em: <http://www.institutoatkwjh.org.br/compendio/?q=node/21>. Acesso em: 12 jan. 2018.

DORILEO, I. L. **A matriz energética de Mato Grosso: Análise e Prospecção**, 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia mecânica) - Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/264472/1/Dorileo_IvoLeandro_M.pdf. Acesso em: 23 mar. 2018.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Embrapa Soja**. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 29 maio 2018.

FARIA, C. **Agenda 21**. [201-?]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/agenda-21/>. Acesso em: 21 fev. 2018

FLORESTA amazônica. [2010?]. Disponível em: <http://floresta-amazonica.info/>. Acesso em: 02 fev. 2018.

FRANCISCO, W. de C. Economia de Mato Grosso. **Brasil Escola**, [2017]. Geografia do Brasil. Disponível em: <http://brasilescuela.uol.com.br/brasil/economia-mato-grosso.htm>. Acesso em: 22 maio 2018.

FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FUCK, M. P. Resenhas: Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, 10 ago. 2004. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/resenhas/2004/08/resenha1.htm>. Acesso em: 14 jan. 2018.

FÜRSTENAU, V. Novo recorde da produção agrícola brasileira. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 11, n. 4, 2002. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/novo-recorde-na-producao-agricola-brasileira/>. Acesso em: 23 jan. 2018.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

FURTADO, C. **Formação econômica brasileira**. 34. ed. São Paulo: Schwarcz, 2017.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRANATO, E. A importância da Dimensão Social na Construção de uma Sociedade Sustentável. **Regional, a força da Comarca**, 05 jul. 2014. Colunas: meio ambiente. Disponível em: <https://www.regionalpenapolis.com.br/colunistas/meio-ambiente/05-07-2014>. Acesso em: 06 set. 2017.

GUIMARÃES, C. Censo agropecuário: que realidade do campo se quer mostrar. **Articulação Nacional de Agroecologia**, 6 abr. 2017. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2017/04/06/censo-agropecuario-que-realidade-do-campo-brasileiro-se-quer-mostrar/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

IBGE explica: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. **YouTube**, 24 fev. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9v5aSqJ_bf8> Acesso em 17/11/2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estatísticas Sociais. PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 13,1% no trimestre encerrado em março. **Agência IBGE**, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20994-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-1-no-trimestre-encerrado-em-marco.html>> Acesso em 24/05/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2015**. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA E AGROPECUÁRIA - IMEA. **Conhecimento em Conjuntura e Estrutura do Agronegócio de Mato Grosso**. 2013.

Disponível em:

http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/2013_25_06_Apresentacao_MT.pdf. Acesso em: 22 set. 2017.

IPEA DATA. Macroeconômico. [2018]. Disponível em:

<<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em 19 mar. 2018.

JONES, C. I.; VOLLARTH, D. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015

KELM, M. L. **Subsídios à disciplina metodologia da pesquisa**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002

LESSA, V. Mato Grosso. **Famato**, 21 jun. 2012. Disponível em:

http://www.sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=231799. Acesso em: 27 mar. 2018.

LISTA de países por esperança média de vida à nascença. **Wikipédia**, A Enciclopédia Livre, 01 jul. 2017. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_esperan%C3%A7a_m%C3%A9dia_de_vida_%C3%A0_nascen%C3%A7a. Acesso em: 08 maio 2018.

MARTINS, M. H. **O que é leitura?** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

MATO GROSSO cresce em produção de energia renovável. **Folhamax**, 22 maio 2017.

Economia. Disponível em: <http://www.folhamax.com/economia/mato-grosso-cresce-em-producao-de-energia-renovavel/125257>. Acesso em: 26 mar. 2018.

MATO GROSSO. Governo do Estado. **Atlas socioeconômico**: Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de soja do país. 2018. Disponível em:

<<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/soja>. Acesso em: 04 jun. 2018

MATO GROSSO. Governo do Estado. **Economia**. 2017. Disponível em:

<http://www.mt.gov.br/economia>. Acesso em: 21 dez. 2017.

MATO GROSSO. Governo do Estado. **Geografia**. 2017. Disponível em:

<http://www.mt.gov.br/geografia>. Acesso em: 03 jun. 2018.

MATO GROSSO. Secretaria da Fazenda - SEFAZ. **Secretaria da Fazenda de Mato Grosso**. 2018. Disponível em: <https://www.sefaz.mt.gov.br>. Acesso em: 08 maio 2018.

MATO GROSSO. Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SEDEC. **Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso**. 2018. Disponível em:

<http://www.mt.gov.br/economia>. Acesso em: 08 maio 2018.

MATSUBARA, E.; BACKES, D. A. P. Evolução da dívida pública no estado de Mato Grosso no período de 2002 a 2012: análise sobre a sustentabilidade financeira. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 19, n. 39, p. 88-110, 2017. Disponível em:

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/5748>. Acesso em: 11 maio 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR. **A Carta das Nações Unidas**. [1945a]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 25 mar. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR. Cooperação internacional econômica e social. In: NAÇÕES UNIDAS. **A carta**: capítulo IX. 1945b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap9/>. Acesso em: 31 mar. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR. **Transformando nosso mundo: Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>. Acesso em: 28 maio 2018.

NELSON, R. R. As fontes do crescimento econômico. Campinas: Unicamp, 2006.

OS PROBLEMAS da Embrapa. **O Estado de S. Paulo**, 22 mar. 2012. Disponível em: <<https://opinio.estado.com.br/noticias/geral/os-problemas-da-embrapa-imp-,851810>> Acesso em 11/03/2018

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OCDE. **OCDE Insights**. [2018]. Disponível em: <https://www.oecd.org/insights/>. Acesso em: 09 maio 2018.

PALMEIRA, C. MT tem 2º maior crescimento do PIB, mas só ajuda em 1,8% do nacional. **Rdnews**, 28 nov. 2016. Economia e agronegócio. Disponível em: <http://www.rdnews.com.br/economia-e-agronegocio/mt-tem-2-maior-crescimento-do-pib-mas-so-ajuda-em-1-8-do-nacional/78206>. Acesso em: 08 ago. 2017.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Wikipédia**, A Enciclopédia Livre, 20 set. 2017. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_o_Desenvolvimento. Acesso em: 26 nov. 2017.

RIO + 20. **Sua pesquisa.com**, [2017]. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/rio20.htm>. Acesso em: 12 set. 2017.

SANTIAGO, E. Renda Per Capita. **Infoescola**, [2016]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/renda-per-capita/>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVEIRA, D. Centro Oeste reúne maior parcela da população com melhores condições de vida, aponta IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 20 dez. 2017. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/centro-oeste-brasileiro-reune-a-maior-parcela-da-populacao-com-melhores-condicoes-de-vida-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 04 fev. 2018.

SILVEIRA, D. Economia e o PIB. **G1**, Rio de Janeiro, 4 nov. 2016. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/4-dos-27-estados-mais-o-df-tiveram-queda-no-pib-entre-2013-e-2014.html>> Acesso em: 21 set. 2017.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA - SIDRA. **IDS**: tabelas. 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>. Acesso em: 24 maio 2018.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **As dez multinacionais que controlam o mercado mundial de alimentos**. 2017. Disponível em: <http://www.sna.agr.br/as-dez-multinacionais-que-controlam-o-mercado-mundial-de-alimentos/>. Acesso em: 04 mar. 2018.

SOUZA, J. L. O que é? IDH. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 5, n. 39, jan. 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:cat. Acesso em: 06 set. 2017.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM. **Legislação da Amazônia**. [2017]. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/fno/58-acesso-a-informacao/86-legislacao-da-amazonia>. Acesso em: 19 dez. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - FEC. A importância de tratamento de esgotos sanitários. **Biblioteca Didática de Tecnologias Ambientais**, 2005. Disponível em: <http://www.fec.unicamp.br/~bdta/esgoto/importancia.html>. Acesso em: 21 mar. 2018.

VELOSO, F. et al. **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Sumaré: Martim Claret, 2004.

WOLFFENBÜTTEL, A. O que é? Índice de Gini. **Desafios do desenvolvimento**, ano 1, n. 4, nov. 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 14 set. 2017.

ZARPELON, J. T. G. O papel da ONU na construção dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Movimento Nacional ODS**, 9 ago. 2016. Disponível em: <http://www.odsnospodemos.org/single-post/2016/08/09/O-papel-da-ONU-na-constru%C3%A7%C3%A3o-dos-Objetivos-do-Desenvolvimento-Sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 28 abr. 2018.

ZYLBERKAN, M. Centro Oeste é a região com mais migrantes no país. **Veja**, 18 set. 2014. Política. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/centro-oeste-e-a-regiao-com-mais-migrantes-no-pais/> Acesso em: 28 out. 2017.